

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Simone Xavier Moreira

**DA CIDADE IMAGINADA AO IMAGINÁRIO DA CIDADE:  
LITERATURA, HISTÓRIA E CULTURA EM PELOTAS**

**Santa Maria, RS**

**2017**

**Simone Xavier Moreira**

**DA CIDADE IMAGINADA AO IMAGINÁRIO DA CIDADE:  
LITERATURA, HISTÓRIA E CULTURA EM PELOTAS**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Literários, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Letras**.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Brum Santos

Santa Maria, RS  
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Moreira, Simone Xavier

Da cidade imaginada ao imaginário da cidade:  
literatura, história e cultura em Pelotas / Simone Xavier  
Moreira.- 2017.  
183 p.; 30 cm

Orientador: Pedro Brum Santos  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação  
em Letras, RS, 2017

1. Literatura pelotense 2. Representação 3. Princesa  
do Sul 4. Satolep 5. Teoria dos campos de poder I.  
Santos, Pedro Brum II. Título.

**Simone Xavier Moreira**

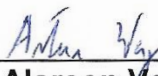
**DA CIDADE IMAGINADA AO IMAGINÁRIO DA CIDADE:  
LITERATURA, HISTÓRIA E CULTURA EM PELOTAS**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Literários, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Letras**.

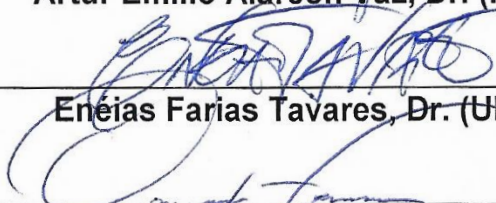
**Aprovado em 27 de março de 2017:**



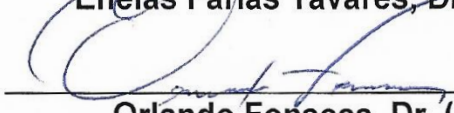
**Pedro Brum Santos, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)



**Artur Emilio Alarcon Vaz, Dr. (FURG)**



**Eneias Farias Tavares, Dr. (UFSM)**



**Orlando Fonseca, Dr. (UFSM)**



**Rosani Úrsula Ketzer Umbach, Dra. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2017

*À memória de Caio Ribeiro,  
o maior incentivador desta pesquisa.*

## AGRADECIMENTOS

Ao presidente Lula pelas políticas educacionais implementadas em seu governo que tornaram possível meu ingresso e permanência no doutorado por meio das bolsas CNPq e Capes.

Ao professor Dr. João Luis Pereira Ourique, meu orientador na especialização em Literatura Comparada, por ter expandido minhas perspectivas motivando-me a avançar.

Ao professor Dr. Artur Vaz, meu orientador no mestrado em História da Literatura, pelo apoio e incentivo desde a elaboração do projeto para seleção até as fecundas contribuições enquanto banca deste trabalho.

Ao amigo Odi Uavniczak pelo apoio fundamental na primeira etapa desta pesquisa. Pela leitura, pelas sugestões, pelas discussões.

À amiga Samantha Borges pela generosidade em um meio tão competitivo.

Às amigas Laís Garcia, Cris Antunes, Camila Dalcin, Amália Leites e Andreia Maidana por terem trazido leveza ao meu percurso, pelo apoio, pela parceria em tantos momentos.

Ao Adão Fernando Monquelat – exemplo de pesquisador por sua seriedade e comprometimento com os fatos históricos – pelos materiais, referências e sugestões valiosas.


À minha família pela compreensão em tantos anos de ausências.

Aos meus sobrinhos Matheus, Murilo e Antônia, minhas mais genuínas motivações para querer ser melhor a cada dia.

Aos membros da banca pela leitura atenta, pelas sugestões e, especialmente, pela pertinência das críticas.

Aos professores das disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação em Letras pelos conhecimentos compartilhados.

Em especial, ao professor Dr. Pedro Brum Santos, orientador deste estudo, pela disponibilidade, pela confiança, pelas indicações de leitura, pelas sugestões, mas, principalmente, pela paciência inestimável com esta orientanda atrapalhada.



*Pelotas, minha cidade,  
lugar onde eu nasci,  
quando nos braços do mundo,  
mas sempre volto pra ti.*  
[Kleiton e Kledir]

*Na estrada, vivo cantando,  
mas quando a alma se esgota,  
por certo acabo voltando  
pra me encontrar em Pelotas.*  
[Joca Martins]

*Eu existo em Satolep e nela serei pra sempre.*  
[Vitor Ramil]

## RESUMO

### DA CIDADE IMAGINADA AO IMAGINÁRIO DA CIDADE: LITERATURA, HISTÓRIA E CULTURA EM PELOTAS

AUTORA: Simone Xavier Moreira  
ORIENTADOR: Pedro Brum Santos

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma investigação acerca das representações da cidade de Pelotas no discurso literário produzido por escritores pelotenses ou radicados nessa cidade, tendo em vista a notória relação estabelecida entre Pelotas e os termos Princesa do Sul e Satolep. Para tanto foram selecionados como *corpus* de análise, obras literárias que estabelecem relação objetiva com a cidade, seja pela tematização, ou pela ambientação. Esta opção metodológica tem por base a Teoria dos Campos de Poder proposta por Pierre Bourdieu (2000, 2007), e sustenta-se a partir das reflexões de Antoine Compagnon (2003) e Stuart Hall (1997) sobre representação literária, e nos estudos de Sandra Pesavento (2000) e Renato Cordeiro Gomes (1994) sobre a relação entre literatura e cidade. O trabalho está organizado em quatro capítulos: nos três primeiros apresenta-se o contexto histórico, econômico e cultural da cidade, juntamente à investigação interna do campo literário – suas estruturas e agentes, além da análise das obras, no intento de relacionar o campo do qual fazem parte os autores, com seus *habitus* e suas produções; o quarto capítulo apresenta uma análise da origem e do uso dos termos Princesa do Sul e Satolep como referência à cidade de Pelotas, no intento de compreender como este tipo de representação contribui para a manutenção das identidades associadas aos cognomes mais recorrentes da cidade.

**Palavras-chave:** Literatura pelotense. Representação. Princesa do Sul. Satolep.



## RESUMEN

### DE LA CIUDAD IMAGINADA AL IMAGINARIO DE LA CIUDAD: LITERATURA, HISTORIA Y CULTURA EN PELOTAS

AUTORA: Simone Xavier Moreira  
TUTOR: Pedro Brum Santos

Este estudio tiene como objetivo presentar una investigación acerca de las representaciones de la ciudad de Pelotas en el discurso literario producido por escritores nacidos en Pelotas o arraigados en esta ciudad, teniendo en vista la notoria relación que se establece entre Pelotas y los términos Princesa del Sur y Satolep. Para estos fines fueron seleccionados como *corpus* de análisis, las obras literarias que establecen relación con la ciudad, bien mediante la tematización, o mediante la ambientación. Este enfoque metodológico se basa en la Teoría de los Campos de Poder propuesta por Pierre Bourdieu (2000, 2007), y está sostenido por parte de las reflexiones de Antoine Compagnon (2003) y Stuart Hall (1997) acerca de representación literaria, y los estudios de Sandra Pesavento (2000) y Renato Gomes Cordeiro (1994) sobre la relación entre la literatura y la ciudad. El trabajo se estructura en cuatro capítulos: en los tres primeros se presenta el contexto histórico, económico y cultural de la ciudad, junto a la investigación interna del campo literario - sus estructuras y agentes, además del análisis de las obras, en el intento de relacionar el campo del cual forman parte los autores, con sus habitus y sus producciones; el cuarto capítulo presenta un análisis del origen y del uso de los términos Princesa del Sur y Satolep como referencia a la ciudad de Pelotas, en el intento de comprender cómo este tipo de representación contribuye al mantenimiento de las identidades asociadas a los apodos más recurrentes de la ciudad.

**Palabras clave:** Literatura pelotense. Representación. Princesa do Sul. Satolep.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Charge sobre “o vizinho” Rio Grande	56
Figura 2 – Cervejaria Rio-Grandense na década de 1890	104
Figura 3 – Ruínas do prédio da Cervejaria Rio-Grandense em junho de 2011	105
Figura 4 – Ruínas da Fábrica de biscoitos e massas Cotada S/A em junho de 2011	109
Figura 5 – Centro de Engenharias da Universidade Federal de Pelotas	110
Figura 6 – Propaganda do Bazar Princesa do Sul	137
Figura 7 – Carro n. 8 da frota Princesa do Sul	138
Figura 8 – Brasão da cidade de Pelotas. Criação de Artur Henrique Foerstnow (1961)	139
Figura 9 – Brasão do Departamento de Tradições Gaúchas Princesa do Sul	139
Figura 10 – Logotipo do Rotary Club de Pelotas	140
Figura 11 – Anúncio do Grande Prêmio Princesa do Sul de 1953	140
Figura 12 – Cartaz do Grande Prêmio Princesa do Sul de 2016	140
Figura 13 – Cartazes de festas promovidas no Galpão Satolep	151
Figura 14 – Cartazes de festas promovidas no Galpão Satolep	151
Figura 15 – Logotipo da Produtora Satolep Circus	152
Figura 16 – Cartaz do Festival da Cultura Feminina	153
Figura 17 – Convite da 1ª Mostra Fotográfica Pelotas.satoleP	154
Figura 18 – Logotipo da Satolep Press	154
Figura 19 – Rainhas do Clube Brilhante: 2011 e 1934	157
Figura 20 – Charqueada Boa Vista	160
Figura 21 – Charqueada São João	160

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>A CIDADE PRINCESA .....</b>	<b>21</b>
1.1 O CICLO DO CHARQUE .....	27
1.2 PELOTAS, A PRINCESA DO SUL .....	39
<b>A CIDADE EM CONFLITO .....</b>	<b>60</b>
2.1 O CICLO DA INDÚSTRIA .....	62
2.2 AS DIVERSAS FACES DE UMA “MOCINHA VAIDOSA” .....	73
<b>A CIDADE E A MODERNIDADE .....</b>	<b>100</b>
3.1 O CICLO DO COMÉRCIO .....	102
3.2 PELOTAS DA MEMÓRIA .....	111
<b>PELOTAS: DA CIDADE IMAGINADA AO IMAGINÁRIO DA CIDADE .....</b>	<b>136</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>163</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>171</b>
<b>ANEXO 1: QUE BELA MANHÃ FAGUEIRA E RISONHA, DE ALIBABÁ .....</b>	<b>183</b>

## INTRODUÇÃO

*Aqui tudo parece que é ainda construção  
e já é ruína.*

Caetano Veloso

Ainda que só a partir das primeiras décadas do século XX, com a Escola de Annales, as produções de testemunho e de valorização dos imaginários locais tenham merecido um tratamento com o *status* de história, desde os primeiros registros essas manifestações vêm sendo utilizadas como uma maneira de se conhecer, de um modo subjetivo, a compreensão que determinados indivíduos e sociedades têm de si próprios.

Nem a literatura é apenas um produto da sociedade, nem a sociedade está ausente das fontes da criação literária. As obras literárias sentem, elaboram e expressam seus momentos do presente tanto do autor, como da sua relação social e quem materializa este sentido é o leitor.

Enquanto ficção, tanto a narrativa literária quanto a histórica pressupõem uma ordenação do real e a busca da coerência através de uma correlação de elementos e do estabelecimento de relações entre dados. Esta coerência fictiva depende de uma possibilidade de construção de sentido articulada no momento da escritura do texto, mas que deverá ser reconstruída pelo leitor. Portanto, a construção da coerência narrativa deverá fazer sentido através da leitura. (LEENHARDT; PESAVENTO, 1998, p. 12).

Entendendo as obras literárias como expressões do contexto sócio-histórico no qual foram produzidas, este estudo objetiva propor uma reflexão acerca da relação entre a cidade de Pelotas, sua história e identidade, e a literatura que busca de algum modo representá-la.

De acordo com Sandra Pesavento (2000), toda representação constitui-se como uma relação entre o ausente e o presente, como a presentificação de um ausente. Não se trata da representação do real em si, mas da construção de um sentido, de um novo real semelhante quando se trata da representação – seja na narrativa literária, ou no discurso histórico – de um “outro”, distante temporal e espacialmente.

Neste sentido, o ponto de vista está sempre presente, o que impossibilita que um discurso, mesmo que científico, seja capaz de explicar os fatos com imparcialidade. Assim, literatura e história são discursos sempre provisórios, sobre os quais são reescritos outros textos, também provisórios e carregados das marcas de seu contexto de produção.

Estes pressupostos tornam-se relevantes tendo-se em vista que, ao menos desde a década de 1830, instaura-se na cidade de Pelotas, RS, um discurso de marcação de uma superioridade cultural, econômica e política, repetido persistentemente por pesquisadores e historiadores que

ocupam um espaço simbolicamente privilegiado na sociedade local. Como consequência, essa perspectiva é reproduzida na maior parte dos livros que abordam a História de Pelotas, mas, mais do que isso, é também repetida nas obras literárias que tematizam a cidade ou a apresentam como pano de fundo para a narrativa, visto que reproduzem fielmente as informações apresentadas pelos historiadores oficiais (geralmente representantes da elite intelectual e econômica da cidade).

Esse fenômeno revela a importância de se refletir sobre os limites que separam a ficção da realidade e os efeitos de uma possível confusão entre as duas, haja vista as consequências diretas desses processos na sociedade. O enfoque dado a certas histórias ou versões de uma história pode ser decisivo em relação à maneira como essa será assimilada pelos leitores. A partir do ponto de vista assumido, algumas ideias podem ser reforçadas; outras, esquecidas. O determinante, então, será a posição de quem pronuncia o discurso, neste caso, o texto literário.

Todavia, com este estudo não se objetiva negar ou propor algum tipo de depreciação a essa autoimagem dos pelotenses – sua maneira de compreender a cidade como guardiã de uma história que merece ser preservada –, uma vez que essa perspectiva é válida e verdadeira como representação de uma cultura. Buscou-se, no entanto, relativizar essas representações de Pelotas, agregar reflexões que indiquem algumas de suas consequências, e destacar outras representações do passado e novas linhas de compreensão que apontem à urgência de fundamentação histórica e de posicionamentos menos categóricos.

É a partir desse olhar questionador das versões estabelecidas como História e da relevância do impacto da relação entre a literatura e a história na cidade de Pelotas que se constituiu o presente estudo. O principal foco – *corpus* escolhido para análise – são as produções literárias de autores pelotenses ou radicados em Pelotas, que buscaram de algum modo representar a cidade.

Por meio de um levantamento das obras produzidas, publicadas ou que tematizam Pelotas, desde o início da imprensa local até o início do século XXI, buscou-se identificar aquelas nas quais há algum tipo de estabelecimento de vínculo com a cidade: por meio da representação objetiva, da localização geográfica, do enredo, dentre outras possibilidades.

No intento de estabelecer tal seleção, uma das ações úteis e necessárias foi uma reconstituição cronológica do eixo de produção dessas obras, na expectativa de compreendê-las em relação, também, com seu contexto de produção. Logo, a revisão do processo de formação cultural, econômica, social e intelectual da cidade apresenta-se como um fator interessante para situar o desenvolvimento literário em relação às suas condições de formação, existência e permanência.

Diante de uma sistematização das obras que representam Pelotas e de uma seleção dessas a partir do vínculo que instituem com a História da cidade, tornou-se relevante investigar de que modo a cidade é representada na literatura. De acordo com Antoine Compagnon (2003), quando um escritor representa algo, ele não espelha a realidade, ele cria uma outra realidade.

Em busca de compreender a relação entre estas realidades ficcionais e o objeto representado, investiu-se em uma análise do *corpus* selecionado com base na Teoria dos Campos de Poder, proposta por Pierre Bourdieu (2000, 2007). Para o sociólogo, muito se perde em estudar o campo literário isoladamente, ao passo que, analisando-o em relação com os outros sistemas, a literatura tem sua perspectiva ampliada e torna-se mais perceptível a intrincada rede de relações que a condiciona.

A estratégia à qual essa análise propõe-se é a de confrontar as diversas maneiras de representação da cidade de Pelotas enquanto discursos. Desse modo, fez-se necessário um resgate da origem e da trajetória desses discursos e dos enunciados dos documentos oficiais, os quais possibilitam a identificação de determinadas regras na cidade de Pelotas, já que de acordo com Bourdieu (2000), a estrutura é consequência da existência de regras que determinam as alterações e as configurações dos elementos de um sistema. Consequentemente, essas regras ditam quais são os comportamentos legítimos, o que é ou não aceitável e o que tem ou não valor no meio.

Assim, compreende-se que essa influência não é oriunda apenas da relação do indivíduo com o mundo exterior, mas também do confronto desse consigo e com sua coletividade. Ou seja: o resultado da produção de uma obra literária pode não ser definido apenas pelas habilidades artísticas, pelo conhecimento técnico e pelas opções estéticas do escritor, mas estar condicionada a responder aos interesses de seu meio social, pois as escolhas e as ações do indivíduo estão automatizadas em função de tais interesses. Embora o modo de ser de cada um seja relativamente autônomo, visto que preserva uma margem de liberdade conferida pelas próprias regras de seu grupo social, essas são definidas pelos que estão no comando. (BOURDIEU, 2000).

Nesse sentido, intentou-se compreender os discursos perpetuados como manifestação de significações produzidas em circunstâncias sociais comuns, como estratégias de domínio provocadas pelos discursos oficiais, que detém capital simbólico e determinam o que deve ser aceito, repetido e transmitido. Como discurso, para efeito dessa pesquisa, tomaremos as obras literárias e o ato de quem as produziu, reproduziu, valorou, comercializou, entre outros processos constitutivos do campo literário.

Para alcançar tal intento, pretende-se resgatar as contribuições apresentadas em estudos que buscam dar conta da relação literatura e cidade, dentre os quais, em especial, as considerações de Sandra Pesavento e de Renato Cordeiro Gomes. De acordo com a historiadora,

[à]s cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia-a-dia, corresponderam outras tantas cidades imaginárias, a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos. Cidades sonhadas, desejadas, temidas, odiadas; cidades inalcançáveis ou terrivelmente reais, mas que possuem essa força do imaginário de qualificar o mundo. Tais representações foram e são capazes de até mesmo se imporem como as verdadeiras, as reais, as concretas cidades em que vivemos. (PESAVENTO, 2007, p.11).

Ao longo da história da cidade de Pelotas, diversas foram as representações que de fato confundiram-se com a História, e foram a ela agregando elementos imaginários. Na expectativa de acompanhar por meio das narrativas literárias o processo de urbanização, modernização e industrialização de Pelotas, agrega-se às reflexões de Pesavento alguns estudos de Gomes, que conseguiu constituir um diferencial ao deixar de lado a busca por uma comparação refletiva da história da cidade ou da realidade social na literatura e vice-versa. O autor foi capaz de avançar ao estabelecer uma análise intrincada entre os fatos narrados pela história oficial e pela literatura de modo relacional com as forças que atuavam no campo social em cada um dos períodos abordados, tais como os fatores econômicos, culturais, políticos, entre outros. De acordo com Gomes (1997),

indagar sobre as representações da cidade na cena escrita construída pela literatura é, basicamente, ler textos que lêem a cidade, considerando não só os aspectos físico-geográficos (a paisagem urbana), os dados culturais mais específicos, os costumes, os tipos humanos, mas também a cartografia simbólica, em que se cruzam o imaginário, a história, a memória da cidade e a cidade da memória. (GOMES, 1997, *online*).

Tendo em vista essa perspectiva, percebe-se que, ao optar por ter como ponto de partida essa relação – literatura e cidade –, outras questões revelam-se necessárias para que seja possível compreender os processos por meio dos quais a cidade é recriada e o modo como as representações ficcionais da cidade repercutem na sociedade; para tanto, pretende-se recorrer às teorizações acerca da representação literária propostas por Antoine Compagnon (2003) e Stuart Hall (1997).

Em **O demônio da teoria**<sup>1</sup>, ao questionar do que fala a literatura, Compagnon (2003) está, de fato, questionando a relação entre literatura e realidade; ao rastrear as duas principais vertentes opostas acerca dessa questão – “a literatura fala do mundo, a literatura fala da literatura” (COMPAGNON, 2003, p. 99) – Compagnon apresenta outra disputa: o fenômeno literário é ou não mimético?

A compreensão mimética da literatura vem de Aristóteles e abarca a ideia de que a literatura é um processo de imitação da realidade por meio da verossimilhança, ou seja, da construção de realidades possíveis; não cópia do real, mas criação de um outro real, por meio da reprodução das ações humanas. A favor da ideia de que o fenômeno literário não teria natureza mimética, por outro lado, encontra-se a teoria literária, que postula a autonomia da literatura em relação à realidade exterior ao texto.

Em resposta, Compagnon destaca a inviabilidade não só de não se reconhecer o caráter referencial da literatura, mas também de reduzi-la à referencialidade, e apresenta outras maneiras de se analisar a relação da literatura com o mundo. Ao afastar-se dos conflitos binários, o autor resgata a *mimêsis*, demonstrando que não há necessariamente a exclusão dessas duas categorias; mesmo constituindo-se por meio da linguagem, a literatura não está privada de sua relação íntima com o mundo “a literatura mistura continuamente o mundo real e o mundo possível: ela se interessa pelos personagens e pelos acontecimentos reais [...], e a personagem de ficção é um indivíduo que poderia ter existido num outro estado de coisas” (COMPAGNON, 2003, p. 136).

Stuart Hall, por sua vez, aprofunda essa reflexão acerca do papel da linguagem neste processo. De acordo com o teórico, a “[r]epresentação é uma parte essencial do processo pelo qual o sentido é produzido e trocado entre membros de uma cultura. Ele envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que respondem por ou representam coisas” (HALL, 1997, p.13), mas, em seguida, o próprio autor alerta para a complexidade desse conceito.

Hall (1997) reflete sobre a relação que se instaura entre a cultura e a linguagem, e sobre como essa última é usada para representar o mundo. Dentre as várias teorias que buscam dar conta da questão da representação, o sociólogo desenvolve sua análise a partir de três, quais sejam: a *refletiva*, na qual a linguagem simplesmente refletiria “um sentido que já existe lá fora no mundo dos objetos, pessoas e eventos”; a *intencional*, que “expressa apenas o que o falante ou escritor ou pintor quer dizer, o sentido pessoalmente pretendido por ele ou ela”; e a

---

<sup>1</sup> Em respeito às normas estabelecidas no **Manual de Dissertações e Teses: estrutura e apresentação** (2015), da Universidade Federal de Santa Maria, os títulos das obras serão destacados em negrito, ao passo que os títulos de partes de obras – artigos, capítulos, poesias, contos, faixas, entre outros gêneros – serão destacados em itálico.



*construcionista*, na qual “o sentido é construído na e pela linguagem” (HALL, 1997, p. 13). De acordo com Hall (1997), a teoria construcionista torna-se a mais relevante aos estudos culturais, pelo caráter mediador do sentido.

A partir da observação do tipo de representação a que se propunha cada uma das obras analisadas, evidenciou-se a relevância de estudar os fatores que condicionam e encontram-se imbrincados nesse processo. Para tanto, recorreu-se às reflexões do sociólogo Pierre Bourdieu, especialmente aos conceitos de campo e *habitus*, aplicados objetivamente à compreensão do funcionamento do campo literário e às questões que envolvem a autonomia da obra literária.

Pierre Bourdieu extrapolou os limites da sociologia ao adentrar os domínios de outras ciências e apropriar-se de perspectivas e metodologias diferenciadas para acerrar fenômenos muitas vezes sutis e negligenciados da dinâmica social. A partir da proposição de novas categorias de análise e da reelaboração de conceitos tradicionais ou da criação de novos conceitos, Bourdieu reuniu elementos que lhe possibilitaram propor uma compreensão mais racional das manifestações sociais e, por isso, vêm sendo amplamente utilizados nas mais diversas áreas relacionadas às artes, aos estudos da linguagem, às ciências sociais e humanas como complementação e/ou suporte de análise.

Esses conceitos e o método empregado por Bourdieu possibilitam novos olhares sobre os fenômenos investigados e buscam descortinar os meios que reproduzem e legitimam as mais diversas formas de dominação.

Bourdieu dedicou-se a demonstrar a sutileza que, muitas vezes, é característica dos mecanismos de dominação. Para tanto, apropriou-se e reinventou conceitos clássicos, como a noção de capital, proposta por Karl Marx. Na perspectiva de Pierre Bourdieu (2000), capital não é um conceito que abarca apenas o aspecto econômico, mas outros fatores dos quais depende a posição dos agentes no espaço das classes, envolvendo aspectos culturais, sociais e simbólicos.

Enquanto o *capital econômico* é constituído tanto por fatores de produção – como terra, fábricas e trabalho –, como por bens – como propriedades, veículos, etc. –, os demais capitais não são tão facilmente quantificáveis. O sociólogo define o *capital cultural* como correspondente ao conjunto de informações, conhecimentos, habilidades transmitidas pelas instâncias formais de educação e pela família; é o que permite ascender a consumos refinados ou reconhecimentos acadêmicos. O *capital social* é definido pelo conjunto das relações interpessoais (parentes, amigos, contatos, conhecidos) de que dispõe um indivíduo. São essas relações que possibilitam a manutenção das relações de sociabilidade (convites recíprocos, lazer em comum, indicações, trocas de favores).

Da união desses três capitais resulta o *capital simbólico*, que pode ser compreendido como uma medida do prestígio ou da influência da qual um indivíduo dispõe em determinado campo. É correspondente ao conjunto de rituais, como as boas maneiras ou o protocolo, ligados à honra e ao reconhecimento.

O capital simbólico permite que um indivíduo usufrua de uma posição de superioridade em determinado campo. Esse destaque é reforçado pelos diferenciais que reafirmam a posse desse capital. Tendo em vista que esse tipo de capital estabelece uma relação objetiva de dominação de quem o possui sobre os outros componentes do campo, é no capital simbólico que se evidencia com mais precisão a violência simbólica.

Essas formas de capital adquirem mais ou menos relevância de acordo com o campo específico que esteja sendo analisado. Compreende-se, portanto, que para Bourdieu as classes sociais não se explicam só pelo processo de produção ou pelo nível educativo, mas originam-se de uma rede de relações. Essa rede abarca desde onde se estuda até que música se escuta, incluindo os esportes que se pratica, o que se come, e os lugares onde se vai nas férias.

Buscando refletir e explicar esse fenômeno, o sociólogo elabora o conceito de campo. Os campos são as configurações de classe ou relações sociais, nas quais agentes estão em concorrência por troféus específicos seguindo regras também específicas, em um contexto em que quem defini quais são os troféus legítimos, as regras e os limites, são os agentes que possuem um acúmulo maior de capital (poder) para intervir e deformar o campo. Esses estabelecem estratégias para conservar suas posições.

Por outro lado, aqueles que almejam mudar de posição, ou seja, sair da condição de dominado à de dominador, empregam estratégias de subversão, o que caracteriza o campo como um espaço de potencial conflito. Nesse contexto, vale destacar que o campo também se caracteriza por ser composto de agentes que compartilham o mesmo *habitus*, o que revela a indissociabilidade entre os conceitos de *habitus* e campo.

Ortiz (2003) explica que, na perspectiva de Bourdieu, o *habitus* refere-se à maneira do sujeito perceber-se, de julgar e valorizar o mundo. Também, ao modo como o agente comporta-se e atua, sendo um modo próprio e particular de apresentar-se na realidade social. Assim, quando determinada estrutura social é incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir, podemos reconhecer a concretização do *habitus*, pois o *habitus* é um corpo socializado, estruturante, e que estrutura tanto a percepção como a ação nesse mundo; um saber prático das leis, das regras de funcionamento de um campo determinado.

Diferentemente do campo, o *habitus* é a internalização da estrutura social, das regras que devem ser observadas no campo. Esse último é a exteriorização do *habitus*, sendo o espaço em que o agente coloca em evidência essas regras que foram previamente internalizadas.

O *habitus* é o produto da experiência biográfica individual, da experiência histórica coletiva e da interação entre essas experiências, pode ser tanto adquirido pela socialização prévia, quanto pela que é praticada no interior do campo.

O processo de diferenciação social dá origem a inúmeros campos. Cada campo possui os seus próprios princípios e objetos, e constitui-se em torno de sua própria especificidade, como o campo político, o campo artístico e, entre tantos outros, o campo literário.

Vale destacar que, de acordo com Bourdieu (1983), existem algumas leis gerais que determinam quando os espaços sociais de produção e circulação de discursos e práticas constituem-se como campos: sua relativa autonomia em relação a outros campos (regras e troféus próprios, território, agentes, mecanismos de ingresso e de exclusão); o reconhecimento por parte dos agentes de um ou mais objetos de luta comuns; a existência de objetos de disputa e sujeitos que conheçam e reconheçam as leis imanentes do jogo, os objetos de disputa, etc. e estejam interessados em disputar o jogo; por último, o sociólogo refere-se a uma tendência orgânica de impedir e dificultar a qualquer agente externo ao campo ações que visem subverter suas regras de ingresso, definição de valores e acesso aos troféus.

O conceito de campo literário amplia as reflexões acerca dos fenômenos literários, em especial, fornece elementos para os estudos de produção e recepção das obras. A partir das contribuições do sociólogo, faz-se possível analisar as relações de poder internas do campo literário, o *habitus* e os papéis ocupados pelos diversos agentes (escritores, editores, livreiros, historiadores, professores, entre outros), os argumentos da autoridade, etc. De acordo com Bourdieu (2000, p. 224), “[m]uitas das práticas e das representações dos artistas e dos escritores [...] não se deixam explicar senão por referência ao campo do poder, no interior do qual o próprio campo literário (etc.) ocupa uma posição dominada.”

Pode-se reconhecer no interior do campo literário, assim como no campo artístico de modo geral, forças em atrito: de um lado, temos um eixo de hierarquização que define dominantes e dominados a partir da perspectiva de que o reconhecimento material ou simbólico não é um meio de valoração pelo mercado consumidor; a verdadeira obra de arte deve estar desprendida de qualquer coerção material. O segundo eixo estabelece como critério um fator externo, preterindo o reconhecimento pelos pares por critérios temporais e guiados por fatores simbólicos, como espaço na mídia, prêmios, lucro, etc., sendo que nesse caso, as regras são estabelecidas em função da reação das massas. (BOURDIEU, 2000).

Bourdieu, afastando-se da tradição marxista da divisão social de classes, reconhece na sociedade a lógica da perpetuação de privilégio e desigualdade, haja vista que quem está no poder tem mais recursos disponíveis para garantir a manutenção de sua condição de dominante. De acordo com o sociólogo, as sociedades não estão divididas em duas classes: burgueses e proletários (como havia concluído Marx). Ele complexifica esses processos.

A construção social de campos de produção autônomos vai de par com a construção de princípios específicos de percepção e de apreciação do mundo natural e social (e das representações literárias e artísticas desse mundo), ou seja, com a elaboração de um modo de percepção propriamente estético que situa o princípio da “criação” na representação e não na coisa representada e que jamais se afirma tão plenamente quanto na capacidade de constituir esteticamente os objetos baixos ou vulgares do mundo moderno. (BOURDIEU, 2000, p. 153).

Em suma, o método de Bourdieu consistia em estudar um determinado campo, tendo como referência um conjunto de conceitos já previamente elaborados (*habitus*, campo, capital, etc.), e estabelecer, no interior do campo, as posições que eram ocupadas pelos agentes e as relações que eram instauradas entre esses e as instituições sociais.

A leitura do *corpus* à luz desses conceitos, aliada à reunião de dados obtidos por meio de pesquisa de campo e bibliográfica, foi que orientou e possibilitou a elaboração de uma tese acerca de como se estabelecem as relações entre os agentes envolvidos no processo de produção literária e inferir como se estabelecem os discursos de autoridade no âmbito social e literário no caso específico da cidade de Pelotas.

Para sistematizar e elucidar tais reflexões, este estudo está organizado em quatro capítulos. Os três primeiros estão organizados a partir dos principais ciclos econômicos identificáveis na trajetória histórica da cidade.

Primeiramente, o ciclo do charque, que se inicia com a povoação da localidade e entra em declínio no fim do século XIX com a expansão da energia elétrica. Desse período, foram destacadas as poesias *Que bela manhã fagueira e risonha* (1860)<sup>2</sup>, de um desconhecido que usava o codinome Alibabá; *Pelotas* (1863), de Antônio Soares da Silva; *À Cândida de Abreu*, *À Melpomene* (1888) e *Pelotas* (1896), de Francisco Lobo da Costa.

O segundo ciclo, que registra intenso desenvolvimento da indústria, inicia-se com a instalação dos primeiros frigoríficos e indústrias que aproveitavam os subprodutos desses, assim como cervejarias, fábricas de biscoitos, de doces, entre várias outras, destacando-se como

---

<sup>2</sup> A poesia *Que bela manhã fagueira e risonha* (1860), de Alibabá, reproduzida diretamente da fonte primária – tal como o romance **A vertigem** (1925), de Jorge Salis Goulart e o conto *Retrato de uma princesa* (1972), de Heloisa Assumpção Nascimento –, teve sua grafia original preservada.

um período de grande prosperidade para a região, especialmente pela geração de empregos. As obras selecionadas desse ou sobre esse período foram **A vertigem** (1925), de Jorge Salis Goulart, **Os fios telefônicos** (1948), de Fernando Melo, e **Enfeitiçados todos nós** (1984), de Lourenço Cazarré.

O último ciclo inicia-se com o declínio da indústria e com a proliferação do comércio, revelando o que seria uma vocação natural da região. Apresentam representações da cidade de Pelotas nessa época, as obras **A superfície das águas** (1997), de Hilda Simões Lopes Costa; **Fóqui & Company** (1999), de Adão Fernando Monquelat, *Retrato de uma princesa* (1972), de Heloísa Assumpção Nascimento e, novamente, **Enfeitiçados todos nós** (1984), de Lourenço Cazarré.

Em cada um desses capítulos, buscou-se expor o contexto histórico, econômico e cultural da cidade, juntamente à investigação interna do campo literário – suas estruturas, agentes e a constituição do *habitus* dos sujeitos envolvidos, ou seja, da trajetória social desses, além da análise das obras, no intento de relacionar o campo do qual fazem parte os autores, com seus *habitus* e suas produções.

No quarto capítulo é apresentado um resgate da origem e das condições de uso dos termos Princesa do Sul e Satolep como modos de representação da cidade de Pelotas, partindo do pressuposto de que a literatura contribuiu e contribui de maneira significativa para a constituição e para a manutenção dessas representações.

---

**CAPÍTULO 1**  
**A CIDADE PRINCESA**

---



Pelotas em 1852.  
Aquarela, por Herrmann Rudolf Wendroth

*Que vês em distância?  
Daqui vejo Pelotas,  
A lúcida princesa – a castelã do Sul –  
Cobre-lhe a clâmide d'ouro das criações ignotas,  
Nada-lhe o olhar de fogo no firmamento azul!*  
[Francisco Lobo da Costa]

Produção cinematográfica brasileira, o filme **Narradores de Javé** (2003) aborda, de um modo muito sensível, o drama de uma pequena comunidade de ribeirinhos que, na iminência de perder sua terra para abrir espaço à construção de uma hidrelétrica, organiza-se para reunir suas narrativas e tentar comprovar seu valor histórico, impedindo, assim, a submersão do local. Para tanto, recorrem ao único habitante que possui o domínio da linguagem e atribuem-lhe a função de escrever a História do Vale do Javé.

No decorrer da narrativa, cada grupo faz-se representar com uma versão que contemple sua especificidade. Logo, os africanos possuem seu relato, as mulheres apresentam seu valor na construção da História e, de maneira sucessiva, todos esses pontos de vista rivalizam pela “verdade”. Além disso, há, nos indivíduos representados, uma necessidade de incluírem-se na história oficial, mostrando como seus antepassados foram importantes à formação da comunidade.

A narrativa de **Narradores de Javé**, elaborada com base na oposição entre memória e história, explícita no enredo, motiva uma reflexão a respeito dos fatores que influenciam na construção de um relato histórico, já que, como afirma o personagem Antônio Biá, ao se referir ao processo de escrita de um texto que até então pertencia à tradição oral do povo, “uma coisa é o fato acontecido, outra coisa é o fato escrito. O acontecido tem que ser melhorado no escrito de forma melhor para que o povo creia no acontecido” (NARRADORES..., 2003).

De acordo com a historiadora Sandra Pesavento,

[u]ma cidade possui seus mitos, suas lendas, suas histórias extraordinárias, transmitidas de boca em boca, de geração em geração, através da oralidade. A história de uma cidade é também o ouvir dizer, o relato memorialístico que se apóia não só na lembrança pessoal de quem evoca, mas também naquilo que foi contado um dia por alguém cujo nome ninguém mais sabe. (PESAVENTO, 2007a, *online*).

Dessa maneira, elementos pertencentes à cultura popular e às tradições acabam fundindo-se aos fatos históricos, ou seja, a História vai sendo construída mais a partir dos relatos de memórias e de testemunhos do que de fontes documentais. Em muitos casos, na ausência de elementos que deem corpo à história, as lendas e os mitos populares, pertencentes até então ao imaginário, são “melhorados no escrito” e ocupam a narrativa.

Esse debate passa longe de restringir-se à ficção. Pelo contrário, o filme, embora não seja inspirado objetivamente em fatos reais, representa, de modo muito elucidativo, a realidade de muitas cidades brasileiras que, desprovidas de documentação histórica, como fotografias, inventários, testamentos e tantos outros registros utilizados para reconstruir de modo mais

fidedigno possível os fatos históricos, acabam recorrendo quase que exclusivamente à tradição oral.

Na narrativa supracitada, uma situação limite obrigou o povo da localidade a perceber a importância de registrar sua história; de modo geral, são diversas as razões que levam um povo a adquirir consciência histórica, assim como diversas são as motivações para a escrita da História. Países que foram colonizados buscaram na historiografia um modo de passar a limpo seu passado e construir a base para os novos tempos; nações em desenvolvimento recorreram, e ainda recorrem, ao registro da história como maneira de valorizar e eternizar seus feitos – assim como pequenas localidades em crescimento.

A proposta de resgatar expressões letradas referentes à cidade de Pelotas apresenta pontos de contato com o princípio explicitado em **Narradores de Javé**. Conjuntamente ao desenvolvimento espacial, econômico e cultural da cidade, cresceu também uma necessidade de registrar esse progresso. No início do século XIX, já se pode identificar alguns esforços esparsos em fixar a história do município, como os estudos e pesquisas de João Simões Lopes Neto, em especial, os que resultaram na **Revista do 1º Centenário** (1912), e as crônicas de Alberto Coelho da Cunha publicadas nos jornais pelotenses **A Opinião Pública** e **Diário Popular** entre 1928 e 1939<sup>3</sup>. Mas foi em 1922 que, a partir da iniciativa da Intendência municipal, foi atribuído o valor de verdade a uma versão da história dessa cidade por meio da obra **A cidade de Pelotas**, de Fernando Osório Filho, tornando-a a história oficial.

Nesse livro foi registrada a história – nos termos de Pierre Bourdieu (2000) – dos detentores de capital econômico e simbólico, a história dos dominantes.

Porém, as forças contrárias também não podem ser ignoradas. Ao passo que a historiografia caminha em direção de uma verdade, de uma narrativa que reúna elementos que lhe atribuam *status* de versão idônea e fiel aos fatos, diversos interesses particulares e/ou coletivos são ameaçados. Diferentes versões que ocuparam o espaço de história oficial ao longo dos anos podem, ainda, corresponder a interesses que as façam rivalizar pelo lugar de verdade. Um exemplo muito corriqueiro, ao se tratar da história do povoado que deu origem à cidade de Pelotas, é a presença de um português, vindo do Ceará, e sua possível contribuição à atividade saladeril na região.

---

<sup>3</sup> Cf. Jéssica Souza (2015, p. 21), entre 1928 e 1939, Alberto Coelho da Cunha, escritor pelotense, publicou uma coletânea de crônicas intituladas *Antigualhas de Pelotas*. Uma primeira parte foi publicada no jornal **A Opinião Pública** e a segunda no **Diário Popular**. Essa documentação encontra-se no acervo da Bibliotheca Pública Pelotense.



Sobre esse impasse – que será comentado em breve –, o professor e historiador Mario Osório Magalhães (1949- 2012), um dos principais propagadores da história do município, em sua última obra, afirma:

existem, é certo, referências de contemporâneos, feitas a Pinto Martins e à sua empresa; nenhuma, porém, menciona datas. **Por isso, então, só se sabe, se repete, se propaga que esse pioneirismo remonta a 1780** – e não a 1778 ou a 1782, por exemplo – **porque se deposita inteira confiança na seriedade dos historiadores locais**, dos nossos antigos pesquisadores que transmitiram, para a posteridade, essa informação. Por sinal, sem que se excetue um só deles, de modo absolutamente categórico; mas também **sem nenhuma preocupação** (como era usual, até pouco) **de revelar em que fonte encontraram, em que documento se apoiaram para autenticar essa data.** (MAGALHÃES, 2012, p. 19, grifos nossos).

De fato, como afirma o professor, não era comum e necessário à historiografia do período o registro ou a referência às fontes consultadas. Isso, contudo, não legitima uma postura passiva ou de rejeição diante dos novos fatos que vêm sendo trazidos à luz. Pesquisas recentes apontam para outras direções, revelando que, dentre os relatos que compõem a História de Pelotas, algumas das informações que “se sabe, se repete, se propaga” ao longo de cem anos são equivocadas, e, portanto, necessitam ser corrigidas. Isso não constitui desvalorização ou desrespeito aos primeiros pesquisadores locais, mas o reconhecimento racional de que na época em que produziram suas contribuições, a história ainda era muito recente e, devido a inúmeros fatores (dentre eles dificuldade de deslocamento, falta de informação, limitações financeiras, etc.), o acesso aos dados era precário.

Poder-se-ia afirmar que, de maneira geral, toda localidade tem seu Antônio Biá, um sujeito que se destaca dos demais intelectualmente, que dispõe de um capital capaz de colocá-lo em um lugar privilegiado na sociedade, a qual legitima essa condição. Nesse sentido, percebe-se que, na dinâmica de formação das cidades, não são os personagens comuns, os representantes das diversas categorias do povo que preenchem as páginas dos livros de História, mas sujeitos sustentados por um campo social estabelecido pela ação de agentes que compartilham as mesmas posições.

No trecho a seguir, retirado do prefácio da segunda edição de **A Cidade de Pelotas** (1922), obra encomendada pela Intendência municipal por razão da comemoração do primeiro centenário da cidade, é possível identificar alguns dos critérios estabelecidos para a definição do perfil de quem poderia escrever a história do município.

E muito bem inspirada andou a nossa municipalidade ao entregar tão ingente tarefa a um pelotense ilustre por todos os títulos, consagrado homem de letras, sociólogo, pensador, estudioso da história pátria e apaixonado pesquisador do passado destes

rincões de Pelotas – Fernando Luís Osorio (filho).  
 Neto de Osorio – o Legendário – e filho do Ministro Fernando Luís Osorio, nasceu Fernando Osorio em 1886. Formou-se com distinção em Direito, na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 1910. (LOPES, 1962 In: OSÓRIO, 1997, p. 9).

Embora não exista nenhum registro documental para tal informação, a maioria das Histórias de Pelotas (LOPES NETO, 1912; MAGALHÃES, 1993, 2002; OSÓRIO, 1997; LEÓN, 1996; entre outros) relaciona o início da povoação da região, que hoje corresponde à cidade de Pelotas, a uma doação feita, em 1758, pelo governador do Rio de Janeiro e comandante-geral das capitanias do sul, Gomes Freire de Andrade, ao coronel Tomás Luís Osório, das terras que ficavam às margens da Lagoa dos Patos. Em sua descendência estão nomes fortemente ligados à história da cidade, como o de Manuel Luís Osório (1808-1879), marquês de Herval, conhecido como “O legendário” por seu desempenho em defesa do império tanto na Revolução Farroupilha (1835- 1845) quanto na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

Seu filho, Fernando Luís Osório (1848-1896), foi advogado, jornalista e ministro do Supremo Tribunal Federal, além de escritor. Seus netos, Fernando Luís Osório Filho (1886 - 1939) e Manuel Luís Osório, destacaram-se na história da cidade: o primeiro, como já citado, foi considerado pela Intendência municipal como o indivíduo que reunia as condições necessárias para escrever a História da cidade de Pelotas; o segundo foi, por mais de uma década, diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, na época uma das primeiras e mais importantes instituições de ensino do Brasil. Neto de Fernando Luís Osório Filho, Mário Osório Magalhães (1949-2012) foi formador de significativa parte dos professores de História da cidade por mais de vinte anos, como docente do Curso de licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas. Escreveu diversas obras sobre a história e a fundação do município, além de ter reeditado a obra do avô, **A cidade de Pelotas**.

Como se pode perceber, a tarefa é delegada a um tipo de indivíduo no qual se destacam a instrução, a riqueza, a tradição e a influência. Ou, nas palavras do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2000), é um sujeito apropriado de capital econômico, cultural, social e simbólico, que tem nas mãos o poder de estabelecer uma versão para a história coletiva.

Consequentemente, essas características são compreendidas pelo leitor comum como fatores indispensáveis para o cumprimento da referida incumbência. Sendo um verdadeiro representante da elite intelectual pelotense, membro de uma família ilustre e tradicional, Fernando Osório, de seu ponto de vista, dispôs as informações às quais teve acesso,

organizando-as de modo a enfatizar a superioridade do povo de Pelotas, que ainda se encontrava envolvido pelos despojos dos tempos de glória.

No entanto, como mencionado anteriormente, pesquisas recentes contradizem diversas das “verdades” históricas, que foram propagadas ao longo de duzentos anos, no que se refere à formação e ao desenvolvimento econômico e cultural da cidade. Pode-se citar, por exemplo, a origem da distribuição das terras que formam a localidade, que não se fundamenta documentalmente; a produção de charque, apontada quase que unanimemente como a atividade econômica responsável pelo crescimento da economia local, vem tendo que dividir seus méritos com a atividade agropastoril (MONQUELAT; MARCOLLA, 2012); há, ainda, diversos estudos que reivindicam a participação dos negros e de outras etnias, junto aos portugueses, na instituição de Pelotas como a “Cidade do Doce” (KOSBY; RIETH, 2008), entre outros. Diante desses relatos e de tantos outros que constituem uma história da cidade, é possível perceber a forte presença dos mitos e das lendas que foram compondo o imaginário dos pelotenses e, na falta de documentos históricos, acabaram dando corpo à História de Pelotas.

Nesses termos, em um estudo que pretende analisar, entre outras questões, a relação da literatura que busca representar ou descrever a cidade de Pelotas com a história da cidade, torna-se relevante empreender esforços para resgatar os discursos oficiais que registram essa história, situá-los sócio-historicamente e analisá-los em relação a seu contexto de produção, circulação e interpretação. De acordo com Bourdieu (2000, p. 244), “o campo do poder é o espaço das relações de força entre agentes e instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural, especialmente)”.

As reflexões de Bourdieu são muito fecundas para subsidiar à perspectiva encontrada nos textos que fazem referência à origem, já que esses textos possibilitam a articulação de uma análise que priorize os agentes envolvidos como foco do estudo em pelo menos dois aspectos: o das estruturas mentais e o das estruturas sociais.

Ao explicar sua proposta teórica, Bourdieu especifica que:

Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito, etc., estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construcionismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupo, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais. (BOURDIEU, 2004, p. 149).

Embora seja fato que, desde a primeira metade do século XVIII, já existem indícios de povoamento na referida região, optou-se, para fins de delimitação temporal, como início deste estudo, o ano de 1812, quando a região, equivalente à cidade de Pelotas, ainda território da então Vila de Rio Grande, foi elevada à categoria de Freguesia de São Francisco de Paula (divisão relacionada à igreja, visto que nesse período, anterior à República, Igreja e Estado ainda estavam imbricados institucionalmente) e começou de fato a organizar-se politicamente.

## 1.1 O CICLO DO CHARQUE

Ao fim da Era dos descobrimentos, quando o território que atualmente corresponde ao brasileiro ainda era disputado por portugueses e espanhóis, uma faixa de terra que margeia um arroio ao extremo sul do Brasil serviu como rota a tropeiros que contrabandeavam gado do Uruguai e da Argentina para o centro do país. Com o passar do tempo, muitos desses acomodaram-se pelas imediações e estabeleceram-se residencial e comercialmente no entorno do Arroio Pelotas.

Além de ser favorável ao deslocamento e ao transporte de produtos, o arroio possibilitava a esses sujeitos errantes integrarem-se a uma atividade promissora para a época: a produção de charque – prática que exigia acesso fácil ao escoamento dos despojos da produção, mais especificamente, restos de carne, vísceras e sangue bovino. A geografia da região fazia-se muito apropriada, pois, afora o Arroio Pelotas, contava também com dois canais, o São Gonçalo e o Santa Bárbara, e com a proximidade da Lagoa Mirim e da Laguna dos Patos.

Em um período em que não era possível conservar os alimentos, a técnica de salgamento da carne era muito valorizada, já que possibilitava estocar, distribuir e transportar esse alimento – recorrentemente utilizado para alimentar os escravizados – por longas distâncias.

Dentre os charqueadores que se estabeleceram na região do Arroio Pelotas, um dos mais famosos foi José Pinto Martins, que, tendo chegado, provavelmente, no fim da década de 1780, fundou uma das mais bem-sucedidas charqueadas da localidade. Devido à escassez de registros históricos acerca da origem da atividade saladeril na região, durante muito tempo acreditou-se – equivocadamente – que o cearense Pinto Martins tivesse sido pioneiro nessa atividade. No entanto, pesquisadores como Aurélio Porto (1954), Paulo Xavier (1971), Helga Piccolo (1980), Adão Monquelat e Valdinei Marcolla (2010) localizaram evidências de que o charqueamento de carne já era prática conhecida na Província de São Pedro há aproximadamente meio século antes da chegada de Pinto Martins.

Outro importante charqueador foi o português Antônio José Gonçalves Chaves, que, além de ter se destacado na área industrial – referenciado por August Saint-Hilaire, em 1820, como o proprietário da mais próspera charqueada da região –, apresentou importantes contribuições para o desenvolvimento de Pelotas, como a introdução do primeiro barco a vapor da província, ainda em 1832, e a publicação da obra **Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil** (1822).

Nessa obra, Chaves apresenta informações organizadas e apontamentos detalhados acerca da situação social e econômica do Brasil, seu desenvolvimento e suas limitações. Além de denunciar a corrupção da administração portuguesa e apresentar uma crítica à coroa por causa da política de doação de sesmarias, Chaves também avalia negativamente o regime escravista, defendendo a necessidade da abolição da escravatura como fator que possibilitaria o fortalecimento econômico do Brasil, à época ainda Reino Unido de Portugal.

Embora tenha sido historicamente reconhecido por seu perfil humanitário, a partir dos registros de Saint-Hilaire (2002), é possível constatar que a preocupação de Gonçalves Chaves com a condição dos africanos escravizados não correspondia a uma atitude humanitária, mas, pelo contrário, era coerente com a manifestação do autor em suas **Memórias**, haja vista o tratamento imposto pelo charqueador e sua família aos escravizados em sua propriedade. Embora possa ser considerado um dos homens mais cultos daquele tempo e obstinado defensor público da causa abolicionista, Chaves revelava-se um sujeito capaz de atitudes de genuína crueldade. Tendo se hospedado na casa do charqueador durante o período que permaneceu na então Freguesia de São Francisco de Paula, o naturalista francês dedicou algumas páginas para registrar informações sobre ele: sua cultura, sua educação, sua riqueza e, em contraste, o que ele chamou de capacidade de efetuar sobre uma criança de sua propriedade um tratamento desumano. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 119-120).

Esse homem, todavia, teve uma influência significativa na formação cultural da cidade de Pelotas, visto que ele assumiu diversas frentes comerciais e políticas, sendo sucedido por seus filhos, que deram continuidade a diversas das atividades do pai, dentre elas, as charqueadas, e ocuparam os espaços conquistados por Chaves na sociedade local.

Embora tenha sua narrativa marcada por uma série de lacunas, contradições e equívocos, é inegável a importância que teve a atividade saladeril na história da formação do povoado que deu origem à cidade de Pelotas.

Somando-se à chegada de imigrantes dos Açores, atraídos pela política de assentamento de casais aplicada pelo governo (por volta de 1750), e à transferência de moradores da Vila do Rio Grande e da Colônia do Sacramento, que sofreram as consequências da ocupação

castelhana (1763), o crescimento das charqueadas contribuiu para o desenvolvimento econômico da localidade. E, mais do que isso, poder-se-ia afirmar que, ao menos ao longo de cem anos, a produção de charque foi capaz de manter a cidade de Pelotas em uma posição privilegiada com relação às outras cidades da província, e até do país.

As condições favoráveis à produção possibilitaram aos charqueadores pelotenses uma inserção no mercado internacional, ao lado dos charqueadores da região platina, além do domínio sobre o mercado interno, já que o charque de Pelotas era escoado por vias fluvial e lacustre até o nordeste brasileiro (TAMBARA, 1995). De acordo com Mário Magalhães (1993, p. 137), assim como iam, essas embarcações voltavam carregadas de mercadorias que à época simbolizavam riqueza, como “mantimentos, móveis, louças, quadros, modas, livros, figurinos e magazines dos grandes centros”.

Além disso, a rotina das charqueadas, as quais se voltavam à produção do charque apenas em uma parte do ano<sup>4</sup>, possibilitava aos proprietários uma diversificação de atividades – principalmente a agropastoril – e um significativo período de tempo livre, no qual a vida cultural da cidade era mais intensa, com seus bailes, reuniões sociais e, especialmente, atividades em torno do teatro e suas variadas atrações cênicas, poéticas, de dança, etc.

A riqueza advinda das charqueadas proporcionou um investimento significativo em educação. Mais especificamente, os charqueadores puderam enviar seus filhos às melhores instituições – inicialmente à Universidade de Coimbra, depois à Academia de Direito de São Paulo, a instituições francesas, à Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, entre outras. (ARAÚJO, 1999; FRANCO, 2004; MAGALHÃES, 1993; MORAIS, 1940).

O resultado desse processo foi a constituição de uma elite econômica diplomada, apropriada de bens culturais e preparada para assumir os espaços públicos na sociedade local e representar a Vila de São Francisco de Paula no cenário político da Província.

Pierre Bourdieu comenta que “a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo” (BOURDIEU, 2007, p. 27). Essa característica pode ser observada nas práticas da sociedade pelotense, já que, com o aumento da riqueza e a inserção em espaços que lhes garantia

---

<sup>4</sup> Conforme relata Gastão de Orléans, o Conde D’Eu (1936), em seus registros de viagem militar realizada pelo Rio Grande do Sul em 1865, a prática do charqueamento de carne era sazonal, sucedendo-se entre os meses de novembro a abril, no máximo maio, devido ao sol intenso que se faz presente nesse período do ano sobre a região, fator essencial para que ocorra a secagem da carne.

influência e poder, muitos dos membros da elite puderam declarar apoio estratégico às investidas políticas do governo imperial (a cedência de escravizados para ingressar nas frentes de batalhas, como na Guerra do Paraguai, ou, ainda, à construção de obras públicas, por exemplo), o que lhes conferiu a concessão de títulos nobiliárquicos e diversos outros privilégios. (MONQUELAT, 2009; 2010).

Nesses termos, as retribuições e as trocas funcionam como um meio de reconhecimento mútuo entre os sujeitos pertencentes a um espaço social. Ainda acerca da manutenção das posições ocupadas no campo social, o sociólogo francês reflete que

[a] topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura de distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social. É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou transformação da estrutura. (BOURDIEU, 2007, p. 50).

Essas retribuições repercutiram diretamente no crescimento e no desenvolvimento da cidade, que foi sendo planejada e ornamentada com prédios imponentes, palacetes e espaços públicos que visavam ostentar riqueza. A inauguração de espaços de sociabilidade, ainda no início do século XIX, como os teatros Sete de Abril, fundado em 1831, e Sete de Setembro, fundado em 1832, além de servirem como um indicativo revelador da preocupação dos habitantes da freguesia (e logo vila)<sup>5</sup> em reproduzir os modelos importados, principalmente da França<sup>6</sup>, é também uma mostra das disputas internas ao campo social.

Nesse período, o teatro era um dos principais espaços para as festividades e realização de atos cívicos, mas se impulsionava cada vez mais para uma existência independente de datas comemorativas e tornava-se um espaço de lazer e diversão cotidianos para a elite pelotense. (SANTOS, 2012; O NOTICIADOR, 1832-1833).

Ao passo que foi adquirindo importância diante da sociedade local, o teatro passou a constituir-se como um espaço de disputas, podendo ser considerado como um dos primeiros

---

<sup>5</sup> Em 1812, a localidade que corresponde aproximadamente à região onde hoje se situa a cidade de Pelotas recebeu o *status* de Freguesia de São Francisco de Paula, que pertencia ao território administrado pela Vila de Rio Grande. Vinte anos mais tarde (1832), diante de seu desenvolvimento econômico e expansão territorial, à freguesia foi outorgada a condição de Vila de São Francisco de Paula. Pouco antes de eclodir a revolta dos farrapos, a vila foi novamente elevada, desta vez, à condição de cidade, e com o nome de Pelotas.

<sup>6</sup> Vale destacar que, devido ao processo de independência, os brasileiros empenhavam-se na busca de uma identidade genuinamente brasileira, assim como de uma maneira de resistência ao império. Não apenas os nativos, mas também os “brasileiros adotivos” objetivavam modelos alternativos ao português.

exemplos de tensão entre campos de poder. De acordo com as notas publicadas no jornal **O Noticiador**, além do Teatro Sete de Abril, do qual se tem registro de atividades a partir de 1831, outro espaço servia como palco para as apresentações culturais em São Francisco de Paula: o extinto Teatro Sete de Setembro, referido, na edição do dia 16 de setembro de 1833, como o “Theatrinho do Collegio de que he Director o Sñr. João Pedro Ladisláo de Figueiredo Lobo” (O NOTICIADOR, 16 set. 1833).

É possível constatar, por meio das notícias veiculadas pelo referido jornal, que havia uma sociedade responsável pelas atividades realizadas no Teatro Sete de Abril, a Sociedade Cênica Teatro Sete de Abril, e outra, a Sociedade Patriótica dos Jovens Brasileiros, que, de acordo com as informações veiculadas no dia 19 de setembro de 1833, era “composta de Mancebos, que frequentão as Aulas”, os quais, além de representações, organizavam cavalhadas e outras atividades culturais.

Desse modo, se na década de 1830 existiam pequenas sociedades e grupos de estudantes que se empenhavam e rivalizavam na organização e representação de roteiros vindos da Europa, da Argentina e, outros, do centro do país, na década de 1850, Pelotas já estava na rota de grupos estrangeiros e nacionais de teatro, dança e música, como a Sociedade Dramática Hispano-Brasileira, a Companhia de Ginástica francesa Hénault, a Companhia Dramática de João Tomás Sirolo, entre outras. (O PELOTENSE, jun./set. 1852).

Ao ser elevada à categoria de vila, São Francisco de Paula tinha pouco mais de dois mil habitantes. O pesquisador Eduardo Arriada, ao referir-se ao crescimento da população da vila, afirma que “o primeiro censo de 1814 acusou 2.419 habitantes” (ARRIADA, 1994, p. 107). Esse número viria a crescer rapidamente. Ainda de acordo com esse autor, “em 1822 atingia 3.400 habitantes, para, em 1830, chegar aproximadamente a 4.300 habitantes no perímetro urbano, e com mais de 500 casas” (ARRIADA, 1994, p. 107) e “pelo censo de 1833 acusava uma população urbana de 4.707 habitantes no recinto da Vila” (ARRIADA, 1994, p. 118).

Nesse momento, a ausência de aulas públicas contrastava duramente com a quantidade e variedade da oferta de aulas particulares, acentuando ainda mais a divisão entre os campos sociais que se constituíam e constituíam a localidade. **O Noticiador** registra, em 1832, a existência de três colégios – de João Ladislau de Figueiredo Lobo, de Antônio José Domingues e de João Maria Berthet – e duas aulas de primeiras letras – de Manuel Américo da Silva Braga e de José Duarte Silva. “Mais de vinte anos depois, encontravam-se em funcionamento os colégios União, São Francisco de Paula, de Carlos de Koseritz, a Casa de Educação Literária, de Antônio de Vasconcelos Vieira Diniz, e São Francisco de Paula, para meninas, de Ana



Ramos Soares” (MOREIRA, 2013, p. 125). Além do Colégio de Santa Bárbara, de Luís José de Campos, que funcionou em 1848.

Como o material disponível para consulta a respeito do período estudado é extremamente escasso, por meio de pesquisas em inventários, testamentos e anúncios de livros em jornais da época, partiu-se em busca das condições que possibilitaram o florescimento da literatura nessa localidade: os investimentos em educação; o interesse por línguas estrangeiras, música, teatro; a presença de livros e a natureza desses; a circulação das primeiras obras publicadas em Pelotas; e a presença de pelotenses em organizações e sociedades literárias, ainda no início do século XIX.

Na primeira metade do século – ou até o advento da imprensa pelotense – foi possível registrar apenas algumas manifestações literárias esparsas, ou seja, publicações de poesias nos jornais das cidades vizinhas, como Rio Grande e Porto Alegre, e impressões de folhetos com sonetos e odes, que tinham como objetivo ser lidos em festividades cívicas. Também os temas podem ser classificados como cívicos e diretamente relacionados ao contexto político em que se encontrava a cidade, a Província e a nova Nação.

Nas fontes disponíveis desse período, foi possível identificar as publicações de Antônio José Domingues, professor e poeta atuante na vida cultural pelotense; de alguns de seus alunos, Antônio José Caetano da Silva Filho (Jaguarão, 1817 - Rio de Janeiro, 1865), L. S. Flores (de quem não se alcançou nenhuma informação conclusiva) e um terceiro, de pseudônimo “O Inimigo dos Restauradores”, além de Mateus Gomes Viana (1809-1839), o qual, provavelmente, tenha sido o primeiro pelotense a publicar poesias. (O NOTICIADOR, 20 maio 1833; 17 out. 1833; 27 nov. 1833; 15 dez. 1834; O LIBERAL RIO-GRANDENSE, 26 maio 1836).

A partir da segunda metade do século XIX, com o advento da imprensa pelotense e mediante a preservação de parte dos jornais do período, é possível localizar um número mais significativo de produções literárias de escritores locais. Nessa época, registra-se, também, a presença de algumas obras que foram reproduzidas de outros periódicos ou enviadas para publicação, como o folhetim *O corsário*, de José Antônio do Vale Caldre e Fião, veiculado no jornal **O Brado do Sul** por aproximadamente um ano, entre 1852 e 1853.

Foi também n’**O Brado do Sul** que, em 6 de janeiro de 1860, foi publicada a primeira poesia que apresenta uma referência objetiva à cidade de Pelotas como “princesa do sul”, termo que, posteriormente, foi adotado como título para a cidade.

Poucos anos depois, o estudante de Direito nascido em Bagé, Antônio Soares da Silva, publicaria a provável segunda mais antiga referência conhecida. Em seus versos, publicados

em São Paulo, em 1863, Silva discorre: “A Pátria orgulhosa de tantos primores/ Te aclama Princesa dos Campos do Sul” (SILVA, 1863 In: IBGE, 1959, p. 40).

Nesse período, considerado o auge do desenvolvimento econômico e cultural da cidade, além dos elevados níveis de analfabetismo e da escassez de aulas públicas, Pelotas ainda não contava com uma biblioteca pública, com um gabinete de leitura ou, ao menos, com uma sociedade literária, muito comum na época.

Na década de 1870, essa situação já vinha sendo denunciada na imprensa, como se pode perceber no excerto a seguir, publicado no **Correio Mercantil** por seu redator, Antônio Joaquim Dias:

Bibliotheca publica. – Segundo parece, toma vulto a utilíssima idéa de fundar-se n’esta cidade uma bibliotheca publica, abrangendo o character de sociedade litteraria, para melhor attender ás aspirações e conveniencias de todas as classes sociaes. Por nossa parte, não podemos deixar de aplaudir tão importante pensamento que attende a uma das maiores necessidades d’esta cidade e dedicar-lhe desde já o nosso insignificante apoio.  
É preciso marchar.  
Porto Alegre, Rio Grande e quase todas as localidades do interior do sul da provincia já de há muito possuem soberbas bibliothecas e florecentes sociedades que offerecem uma instrucção facil e economica a todos quantos cultivam o espirito e acompanham o progresso da civilisação.  
Só Pelotas, a mais rica cidade da provincia, não possui nem uma bibliotheca, nem uma sociedade litteraria, nem um gabinete de leitura regularmente organizado.  
Esta indifferença é prejudicial aos creditos e adiantamentos da população.  
O progresso intellectual de qualquer localidade deve estar em relação com o seu progresso material. (CORREIO MERCANTIL, Pelotas, 10 nov. 1875).

Dias enfatiza o fato de o desenvolvimento intelectual da cidade não acompanhar seu crescimento econômico, questão que contrasta com a imagem construída e propagada da cidade de Pelotas, já que em 1871, a capital gaúcha inaugurava sua biblioteca; desde 1846, a cidade de Rio Grande já tinha a sua; porém, a considerada “Capital Cultural do Rio Grande do Sul” não contava com nenhum espaço institucionalizado de suporte e incentivo às práticas de leitura públicas ou individuais.

Como indica Renata Braz Gonçalves (2010), várias matérias eram veiculadas nos jornais locais da época,<sup>7</sup> na expectativa de sensibilizar todos os estratos da população acerca da importância e da urgência de criação de uma biblioteca. A autora observa que “a falta de uma biblioteca pública era considerada uma lacuna na vida intelectual da sociedade pelotense” (GONÇALVES, 2010, p. 149) e destaca que, no caso de Pelotas, a iniciativa de criá-la não partiu do governo, mas da consciência e da mobilização da população que, por meio de

<sup>7</sup> JORNAL DO COMÉRCIO, 9 nov. 1875; CORREIO MERCANTIL, 10; 12; 14 nov. 1875.

campanhas nos jornais, de quermesses e outras promoções, arrecadou, além de livros, o necessário para iniciar a construção do prédio e a aquisição do acervo.

Ao refletir sobre o crescimento da cidade e as contradições entre a cultura e o enriquecimento de sua elite, ainda no século XIX, Glenda Dimuro Peter (2007, *online*) afirma que “a razão para o desenvolvimento cultural de Pelotas também está no fato de que, assim como os grandes centros urbanos da época, Pelotas buscava ‘europeizar-se’, dando importância ao comportamento educado, às boas maneiras, aos hábitos e costumes europeus”. Desse desenvolvimento cultural, o que é de fato passível de comprovação é uma adesão dos pelotenses aos hábitos europeus, à moda parisiense, à arquitetura ostensiva.

Tais incoerências entre a história contada nos livros sobre a cidade – seu povo, sua cultura, seus hábitos – e os fatos que podem ser observados ao se consultar suas fontes primárias revelam a importância dos periódicos e demais materiais quando se pretende partir em busca de fatos que, ao longo dos anos, foram sendo relegados ao esquecimento; do mesmo modo, são imprescindíveis também quando se pretende resgatar a consciência e a visão que determinadas sociedades tinham de si mesmas.

Pelas páginas d’**O Noticiador** é possível reconhecer o orgulho que a ascensão econômica despertava na elite local. Por meio de artigos publicados em jornais na época, pode-se perceber a exacerbação ao crescimento da vila, como revela o excerto a seguir, retirado de uma correspondência enviada por Antônio José Domingues, professor e poeta português radicado em Pelotas, ao jornal rio-grandino:

Se o crescimento rapido da população dos Estados Unidos do Norte tem causado admiração geral, muito mais deve espantar o crescimento prodigioso da população da nova Vila de S. Francisco de Paula; que se quando creada em Freguesia debaixo do Antropofago systema despotico á pouco mais de 18 annos, e lutando sempre com sucessos varios, que entorpecerão sua marcha soberba; appresenta hoje huma das mais brilhantes povoações do Brasil, quer seja considerada em Commercio, quer em posição magestosa, edeficios e arruamentos, e quer finalmente em população. (O NOTICIADOR, 21 maio 1832).

Embora só tenha alcançado a “Era da imprensa” na década de 1850, informações como essas, acerca da vida cultural, e tantas outras sobre a vida comercial de São Francisco de Paula puderam ser recuperadas por meio de pesquisas no periódico **O Noticiador**, da Vila de Rio Grande. Esse jornal foi publicado e distribuído na região entre os anos de 1832 e 1836, quando, com o início da “revolta dos farrapos”, seu editor e proprietário, Francisco Xavier Ferreira, transferiu-se para Porto Alegre, para integrar-se à Assembleia Legislativa Provincial. (MOREIRA, 2013).

Ao longo de seus quatro anos de circulação, **O Noticiador** registrou o crescimento e o desenvolvimento de São Francisco de Paula, sua elevação à vila (1832) e, posteriormente, à cidade de Pelotas (1835), às vésperas de eclodir uma guerra regional contra o império, que veio durar dez anos. Durante os anos da revolta, a cidade não foi atingida de modo extremo, mas parte da população, principalmente os pequenos comerciantes e agricultores, tiveram perdas significativas, devido às constantes invasões de tropas farroupilhas e imperiais.

À época, aproximadamente trezentas crianças recebiam atendimento escolar, o que equivaleria a menos da metade do número total de crianças da vila, sendo que, dessas, apenas vinte e uma não pagavam. Entre as aulas oferecidas, pode-se citar: Primeiras letras, Gramática portuguesa, Francês, Desenho, Música e Aritmética prática e demonstrativa. (O NOTICIADOR, 5 abr. 1832). Após a revolta, vários colégios e aulas particulares foram abertos, como os de Carlos de Koseritz, Antônio Luís Soares e Antônio José Domingues. Com a expansão dos ambientes educacionais, prepara-se um público leitor que justificaria a razão de ser dos diversos hebdomadários e demais periódicos que passaram a circular em Pelotas na segunda metade do século XIX.

Além das aulas públicas, outro setor prejudicado pelo início da “revolta dos farrapos” foi o de entretenimento e lazer. O Teatro Sete de Abril teve sua sede recém-inaugurada tomada por farroupilhas e suas atividades suspensas; a vida cultural da cidade, de modo geral, foi refreada, já que os moradores mais abastados se refugiaram em localidades vizinhas, fora da rota de confronto entre imperiais e farroupilhas, deixando para trás suas residências, estabelecimentos e demais propriedades. (MOREIRA, 1989; NASCIMENTO, 1989). Embora com o esvaziamento da zona urbana o comércio também tenha sido prejudicado, em termos econômicos, a cidade manteve certa estabilidade.

Uma parte significativa da população de matriz africana, que foi maioria na cidade ao longo do século XIX, morreu em combate, aliciados a lutar pela promessa de liberdade. (FACHEL, 2002; MAESTRI, 1993). Neste período, o tráfico de africanos vinha sendo reprimido, no entanto, é possível encontrar nos jornais da época denúncias da chegada de grupos oriundos de outras regiões do Brasil para integrar a massa de trabalhadores. (NOTICIADOR, 1835). A demanda permanente dessas propriedades exigia um número elevado de mão de obra.

Outro fato, conhecido por meio de anúncios em jornais de Montevideú e de documentos de registro da fronteira do Uruguai, revela a entrada de alguns estancieiros e charqueadores locais e o aluguel de seus escravizados no país vizinho, como é o caso de Antônio José Gonçalves Chaves e seu sogro Joaquim José da Cruz Secco. (O NOTICIADOR, 25 jan. 1834;

MONQUELAT, 2009; MONQUELAT, 2010). Esse procedimento possibilitou que, finda a guerra, os proprietários pudessem retomar suas atividades normalmente.

Os registros do viajante francês Arsène Isabelle, que visitou a região onde se localiza Pelotas em 1835, destacam a importância das transações comerciais realizadas na pequena cidade, afirmando que “toda a parte sul, desde São Gabriel (ao centro) até o Prata, e mesmo a fronteira nordeste da Banda Oriental, são abastecidas por São Francisco de Paula” (ISABELLE, 2006, p. 259). Isabelle chamou atenção também para “o grande número de edifícios que se constroem diariamente” (ISABELLE, 2006, p. 259), apresentando esses fatores como atrativos aos investidores estrangeiros. Além disso, registrou suas impressões quanto ao Teatro Sete de Abril, que para ele era “um teatro muito bonito, realmente elegante e cômodo” e à existência de “apenas uma tipografia”<sup>8</sup>, embora circulassem vários jornais políticos.

As impressões que viajantes como August Saint-Hilaire e Arsène Isabelle registraram sobre a localidade confirmaram-se com o passar dos anos. Em 1841, o alemão Luiz Eggers instalou-se com sua fábrica de sabão, cola e velas às margens do Arroio Pelotas – localização muito apropriada, visto que aproveitava, como matéria prima, produtos que seriam descartados pelas charqueadas. (AVÉ-LALLEMANT, 1953). A atividade saladeril, além de por si só ter se constituído como um fator capaz de elevar economicamente a região, ainda serviu como propulsora para a instalação de outras indústrias.

O significativo movimento comercial motivou, em 1846, a aquisição de uma área para a construção de um Mercado Público, que ocorreu entre os anos de 1849 e 1853. O projeto previa uma cisterna para o abastecimento de água potável e tinha um código de posturas, que regulava a entrada e permanência de negros e animais na praça e no espaço interno do Mercado, entre outras questões. (MONQUELAT, 2017, *online*).

A Lei Eusébio de Queirós, promulgada em 1850, proibia a importação de africanos para serem escravizados, o que começou lentamente a alterar o modo como as relações de trabalho nas charqueadas eram estabelecidas. A cidade alcançou seu ápice econômico na década 1860, mantendo-se nessa condição até a década de 1890. (MAGALHÃES, 1993).

A cada ano, novos índices revelavam o crescimento local. Em 1864, o alemão Frederico Carlos Lang (1836-1899), chegado ao Brasil em 1861, após ter trabalhado alguns anos na fábrica de sabão de Luiz Eggers, comprou o estabelecimento desse e fundou a fábrica F. C.

---

<sup>8</sup> Não foi possível localizar informações sobre tal tipografia e nem confirmar sua existência. O primeiro registro de imprensa nessa cidade data de 1848, com o livreto didático **Exposição dos elementos de aritmética**, de Antônio Luís Soares (1805-1875), publicada na tipografia de Luís José de Campos. Acredita-se que anteriormente, as impressões eram encomendadas às tipografias rio-grandinas.

Lang & Cia. Em 1878, Lang levou os filhos para a Europa, na expectativa de garantir-lhes “uma educação técnica profissional adequada” (LOPES NETO, 29 fev. 1912, p. 72). De acordo com João Simões Lopes Neto (29 fev. 1912, p. 73), em 1912, a fábrica empregava cem operários. A F. C. Lang & Cia produziu sabão perfumado, sabonetes finos, velas de sebo e de cera, óleos, além de ter atuado no cultivo e criado engenhos para o beneficiamento de arroz. As atividades da fábrica foram encerradas em 2000.

No fim da década de 1870, Carlos Ritter (1851-1926) transferiu-se de São Leopoldo para Pelotas, onde fundou a Cervejaria Ritter, às margens do Arroio Santa Bárbara. (BEISER, 2009). Ritter teve um papel importante no cenário econômico e cultural da cidade ao apoiar o desenvolvimento comercial, agrícola e industrial da região, além de investir no Colégio Alemão de Pelotas, que foi nomeado Colégio Carlos Ritter em sua homenagem. Essa instituição manteve-se em atividade de 1898 a 1942.

Em pleno século XXI, ainda é visível a influência da cultura francesa sofrida pela cidade em seu período de apogeu. Nos últimos anos do século XIX, um número significativo de jovens pelotenses visitou a França ou lá residiu, entrando em contato direto com o ambiente e as tendências culturais e artísticas da *belle époque*. Alguns dos resultados desse contato podem ser percebidos por meio da arquitetura eclética, que predomina entre as construções da época, das peças que eram representadas no teatro, dos trajes, entre outros fatores.

Em relação à arquitetura, pode-se dizer que, em oposição a outras tendências arquitetônicas, o estilo eclético privilegiava a aparência em detrimento da praticidade e da função que os prédios deveriam cumprir. Essa tendência legou a Pelotas um conjunto de espaços e construções decoradas e carregadas de ornamentações supérfluas, porém de inegável valor artístico e beleza. (SANTOS, 2011, *online*).

Nos anos seguintes a Guerra do Paraguai (1864-1870), o surgimento de um número considerável destes prédios contribuiu para a constituição da imagem de cidade opulenta, rica e culta que ainda se perpetua: os prédios da Bibliotheca Pública Pelotense (1881), do Paço Municipal (1881), da Escola Eliseu Maciel (1883), da Santa Casa de Misericórdia (1884), os casarões do entorno da Praça da República, atualmente, Praça Coronel Pedro Osório, entre tantos outros; além da importação da caixa d’água<sup>9</sup> da Praça Piratinino de Almeida (1875) e de

---

<sup>9</sup> De acordo com as informações constantes no Portal do SANEP, a “caixa d’água é um dos quatro bens tombados de Pelotas no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Ministério da Cultura. O reservatório está registrado no livro de Belas Artes, sob a inscrição nº 561, processo 1064-T-82, com data de 19 de julho de 1984. Os outros bens tombados de Pelotas são as Casas da Praça Coronel Pedro Osório, 2, 6 e 8, o Obelisco Republicano e o Teatro Sete de Abril”.

quatro chafarizes<sup>10</sup> para o abastecimento de água à população. O rápido desenvolvimento é inegável. Na década de 1870 a cidade já se encontrava significativamente industrializada e urbanizada.

Porém, se por um lado era desenvolvida economicamente e tinha acesso a bens culturais, por outro lado era limitada em termos de infraestrutura. Em 1873, instalou-se em Pelotas a Companhia Ferro Carril e Cais de Pelotas, responsável pelo transporte urbano de passageiros e de cargas; pela instalação de um cais e de linhas férreas no município. (OLIVEIRA, 1998).

Embora possa ser considerada um avanço para a vida cotidiana da população, a trajetória da companhia ficou atrelada a uma série de descontentamentos e críticas registrados em jornais da época. (CORREIO MERCANTIL, 1875; 1876). De acordo com os periódicos, usando bondes movidos por pares de burros, a empresa garantia, precariamente, o transporte coletivo de passageiros: as acomodações eram insalubres, os animais praticamente torturados e o atendimento dos cocheiros era rude e pouco profissional. (OLIVEIRA, 1998).

Além disso, de acordo com os hebdomadários e demais periódicos da cidade, como o **Correio Mercantil** (1875), o **Cabrion** (1879-1881), o **Zé Povinho** (1883), e o **A Ventarola** (1887-1889), as praças eram tomadas por capim, cães eram abatidos em via pública e seus despojos não eram recolhidos pelo poder administrativo, o acesso à iluminação e ao abastecimento de água era precário, o saneamento básico não era oferecido e as noções mais básicas de higiene eram ignoradas, o que acarretava um sem fim de doenças e epidemias, como a de febre tifoide, que atingiu grandes proporções e dizimou muitos jovens em 1880, além da varíola em 1887 e da febre amarela em 1889. Essas questões, que eram frequentemente denunciadas nos jornais, demoraram muito mais do que o esperado pela população para ser resolvidas, revelando, como aponta o professor e pesquisador Aristeu Lopes (2006), “o outro lado da ‘Princesa do Sul’”.

A demora com que foi fundado o Gabinete de Leitura e o, relativamente, tardio surgimento de escritores locais revelam que foram esparsas as manifestações que constituíram a “vida cultural” da cidade no século XIX. Apenas na segunda metade do século, registra-se a permanência de Antônio José Domingues (1791-1860) no cenário intelectual e literário

---

<sup>10</sup> O primeiro foi instalado em 1873 na Praça Pedro II (atual Coronel Pedro Osório); o segundo foi colocado na Praça da Matriz (em frente à catedral católica), também em 1873, sendo que seu paradeiro desde os primeiros anos do século XX é desconhecido; o terceiro foi instalado na Praça Domingos Rodrigues em 1874 e transferido para o Calçadão (cruzamento das ruas Andrade Neves e Sete de Setembro) em 1981; o quarto chafariz foi instalado em um terreno situado na esquina das ruas São Miguel (atual Quinze de Novembro) e Santo Ignácio (atual Gomes Carneiro) em 1876 (onde atualmente localiza-se o Corpo de Bombeiros), tendo sido, em 1910, transferido para a Praça Floriano Peixoto, atual Cypriano Barcellos. (MONQUELAT; PINTO, 2012).

pelotense e o início das contribuições de Carlos de Koseritz (1834-1890)<sup>11</sup>; ao mesmo tempo em que começam a despontar os primeiros poetas e romancistas locais, como Bernardo Taveira Junior, que, embora tenha nascido em Rio Grande, residiu a maior parte de sua vida em Pelotas (1836-1892), Francisco Lobo da Costa (1853-1888), Alberto Coelho da Cunha (1853-1939), também conhecido por seu pseudônimo Vitor Valpírio, Francisco de Paula Pires (1846-1915) e Paulo Marques de Oliveira Filho (1857-1884).

Partindo da consulta de dados objetivos, é possível concluir que será a partir do fim da década de 1870 que a cidade de Pelotas, já destacada no cenário sul-rio-grandense por sua industrialização e avanços do processo de urbanização, começou a enquadrar-se no que poderia ser considerado como uma cultura civilizada para a época. A partir desse período, também puderam ser registradas várias manifestações acerca da necessidade de instrução, da propagação dos ideais abolicionistas e da conscientização sobre os padrões mínimos de higiene, fatores recorrentes na imprensa.

## 1.2 PELOTAS, A PRINCESA DO SUL

É bastante provável que o pelotense precursor na publicação de literatura tenha sido o advogado, promotor e vereador Mateus Gomes Viana (1809-1839), que, desde o início da década de 1830, divulgava algumas de suas poesias em jornais como **O Noticiador** (1832-1836) e **O Liberal Rio-Grandense** (1835-1836), ambos impressos na cidade de Rio Grande (RS). No entanto, entre a produção conhecida de Viana não foi possível localizar nenhuma referência a sua cidade natal.

Viana direcionou seu foco para alguns dos principais eventos históricos e políticos da época. Dedicava-se a enaltecer o jovem imperador D. Pedro II e a liberdade que esse, em sua opinião, representava para o povo brasileiro. A partir da leitura do que até então foi possível recuperar de sua obra, constata-se que no início da revolta, o jovem poeta era favorável aos farrapos, mas que pouco tempo depois, tendo identificado nesses ideais republicanos, apresentou-se ao presidente da Província de São Pedro e transferiu seu apoio aos monarquistas.

---

<sup>11</sup> Ambos, embora não fossem pelotenses, mantiveram uma relação estreita com a vida cultural da cidade por um longo período. O português Antônio José Domingues, na condição de professor, poeta, membro eleito para o Conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da Vila de São Francisco de Paula por diversos mandatos, atuou como agitador cultural na cidade até seu falecimento em 1860. Carlos de Koseritz permaneceu por pouco mais de uma década na cidade, entre idas e vindas a Rio Grande, antes de transferir-se para Porto Alegre. Nesse período, exerceu as atividades de professor, comerciante de livros, editor, tipógrafo, tradutor e escritor.



Com o início da revolução, em 1835, alguns jornais foram fundados na região com a expectativa de difundir a ideologia de farroupilhas ou de imperiais; no entanto, a maioria teve uma existência efêmera. **O Noticiador**, em circulação desde fevereiro de 1832, principal espaço usado pelos pelotenses para divulgação de atividades comerciais, participação de casamentos, nascimentos e falecimentos, entre outras funções, encerrou suas atividades entre o fim de 1835 e o início de 1836.

Visto que apenas em 1851 o primeiro jornal pelotense foi publicado, registra-se uma lacuna e um resfriamento no desenvolvimento cultural da cidade nessa época. Alguns folhetos impressos e escassos poemas enviados para periódicos da região compõem a produção do período e carecem de uma investigação mais detalhada.

O primeiro texto no qual se pode reconhecer algum tipo de alusão a Pelotas foi redigido por um cidadão de origem desconhecida; talvez um pelotense, talvez alguém que por um período da infância ou da juventude tenha residido nessa cidade, tendo em vista a maneira carinhosa e saudosa por meio da qual se refere à cidade e pela referência à presença dos pais nela: “Recorda-me cá vida completa d’encantos / No lado **d’aqueles, que me deram o ser!**” (O BRADO DO SUL, 6 jan. 1860, p. 1, grifo nosso).

O poema sem título publicado no jornal **O Brado do Sul** de 6 de janeiro de 1860 e assinado por um correspondente de Jaguarão (RS), identificado apenas pelo codinome Alibabá, embora não apresente atributos significativos, sob o ponto de vista formal, e nem densidade, se for levada em consideração a abordagem do conteúdo, encontra-se em consonância com a produção dos poetas românticos do período.

Observando-se o espaço que foi disponibilizado ao poema na primeira página do jornal (ver anexo), é possível inferir que sua forma tenha sido sacrificada, já que as rimas – precárias, mas existentes – dão certa plausibilidade à suposição de que ele, originalmente, estivesse organizado em três quadras, todas com rimas externas e assonância entre os segundos e os quartos versos de cada uma: “Sul/azul”, “esquecer/descrer” e “ser/ter”, o que lhe confere alguma musicalidade, como se pode perceber na transcrição que segue:

- 1 Que bela manhã fagueira e risonha
- 2 Offereces, oh tu **princesa do Sul**
- 3 Tuas bellas campinas, teu todo m’encantam.
- 4 É gentil o teu céu, é gentil seu azul!
  
- 5 Os bellos trinados de teus passarinhos
- 6 Me lembram saudades que quizera esquecer.
- 7 Recordam-me protestos d’amor innocente
- 8 D’amor que m’inha alma não pôde descrer!

- 9 Recorda-me cá vida completa d'encantos  
 10 No lado d'aquelles, que me deram o ser!  
 11 Recordam-me a patria os propios amigos  
 12 Se bem que sinceros jamais pude ter!!  
 (O BRADO DO SUL, 6 jan. 1860, p. 1, grifo nosso).

Na primeira estrofe, o eu-lírico apresenta um elogio à beleza natural da cidade, atribuindo a esse cenário, na segunda, a propulsão de reminiscências de seu passado, que vão sendo elencadas superficialmente na transição da segunda para a terceira estrofe, como um amor inocente, os pais e os amigos.

Quanto à temática, o pequeno poema apresenta questões caras à primeira geração de românticos, como o sentimento de valorização e saudade do passado. Saudade essa apresentada de modo paradoxal, pois embora as lembranças sejam representadas positivamente, o eu-lírico manifesta o desejo de esquecê-las: “Me lembram saudades que quisera esquecer.” (v. 6). As características da terra descrita justificam a tematização da saudade, a evocação de um passado que tanto poderia ser a infância como a juventude do eu-lírico, visto que ele se encontra distante temporal e espacialmente do local descrito, como é possível constatar a partir de trechos como: “Recordam-me protestos d'amor inocente” (v. 7) e “Recorda-me cá vida completa d'encantos” (v. 9).

Vale ressaltar uma oposição espacial entre a “princesa do Sul” e o local onde encontrava-se o eu-lírico no momento da enunciação, não especificado no texto, identificada apenas pela referência à cidade como “cá” (v. 9) e “pátria” (v. 11). Alibabá, ao longo do mês de janeiro de 1860, atuou como correspondente do jornal **O Brado do Sul** de Jaguarão, cidade gaúcha que faz divisa com Rio Branco, no território uruguaio. Levando-se em consideração que as fronteiras não estavam tão claramente definidas no período<sup>12</sup>, é possível que o escritor, em Jaguarão, se julgasse expatriado ou que realmente vivesse no Uruguai.

Outra característica romântica a ser destacada é a exaltação à pátria: “Recordam-me a pátria os próprios amigos” (v. 11) – vocábulo que, nesse caso, pode ter sido usado com a conotação de terra natal, a cidade, referida também como “princesa do Sul” (v. 2) no texto. A partir de tais termos, além de marcas de ufanismo, podemos reconhecer outras características do período, como a valorização da cor local e a personificação da cidade.

---

<sup>12</sup> Jaguarão foi elevada à categoria de cidade em 1833, desvinculando-se de Rio Grande. Entre 1835 e 1845, após vários tratados e acordos, os limites territoriais da província voltaram a ser questionados e seu território foi objeto de cisão pela República Rio-Grandense. Seus limites territoriais com o Uruguai só foram estabelecidos definitivamente em 1850. (MAESTRI, 2010; FRANCO, 2007)

A personificação, não apenas com relação à cidade, como se pode identificar por meio da apóstrofe “oh tu princesa do Sul” (v. 2), mas também no todo do poema, como em “É gentil o teu céu, é gentil seu azul!” (v. 4), verso no qual é atribuída ao céu uma característica humana.

Ao reconstituir Pelotas como um espaço da memória, o eu-lírico recorre a elementos idealizantes da natureza: “manhã fagueira e risonha” (v. 1), “belas campinas” (v. 3), “céu [...] gentil” (v. 4) e “trinados de [...] passarinhos” (v. 5), compondo positivamente um ambiente bucólico. A apresentação desse ambiente é impregnada de subjetivismo – o eu-lírico refere-se predominantemente a si próprio, o que pode ser constatado pelo uso de pronomes reflexivos e verbos conjugados na primeira pessoa do singular em oito dos doze versos.

Com um vocabulário bastante simples e carregado de adjetivos, o poema consiste em uma lembrança. A descrição de um tempo e de um cenário pastoril, com dias de sol e o canto dos pássaros, transmite um sentimento de nostalgia, no entanto, o eu-lírico não se queixa de seu momento presente ou manifesta a pretensão de voltar ao passado e, inclusive, salienta alguns pontos negativos, como a falta de confiança nos amigos, afirmando acerca desses: “Se bem que sinceros jamais pude ter!!” (v. 12).

O forte vínculo afetivo entre sujeito e cidade expresso nesse texto poético também pode ser reconhecido na poesia *Pelotas*, publicada em 1863 por Antônio Soares da Silva.

De acordo com Sérgio da Costa Franco (2004, p. 9), Soares da Silva fez parte da turma de 1867 da Academia de Direito de São Paulo; sabe-se, também, que ele nasceu em Bagé, em 1842, e era filho de Ismael Soares da Silva e Dorotéia de Medeiros Costa. Foi deputado provincial entre os anos de 1873 e 1876 e exerceu a advocacia em Bagé até seu falecimento, em 3 de dezembro de 1898. Sua passagem pelo universo literário foi tímida e rápida, porém, pelo desconhecimento dos pelotenses acerca da poesia publicada n’**O Brado do Sul**, Soares da Silva foi, por anos, reconhecido como o primeiro a registrar o termo “Princesa do Sul” como referência a Pelotas.

Logo, “Alibabá” e Antônio Soares da Silva são considerados, a partir da perspectiva deste estudo, dos primeiros produtores do sistema literário pelotense, os que pretenderam, de algum modo, retratar ou representar a cidade de Pelotas. Em seu último verso, a poesia de Silva registra uma referência à Pelotas como a “Princesa dos Campos do Sul” (SILVA, 1863. In: IBGE, 1959, p. 40).

- 1 Cidade formosa, Indiana das várzeas
- 2 A Itália invejara teu céu tão azul
- 3 E a Pátria orgulhosa de vastas florestas
- 4 Encantas sorrindo nos campos do sul

5 Aos ventos gelados do rude pampeiro  
 6 Tu soltas as tranças e as vestes de anil  
 7 A margem sentada de um rio orgulhoso  
 8 Nas águas te miras qual ninfa gentil  
  
 9 Nas noites formosas, na praia, sozinha  
 10 Envolta em vapores, te vejo a cismar  
 11 Até que adormeces ao som das cantigas  
 12 Que solta o romeiro no rio a vogar.  
  
 13 O sol luminoso que ao longe desponta  
 14 De um leito de flores te vem despertar;  
 15 E um raio ligeiro no espaço cruzando  
 16 Tua face nevada vem cedo beijar.  
  
 17 Nas tardes serenas de estio calmoso  
 18 Campeia sultana no meio das flores;  
 19 E ao longe o oceano de ti namorando  
 20 No afã de beijar-te redobra rumores.  
  
 21 Ó sílfide aérea, Indiana das várzeas  
 22 Que os pampas adoram vestida de azul,  
 23 A Pátria orgulhosa de tantos primores  
 24 Te aclama **Princesa dos Campos do Sul**.  
 (SILVA, 1959, grifo nosso).

Embora o título atribuído à cidade de Pelotas seja o de “Princesa do Sul”, tendo em vista tratar-se de um poema hendecassílabo, com acento nas 2<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> sílabas, a inserção da expressão “dos Campos” interposta na maneira usual pode ser justificada pela necessidade de manter o número de sílabas poéticas e a posição da rima neste último verso: “sul” (v. 24) com “azul” (v. 22).

É possível reconhecer na poesia de Soares da Silva uma razoável influência da estética neoclássica, como as referências a elementos da mitologia pagã greco-latina – “ninfã” (v. 8) e “sílfide aérea” (v. 21) – e a própria forma. O poeta mescla a busca por uma forma clássica, o hendecassílabo, com a liberdade de estrofes que só apresentam rimas nos 2<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> versos de cada quarteto, alternando entre versos regulares e brancos.

A natureza descrita, que no texto funciona como a construção imagética da própria cidade, é enaltecida ao longo de toda a poesia. A escolha de privilegiar o viés campestre ao caracterizar Pelotas como uma mulher revela marcas inerentes ao período romântico. Para compor esse ambiente bucólico, foram inseridos na poesia alguns aspectos geográficos e climáticos da região, como os ventos gelados, as várzeas, o pampa, os rios, a praia e a proximidade com o oceano. Compreendendo-se que esses elementos são destacados como meio de valorização da cidade de Pelotas, é patente a intenção do eu-lírico de evidenciar suas belezas naturais com o propósito de atribuir-lhe uma posição de destaque, como se toda a natureza a estivesse reverenciando.

Para dar corpo a essa representação, o poema apresenta um número considerável de adjetivos que qualificam a cidade-tema, buscando justificar como essa se destaca mesmo diante da beleza da Itália (v. 2) – provavelmente citada por sua relevância cultural à época – e a outras belezas naturais da própria pátria (v. 3) – que, diferentemente do poema anterior, nesse, parece referir-se ao Brasil como um todo – e, especialmente, ao entorno, à região pampeana, de modo que o poema inteiro se resume a um elogio à cidade.

Por meio do uso de símiles, como em “qual ninfa gentil” (v. 8), Pelotas foi personificada como uma moça bonita, sentada “a margem de um rio orgulhoso” (v. 7) a admirar-se; a “Indiana das várzeas” (v. 1 e 21), a “sílfi de aérea” (v. 21), a “Princesa dos Campos do Sul” (v. 24), com sua “face nevada” (v. 16) e suas “tranças e as vestes de anil” (v. 6), equiparada a uma “sultana” (v. 18), tão bela e sedutora, que se torna comparável a uma princesa delicada e encantadora, a qual contrasta com o “rude pampeiro” (v. 5).

Embora de origem desconhecida, esse modo enobrecedor de referência a Pelotas, esse cognome a ela atribuído, tornou-se bastante popular. Em 1880, uma propaganda publicada no jornal **O Cabrion** estampava, juntamente aos dados de um armazém ou bazar, a imagem de uma jovem acompanhada da frase “A Princesa do Sul”.

Do mesmo modo, no carnaval de 1882, o jornal pelotense **Correio Mercantil** apresenta a descrição do desfile dos carros alegóricos organizado pelo Clube Demócrito. No quinto carro, “sobre um tronco com escadarias ricamente ornamentado, via-se a princesa do sul [...]. A seus pés um velho acabrunhado, representava o Rio Grande” (CORREIO MERCANTIL, 23 fev. 1882).

Ao relatar a viagem da família real a Pelotas, o correspondente do jornal carioca **Gazeta de Notícias** refere-se as condições socioeconômicas da região e expõe algumas impressões e indicativos de crescimento cultural e econômico da região, dentre eles o teatro, a biblioteca, a arquitetura, o comércio, afirmando ser a essa cidade apropriado o título de “Princesa do Sul”:

Se o viajante percorre a encantadora cidade, encontra n’ella, a cada passo que dá, uma maravilha, uma cousa que o impressione e ha de, como eu, exclamar que o titulo que lhe deram de *Princesa do Sul* é o mais bem cabido e o melhor que lhe vai. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 27 fev. 1885, p. 2, grifo do autor).

Na mesma época, a expressão foi registrada nos versos de Francisco Lobo da Costa, o mais emblemático dos poetas românticos da cidade, o qual, em um curto período de vida, legou uma obra abundante, que veio a garantir sua permanência literária até a atualidade. Embora tenha feito poucas menções a sua terra natal, foi possível localizar no conjunto da produção

literária de Lobo da Costa três referências objetivas a Pelotas como “princesa”, mas só em uma delas o poeta usou o termo “Princesa do Sul”.

Em meados do século XIX, a cidade de Pelotas encontrava-se em seu período de maior efervescência econômica e cultural. Foi nessa época que nasceu e viveu o poeta Francisco Lobo da Costa (1853-1888). Mesmo não fazendo parte da elite econômica da cidade, Lobo da Costa esteve em contato e vivenciou as consequências do contexto cultural, podendo usufruir, de algum modo, de uma formação rica em termos de bens culturais.

Diferentemente dos dois poetas referidos anteriormente, Lobo da Costa deixou-nos uma produção considerável, composta por inúmeras poesias dispersas pelos jornais da época, um romance, o **Espinhos d’alma** (1872), além de peças teatrais.

Alguns fatos da biografia de Lobo da Costa adquirem relevância sob o ponto de vista deste estudo. O poeta faleceu pouco antes de completar trinta e cinco anos de idade, em total decadência econômica. A maioria dos estudiosos de sua biografia (SAPPER; ZANOTELLI, 2003; MOREIRA, 1991; MONQUELAT, 1988; entre outros) atribui esse fato a uma intensa desilusão amorosa, que teve ainda muito jovem, e à dependência alcoólica.

Filho de comerciantes, precisou procurar trabalho quando, por ocasião do início da Guerra do Paraguai, os negócios familiares começaram a decair. Foi funcionário de um cartório e, depois, da primeira agência de telégrafo da cidade, antes de ingressar na imprensa, com a fundação do jornal **Castália**. O período de circulação do jornal foi muito curto, mas, nessa época, com aproximadamente quinze ou dezesseis anos, Lobo da Costa já publicava versos na imprensa local e lançou, na revista **Arcádia**, sua primeira novela, *Heloísa*, que, em consonância com o modelo romântico vigente na época, compunha-se de uma história de amor proibido.

Por meio de seu trabalho no **Diário de Pelotas**, o poeta aproximou-se de um grupo composto, em sua maioria, por membros das elites do período, que defendia os ideais abolicionistas e republicanos. Por meio dessas relações, Lobo da Costa adquiriu capital social e passou a circular pelos espaços frequentados pela alta sociedade pelotense, sustentado por seu talento artístico.

Tendo estabelecido uma relação de amizade com o também jornalista Saturnino de Arruda, o poeta passou a frequentar a residência da família Arruda, um dos principais espaços de convergência social da elite econômica, cultural e intelectual da época, ocasião na qual conheceu e apaixonou-se por Saturnina Elvira de Arruda, irmã de Saturnino, que viria a ser namorada e musa inspiradora de Lobo da Costa, até que sua família, desejando para a filha um noivo compatível com a condição social e econômica dos Arruda, pôs fim ao relacionamento e encaminhou o casamento da filha.

Esse evento, somado à morte de sua mãe poucos meses antes, levou Lobo da Costa a um processo gradual de depressão e decadência. Manteve-se por muito tempo cercado por outros artistas e intelectuais, como o poeta português Pinto Monteiro, viveu um período em Rio Grande, mudou-se para São Paulo com o objetivo de cursar Direito, porém acabou adoecendo. Após um curto período junto a familiares,<sup>13</sup> em Santa Catarina, Lobo da Costa retornou a Pelotas.

Nos anos que se sucederam, Lobo da Costa escreveu para diversos jornais da região, mas sua vida pessoal e, em especial, sua saúde declinaram. Após envolver-se em questões políticas e ser perseguido, o escritor transferiu-se para Jaguarão e integrou-se à imprensa local, oportunidade por meio da qual conheceu João Carnal, colaborador político da região.

Pouco tempo depois, o poeta casou-se com a filha de Carnal, Carolina Augusta, à época com quinze anos de idade, porém, as biografias indicam que, mesmo casado, o poeta não conseguiu superar seu amor por Saturnina Elvira, a jovem que se eternizou em suas poesias; inclusive tendo seu nome verdadeiro registrado em uma delas, *Escuta*, publicada em 1876, no jornal **Auras do Sul**. O casamento de Lobo da Costa durou pouco tempo e sua única filha nasceu em Montevideú, após a separação dos pais.

Em 1885, já bastante debilitado pelo alcoolismo, Lobo da Costa foi internado pela primeira vez na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Entre as idas e vindas da enfermaria, de onde fugia com frequência, o poeta passou a consumir sua vida entre bordéis e noitadas e a conviver com moradores de rua e prostitutas.

Nesse contexto, a vida de Lobo da Costa torna-se um caso exemplar, visto que, embora acumulasse um capital simbólico conquistado por meio da demonstração de seu talento como poeta e dramaturgo, foi primeiramente discriminado por não ter nascido em uma família rica, não podendo, assim, casar-se com a mulher que desejou, embora fosse correspondido em interesse por ela.

Anos mais tarde, foi barrado na entrada do teatro onde seriam apresentadas peças suas e recitadas algumas de suas poesias. O poeta – provavelmente “mal vestido” e talvez até embriagado – foi considerado inapropriado para o ambiente. Questões como essas indicam o estado de marginalidade no qual vivia, de modo que um grupo literário existente na época, o Grêmio Literário dos Lunáticos, não poupou esforços para arrecadar fundos e garantir a Lobo da Costa as mínimas condições de sobrevivência.

---

<sup>13</sup> O tenente Antonio Cardoso da Costa, pai de Francisco Lobo da Costa, era catarinense. Sua mãe, Jacinta Júlia da Costa, era natural da Bahia. Após a Revolução Farroupilha, o casal transferiu-se para Pelotas, onde nasceram seus filhos Luís, Francisco, Idelvira Júlia e Morivalde.

A partir da organização de um livro de poesias, o grupo, que criticava a sociedade pelotense por deixar Lobo da Costa relegado à própria sorte, arrecadou dinheiro para ajudar nos custos da internação do poeta, e para impedir que ele passasse frio e fome.

Após uma de suas fugas da enfermaria da Santa Casa de Pelotas, Francisco Lobo da Costa foi encontrado morto pela polícia no entroncamento das ruas Almirante Barroso, General Argolo e Ferreira Viana – local onde, em 2003, um monumento foi inaugurado em homenagem ao sesquicentenário do poeta.

Embora tenha sido discriminado em vida e seja estigmatizado até hoje por seu vício, de acordo com os jornais da época, Lobo da Costa teve um sepultamento pomposo, digno de uma grande personalidade, para o qual concorreram inúmeros admiradores de sua obra, amigos, imprensa e diversas agremiações e sociedades atuantes no período.

A partir do caso específico de Lobo da Costa, o qual também escreveu poesias que enalteciam e idealizavam Pelotas, é possível perceber um contexto no qual, embora o talento literário fosse extremamente reconhecido como um bem cultural capaz de dar destaque a um agente, esse reconhecimento não era suficiente para colocá-lo em uma condição de igualdade com outros agentes providos de capitais advindos do poder aquisitivo e do sobrenome, por exemplo. Destarte, por mais habilidoso que fosse com os versos, Lobo da Costa era originário de uma camada secundária da sociedade e mantinha uma relação de proximidade com os mais marginalizados.

Nas primeiras estrofes da poesia identificada pela dedicatória “À Melpomene” – sociedade cultural de Pelotas, a qual Lobo da Costa se referiu como “Benemérita congregação do lúcido espírito juvenil”, publicada postumamente em **Auras do Sul**, podemos identificar que, mais uma vez, Pelotas é retratada como o foco do progresso e da beleza.

- 1 Ao rútilo esplendor da nova aurora
- 2 Em que as barras do céu se bordam d’oiro,
- 3 E a **Princesa do Sul**, no carro agosto,
- 4 Cinge na frente do progresso o loiro...
  
- 5 Já quando as caravanas espantadas
- 6 Ouvindo o sibilar do trem de ferro,
- 7 Entre o lóbrego fumo da vertigem,
- 8 Vão incensar a Deus – alto cerro...
  
- 9 E... o Rio Grande – a savana do gaúcho,
- 10 Cobria-se de névoas e de luz,
- 11 Um – trovador – caía na mansarda
- 12 Abraçando ao pedal da eterna cruz!
  
- 13 Caiu no vácuo horrível da tortura;
- 14 Mas, nesses transes duros, despidados,



15 Viu beijar-lhe o leito do suplício  
 16 De Melpomene os filhos adorados.

17 E também os Nagós, almas diletas,  
 18 Banhadas de indeléveis esplendores,  
 19 Não esquecendo a mágoa do que sofre  
 20 Foram-lhe o leito circundar de flores.

21 E o bardo inda viu mais: - Qual Madalena,  
 22 Co'as mãos cheias de flores da poesia,  
 23 Cândida Abreu, o lírio do Calvário,  
 24 Revestida do manto de Maria.

25 E com eles a – imprensa – essa alavanca  
 26 Que faz calar as duras opressões;  
 27 Essas naus sobre o oceano do progresso,  
 28 Que por bússolas têm – os corações!

29 Obrigado! obrigado, meus amigos!  
 30 Vós honrais desta terra a tradição;  
 31 E num rasgo de bondade,  
 32 - Me arrebatais inteiro o coração!...

(LOBO DA COSTA. In: ZANOTELLI; SAPPER, 2003, p. 129-130, grifo nosso).

Nesse poema, as três primeiras estrofes parecem cumprir a função de constituir um cenário, que, se por um lado é positivo, ao referir-se a uma “nova aurora” (v. 1) e à Princesa do Sul, à frente, coroando o progresso; logo tornar-se-á ambíguo, ao transferir seu foco para o Rio Grande como um todo, coberto “de névoas e de luz” (v. 10).

É nesse ínterim que se apresenta uma persona em profundo estado de abandono e desânimo, do qual se recupera com o apoio de quatro agentes, que vão sendo agregados a cada nova quadra do poema: o grupo Melpomene, os Nagôs, a poeta Cândida de Abreu e, por fim, a imprensa.

Ao longo desse texto formado por oito quadras, de tom claramente subjetivo, o foco mantém-se no bardo – tratado também como trovador – que, no último parágrafo, se revela como o próprio eu-lírico, lamentando suas aflições e agradecendo o apoio dos amigos que lhe fornecem motivação para renovar as esperanças.

As referências a elementos do mundo real e do universo religioso-espiritual são recorrentes em sua obra. Na terceira quadra, o eu-lírico faz menção ao grupo Melpomene<sup>14</sup>, uma sociedade dramática composta de jovens caixeiros (empregados do comércio), que,

<sup>14</sup> Em alguns jornais pelotenses da época, é possível encontrar, entre os anos de 1884 e 1887, diversas notas de divulgação de peças que foram encenadas pela Sociedade Dramática Melpomene e apresentadas, em grande maioria, no Teatro Sete de Abril, como, por exemplo: *O modelo vivo* (**Onze de junho**, 21 maio 1884), *Amor e Honra* (em 2 atos), a comédia *Por um triz*, a cena cômica *Amor farmacêutico* (**Rio-Grandense**, 2 maio 1885), o drama *Vingança do escravo* (**Rio-Grandense**, 4 abr. 1885), a cena cômica *Um progressista* (**Rio-Grandense**, 6 abr. 1885), o drama *Arnaldo*, de Damasceno Vieira e a cena cômica *Do outro lado* (**Diário de Pelotas**, 7 dez. 1886), o drama *Bohemia*, de Coelho da Silva, e a comédia *Amor e veneno*. (**Diário de Pelotas**, 17 set. 1887).

possivelmente, possa ter encenado algumas das peças teatrais escritas por Lobo da Costa. Na quadra seguinte, acrescenta os Nagôs, pelos quais demonstra grande apreço, tratando-os por “almas diletas,/ Banhadas de indeléveis esplendores,” (v. 17 e 18).

Sobre o Clube Carnavalesco Nagô, constam diversas notas em periódicos ao longo da década de 1880. A primeira referência encontrada a esse clube foi no **Diário de Pelotas** de 18 de outubro de 1881, que noticiava o baile oferecido por seus sócios em comemoração à libertação do município de Pelotas<sup>15</sup>. Em 18 maio de 1888, apenas cinco dias após ser sancionada a Lei Áurea, o grupo realizou uma assembleia para encaminhar sua dissolução, que veio a ser efetivada em 30 de maio de 1888, visto que foi extinta sua razão de existir. (DIÁRIO DE PELOTAS, 1 jun. 1888).

De acordo com Ana Beatriz Loner (2009, p. 249), o clube tinha “forte influência maçônica” e sua diretoria contava com a presença de vários elementos que também faziam parte de outras organizações maçônicas da época. Loner acrescenta ainda que “este clube – que se apresentava com fantasia de negros no carnaval – era, na verdade, de brancos, que trabalhavam no comércio ou na área de prestação de serviços e que lutavam pela causa abolicionista” (LONER, 2009, p. 249).

É viável supor que fosse essa a relação de Lobo da Costa com esse grupo, visto que de acordo com alguns de seus biógrafos (Cf. FAGUNDES, 1954; ZANOTELLI; SAPPER, 2003, MOREIRA, 1991), o escritor tinha relação com a maçonaria e era ferrenho defensor da causa abolicionista. Em poemas como *Glória e Liberdade*, *O império livre* e *13 de maio* pode-se reconhecer a postura política do poeta diante da escravidão e em *Homem de Roma* e no drama *O maçom e o jesuíta*, por exemplo, revela-se sua afinidade com os ideais maçônicos.

A sexta estrofe é marcada pela referência à poeta pelotense Cândida de Abreu<sup>16</sup>, amiga de Lobo da Costa que, à época, também se projetou no cenário literário sul-rio-grandense, foi

---

<sup>15</sup> Em 1881 foram fundados, ao menos, dois clubes abolicionistas em Pelotas: o Clube Abolicionista, no dia 23 de agosto de 1881 (OSÓRIO, 1998, p. 207), e o Clube Emancipador, em 27 de agosto de 1881 (VOZ DO ESCRAVO, 18 set. 1881). O **Diário de Pelotas** noticiou que o Clube Carnavalesco Nagô realizou, no dia 13 de outubro de 1881, um baile oferecido aos sócios em comemoração da libertação do município de Pelotas. (DIÁRIO DE PELOTAS, 18 out. 1881). Essas comemorações repetiram-se anualmente, organizadas por diversos clubes, como o São Sebastião, o Centro Etiópico e o Nagô. (DIÁRIO DE PELOTAS, 18 out. 1884; ONZE DE JUNHO, 22 maio 1888; OSÓRIO, 1998, p. 207). Conforme o periódico **A Discussão** (17 out. 1884), os abolicionistas teriam alcançado seu objetivo em 1884, antes da Lei Áurea ser promulgada: “Em 16 de outubro se procede a libertação oficial dos escravos, mediante a clausula de prestação de serviços”.

<sup>16</sup> Cândida Isolina de Abreu nasceu em Pelotas, em 1862, e faleceu nessa mesma cidade, em data desconhecida. Em 1884, publicou **Serpentinas** pela Livraria Americana, seu único livro de poesias. Conforme Bezerra (2003, p. 107), dentre os jornais e revistas literárias com os quais Abreu contribuiu, pode-se citar a “*Tribuna Literária*, *Progresso Literário* e *Arena Literária*, de Pelotas, *Tudo*, *O Corymbo*, *Correio do Sul*, de Santana do Livramento (1884), *O Escrynio* e o *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*.

membro da Sociedade Parthenon Literário e, assim como o escritor, colaboradora de diversos jornais e revistas literárias.

Além de fazer menção a ela nos seus poemas – como em *À Melpomene* –, o poeta dedicou, pelo menos dois de seus textos à amiga: *À Cândida de Abreu*, publicado originalmente no Correio do Povo de 1 de julho de 1838, e *À Cândida Abreu* (Cf. FAGUNDES, 1954, p. 21). A afinidade literária entre ambos era tão significativa, que são identificáveis diálogos entre suas poesias, como é o caso de *Isabel*, inspirado em um poema de Abreu publicado em 1887, e *Sob as impressões da Cascata*, publicado na primeira edição de **Auras do Sul**, inspirado em *Impressões da Cascata*, da autora. (Cf. MOREIRA, 1991).

Em *À Melpomene*, em meio a fortes referências à literatura bíblica, a poeta é comparada a Madalena – uma das discípulas de Jesus –, enquanto que o eu-lírico parece comparar-se ao próprio Jesus no episódio da crucificação, primeiramente, quando se apresenta como “Um – trovador – [que] caía na mansarda / Abraçando ao pedal da eterna cruz!” (v. 11 e 12) e, em seguida, quando aponta que “o bardo inda viu mais: – Qual Madalena, / Co’as mãos cheias de flores da poesia, / Cândida Abreu, o lírio do Calvário, / Revestida do manto de Maria.” (v. 21 a 24).

Todas essas referências indicam o caráter fortemente autobiográfico presente no poema e, mais uma vez, salientam a subjetividade dos versos de Lobo da Costa. Como aponta Alice Moreira (1991),

Ponto central da poética romântica, o subjetivismo – o Eu e a vida interior tendendo à elevação, à espiritualidade e à liberdade – é o traço predominante da lírica amorosa do poeta. Descrente da vida, incapaz de superar as adversidades, conta com seus sentimentos e seus sonhos frustrados. Também são subjetivos seus versos cívicos e políticos, como visão particular da realidade. (MOREIRA, 1991, p. 63).

Esta “visão particular da realidade” foi destacada também por um dos organizadores de **Lobo da Costa: obra completa** (2003), Jandir Zanotelli, que ao comentar o contexto histórico no qual estava inserido o poeta, o retrata como membro desfavorecido de “uma sociedade de privilégios e de subserviência” (ZANOTELLI, 2003, p. 25). Para o pesquisador, Lobo da Costa refletia o senso comum dessa sociedade e produzia uma literatura que expunha a dor, mas que não questionava o sistema econômico vigente. “Lobo da Costa, para lutar contra aquela sociedade injusta só tem a palavra em forma de poesia e publicada pelo jornalismo” (ZANOTELLI, 2003, p. 25).

Nesse contexto, torna-se compreensível, e não tão despropositado, o tratamento dispensado à imprensa como “essa alavanca / Que faz calar as duras opressões; / Essas naus sobre o oceano do progresso, / Que por bússolas têm – os corações!” (v. 25 a 28).

A expressiva maioria da obra de Lobo da Costa, contando com peças teatrais, prosa e poemas, foi publicada após sua morte, de modo que o principal veículo de propagação de sua poesia era o jornal.

A primeira edição de **Auras do Sul** foi publicada por Francisco de Paula Pires<sup>17</sup>, poucos meses depois do falecimento de Lobo da Costa. Paula Pires organizou ainda outras duas edições, uma em 1898 e outra em 1914. Em 1928, há registro de uma quarta edição, provavelmente clandestina, visto a falta de referência a uma editora, local e ano. Ainda em 1953 e em 1981, foram disponibilizadas novas edições, pela Editora Livraria Americana e pela Martins Livreiro, respectivamente, até ser incorporada às edições críticas de Alice Moreira, em 1988, e Jandir Zanotelli e Angela Sapper, em 2003.

Desse modo, e tendo em vista que, especialmente, entre as cinco primeiras edições, algumas poesias foram integradas e outras excluídas e, não tendo sido possível acessar cada uma das edições, tornou-se inviável precisar a data de publicação dessa poesia.

Os outros dois poemas que apresentam referência a Pelotas representando-a como uma princesa são: *Pelotas*, inserida na coletânea **Dispersas**, que teve sua primeira edição em 1896 e a segunda em 1910, também organizadas por Paula Pires, e *À Cândida de Abreu*, que de acordo com Alice Moreira (1991, nota nº 225), “está no **Correio do Povo** (CP), de 1º de julho de 1938, cedido por Cândida de Abreu ao repórter que a entrevistava”.

O poema *Pelotas*, composto por sete quadras e três oitavas, intercaladas, constitui-se de um discurso dirigido à cidade, personificada como uma mulher. Não é possível identificar um esquema rítmico; as rimas, em geral, são pobres, em conformidade com o conjunto da obra de Lobo da Costa, mas tendo em vista a temática e a abordagem dos temas, conclui-se que, embora aponte para alguns resquícios de características do período árcade – como os mortos da terra serem comparados a César e a Catão, e o uso de vocábulos como laurel como correspondente à coroa –, trata-se de um claro exemplar da poesia romântica.

---

<sup>17</sup> Amigo íntimo de Lobo da Costa, Francisco de Paula Pires (1846-1915) foi também um escritor e professor pelotense que muito contribuiu com a vida cultural da cidade. Cf. Carlos Eugênio Costa da Silva (2016, *online*), Pires “colaborou como redator no *Tribuna Literária*, *Álbum Literário* e *O Radical*, onde era coproprietário. Também no *O Democrata*, no *Correio Mercantil*, na *Arena Literária*, na *Ventarola*, entre outros, além de exercer o magistério nos colégios Honra e Trabalho e Redenção”.

A idealização da figura feminina, a melancolia diante do passado, a personificação, a valorização da natureza, o uso de metáforas, os temas religiosos, a teatralidade, o clima noturno e a glamorização da morte: todos esses elementos fazem-se presentes neste poema.

- 1 Ergue a frente, minha terra,
- 2 **Princesa** cá das florestas!
- 3 Veste o manto do noivado.
- 4 Arcanjo de dulcias festas...
  
- 5 Como simulas a aurora
- 6 No seu carro do infinito!
- 7 Sorris ao mundo sentada
- 8 No teu trono de granito.
  
- 9 Garças aéreas, pairai...
- 10 – Condores: quebrai as asas!
- 11 Sol, arrefece esse fogo,
- 12 Tão forte, com que me abrasas!...
- 13 Garça! no vôo mais puro
- 14 Cruza o ninho do cantor!
- 15 Brilha mais seu diadema
- 16 Que o sol o esplendor.
  
- 17 Sentada em verde colina,
- 18 Mirando o teto natal,
- 19 Nos dedos brancos perpassa
- 20 Fios d'oiro e de cristal...
- 21 São rios, que se deslizam
- 22 No seu colo de cambraia...
- 23 Choram à noite esmeraldas
- 24 Nos alvos cílios da praia.
  
- 25 E a brisa, ao sopé das selvas,
- 26 Vem murmurar-lhe – saudade;
- 27 São romances estudados
- 28 Nas horas da soledade.
- 29 Traz-lhe o passado uma história,
- 30 Uma bíblia sem fim...
- 31 As letras são bagas d'oiro,
- 32 As folhas são de jasmim,
  
- 33 Ai, que filhos tão queridos
- 34 Ali encerrados são!
- 35 Quanto cérebro de César!
- 36 Quantas almas de Catão!
  
- 37 E... mortos são! suas campas
- 38 São colunas do docel;
- 39 Cada cipreste sem folhas
- 40 Simboliza-te um laurel!
  
- 41 Ao claro luar dormida
- 42 Quanto é bela essa mansão!
- 43 As cruzes jazem deitadas
- 44 No regaço do chorão.

45 As vezes a lua espreita  
 46 O lagedo sepulcral,  
 47 E recua a chama fria  
 48 Do seu trêmulo fanal.

49 E o euro, que se arrebatava  
 50 Nos frouxéis dos laranjais,  
 51 Vem perguntar-te o passado  
 52 Nas ondinas de cristais.  
 (LOBO DA COSTA, 1991, p. 186).

Nesse texto, a cidade-princesa é situada em um cenário melancólico e mórbido. A associação entre Pelotas, a cidade, e *Pelotas*, o poema, só pode ser estabelecida diante do título, visto que na descrição que o segue, não há nenhum elemento que particularize a cidade como pano de fundo ou como personagem desse poema.

Nas duas primeiras estrofes, já é possível perceber o processo de personificação, que, como nas demais obras analisadas, atribui à cidade características de uma princesa, a “Princesa cá das florestas!” (v. 2), sentada, ora em seu “trono de granito” (v. 8), ora “em verde colina, /Mirando o teto natal,” (v. 17 e 18). Essa figura feminina é apresentada em toda a sua realeza, intocável e delicada como um anjo, sorrindo ao mundo (v. 7) com sua coroa mais esplendorosa que o sol. Seus “dedos brancos” (v. 19), pelos quais perpassam os “Fios d’oiro e de cristal...” (v. 20), além da referência a esmeraldas e a tecidos finos, situam-na em um contexto de riqueza.

As menções à natureza são estabelecidas em função da princesa, como se essa cidade fosse um núcleo irradiador de beleza, e tudo em volta cumprisse a função de reverenciá-la. A própria natureza, a partir da recorrência a prosopopeias, tem seus elementos personificados, como é possível identificar em versos que registram características humanas sendo atribuídas a componentes da natureza, como os “alvos cílios da praia” (v. 24) e a brisa que “Vem murmurar-lhe – saudade;” (v. 26).

Nas estrofes seguintes, o eu-lírico insere a tematização da morte, não de modo idealizado ou compreendido como possibilidade de fuga da realidade, mas como um lamento pela história que com ela se encerra, pelos filhos (da terra) mortos, enaltecidos ao serem referenciados como “cérebro de César!” (v. 35) e “almas de Catão!” (v. 36)<sup>18</sup>.

O sentimento nostálgico evocado nesse poema é bastante diverso do tom entusiasta que se pode reconhecer nos versos que Lobo da Costa dedicou à poeta Cândida de Abreu.

1 Subamos este píncaro,  
 2 Onde o sol verte de raios o rubor,  
 3 Onde as abelhas zunem no leque das palmeiras  
 4 Ao trêmulo ruído do velho lenhador.

<sup>18</sup> Possível referência ao embate ético entre Catão e César. Ver: Salústio, a **Conjuração da Catilina**.

- 5 Que vês em distância?  
 6 Daqui vejo Pelotas,  
 7 A lúcida **princesa – a Castelã do Sul** –  
 8 Cobre-lhe a clâmide d’oiro das criações ignotas,  
 9 Nada-lhe o olhar de fogo no firmamento azul!
- 10 E além... mais longe... não sentes sobre o cerro,  
 11 O barulhar insano das ânsias do vapor?  
 12 Silêncio, meu irmão! Silêncio... é o trem de ferro,  
 13 Que vai levar ao longe o pão do agricultor.
- 14 E ali, que ninho é esse cercado de crianças,  
 15 Colméia auri – sagrada que sinto tumultuar?  
 16 Poeta, escuta bem... é o ninho de esperanças,  
 17 O pomo prometido... a Escola Popular!
- 18 Deçamos, minha irmã, a evolução me espanta,  
 19 Assombra-me o prestígio do dia de amanhã!  
 20 Morrer! morrer, que importa... si tudo aqui me encanta,  
 21 Si estou no teu regaço, terra de Canaã!  
 (LOBO DA COSTA, 1991, p. 241-242, grifo nosso).

Um elemento comum a ser destacado entre ambos é o olhar do alto: “Subamos este píncaro”, convida o eu-lírico no primeiro verso. No entanto, se no poema anterior, Pelotas é a figura feminina a quem ele se refere, nesse poema, tal qual em *À Melpomene*, a cidade irá compor o cenário. Sua interlocutora será Cândida de Abreu. Além disso, se em Pelotas uma princesa em meio à riqueza contemplava o encantamento mórbido dos sepulcros como depositários de histórias e de vidas valiosas, em *À Cândida de Abreu*, o olhar do eu-lírico, assim como o de sua companheira, é carregado de esperanças em um futuro promissor.

Aparentemente, o poeta simula um diálogo com a amiga, no qual destaca as belezas naturais, a paisagem campestre e, em meio a esse cenário, visualizam Pelotas, que é referenciada como “A lúcida princesa – a Castelã do Sul” (v. 7), coberta por uma “clâmide d’oiro” (v. 8) – veste que era usada pelos antigos gregos –, de modo que, essa lucidez e uma veste típica do berço do conhecimento ocidental apontam para uma imagem de Pelotas como um núcleo de erudição em meio ao pampa. Por esse viés, o poema que Lobo da Costa dedicou à Cândida de Abreu poderia ser compreendido como a descrição de uma projeção utópica, idealizada pelo eu-lírico.

No último verso, o eu-lírico chama essa terra de Canaã, em uma clara referência à promessa descrita na Bíblia, a terra prometida por Deus a Abraão e seus descendentes: “Sobe para uma terra que mana leite e mel”. (Ex. 33, 3a). Ou seja: uma terra na qual o progresso não tarde e o acesso à educação, ao trabalho digno e ao pão seja uma realidade para o coletivo. Nas palavras de Alice Moreira (2003, p. 89), “Lobo da Costa constituiu uma autêntica voz brasileira,

falou dos anseios do povo, manifestou o que seus contemporâneos pensavam e sentiam sobre o amor e o infortúnio”.

Embora sua obra não apresente muitos atributos formais, como foi apontado por alguns críticos (CESAR, 1971; CLEMENTE, 1953), Lobo da Costa vem sendo considerado um dos principais expoentes românticos da literatura sul-rio-grandense e, se por um lado deixa a desejar em relação aos padrões estéticos, por outro encanta com o resultado harmônico de suas composições, com sua capacidade de utilizar-se da linguagem popular e pela abordagem de temas simples e cotidianos que fizeram dele um poeta acessível a um público menos letrado. Como comenta Moreira (2003, p. 89), “[s]ua escrita poética traz fortes marcas de oralidade, da língua viva dos campos e das cidades, que combina com desembaraço com as formas vernáculas e poéticas acolhidas e internalizadas pela consciência linguística da comunidade.”

Seu claro apreço pelas quadras e a simplicidade de seu vocabulário permitiram que muitos de seus poemas fossem decorados e declamados nas rodas populares, de modo que se incorporaram ao folclore local.

Observando-se o sentimento de pertença que tematiza, seria possível afirmar que a expressão “terra natal”, quando usada por Lobo da Costa, faz referência ao Brasil, e que significativas referências ao Rio Grande do Sul podem ser encontradas em suas obras. Pelotas, quando mencionada, é reconhecida como um centro irradiador de cultura e riqueza, mas não recebe um espaço relevante entre seus temas. Nas alusões a ela, a cidade é apresentada com a imponência que tinha à época, como razão de orgulho para o poeta, mas essa representação não parece adentrar ao campo afetivo.

Embora o processo de personificação seja comum aos cinco poemas, apenas “Que bela manhã fagueira e risonha”, de Alibabá, *Pelotas*, de Antônio Soares da Silva e *Pelotas*, de Lobo da Costa apresentam a cidade como uma personagem a quem o eu-lírico se dirige. Nos dois outros poemas de Lobo, a cidade consta como um cenário, um elemento a mais. Outro fator que chama atenção é que o tom melancólico e amoroso com o qual Alibabá e Soares da Silva relacionam-se com a cidade não pode ser constatado nas obras de Lobo da Costa, registrando-se assim, além de uma diferença na abordagem à cidade como tema no interior do texto poético, também um modo diferente do poeta se relacionar com ela.

Vale destacar ainda, que ao escrever e publicar *Pelotas*, Soares da Silva encontrava-se residindo em São Paulo; do mesmo modo, Alibabá envia seu poema de Jaguarão. Ambos os poetas estavam distantes de sua terra e viviam em um contexto no qual era tendência usar como motivo o exílio, tema em voga à época. Principal exemplar de texto poético com esse conteúdo, a *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias, já era conhecida pelos pelotenses, ao menos, desde



julho de 1859, quando foi publicada em **O Grátis** de Pelotas (1º jul. 1859, p. 2). Esse periódico tinha distribuição para Rio Grande, Jaguarão e outras cidades vizinhas.

Outro fator relevante é o momento histórico de produção das duas primeiras poesias – início da década de 1860 –, que situa esses poetas em um período de mais intensa preocupação com a constituição de uma identidade nacional, e de pelotense, tendo em vista o contexto sócio-político da cidade. Desde meados da década de 1830, a Freguesia de São Francisco de Paula já havia sido elevada à categoria de cidade de Pelotas, mas não foi imediata a emancipação de diversos setores fundamentais à nova cidade, de modo que um clima de marcação de identidade e luta por independência tornou-se motivador de uma rivalidade identificável ao longo dos anos.

Esta rivalidade existente entre as cidades de Pelotas e Rio Grande, já mencionada anteriormente com relação a registros do carnaval em 1882, voltou a ser evidenciada no jornal **A Ventarola**, de 3 de fevereiro de 1889, por meio de uma charge. Na ilustração, além do texto provocativo – “O nosso visinho Rio Grande encetou nova campanha contra nós/ E o que parece é que o velho continúa a passar a perna á galante Princeza do Sul,/ levando-a para sí, com todas as suas riquezas” –, pode-se perceber a ironia do autor ao apresentar a cidade de Rio Grande personificada na figura de um velho decadente e oportunista, enquanto que Pelotas é representada pela imagem de uma jovem bem trajada, denominada como “Princeza do Sul”.



Figura 1 – Charge sobre “o vizinho” Rio Grande  
Fonte: A VENTAROLA, Pelotas, 3 fev. 1889.

Em todos esses exemplos, a mesma imagem é utilizada para referir-se a Pelotas. A crença de que o termo Princesa do Sul tivesse sido uma criação do então estudante Antônio Soares da Silva por meio do poema publicado em 1863 foi perpetuada durante muitos anos.

Essa versão é citada por Euclides Franco de Castro, editor do periódico **Princesa do Sul**, em 1951; apresentada na **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, em 1959 e reproduzida em **Pelotas: sua História e sua gente**, de Zênia de León, em 1996.

Anos mais tarde, pertencente a uma vertente crítica da história da cidade, o pesquisador Adão Monquelat, em um artigo publicado no jornal **Diário Popular**, questiona tal versão. Monquelat (2000) destaca que a referência feita não é tão clara, visto que a expressão só aparece no último verso e, ainda assim, intercalada com outras palavras.

Mario Osório Magalhães (1993, 2002, 2006, 2012), embora também não tenha apresentado nenhum dado capaz de refutar tal informação, em sua coluna no mesmo periódico, intenta esclarecer que

é preciso considerar, para não incorrerem em erro de omissão, que a origem da expressão é com certeza anterior à sua adoção coletiva. **Tem, inclusive, como registro, uma data específica: junho de 1863.** Nesse mês e ano foi publicado em São Paulo, na Revista da Associação Tributo às Letras, um poema de louvor a Pelotas, assinado por Antônio Soares da Silva, estudante da Faculdade de Direito, cujo último verso diz: “Te aclama princesa nos campos do Sul”. (MAGALHÃES. In. DIÁRIO POPULAR, 6 jul. 2006, grifo nosso).

De acordo com a opinião desses pesquisadores, a poesia de Silva teria a primazia de ser o primeiro registro impresso da expressão, embora já fosse usada pela população na década de 1860, o que se confirmou por meio de pesquisas<sup>19</sup> em material digitalizado da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).

O exemplar de 6 de janeiro de 1860 d’**O Brado do Sul** tornou possível acrescentar uma informação que contradiz a versão tradicional, já que nesse ano – três anos, portanto, antes da publicação da poesia de Antônio Soares da Silva – apresenta a poesia sem título assinada por “Alibabá”, que fazia uma referência direta e objetiva a Pelotas como a Princesa do Sul.

Portanto, é possível concordar com Monquelat e Magalhães, que embora desconhecendo a poesia de Alibabá, já inferiam a improbabilidade de uma poesia publicada por um jovem estudante em São Paulo ter dado origem a uma expressão capaz de representar a cidade. Do mesmo modo, é provável que a poesia de Alibabá seja o primeiro registro escrito do termo.

No entanto, vale destacar que a referência a Pelotas como Princesa do Sul se constitui como um caso evidente de personificação, característica comum em muitos poemas do período

---

<sup>19</sup> Em 2012. Informação já publicada na dissertação de mestrado **A formação da Princesa do Sul: primórdios culturais e literários** (FURG, 2013).

romântico. Porém, observando-se os casos apresentados, é possível identificar tipos de representação distintos.

Massaud Moisés (2004) considera personificação como sinônimo de prosopopeia. De acordo com o teórico, a prosopopeia é uma “figura de retórica que consiste em atribuir vida, ou qualidades humanas, a seres inanimados, irracionais, ausentes, mortos ou abstratos” (MOISÉS, 2004, p. 374). Na perspectiva do autor, este processo pode se dar de quatro maneiras:

[...] quando se conferem qualitativos próprios do ser humano a objetos inanimados e a abstrações [...]; ao emprestar às coisas inanimadas poder de ação peculiar aos seres vivos [...]; quando, nas apóstrofes, nos dirigimos aos seres inanimados como se fossem capazes de inteligência ou compreensão [...]; quando adquirem voz a matéria inerte e os seres abstratos [...]. (MOISÉS, 2004, p. 374).

Diferentemente de Moisés, Carlos Ceia distingue a apóstrofe como uma figura de pensamento independente. Para ele, a apóstrofe, compreendida como um tipo de antropomorfização no contexto romântico, consiste em uma “interpelação, geralmente exclamativa, a um interlocutor em particular, vivo ou morto, presente ou ausente, real ou fantástico” (CEIA, *online*).

Já a personificação, de acordo com Ceia, consiste “em atribuir qualidades, comportamentos, atitudes e impulsos humanos a coisas ou seres inanimados e a animais irracionais” (CEIA, *online*).

Para Mário Ferreira dos Santos, prosopopeia consiste em “dar vida e palavra às coisas inanimadas, aos seres abstractos, aos ausentes, aos mortos” (SANTOS, 1958, p. 49).

Observando-se a sutil diferenciação que se instaura, especialmente, entre os conceitos de personificação e prosopopeia, na presente tese serão atribuídos os seguintes significados às figuras de pensamento: Personificação (compreendida como um conceito amplo): qualquer discurso que atribua características humanas a entidades não humanas; Prosopopeia - atribuição de sentimentos, psicologia, formas e comportamentos humanos aos seres irracionais, abstratos, inanimados e a animais; Apóstrofe - invocação de alguém ou de alguma coisa personificada, presente ou ausente, real ou imaginária.

A diferença é bastante tênue, mas ao observarmos a relação estabelecida entre o eu-lírico e a princesa em “Que bela manhã fagueira e risonha”, de Alibabá e nas poesias *Pelotas*, de Antônio Soares da Silva e de Lobo da Costa, podemos perceber que a cidade é representada como um ser humano, alguém com quem é possível interagir, enquanto que em *À Cândida de Abreu* e *À Melpomene* (1888) de Francisco Lobo da Costa, a cidade é personificada por meio de referências e apóstrofes, mas não há um caráter humanizador nessa representação.

A busca por individualidade e por independência, que estava em voga tanto no cenário nacional (independência de Portugal), quanto no local (emancipação de Rio Grande) fez com que os primeiros artistas pelotenses buscassem na arte um modo de expressão de uma “imagem”. Ao destacarem e (super)valorizarem o que era genuinamente característico de Pelotas, esses autores deram origem a uma cidade imaginada, idealizada.

A caracterização inicial de Pelotas se dá na oposição dessa com as cidades vizinhas (à época, não tão desenvolvidas) e com a região da campanha como um todo. No entanto, o que podia destacar a cidade em seus primeiros anos, foi-se perdendo ao longo do tempo, e com o avançar do século XX, Pelotas estagnou culturalmente.

Não havendo um elemento com potencial para ser destacado na região, a própria cidade tornou-se o foco, foi personificada e recebeu uma descrição poética que a idealiza como uma princesa. É a própria Pelotas a substituta das deusas e ninfas e, em seguida (ou contiguamente), a própria heroína romântica.

Mais do que uma busca por autonomia estética e política, como poderia ser justificado esse tipo de procedimento na compreensão do movimento romântico no Brasil, a partir das impressões despertadas ao longo deste estudo, é mais viável afirmar que se trata de uma busca por individualização e pelo estabelecimento de uma identidade de pelotense.

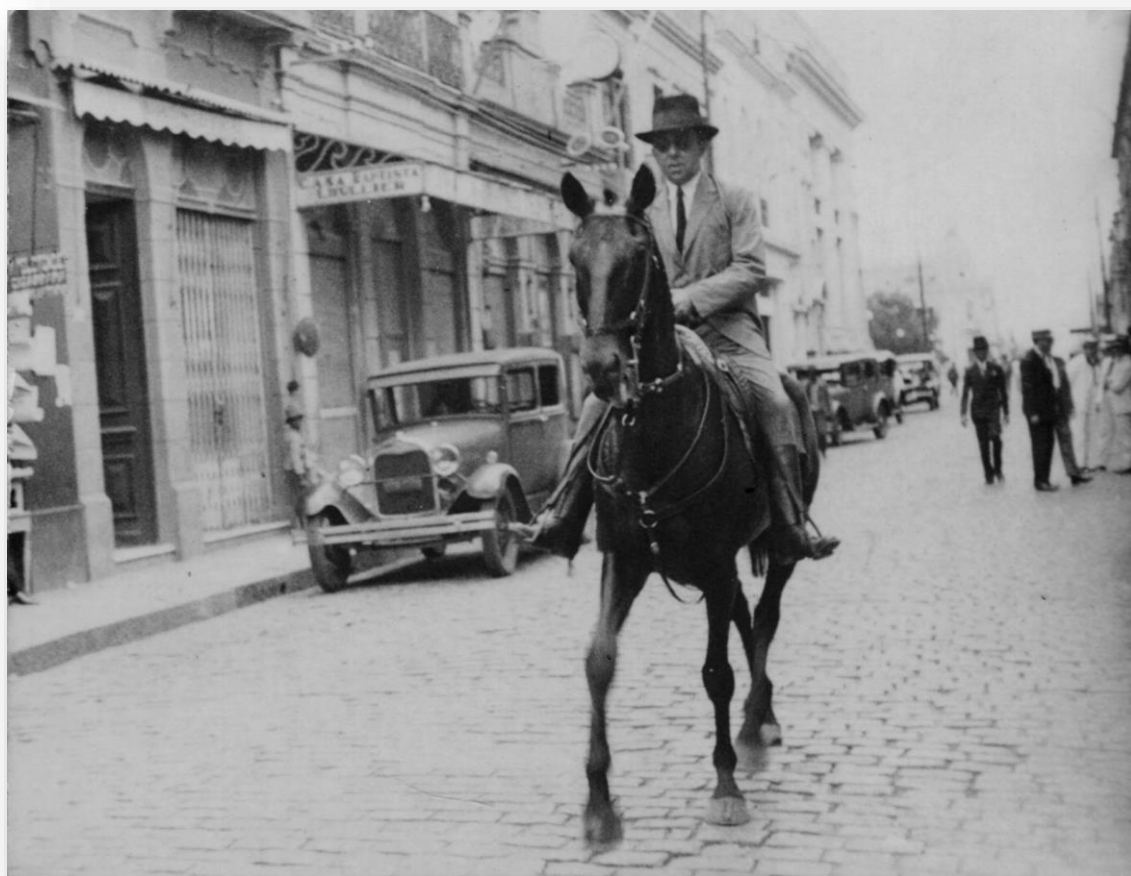
Esta sutil diferença na maneira dos escritores relacionarem-se intradiegeticamente com a cidade, acentua-se e diversifica-se bastante quando observada na prosa, como será demonstrado nos capítulos seguintes.

---

## CAPÍTULO 2

### A CIDADE EM CONFLITO

---



Homem a cavalo pela Rua XV de Novembro. Praça Coronel Pedro Osório ao fundo. Década de 30.  
Acervo de imagens Pretéria uRBe – Pelotas/RS

*O passado não reconhece o seu lugar; está sempre presente.*  
[Mario Quintana]

Charles Baudelaire, em *Os olhos dos pobres*, conta-nos a história de um jovem casal que – à parte o enredo amoroso, que tem seu aspecto idealista desestabilizado pelo novo contexto<sup>20</sup> – se depara com o olhar admirado de três sujeitos enquanto visita “um café novo, na esquina de um bulevar também novo, ainda cheio de cascalhos, mas já mostrando gloriosamente seus esplendores inacabados” (BAUDELAIRE, s/d, p. 41). Na sequência, o narrador descreve detalhadamente toda a pompa e a ostentação do ambiente. Tal cenário chocava-se com a aparência dos três observadores, provavelmente um pai com seus dois filhos pequenos, miseráveis e extasiados com o que viam.

Os olhos do pai diziam: “Que beleza! Que beleza! Dir-se-ia que todo o ouro do pobre mundo fora posto nessas paredes.” Os olhos do menino: “Que beleza! Que beleza! Mas é uma casa onde só podem entrar pessoas que não são como nós!” Quanto aos olhos do menor, eles estavam fascinados demais para exprimirem outra coisa senão uma alegria estúpida e profunda. (BAUDELAIRE, s/d, p. 41).

Nesse contexto, temos três posicionamentos bastante claros: o personagem narrador, que confessa seu enternecimento e sua vergonha diante dos observadores, visto que, enquanto em sua mesa havia abundância, deparava-se com a face mais crua da pobreza; o da moça que o acompanhava, que se incomodava com a presença dos três e pedia que fossem afastados; e os três sujeitos, que não são apresentados como olhos questionadores ou invejosos, mas, simplesmente, como admiradores da beleza.

O pequeno poema em prosa, escrito por Baudelaire entre 1855 e 1864, é capaz de exprimir o profundo conflito gerado pela modernização em Paris. A redefinição da paisagem arquitetônica – o ferro, o vidro, as máquinas, a moda europeia, o luxo dos bulevares – expulsou os proletários do centro, reforçando a separação entre os ricos e os pobres que margeiam a cidade, que compõem a periferia.

Como afirma Marshall Berman (1986, p. 129), Baudelaire “fez mais do que ninguém, no século XIX, para dotar os seus contemporâneos de uma consciência de si próprios como modernos”. No referido texto, o poeta não retrata uma população revoltada com o processo de marginalização que estava sofrendo, mas, pelo contrário, representa, a partir dos olhares desses três personagens, a postura contemplativa e apática deles diante de uma política discriminatória imposta pelo governo<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Já que é a presença da família, esse confronto provocado pela modernidade, que fará o narrador ser tomado por uma consciência política da situação e repudiar a atitude da companheira.

<sup>21</sup> À época, Paris era governada por Georges-Eugène Haussmann. Nomeado prefeito de Paris por Napoleão III, Haussmann foi o principal responsável pela modernização do espaço urbano parisiense.

Berman, ainda comentando o processo de modernização de Paris, afirma que “[p]or volta de 1880, os padrões de Haussmann foram universalmente aclamados como o verdadeiro modelo do urbanismo moderno. Como tal, logo passou a ser reproduzido em cidades de crescimento emergente, em todas as partes do mundo” (BERMAN, 1986, p. 146). Como na cidade moderna não há espaço para o feio, esse precisa ser escondido, empurrado à margem. Assim, com os avanços da modernidade em Pelotas, a população mais desprovida de recursos foi sendo empurrada para o entorno e acomodando-se em seus barracões precários, de modo que, ainda no fim do século XIX, um contexto semelhante ao retratado por Baudelaire pode ser reconhecido na história de desenvolvimento da cidade de Pelotas.

## 2.1 O CICLO DA INDÚSTRIA

Pelotas, no entanto, diferentemente do processo sofrido por Paris, e até pelo Rio de Janeiro – que, seguindo o modelo da capital francesa, realizou um processo de higienização em 1903, liderado pelo então prefeito Pereira Passos –, à época ainda não contava com uma estrutura urbana desenvolvida e estruturada, de modo que não precisou colocar abaixo parte de suas construções para dar lugar às reformas da urbanização. Em pouco tempo, porém, o surgimento de prédios majestosos, fábricas de todo tipo, assim como as regiões portuária e ferroviária, até então pouco habitadas e alagadiças, reinventaram-se, desenvolveram-se e tornaram-se alguns dos maiores núcleos habitacionais da cidade.

Se, como afirma Glenda Peter (2007, *online*), Pelotas era referência em termos de cultura e informação e “recebeu um excepcional impulso em direção a um processo de modernização nas últimas décadas do século XIX, influenciada, com certeza, pelos conceitos e ideias de Paris, que era considerada o centro de um imaginário social construído pela modernidade”, por outro lado, demonstrava um aspecto sombrio.

As questões referentes ao saneamento público ainda não tinham alcançado a proporção necessária e a falta de acesso à luz elétrica e à água potável contribuía à proliferação de doenças. Os aspectos relacionados à eliminação de resíduos das residências e das indústrias não eram preocupações latentes para a época. A cidade almejava ostentar riqueza e estabilidade para atrair cada vez mais investimentos e, para tanto, necessitava de uma industrialização imediata, em consonância com as metas de modernização da nova elite republicana brasileira. Uma das mais sérias consequências desse processo foi a irreversível contaminação do Canal Santa Bárbara, que em 1968 teve seu curso desviado para fora da área urbana. (PETER, 2004). Esse, entre

diversos outros fatores, motivou a implantação do sistema de esgotos, iniciado em 1912. (DIÁRIO POPULAR, 8 dez. 1912).

De acordo com os registros do **Boletim da Repartição de Estatística da Intendência Municipal de Pelotas de 1891** (PELOTAS, 1891), em 1890 a zona urbana de Pelotas contava com uma população de aproximadamente vinte e cinco mil habitantes. Já em 1897, de acordo com informações da **Estatística do Município de Pelotas 1897** (PELOTAS, 1987), a cidade compreendia “uma área urbana de 30.000 metros quadrados, contendo 5.103 prédios, dos quais 170 eram sobrados, 339 eram assobradados e os demais térreos”. O documento indica ainda que, “das 53 ruas existentes, 28 eram calçadas de pedra com leito de areia, possuindo em média 15 metros de largura e 85 de face”.

Desde meados do século XIX, o cenário urbano retratava a circulação do capital econômico por meio da adesão à moda lançada na Europa, da vida cultural, dos prédios e demais meios de ostentação. Na virada do século, a cidade já contava com o Mercado Central em plena atividade, frequentado também pela população dos arredores e de cidades vizinhas; as praças, antes abandonadas ao capim e ao barro, recebiam atenção especial da administração pública, do mesmo modo que as avenidas, que começaram a ser arborizadas.

O acesso à cidade, antes realizado principalmente por meio de veículos de tração animal ou por embarcação a vapor, desde a inauguração da Estação Ferroviária, ainda em 1884, e da construção da estrada de ferro, que ligava Pelotas a Rio Grande e a Bagé, vinha sendo facilitado, alavancando assim sua movimentação comercial. (MÜLLER, 2004). Outra maneira de acesso à cidade foi estabelecida com a chegada da Companhia Telefônica Rio-Grandense, em 1908, que permitia aos pelotenses realizar ligações diretas para Rio Grande, Porto Alegre, Jaguarão e Bagé. (OSÓRIO, 1997).

A partir de informações dos boletins de estatística municipal, Lopes Neto afirma que, em 1910, Pelotas contava com “188 fábricas, 278 oficinas e 822 cazas diversas de negocio, ou sejam 128 firmas em atividade” (LOPES NETO, 15 out. 1911, p. 13).

O crescimento e a expansão territorial de Pelotas tiveram tamanho impacto econômico que possibilitaram, já em 1906, a fundação do Banco Pelotense. Esse banco foi resultado do esforço coletivo de um grupo de investidores, futuros acionistas, que reuniu um capital inicial de três mil contos, elevado a cinco mil, em 1910, e a dez mil contos, em 1913. (DIÁRIO POPULAR, 8 fev. 1916). “Em 1922 o balanço geral acusa o fundo de reserva de 14.003:284\$860 e o capital de 30 mil contos (juros de 12% ao ano e bonificações)”. (OSÓRIO, 1998, p. 445).



Como destaca Eugênio Lagemann (1985, p. 190), a especificidade do Banco Pelotense estava ligada ao grupo social que lhe originou e a quem servia prioritariamente. “Na sua criação predominou o impulso pecuarista charqueador, evidenciado pela origem sócio-econômica dos seus incorporadores, recebendo o apoio do capital comercial” (LAGEMANN, 1985, p. 190), ao contrário de outros bancos do período, que, idealizados pelo capital comercial, recebiam apoio do capital industrial.

A expansão do banco por todo Rio Grande do Sul, além das indústrias em crescimento e de seu cenário de riqueza, fazia com que Pelotas se destacasse e atraísse diversos investidores externos. Do mesmo modo, via-se cada vez mais em seu cenário urbano a reprodução das mudanças arquitetônicas que haviam ocorrido na França. O centro adquiria maior destaque, enquanto que a periferia e a zona rural tornavam-se meras estruturas de sustentação, de fornecimento de matéria prima e de mão de obra. Era, então, no espaço urbano que a vida cultural acontecia.

São desse período construções suntuosas como o segundo piso da Bibliotheca Pública Pelotense (1915), a sede do Clube Comercial (reformada em 1920), o Teatro Guarany (1921), o prédio do Grande Hotel (1928), o prédio do Banco do Brasil (1928), entre muitos outros.

Nos casarões, nos teatros, nas sociedades recreativas, eram promovidas reuniões seletas de sociabilidade para a elite pelotense. Nessa época, o Teatro Sete de Abril encontrava-se em plena atividade, recebia artistas nacionais e internacionais de renome. (SANTOS, 2012). Também eram amplamente frequentados os clubes sociais, a exemplo do Clube Comercial, em atividade desde 1881; as festas religiosas, como a de *Corpus Christi* e a dos padroeiros, tanto da cidade quanto das paróquias, que reuniam centenas de pessoas em quermesses e procissões; e anualmente, os bailes de carnaval, quando diversos grupos saíam mascarados e/ou em carros burlescos pelas principais ruas do centro da cidade. (MAGALHÃES, 1993).

Entre o fim do século XIX e o início do século XX, podem ser destacados também alguns avanços no campo educacional, o que atesta a preocupação dos pelotenses com o desenvolvimento intelectual das futuras gerações. Em resposta às necessidades dos industriais que controlavam a produção de charque e as atividades agropastoris, em 1883 foi fundada a Escola de Agronomia Eliseu Maciel. Em 1910 foi inaugurada a Faculdade de Farmácia e Odontologia e, em 1912, a Faculdade de Direito de Pelotas. (MÜLLER, 2004). Essas iniciativas, além de qualificar tecnicamente a elite pelotense, atraíram diversos jovens de famílias ricas da região à cidade, aumentando a circulação financeira e favorecendo a abertura de estabelecimentos como confeitarias, cafés, hotéis, entre outros pontos de encontro e divertimento para a elite da época.

Ao passo que a luz elétrica começou a ser difundida pelo território brasileiro, os pelotenses testemunharam o declínio da atividade base de sua economia. Com a instalação de fontes de energia no centro da cidade, em 1912, a indústria do charque – em crise desde a década de 1890 –, perdeu sua principal razão de existir, já que, com a chegada dos meios modernos de conservação dos alimentos, a prática de salgar carne viria a se tornar cada vez menos necessária.

De acordo com Sandra Pesavento (1984), a indústria saladeril pelotense não acompanhou o ritmo de desenvolvimento do mercado. A historiadora afirma que a charqueada gaúcha, em geral, operava como uma manufatura, produzindo um gênero de baixa qualidade e mau aspecto, com precária tecnologia, sem ter, desse modo, condições de se manter em um mercado altamente competitivo.

Em 1914, a pecuária gaúcha encontrava-se em crise, mas encontrou no advento da Primeira Guerra Mundial uma oportunidade de lucro e, mesmo competindo com o charque platino e com o produzido em Minas Gerais, graças às políticas internas do governo Borges de Medeiros, os charqueadores, entre eles os pelotenses, conseguiram um período de sobrevivência a partir da exportação de sua produção para o exterior. (PESAVENTO, 1984).

Com o fim da guerra, a atividade voltou a enfraquecer, porém o mercado já havia se diversificado. Assim, após o fim do “Ciclo do charque”, instaurava-se um novo ciclo econômico. Alicerçada na atividade agropastoril, a qual sempre esteve aliada à atividade das charqueadas, a indústria modernizava-se e diversificava-se rapidamente. Pelotas dispunha de recursos preciosos para alavancar sua industrialização, como incentivo público<sup>22</sup>, urbanização, contexto comercial, investidores, entre outros.

Foi nessa época conturbada que João Simões Lopes Neto (1865-1916) publicou suas primeiras obras: **Cancioneiro Guasca**<sup>23</sup>, em 1910; **Contos Gauchescos**<sup>24</sup>, em 1912; **Lendas do Sul**<sup>25</sup>, em 1913 e **Casos do Romualdo**<sup>26</sup>, em 1914. Nessas obras, o prosador, considerado por inúmeros críticos e historiadores da literatura como um dos maiores expoentes do

---

<sup>22</sup> Muitas indústrias que se instalaram em Pelotas ao longo do século XX foram beneficiadas pela Lei Municipal nº 1.195, que concede isenção do imposto de indústrias e profissões.

<sup>23</sup> O **Cancioneiro guasca** não se trata propriamente de uma obra de autoria de Simões Lopes Neto, mas de composições populares compiladas e publicadas pelo escritor em 1910, pela Livraria Universal.

<sup>24</sup> Os **Contos gauchescos** foram publicados, originalmente, no jornal **Diário Popular** de Pelotas, em versão folhetim, todas as quintas-feiras e aos domingos, entre os meses de março a maio de 1912. Em setembro do mesmo ano, foram publicados em livro, pela Livraria Universal.

<sup>25</sup> As **Lendas do Sul**, reunião de dezessete lendas que compunham o imaginário popular, foram publicadas em 1913. Todavia, a lenda do *Negrinho do pastoreio* já havia sido publicada no **Correio Mercantil** de 26 de dezembro de 1906 e a do *Boitatá*, no mesmo jornal, na edição de 6 de janeiro de 1909.

<sup>26</sup> Os vinte e um contos que compõem **Casos do Romualdo** foram publicados, inicialmente, em junho de 1914, sob a forma de folhetim, no jornal pelotense **Correio Mercantil**. Apenas em 1952 a obra recebeu uma versão em formato livro, publicado pela Editora Globo.

regionalismo no Brasil, traz para suas narrativas, nas palavras de Alfredo Bosi (2004, p. 207), “a terra e o homem do interior”, revelando “que nem tudo tinha virado *belle époque* no Brasil de 1900”.

Embora tenha passado algum tempo de sua infância no campo, Lopes Neto foi um sujeito essencialmente urbano. Mesmo assim, publicou – em um período no qual a cidade de Pelotas já contava com uma frota de pelo menos uma centena de automóveis particulares, com calçamentos e tantos outros índices de urbanidade –, inúmeros contos nos quais representou a vida campeira, o dia a dia do peão; registrou, com a linguagem do homem do campo, as histórias que até então se mantinham vivas na tradição oral da região, deixando de lado os avanços da modernidade.

Além de entrar para a história como o maior escritor pelotense de todos os tempos, e de ter alcançado destaque entre as letras gaúchas, Simões Lopes contribuiu também com o resgate da história de Pelotas, sendo ele o idealizador e o organizador da **Revista do 1º Centenário de Pelotas**. Publicada em cinco partes, entre outubro de 1911 e maio 1912, essa obra corresponde à primeira compilação histórica da cidade de Pelotas e arredores, apresentando dados estatísticos, demográficos, econômicos, religiosos, além de biografias de personalidades da política, das artes, entre outras informações.

Ao longo da década de 1910, Pelotas encaminhava-se para a expansão da canalização de água potável e de energia elétrica às residências e de linhas de circulação dos bondes elétricos até regiões mais afastadas do centro. Os diversos jornais do período registram, nas primeiras décadas do século XX, a contínua e crescente abertura e movimentação dos mais variados estabelecimentos comerciais. Esses avanços tinham como consequência, também, o desenvolvimento cultural e artístico da cidade.

De acordo com Francisco Antônio Vidal, pesquisador da cultura pelotense,

[n]a virada do século XX, o português Francisco Dias Ferreira dos Santos (1873-1937) chegou ao Brasil numa turnê de teatro e apresentou-se ao longo do país durante anos. Em 1909 chegou ao extremo sul, e aqui concebeu uma pioneira empresa de cinema.

O empreendimento já era ousado para a época, e mais ainda por situar-se longe dos grandes centros urbanos. Os estúdios da Guarany Fábrica de Fitas Cinematográficas (ou Guarany Filmes) ficavam numa casa da Rua Marechal Deodoro, em Pelotas. (VIDAL, 2012, *online*).

Após anos de turnês internacionais e quase uma década de viagens pelo Brasil, a Companhia Dramática Francisco Santos, em sua segunda passagem por Pelotas, em 1912, resolveu fixar-se nessa cidade. A escolha deu-se principalmente pela condição de cidade

desenvolvida, que oferecia ao líder do grupo, Francisco Santos, um número mais amplo de recursos para empreender seu projeto de criação de uma fábrica de fitas cinematográficas. (XAVIER, 2011, p. 103).

O projeto foi colocado em prática e, em 1913, foi produzido em Pelotas o primeiro filme de ficção do Brasil, o curta-metragem intitulado **Os óculos do vovô**.

Essa imagem de cidade urbana e desenvolvida, com potencial para expansão territorial, política e econômica, atraiu uma série de investidores de outras regiões e, inclusive, do estrangeiro, de modo que, com a promessa de isenção de impostos apresentada pela Intendência municipal, novas fábricas e novos estabelecimentos comerciais eram inaugurados com frequência. A agricultura diversificava-se e a produção de culturas, como a do arroz, fortalecia-se e ganhava o mercado nacional.

O fato de muitos estrangeiros escolherem Pelotas para investir possibilitou que as pequenas fábricas artesanais (de sabão, velas, chapéus, e outros produtos derivados da gordura e do couro, por exemplo), que usavam como matéria-prima os produtos que sobravam nas charqueadas no século XIX, viessem a se tornar ou cedessem lugar às prósperas indústrias do século XX.

O local onde funcionou por anos a charqueada de Brutus Almeida, às margens do Canal São Gonçalo, em 1916, passou a ser sede da Companhia Frigorífica Rio Grande, primeiro frigorífico do estado, construído por um grupo de industriais da carne, e tinha como principal investidor o Banco Pelotense.

Após a primeira grande crise financeira do banco, em 1924, o frigorífico foi vendido para uma empresa estrangeira, o Grupo Vestey Brothers, que modernizou o espaço e adequou o maquinário, reativando-o em 1943, sob o nome de Frigorífico Anglo.

Com estrutura para o abate diário de aproximadamente mil bovinos, quinhentos suínos, quinhentos ovinos e mil aves, além de atuar também na produção de conservas de legumes e frutas, o Frigorífico Anglo teve um papel importante na economia do município, empregando centenas de operários para as mais diversas funções, além das relações de trabalho indiretas. (MICHELON, 2013).

No fim da década de 1980, a produção já havia diminuído significativamente, de modo que na década seguinte, o Grupo Vestey Brothers vendeu todos os frigoríficos que tinha na América do Sul e, em 1991, encerrou definitivamente suas atividades em Pelotas.

Tal como o Frigorífico Anglo, diversas outras indústrias instalaram-se na região no início do século XX e decretaram falência ou abandonaram a cidade entre o fim do mesmo século e o início do seguinte. No entorno do porto de Pelotas, construído e inaugurado no início

da década de 1930, instalaram-se diversas dessas indústrias. Como afirma Botelho (2013, p.142), “a infraestrutura portuária representou uma estratégia subsidiária ao desenvolvimento do setor fabril instalado”. Nessa região, o pesquisador destaca a Cervejaria Sul-Riograndense e o prédio da Alfândega, construído na mesma década, além da fábrica de biscoitos e massas Cotada S/A, fundada em 1949.

As demandas do porto e das indústrias, diante de um novo sistema de produção, originaram uma nova categoria, a classe do operariado. Foi na condição de trabalhadores braçais, muitas vezes como estivadores, que os negros conseguiram adentrar ao mercado de trabalho, visto que após a Abolição, o abandono e a falta de perspectiva os manteve em condições análogas às de escravos.

A maioria dessas indústrias, devido à necessidade de escoamento da produção, instalava-se nas proximidades da zona portuária ou da Estação Ferroviária. Consequentemente, a população mais pobre, por uma questão de acesso, acomodava-se nas imediações dessas. Esses sujeitos foram estabelecendo-se em volta das recém-instaladas indústrias, passando a dar corpo às pequenas comunidades periféricas, aos bairros que circundam o Centro.

É possível afirmar que tais indústrias foram as principais responsáveis pela poluição da cidade, que ainda não contava com uma política de controle da eliminação de resíduos. É a partir desse processo que se constituirá o cenário atual de Pelotas, no qual um centro – rico e monumental, arborizado e preocupado com a conservação de uma história de conquistas – encanta os olhos apáticos de inúmeras famílias esfarrapadas, passivas e contemplativas, que se amontoam pelas margens.

Esta estruturação espacial, em um primeiro momento, pode ser compreendida como um avanço, no sentido do desenvolvimento urbano e da inserção nos preceitos da modernidade, mas, por outro lado, revela a face mais cruel da exclusão social. Nela, os pobres não tinham espaço e, por isso, acabaram formando objetivamente a imagem de “marginalizados”, ou seja, sujeitos que, desprovidos de suas condições mínimas de sobrevivência, destoavam da imagem de cidade moderna e rica e, portanto, eram lançados às margens. De acordo com Peter,

a população de Pelotas, tal como em uma grande cidade [...] poderia ser identificada como uma elite civilizada e aculturada, emergente e cheia de novos ricos, novos barões, novos bacharéis, mas onde também se percebia uma sociedade escravocrata rude e cruel. Pelotas era uma cidade de contrastes e diferenças sociais, onde a cultura européia ajudou a criar a identidade que hoje possuímos. (PETER, 2007, *online*).

Esses apontamentos de Peter correspondem às observações de August Saint-Hilaire, que, já em 1820, registrou as incoerências de uma elite que se pretendia sofisticada. Sobre os

habitantes da região, de modo geral, o naturalista afirmou ainda que: “são ricos e não ambicionam se não enriquecer mais; sua fortuna, porém, pouco contribui para lhes tornar mais agradável a existência”, e continua destacando que “[o]s instantes de lazer são dedicados aos jogos, ou a pequenas intrigas que uns forjam contra os outros. A maioria é ignorante e sem educação” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 115).

Desde o início do século XIX, as corridas de cavalos e os espetáculos de cavalhadas eram atividades significativamente prestigiadas pela elite pelotense, fazendo com que o turfe – esporte originado na Inglaterra, por volta do século XVII – motivasse a fundação do Jockey Club de Pelotas, em 1930, e a criação do Grande Prêmio Princesa do Sul, que reúne competidores de todo o Brasil e de países vizinhos. (KOSLOWSKY; PICCOLI, 2003).

Em um estado significativamente arraigado às tradições, associado a tipos sociais taciturnos e rudes, Pelotas constituía-se como o centro irradiador de cultura e civilidade. Ambicionando o ritmo de desenvolvimento das cidades europeias, Pelotas investiu em bens culturais e direcionou-se, desde sua formação, à modernização. Desse modo, poucos anos após a passagem de August Saint-Hilaire pela região, já se instalavam nela diversos estrangeiros, entre eles professores de desenho, música, línguas, gramática e dança, o que contribuiu com a expansão do universo cultural da cidade.

Embora entenda-se que durante toda a República Velha (1889-1930) manteve-se o mesmo descaso com a educação pública já recorrente no governo imperial, os investimentos locais e o ensino privado foram responsáveis por um aumento considerável no número de leitores em Pelotas, sendo que, entre 1891 e 1911, manteve-se um percentual de quase 50% da população em condições de ler. (LONER, 2001).

Esses números eram significativos para a época, mas esse avanço não era correspondido pelo ensino secundário, que se caracterizava por um período no qual os jovens alunos cursavam aulas avulsas, na expectativa de prepararem-se para prestar os exames seletivos que lhes possibilitariam uma vaga no ensino superior.

Já no fim da década de 1870, registravam-se esforços por parte da elite pelotense no sentido de alfabetizar a população, em especial os trabalhadores. No início do século XX, esses esforços eram ainda mais intensos. Desde a inauguração da Bibliotheca Pública Pelotense eram oferecidas aulas noturnas gratuitas, mantidas por instituições e associações particulares, de modo que a aprendizagem da leitura era acessível a uma razoável parcela da população, porém as condições necessárias para ingressar no ensino superior eram restritas à elite.

Ainda em um clima de entusiasmo da elite local, devido ao investimento na “europeização” da cidade, e acompanhando o momento vivido por diversas cidades do Brasil,

os contrastes gerados por esse processo não receberam a devida notoriedade. O conjunto de obras promovido naquela ocasião não buscava somente a qualificação do aspecto arquitetônico, mas também expulsar a população pobre do centro da cidade. Visava, sobretudo, eliminar a pobreza e dar visibilidade ao modernismo europeu, possibilitando um espaço de circulação à altura da elite local e de seus anseios.

De acordo com o projeto de modernização da área central de Pelotas, foram idealizadas, a exemplo dos bulevares franceses, ruas largas e calçadas, praças, além dos teatros e demais prédios que constituíam a imagem que desejavam ostentar – um cenário no qual atores puderam representar durante décadas os papéis de “elite culta e desenvolvida”, bem trajada, ao estilo europeu, detentora de bons hábitos, etc., fato que vai ao encontro das reflexões de Glenda Dimuro Peter (2007).

Em seu estudo, a pesquisadora demonstra o peso da influência francesa, juntamente à luso-brasileira, na formação da cultura e da identidade dos pelotenses, e reflete que, embora não tenha “exercido grande influência política ou econômica sobre o Brasil, a França contribuiu para a renovação das artes e para as mudanças dos nossos hábitos culturais e sociais” (PETER, 2007, *online*).

No bojo dos hábitos importados da Europa, consta a produção e o consumo de doces finos, tão assimilados pelos pelotenses, que garantiram à cidade a alcunha de “Capital Nacional do Doce”. De acordo com Mario Magalhães (1993), os mesmos navios que levavam o charque, retornavam com açúcar, que à época, era um símbolo de riqueza. Esse açúcar era usado para fazer doces, que só eram consumidos em momentos especiais, sendo praticamente restritos às altas classes sociais ao longo de todo o século XIX.

Resultado de receitas europeias e de ingredientes raros para a época, os doces eram produzidos, na maioria das vezes, pelas próprias senhoras, as matriarcas das famílias, que ensinavam as receitas às filhas, e não por empregadas ou escravizadas. Essas receitas ficavam restritas ao ambiente familiar e chegaram à contemporaneidade como uma herança secreta.

Assim, acredita-se que o surgimento das tradicionais doceiras está diretamente ligado ao declínio da indústria do charque, que levou à falência diversas famílias, obrigando mulheres a exercerem atividades remuneradas. Do mesmo modo, entre as primeiras doceiras pelotenses encontram-se viúvas, que desprovidas de outros capitais, necessitavam de recursos para provimento próprio e de filhos. (FERREIRA; CERQUEIRA; RIETH, 2008).

Essa crise financeira que abalou a estrutura de algumas famílias abastadas foi mais uma das consequências de um sistema econômico em declínio. Somou-se a esse conjunto a falência do Banco Pelotense depois de quase três décadas de atividade, fato que repercutiu de modo

estrondoso na economia local. Lagemann (1985, p. 12) comenta que a “liquidação, em 1931, do Banco Pelotense, fundado em 1906 e com projeção nacional, causou um trauma profundo entre os seus milhares de depositantes, refletindo-se numa crise de credibilidade entre a clientela dos demais bancos gaúchos”.

Nos anos que seguiram, Pelotas, que já contava com duas universidades – a Universidade Federal e a Universidade Católica (particular) – e duas escolas profissionalizantes – a Escola Technico Profissional e o Patronato Agrícola do Rio Grande do Sul<sup>27</sup> –, que até então podia ser considerada o centro cultural do estado, via seu capital econômico e seu capital simbólico esvaírem-se lentamente.

Diante desse quadro, tornou-se conveniente para certa parcela da população assumir-se como parte da “Capital Cultural”, da “Princesa do Sul”, visto que, por esse viés, os pelotenses seriam um povo desenvolvido e superior aos seus vizinhos intelectualmente e, logo, pouco precisariam fazer por Pelotas, além de nela viver e contemplar sua opulência e orgulharem-se de sua trajetória. Esse forte apelo de autovalorização pode ser percebido ao longo de toda a história da cidade, inclusive na literatura.

Ao organizar a primeira história oficial da cidade, em 1922, Fernando Luís Osório Filho retrata Pelotas como aquela que foi edificada por “abençoadas mãos, atléticos braços”, fruto “do espírito generoso nas iniciativas fecundas, da cooperação, do amor ao lar, da religiosidade, da fé no porvir!” (OSÓRIO, 1997, p. 16). Embora, como salienta Maria Teresa de Freitas, “[n]a segunda metade do século XIX [...], com o advento do positivismo e, conseqüentemente, um contato mais rigoroso com os documentos e com os meios de utilizá-los ‘objetivamente’, a História [tenha sido] submetida a um tratamento científico”, essa obra de tom mítico foi consagrada como a principal fonte historiográfica da cidade e ainda é uma das mais consultadas por pesquisadores e escritores, seguida pelas sucessivas obras de Mario Osório Magalhães (de 1979 a 2012), herdeiro intelectual da versão apresentada por Fernando Osório, seu avô.

Freitas destaca ainda que a partir deste período a História passou a “ser definida como uma ‘ciência autêntica’, pretendendo assim conquistar sua especificidade e sua independência em relação à Literatura; a preocupação com o rigor e com a objetividade impera na pesquisa histórica” (FREITAS, 1986, p. 2).

No entanto, a maior parte das obras literárias que tematizam a cidade ou a apresentam como pano de fundo para a narrativa reproduz fielmente as informações apresentadas pelos Osórios. Se o modelo romântico no Brasil contribuiu com a formação da identidade nacional,

---

<sup>27</sup> Que atualmente correspondem às unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense *Campus Pelotas* e *Câmpus Pelotas-Visconde da Graça*, respectivamente.



esse mesmo modelo, em Pelotas, parece ter contribuído para a formação de uma identidade de pelotense, que, sendo majoritária, torna-se um fator relevante e passível de análise. Não se pretende negar a matriz identitária ligada diretamente ao passado de riquezas, mas sim, questionar a narrativa desse passado como a única e a verdadeira.

Nesse contexto, o cenário de disputas de poder muda, assim como também já havia mudado o perfil da própria elite econômica. Se até o início do século XX quem dominava o campo social eram os ricos proprietários de terras, sujeitos que dispunham de dinheiro, influência e, o que é muito significativo, tempo, o homem da sociedade moderna e industrializada precisava trabalhar; se não braçalmente, ao menos acompanhando de perto a produção. Assim, indivíduos com outro perfil social foram ocupando os espaços até então reservados àqueles que dispunham de capitais advindos da tradição e do poder aquisitivo, os sujeitos que Pierre Bourdieu chama de homens cultivados.

Observando a produção literária do período, pode-se perceber um significativo aumento do número de pelotenses em condições de envolverem-se com a atividade literária: além dos anônimos e diversos desconhecidos que publicavam suas poesias nos jornais da época, o cenário literário pelotense já contava com um sistema literário em formação, composto por algumas livrarias<sup>28</sup> e editoras – a Editora Americana, por exemplo –, pelas manifestações de leitores (críticos) via imprensa, entre outros, que possibilitavam e/ou motivavam a publicação de coletâneas de contos, de poesias, assim como de novelas e romances.

Embora nesse período o espaço literário ainda fosse ocupado por diversos elementos oriundos de famílias tradicionais, como Fernando Luís Osório Filho (1886-1939), autor de **Fogo morto** (1930), e Heloísa Assumpção Nascimento (1915-2005), que em 1932 publicou **Harmonia excelsa** e, em 1983, **Água de poço**, ambos romances ambientados em Pelotas, entre tantos outros; disputavam também o cenário das letras nomes como os de Paulo Marques, autor de **Vênus ou o dinheiro** (1885), Álvaro Anselmo Delfino (1899-1969), autor de **Conceito: novela gauchesca** (1930) e **Bangalô** (1938), além de Jorge Salis Goulart (1899-1934), que, em 1925, publicou a novela **A vertigem** e Fernando Melo (1922-1949), autor de **Os fios telefônicos**.

---

<sup>28</sup> O **Almanaque de Pelotas**, inaugurado em 1913 e publicado anualmente pela tipografia do **Diário Popular**, apresenta, ao longo de seus anos de circulação, diversos anúncios de livrarias, como a Universal (de Echenique e Cia.), a Comercial (de Meira e Cia.) e a do Globo (de Barcellos, Bertoso e Cia.). O **Almanaque** encontra-se disponível para acesso no Acervo Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense.

## 2.2 AS DIVERSAS FACES DE UMA “MOCINHA VAIDOSA”

Tratando-se do campo literário pelotense no início do século XX, conquanto que o foco deste estudo sejam as obras nas quais se verifica algum tipo de representação de Pelotas, seria impraticável prosseguir sem antes dispensar alguma atenção a João Simões Lopes Neto.

Simões consagrou-se como o mais destacado escritor pelotense. Embora inicialmente não tenha sido apropriadamente valorizado, com o passar dos anos sua importância foi sendo reconhecida dentro e fora da cidade. Além de diversos estudos sobre o autor e sua obra, o reconhecimento veio também por meio da inauguração de um instituto com seu nome, da realização de vários seminários, colóquios e outros eventos, de edições comemorativas de suas obras, exposições, da transposição de alguns de seus contos para outras linguagens, como os quadrinhos, além da inauguração de uma estátua em praça pública e tantas outras demonstrações de interesse coletivo.

Ao longo de sua vida, Mario Osório Magalhães (1949- 2012) tentou exaustivamente reunir elementos que atestassem uma referência a Pelotas entre a obra de Simões. De acordo com o historiador, o conto *Chasque do imperador*, de **Contos gauchescos**, indiretamente, referia-se a Pelotas, devido ao caso dos doces: “Não se pode garantir, mas é lícito supor, com certa segurança, que o último episódio dos que compõem a narrativa Chasque do imperador – um dos contos gauchescos de Simões Lopes Neto – haja ocorrido em Pelotas”. (MAGALHÃES. In. DIÁRIO POPULAR. 18 jun. 2006).

De acordo com Gastão d’Orleans, o Conde D’Eu, em seus apontamentos sobre o Rio Grande do Sul, o Imperador D. Pedro II esteve na região da fronteira, e hospedou-se na cidade de Pelotas, por duas vezes. A primeira, em 1846, quando visitava diversas cidades gaúchas após o fim da revolta dos farrapos; e a segunda, em 1865, devido à invasão da então Vila de Uruguaiana, quando eclodia a Guerra do Paraguai.

Este conflito – provavelmente o maior conflito armado da América do Sul, envolvendo, de um lado, o Brasil, a Argentina e o Uruguai, e do outro, o Paraguai – foi tematizado por João Simões Lopes Neto, em seu conto *Chasque do Imperador*, publicado pela primeira vez na edição de 28 de abril de 1912, do Jornal **Diário Popular**.

Para o também escritor Aldyr Garcia Schlee, que organizou um vocabulário com os termos do dialeto pampeano utilizados por Simões Lopes em suas obras, chasque quer dizer “mensageiro, emissário [...], que atuou no pampa até o final do séc. XIX – na época, sob a forma predominante de correio a cavalo” (SCHLEE, 2009, p. 44). No referido conto, o tal “chasque” é Blau Nunes, o vaqueano, narrador de **Contos Gauchescos** (1912).

Este conto foi abordado pelo professor Mario Osório Magalhães, no 5º encontro do Ciclo de palestras em comemoração aos 100 anos dos **Contos Gauchescos**, realizado em 2012, no Instituto João Simões Lopes Neto. Provavelmente, a última oportunidade que teve de falar publicamente sobre o tema. Além de ter publicado diversos títulos sobre as histórias e as tradições da cidade de Pelotas, Magalhães foi também organizador de uma coletânea da obra de Simões Lopes, **Negrinho do Pastoreio e outras histórias**, e autor do ensaio **Simões Lopes Neto e Pelotas: a influência da cidade sobre a obra regionalista do seu maior escritor**.

A relação de Magalhães com este conto, especificamente, é ímpar, visto que ele acreditava que em o *Chasque do Imperador*, Simões Lopes fizesse referência a Pelotas. O principal argumento do professor fundamenta-se em uma anedota narrada por Blau sobre um homem que, tendo recebido o Imperador em sua casa, acreditou que devesse tratá-lo “a bicos de rouxinóis e doces e pastéizinhos” (LOPES NETO, 2003, p. 350), razão pela qual lhe ofereceu apenas doces em todas as refeições.

A tradição dos doces artesanais e industrializados de Pelotas, sua fama de Capital Nacional do Doce, parece tornar plausível a possibilidade de ser esta cidade o palco da trama do último episódio descrito por Blau neste conto. No entanto, como destacou o professor em sua fala, o escritor nunca mencionou objetivamente Pelotas nos seus contos e as referências<sup>29</sup> a sua cidade natal (se de fato existem) aparecem de maneira indireta e circunstancial.

Magalhães lembrava também que é bem mais provável que o espaço e os tipos que vieram a inspirar a criação de seus ambientes e personagens fossem advindos de suas memórias de menino, na Charqueada da Graça, zona rural de Pelotas, e de adolescente, quando visitava a Estância São Sebastião, em Uruguaiana, ambas de propriedade do avô João Simões Lopes, o Visconde da Graça, e administradas pelo pai, Catão Bonifácio Simões Lopes.

A hipótese do professor seria, portanto, a de que Pelotas teve uma influência fundamental sobre a obra de Simões Lopes por dois principais fatores: primeiro, por seu contexto sociocultural à época<sup>30</sup>, o qual oferecia as condições propícias para o estímulo de sua vocação de escritor, ou seja, possibilitaram a formação de um sujeito leitor, culto, com uma habilidade especial para ver e representar a realidade e a história do povo simples da campanha.

---

<sup>29</sup> Como lembrado por Mario Magalhães, salvo um comentário extraliterário, uma nota de rodapé em **Lendas do Sul**, na qual Simões Lopes revela que o Cerro do Jarau, cenário da lenda da Salamanca, seria a propriedade de uma família tradicional de Pelotas, os Assumpção.

<sup>30</sup> Em sua dissertação de mestrado, posteriormente publicada em livro com o título **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**, Mario Magalhães conclui que Pelotas alcançou seu auge econômico e cultural entre as décadas 1860 e 1890.

O segundo, pelo contexto histórico e econômico da cidade, que lhe levaram a optar pela temática regional. (MAGALHÃES, 1993).

Observando a estratégia narrativa de Simões, pode-se perceber que, após ler o primeiro parágrafo, sinalizado com um travessão como fala do narrador, tem-se um resumo do enredo. Blau não faz nenhum suspense. Pelo contrário, adianta as informações principais – que devido ao cerco de Uruguaiana, o Imperador vem ao sul e é o próprio Blau que ocupa a função de seu chasque. A partir deste trecho, já é possível reconhecer a voz do narrador e perceber que ele será um dos personagens; sabe-se também que fazem parte da história D. Pedro II e sua comitiva. Pela referência explícita ao cerco de Uruguaiana, que ocorreu em 1865, e pelo conjunto da obra, entende-se que esta história tem como palco a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Com o início da narrativa propriamente dita, outros personagens, como Caxias – à época, ainda Marques de Caxias – vão sendo apresentados, alguns ainda na parte em que Blau Nunes descreve a partir de quais circunstâncias foi escolhido como chasque do Imperador; outros, a partir dos cinco episódios que diz ter presenciado no cumprimento de sua função, estes, introduzidos pela frase “E a bem boas assisti” (LOPES NETO, 2003, p. 347).

Esta expressão funciona como uma “deixa” para iniciar a descrição de pequeninas narrativas dentro da narrativa; cenas que beiram à comicidade; diversas, mas com uma característica comum: em todas elas há um elemento que ressalta o distanciamento cultural entre o Imperador e o povo em meio ao qual este se encontrava. O próprio Imperador, em uma ocasião, declara: “Como é agradável esta rudeza tão franca!” (LOPES NETO, 2003, p. 349).

Se por um lado a generosidade é retratada como característica comum a todos – vê-se no imperador, que fica de bolsos vazios por dar como esmola tudo o que trazia consigo; na velha senhora, que lhe traz um fiambre como presente e não se importa em entregar todos os seus entes queridos como sacrifício pela vitória do Imperador; ou nos próprios homens, que ofereciam com prazer sua hospitalidade, colocavam-se a serviço e estavam dispostos a entregar o que fosse preciso pela causa que abraçavam. Por outro lado, as narrativas revelam a oposição entre a rudeza franca do povo gaúcho e a civilidade do homem da corte, em especial, do Imperador.

A descrição de D. Pedro é construída de modo interessante. Blau, ao conhecê-lo confessa: “Eu pensava que o Imperador era um homem diferente dos outros... assim todo de ouro, todo de brilhantes, com olhos de pedras finas...” (LOPES NETO, 2003, p. 347). Do mesmo modo, no último dos pequenos casos narrados, um “fulano, sujeito pesado, porém mui gauchão” (LOPES NETO, 2003, p. 349) vai exclamar: “– Quê! Pois vossa majestade come

carne?! Disseram-me que as pessoas reais só se tratavam a bicos de rouxinóis e doces e pasteizinhos!...” (LOPES NETO, 2003, p. 350).

Ainda outro personagem, um barão, ao fazer referência à diferença dos homens da campanha para os da corte, afirma: “– Que vossa majestade está pensando?... Tudo isto é indiada coronilha, criada a apoio, churrasco e mate amargo... Não é como essa cuscada lá da Corte, que só bebe água e lambe a... Barriga!...” (LOPES NETO, 2003, p. 348).

Essas imagens construídas pelo escritor ao referir-se ao Imperador, possivelmente, busquem dar conta do que este compreendia ser o imaginário que o povo gaúcho compartilhava sobre a figura de D. Pedro e de como havia sido a vida na corte.

Embora afastado algumas décadas desta realidade, Simões Lopes viveu por sete ou oito anos – de 1877/8 a 1884 – em um Rio de Janeiro que se modernizava rapidamente, com uma efervescência cultural que não se comparava a de seu universo de origem. Provavelmente, deva ter presenciado ainda vestígios do que outrora fora a sede da corte brasileira em seu período de mais elevado glamour. Do mesmo modo, o tempo de produção desta narrativa distancia-se aproximadamente quarenta anos do tempo no qual ocorrem os fatos narrados, qual seja, 1865, mas, certamente, muitas histórias ainda circulavam nas rodas de conversa, na tradição oral de seu povo.

Assim, se por um lado Simões destaca este conflito, por outro ele estabelece uma condição propícia à desconstrução deste pré-conceito. É como se alertasse: se os achamos muito “maricas”, eles também nos acham muito rudes e, desta maneira, coloca, nas palavras de Blau, a conclusão: “era um homem de carne e osso, igual aos outros... mas como queira... uma cara tão séria... e um jeito ao mesmo tempo tão sereno e tão mandador, que deixava um qualquer de rédea no chão!... Isso é que era!...” (LOPES NETO, 2003, p. 347). Deste modo, destacando sua capacidade de liderança, sua firmeza e sua seriedade, temos legitimada a imagem de um Imperador cordial e sensível. E, mais do que isso, temos legitimada a imagem de um Imperador amado e respeitado pelo povo gaúcho.

Ao se propor a dialogar com a História, como faz, o autor não podia desconsiderar a importância de D. Pedro II para aquele momento. Sabe-se que a chegada do Imperador na região foi crucial. Após a tomada da então Vila de Uruguaiiana pelos paraguaios, a presença do Imperador foi um elemento impulsionador das tropas, que se reorganizaram e reagiram, revertendo à situação.

Mas vale, neste íterim, observar a relação estabelecida entre a Província de São Pedro e o Império, visto que há duas décadas, alguns destes mesmos homens haviam lutado contra os soldados imperiais, os caramurus, em defesa da República Rio-Grandense, e perderam, de modo

que, em 1845, a então República se reintegrou ao Império a partir de um acordo, o Tratado de Ponche Verde.

Em dois momentos do conto registra-se referências que indicam a posição ideológica assumida na narrativa com relação ao primeiro conflito: quando Blau fala a Caxias que já o conhecia desde 1845, “no Ponche Verde; fui eu que uma madrugada levei a vossa excelência um ofício reservado, pra sua mão própria... e tive que lanhar uns quantos baianos abelhudos que entenderam de me tomar o papel...” (LOPES NETO, 2003, p. 347). E também, quando a velha que visita o acampamento, ao dirigir-se a Caxias, comenta: “O meu defunto, em vida dele, sempre falava em vancê... Pois os caramurus iam fuzilar o coitado, quando vancê apareceu... Lembra-se?... E vai, quando o seu general Canabarro fez a paz entre os farrapos e os legais, o meu defunto jurou que onde estivesse o seu Caxias, ele havia de ir...” (LOPES NETO, 2003, p. 349).

Assim, após perderem uma guerra e não verem respeitadas as cláusulas do tratado que estabeleceu a paz, os gaúchos mantiveram-se fiéis e servis ao Imperador. De acordo com o Tratado, os farrapos poderiam escolher seu presidente provincial, teriam ressarcidas integralmente as dívidas de guerra contraídas pela província e todos os escravizados que lutaram pelo exército farroupilha seriam libertados. Historicamente, sabe-se que tudo foi muito diferente, porém vinte anos depois, a paz parecia estar estabelecida e, no mundo ficcional de Simões Lopes Neto, o grande Blau, o vaqueano, configuração simoniana da bravura gaúcha, está prostrado aos pés deste Imperador, com uma lealdade que lhe faria “capaz de bolear a perna e descascar o facão até pra Cristo” (LOPES NETO, 2003, p. 345).

Simbolicamente, temos a personificação da rusticidade, da coragem, da virilidade do homem do campo apequenando-se diante de D. Pedro. Lopes Neto parece ter recorrido às anedotas para apontar todo um universo significativo que se encontra por trás da simples narrativa de um vaqueano que é escolhido como chasque do Imperador.

Entre as pequenas narrativas, é possível reconhecer uma linearidade marcada pelo deslocamento de D. Pedro e suas tropas em direção a Uruguaiana, caminho no qual viria a se deparar com personagens que também representarão aspectos significativos do povo gaúcho.

Quando fala do sujeito, muito ingênuo e sincero, que ao questionar se o Imperador estava gostando do local e tendo uma resposta positiva o convida para mudar com a família, a primeira face é revelada: a simplicidade e a inocência deste homem campeiro. Ao falar do outro, que prepara o fumo de modo grosseiro e o oferece ao imperador, reforça-se a imagem de um sujeito sem “frescuras”, sem trato, que não é familiarizado aos costumes finos e educados da corte.

Na conversa com o barão, é exposta a valorização dos costumes locais, do que é próprio do sul, quando esse destaca a determinação e a força de seu regimento e afirma que os mesmos foram criados “a apoio, churrasco e mate amargo...” (LOPES NETO, 2003, p. 348) e mais adiante, critica a generosidade do Imperador – “olhe que quem dá o que tem, a pedir vem” (LOPES NETO, 2003, p. 348) –, mas o faz estendendo ao outro a própria guaiaca e oferecendo o que é seu.

No episódio da velha que visita o acampamento, encontra-se a representação da mulher gaúcha desse período, que já acostumada a viver entre guerras, resigna-se a ver partir – e muitas das vezes não mais voltar – ao pai, ao marido, aos filhos e netos. Simões Lopes constrói uma personagem firme e crua, capaz de gentilezas, mas ao mesmo tempo, desapegada de sentimentalidades.

Por último, é apresentado um sujeito de peso na sociedade local, provavelmente, um homem de posses, mas tão distante da realidade cultural metropolitana, que tentando agradar ao Imperador, enquanto o hospeda, oferece-lhe apenas doces como alimento. Com a construção deste personagem, Simões Lopes parece problematizar um tipo social, que embora consiga fazer-se poderoso por sua condição econômica, não é capaz de se integrar a uma elite refinada e culta.

Retomando as questões históricas com as quais este conto dialoga, vale, mais uma vez, consultar os registros presentes no diário de viagem do Conde D’Eu, mesmo estes tendo sido publicados em 1920, ou seja, após a publicação dos **Contos Gauchescos**, que teve sua primeira edição em 1912.

Nos apontamentos do Conde, que fez diversas referências às condições gastronômicas da viagem, destacando o tipo de alimento, assim como a qualidade e a maneira como era servido em praticamente todos os locais por onde passaram e/ou foram hospedados, não consta nenhuma alusão a doces servidos em Pelotas. As escassas referências a doces registradas em seu diário de viagem referem-se a outras cidades.

A viagem, que iniciou em Rio Grande – a entrada do Imperador, assim como da maior parte do grupo que o acompanhava se deu pelo porto de Rio Grande –, teve sequência por Pelotas, Porto Alegre, Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava, São Gabriel, Alegrete, Uruguaiana, Itaqui, São Borja, Livramento, Bagé e Jaguarão.

Ao hospedaram-se na “estância de um major da Guarda Nacional chamado Meneses” (D’EU, 1920, p. 62), situada em algum ponto entre Cachoeira e Caçapava, O Conde D’Eu comenta que este lhe ofereceu “primeiro chá ou café” e “[d]epois de mil desculpas de não saber, por ser um camponês, receber condignamente ‘pessoas imperiais’, acabou por nos dar um

excelente jantar. Houve sobretudo um prato de fios de ovos que os espanhóis chamam ‘*huevos hilados*’ com canela! ‘*una cosa riquísima*’, segundo outra expressão espanhola” (D’EU, 1920, p. 62).

Provavelmente, já no território de São Gabriel, o Conde registra que, após passar por momentos de restrição alimentar devido ao mau tempo, chegaram a um local onde comeram churrasco e sobremesa, descrita por ele como “de inesperado esplendor” e continua: “em primeiro lugar um correio chegado de Caçapava traz ao Dr. Meirelles uma caixa de merengues; diz-se, gracejando, que é presente das senhoras de Caçapava; depois, pouco a pouco, descobre-se uma caixa de goiabada e outra de marmelada” (D’EU, 1920, p. 81).

E ainda temos uma última menção a doces, também em São Gabriel, quando se hospedaram na casa de “dona Emerenciana Borges Fortes, mãe do Dr. Continentino, um dos médicos do imperador” (D’EU, 1920, p. 108). Sobre esta, o Conde comenta: “É uma senhora de idade; vive ali com uma filha e o marido, e filhos desta. Deu-nos hospitalidade e um jantar esplêndido, notável sobretudo pela abundância dos doces” (D’EU, 1920, p. 108).

Gastão d’Orleans dedicou a Pelotas – pela qual demonstrava um apreço significativo – oito páginas seguidas de seu diário. Nestas, comenta que a cidade tinha um clima muito agradável, uma geografia privilegiada, uma localização estratégica e uma arquitetura primorosa. O Conde afirma que, “[d]epois de se ter percorrido duas vezes em toda a sua largura a província do Rio Grande do Sul; depois de se ter estado em suas pretensas cidades e vilas, Pelotas aparece aos olhos encantados do viajante como uma bela e próspera cidade” (D’EU, 1920, p. 212). Destaca o Teatro Sete de Abril, a hospitalidade, as instituições de caridade e as charqueadas que visitou na companhia de seu anfitrião, o Barão de Piratini, menciona também a beleza dos arredores e afirma que em sua opinião, Pelotas deveria ser a capital da Província.

O Conde chega a falar da indústria pelotense, que estava em pleno desenvolvimento, destacando que existiam duas: “a dos couros lavrados, cinzelados, coloridos, bordados de mil maneiras, e a das peças de prata, não menos artisticamente trabalhadas” (D’EU, 1920, p. 212). Todavia, nenhuma menção a qualquer tipo de doce. Isto se dá, pois em 1865, os doces ainda não eram um elemento significativo da cultura local, eram tão somente um recurso refinado recorrente em momentos festivos da elite.

Produzia-se artesanalmente e comia-se doces em Pelotas, porque existia na cidade um grupo que valorizava os costumes europeus, porque a cidade é herdeira da cultura portuguesa e sofria forte influência, na época, das culturas francesa e espanhola. Os ricos pelotenses trocavam açúcar por charque com outros estados, do mesmo modo que os ricos das demais localidades da província o trocavam por suas matérias primas.



Os doces só passam a ocupar um espaço de destaque com o declínio do ciclo do charque, quando a economia entra em crise e as senhoras e moças das famílias abastadas precisam envolver-se nas questões econômicas.

Com a chegada da energia elétrica e o fim das guerras, o charque perde sua importância no mercado e a cidade precisa reinventar-se para sobreviver, iniciando-se aí o ciclo da indústria, em especial, dos doces que se especificaram em os mais finos (artesanais) e os da colônia, produzidos a partir de frutas e das receitas advindas de outras matrizes culturais, como a dos africanos, por exemplo.

É muito provável que a família Ribas tenha oferecido doces na recepção de D. Pedro II, momento no qual o Conde D’Eu não estava presente, pois se juntou mais tarde a comitiva, mas de todo modo, estes não mereceram um maior destaque na História.

Além disso, se Simões Lopes tivesse de algum modo tido acesso aos escritos do Conde D’Eu antes de sua publicação, ou se as histórias narradas por ele fizessem parte do conjunto de histórias compartilhadas nas rodas de conversa, seria pouco provável que o sujeito a inspirar o personagem que enfara de doces o Imperador fosse o senhor João Francisco Vieira Braga, na época, o Barão de Piratini, ou algum de seus sobrinhos da família Ribas, que os hospedaram na ida e na volta de Uruguaiana.

Esta família que recebeu o imperador – ricos proprietários de terra, membros de uma elite em ascensão, tendo, alguns deles, contato inclusive com a cultura europeia – não cometeria o erro crasso de pensar que pessoas da corte só comiam doces.

Se houvesse de fato um sujeito no qual Simões se inspirou para criar o tal fulano, teríamos mais indícios de que fosse o major da Guarda Nacional Meneses, que oferece aos convidados um “prato de fios de ovos” e pede “desculpas de não saber, por ser um camponês, receber condignamente ‘pessoas imperiais’” (D’EU, 1920, p. 62).

Deste modo, entende-se que o caso dos doces não se trata da representação de um acontecimento histórico nem de uma referência à cidade de Pelotas – embora possa de fato ser... – mas que simboliza, sim, mais uma das características construídas por Simões Lopes Neto neste conto como desconstrução da imagem do gaúcho apresentada por ele nos demais contos da obra. Em oposição ao homem destemido, corajoso, viril e senhor de seu destino temos estes homens de *Chasque do Imperador*: desde o próprio Blau, absolutamente servil ao Imperador, encilhando-lhe o cavalo, dormindo atravessado na porta de seu quarto, carregando seus papéis e armas; até os demais personagens, a seu modo, todos prostrados à disposição de seu grande líder.

Simões Lopes destaca uma característica essencialmente humana destes sujeitos, que os revela dignos no dever de servir. Em tempos de guerra, a hierarquia é respeitada e este respeito à autoridade não é questão de submissão e vergonha, mas sim de orgulho. Para estes, ocupar um posto militar é uma condição de prova, uma oportunidade de demonstrar as qualidades do homem pampeano: a lealdade, a honra, a valentia. É uma oportunidade, também, de provar ao outro (o que vem de fora) o valor do soldado gaúcho e de destacar-se entre os seus pelo posto que ocupa, pela confiança da qual se mostrou merecedor. Ou, em outros termos, nada além de um agente seguindo seu *habitus*; respeitando e legitimando as regras do campo social do qual faz parte.

Neste conto, ao deixar de lado a representação imponente do gaúcho, João Simões Lopes Neto possibilita uma oportunidade de reflexão acerca dos papéis sociais ao apresentar tanto a face de um Imperador capaz de se emocionar com a rudeza franca de seu povo, como a do gaúcho vaqueano, capaz de ter uma “estremeção por dentro” ao receber uma manifestação de reconhecimento de seu Imperador.

Mas se Simões Lopes optou por não destacar objetivamente Pelotas em suas narrativas, outros muitos prosadores, assim como os poetas estudados, o fizeram. Um ano após a morte de Lobo da Costa, nascia Jorge Salis Goulart (Bagé, 1889 - Pelotas, 1934). Embora também tenha exercido o jornalismo, diferentemente do poeta boêmio que foi Lobo da Costa, Salis Goulart teve origem em uma família de posses, formou-se em Direito e exerceu a advocacia, sendo, além de poeta e ficcionista, também jurista e professor.

Ainda menino, mudou-se com a família para Pelotas, com o objetivo de estudar no Ginásio Pelotense, uma das instituições educacionais mais reconhecidas da época.

Salis Goulart foi editor dos jornais **Diário Popular**, **Diário Liberal** e **Ilustração Pelotense**. Tendo alcançado reconhecimento ainda em vida, Goulart foi convidado a ocupar a cadeira n. 27 (anteriormente ocupada por Fernando Luiz Osório) na Academia Rio-grandense de Letras.

Em termos de produção literária, o autor deixou-nos obras poéticas como **Auroras e Poentes** (1919), **Chuva de rosas** (1922), **Colheitas de ouro** (1924), os poemas em prosa **Poemas para nós mesmos** (1925) e **Confissões: Livros dos Namorados** (1925), além dos textos não ficcionais **A formação do Rio Grande do Sul** (1927), **Alma viva do Rio Grande** (1927), **O Partido Libertador e seu programa** (1928), **História da minha terra** (1929), de caráter didático e **O sentido da evolução** (1937), publicado após sua morte, entre outros.

Em **A vertigem** (1925), seu único romance, o autor apresenta um painel da Pelotas do início da década de 1920, ao construir núcleos marcados por relações conflituosas geradas por um casamento de aparências, pelo adultério, pela prostituição e a exploração.

A partir de características, tais como, a representação do amor enquanto elemento legítimo e transformador; a valorização da religiosidade; e a recorrência a uma linguagem descritiva e inundada de adjetivos, podemos compreender **A vertigem** como um romance tipicamente romântico. Tendo em vista, mais especificamente, o modo como Goulart demonstra e expressa sua capacidade de análise crítica dos costumes da sociedade pelotense no início do século XX, é possível concluir que esteja filiado à terceira geração romântica, ou seja, já na fase de transição do Romantismo para o Realismo. Trata-se de um período em que o idealismo romântico ia se convertendo em objetividade e falta de envolvimento sentimental, o que já se percebe, de certa maneira, no estilo da narrativa, apresentada em terceira pessoa.

Nessa obra, encontra-se um tipo de representação que busca ser fiel à realidade, com um esforço em descrever os ambientes de modo minucioso e detalhista. A construção dos personagens é rasa, sem aprofundamento psicológico, mas a trama é muito bem construída.

A narrativa inicia no carnaval de 1923, após o desfile dos carros dos clubes carnavalescos, Diamantinos e Brilhantes, quando Marina e Alfredo se viram pela primeira vez. “Foi um momento apenas em que os lança-perfumes de ambos se tocaram, como na arena dois esgrimistas, que cruzam as laminas das quitós aristocraticas, mas um momento decisivo em que a arma de um fere o peito do outro, trazendo-o para sempre sujeito ao seu carro de triunfador” (GOULART, 1925, p. 11).

Uma multidão aglomerava-se entre a Praça da República e a Rua XV de Novembro. Doces, gritos, crianças, serpentinas, buzinas, brilho, empurrões. Nesse contexto, evidencia-se a oposição construída entre os espaços: rua x confeitaria; público x privado; conforto x desconforto. O espaço de conforto – a Confeitaria Brasil – configura-se como um espaço de fuga, um alento em meio a uma agitação torturante. De acordo com o narrador, adentrando este espaço, é possível deixar para trás todo o caos do espaço externo e aproveitar “aquelle repouso paradisiaco, aquelle instante de desfôgo, livre já do aperto da rua abafada de gente e de calor” (GOULART, 1925, p. 4).

A oposição entre estes dois espaços é reveladora do contraste entre a realidade representada: o carnaval, festa popular na qual coexistem o culto e o desprovido de conhecimento; a tradição e a inovação; o negro e o branco; homens e mulheres; o sagrado e o profano, o rico e o pobre, como pode-se perceber no excerto:

Era interessante o aspecto das operarias, muitas das quais só aparecem na rua 15 em época de carnaval, trazendo fitas de côres espalhafatosas, vestindo roupas fóra da móda [...], em contraste tocante com os grupos elegantes e escolhidos que se agglomeravam pelas portas das lojas, e que eram infinidades de flôres humanas, borrifadas de joias e de sorrisos, arfando os seios entumecidos debaixo da seda das vestes, num desabrochar maravilhoso de delicadeza e de bom gosto. (GOULART, 1925, p. 4-5).

No carnaval, as diferenças são minimizadas e, por alguns instantes, “todo mundo se divertia, desde as damas cobertas de joias até os mais pobres habitantes da Villa do Prado ou da Villa da Graça” (GOULART, 1925, p. 5).

No entanto, as badaladas da torre do mercado – “a qual imita, como um grande compasso aberto, a torre Eiffel” (GOULART, 1925, p. 11) – avisavam do fim da festa e, no dia seguinte, seria necessário o retorno às realidades: todos voltam a ser quem eram antes das fantasias, das cores, dos brilhos. O que restava, então, era a exaustão e a desordem.

[...] aquelle deslumbramento de grandeza e de triumpho estaria transformado num bocado de papeis esfarrapados e num esqueleto de traves e de arames. (GOULART, 1925, p. 7).

Suado, rouco de cansaço, o infeliz zangaralhão pensa ter divertido a si proprio e a toda a cidade e acaba no dia seguinte sob uma saraivada de descomposturas do chefe do escriptorio no momento da tardia entrada para o serviço, olhos pisados de um somno mal acabado, ossos moídos das extravagantes momices cabrioladas pelas ruas atulhadas de gente. (GOULART, 1925, p. 9).

O enredo desenvolvido no romance **A vertigem** (1925) conta as desventuras de Marina, que mantém um casamento infeliz com Heitor. Após descrever a cena em que Marina apaixonou-se por Alfredo, o rapaz que conheceu no carnaval, e desenvolver algumas páginas para descrever o estado de espírito da moça, com relação a este fato, o narrador faz questão de esclarecer, sobre o casamento de Marina, que “não existia um atractivo, um simples motivo, que de novo os prendesse nos laços indissolúveis da reconciliação” (GOULART, 1925, p. 13). Informa também que desde que “o marido lhe atirara a plena face a revelação materializada da sua traição indigna, um abysmo intransponível se abrira entre os dois” (GOULART, 1925, p.13): ele a traiu e levou para casa o filho que teve com outra mulher.

Assim, constrói-se a imagem de uma moça religiosa, caridosa, recatada, bela e sonhadora, que, infeliz no casamento, deixa-se seduzir por Alfredo.

Já Alfredo é apresentado como um jovem estudante, “que possuía, além de um physico muito agradável aos olhares femininos, um inegalável dom da palavra, requintado na arte de dialogar finamente” (GOULART, 1925, p. 61), sempre bem vestido, com hábitos caros, frequentador de eventos sociais, que era sustentado por uma mesada da tia. Sendo o valor

enviado insuficiente para manter seu elevado padrão de consumo, Alfredo vivia à custa de Ninette, uma prostituta francesa.

Ao explicar aos amigos sua perspectiva de ascensão social, o rapaz declara: “Verás que eu serei mais inglês do que os ingleses, com a diferença, como já disse, que elles ganham a se esfalfar, a se queimar junto das caldeiras das fabricas ou dos navios no alto mar, ao passo que eu attingi o apogeu do ideal humano que é, como sabes, ganhar, gozando” (GOULART, 1925, p. 29), o que gera um conflito moral entre o grupo, que previne o amigo sobre os riscos de suas opções.

Enquanto reuniam-se no Café Nacional, outras questões perpassavam a pauta de discussão dos estudantes, como o governo de Borges de Medeiros e uma possibilidade do Rio Grande do Sul tornar-se um estado anárquico; as precárias condições de infraestrutura da região; assim como da instrução pública, considerada em atraso; a necessidade de melhoramentos na viação férrea e as obras do porto de Rio Grande; e sobre o respeito à soberania do povo. A partir do diálogo dos três jovens, importantes acontecimentos políticos, que ocupavam as principais manchetes dos jornais do período, foram integrados à ficção.

Muitas das informações introduzidas por meio desses personagens correspondem à realidade, já que, entre outros fatos, 1923 foi um ano conturbado no Rio Grande do Sul, devido ao combate entre Chimangos e Maragatos, que durou quase um ano e, como todas as revoltas armadas, deixou muitos mortos e feridos. (PESAVENTO, 1984).

A influência estrangeira também é destacada pelo narrador, que, ao descrever um evento beneficente na Bibliotheca Pública Pelotense, no qual os protagonistas se encontram, faz referência aos ritmos dançantes de Nova York; o *Shimmy* do Ocidente; o espiritualismo, o direito e a estrutura política da França; e o cinema, o “*Far West*” dos Estados Unidos, “depois de nos cobiçarem as riquezas do Amazonas” (GOULART, 1925, p. 35), destaca o narrador.

O evento, portanto, tinha o objetivo de motivar a caridade na sociedade pelotense e arrecadar fundos para auxiliar às famílias dos combatentes. Nessa ocasião, Alfredo teve a oportunidade de aproximar-se de Marina e, sentindo a fragilidade da moça, passou a investir, em outras circunstâncias, como uma estratégia de sedução.

Enquanto que para Marina esta aproximação constituía-se como uma nova oportunidade de amar, o interesse de Alfredo, acostumado a relacionar-se e a explorar uma prostituta, era meramente sexual.

Era questão de tempo. Nada tinha que temer.  
Não perderia a francêsa, que só o ambicionava para as elegantes entradas no “Palace”,  
á noite, fazendo-se de importante.

Por vêzes, no íntimo da consciencia se lhe afigurava immoral, degradante mesmo o papel que estava praticando. Mas que queriam?  
 Não nascêra para ser pobre, para viver no ambito estreito de uma asphyxiante economia. (GOULART, 1925, p. 63-64).

Marina resistia em respeito à memória dos pais e por preocupação com o que diria a sociedade: ao encontrar Alfredo em Porto Alegre, onde estava em visita à irmã, “ella pensava o que iriam dizer em Pelotas ao saberem da partida de Alfredo, quando já se rosnava a respeito da sua honra. Inventariam com certeza os quadros mais degradantes” (GOULART, 1925, p.74). Porém, no retorno a Pelotas, acaba cedendo e deixa-se beijar por Alfredo. A partir da apresentação desse fato, o narrador desenvolve uma reflexão acerca da moral social do período:

Para ambos, que haviam infligido igualmente a moral da época com o arrojo do mesmo abraço e a loucura do mesmo beijo, havia tratamentos diversos, antagonicos: para um era a admiração, a inveja; para outro, o escarneio, a anedcota. Assim é que o mundo pretende corrigir os defeitos sociais.  
 Para Magdalena, o apedrejamento; para Tiberio, a glorificação. (GOULART, 1925, p. 80).

As considerações do narrador, a consciência da opressão feminina manifesta por este, são declarações bastante corajosas para um tempo em que a moral religiosa dominava a sociedade, porém essa nem sempre prevalecia diante das disputas em vigor no seu meio. Marina sabia que, se descoberto seu envolvimento com Alfredo, sofreria rigorosas punições. O que a protegia superficialmente era sua condição social: “Sabia que se falava della, censuravam-na em toda parte, embora que pessoalmente a tratassem com apuros de distincção, por ser esposa de quem era, poder andar á última moda e ter dinheiro para gastar em abundancia” (GOULART, 1925, p. 98-99).

Por outro lado, Alfredo, despreocupado e satisfeito com a situação, passou a dividir-se entre Marina e Ninette, e a explorar a ambas. Esta situação manteve-se até que um amigo do estudante, indignado com suas atitudes para com Marina, resolveu contar tudo a ela.

Marina, desesperada, planejou uma vingança inconsequente, enviou uma carta a Luis, o amigo de Alfredo dizendo corresponder ao interesse dele e convidando-o a um encontro. Ao passo que escreveu um bilhete ao marido, denunciando este encontro. Quando viu o aviso, o marido entrou em fúria: “Ella iria dizer, sem dúvida, que lançára em seu coração a desgraça tremenda para punir aquelle erro da sua mocidade. Mas elle era homem. A sociedade não repara no procedimento dos homens” (GOULART, 1925, p. 103).

Desse modo, Marina transformou a região do porto, próxima ao Clube de Regatas, no cenário de seu desfecho trágico: o marido morto, Luis ferido seriamente no rosto sendo preso,

a polícia, as multidões, os repórteres e, de repente, “[c]omo contaminados por um delírio instantâneo, todas as bocas sem sentir viram-se ao mesmo tempo gritando, desesperadamente: – Mata! Lincha!” (GOULART, 1925, p. 107).

Homens que insulados seriam incapazes de matar um mosquito, colectivamente, influenciados pelo contacto criminoso, electrizados pela pressão dos sentimentos vizinhos, praticam as maiores atrocidades, requintadamente perversas, como se a multidão tivesse uma alma única, composta da alma de todos os populares reunidos, mas impessoal, impressionável, apaixonada, diferente de cada uma delas, sem o freio irresistível de um raciocínio experimentado; óra erguendo-se em hinos de vitórias para premiar os grandes feitos, óra empolgando-se em apêlos e baldões terríveis contra os que tombam sob a sua ira instintiva. (GOULART, 1925, p. 107).

Excluída por todos, Marina foi parar em um quarto alugado, em condições de miserabilidade e dependente de cocaína. Foi nesse estado que Alfredo a encontrou ao retornar de viagem, e compreendendo sua responsabilidade sobre todos os eventos que haviam se sucedido, arrependeu-se de suas atitudes: “[...] transfigurado pelo arrependimento, iluminado pela auréola anímica de um sentimento profundo, Alfredo reconheceu-se outro, superior e digno, e viu que intensamente amava aquela mulher que infelicitára.” (GOULART, 1925, p.123).

Como típico enredo romântico, o vilão é redimido pelo poder do amor. A partir de então, Alfredo passou a fazer o possível para resgatá-la do vício, mas não obteve sucesso, até que diante da eminência de ser abandonado por Marina, o rapaz ateou fogo em si mesmo.

Neste evento, salienta-se a omissão dos médicos, apresentada pelo narrador: um mandou dizer que não estava em casa; outro, que não atendia àquela hora; um terceiro, perguntou se o cliente era rico; o quarto, um médico licenciado, não deveria demorar. Desse modo, a narrativa dá um destaque ao descaso com os mais desfavorecidos no atendimento à saúde, um processo de mercantilização dos serviços básicos representado já na década de 1920.

Por fim, Marina, convencida do amor de Alfredo, dedicou-se a cuidar desse até que estivesse completamente recuperado, e ambos tiveram o esperado final feliz.

A **vertigem** institui-se como um romance urbano, haja vista a abordagem da vida em uma cidade em desenvolvimento, com atividades sociais – carnaval, bares, cafés, biblioteca, clube de regatas, confeitarias, clubes sociais – como relatos de particularidades do dia a dia de personagens pertencentes às classes alta e média, apresentando diversas críticas à sociedade por meio de situações do cotidiano, como os vários tipos de interesses que estão por trás das relações sociais.

No decorrer da narrativa, portanto, diversas questões caras à imagem de uma elite culta e moralista são desnudadas. Apesar de ser uma história simples e com um fim previsível, em **A vertigem**, Goulart apresenta uma crítica contundente às hipocrisias sociais e à ideologia burguesa da época. Tematiza o adultério, a prostituição, a corrupção de indivíduos e de classes valorizadas, como a dos advogados e dos médicos e, especialmente, à condição frágil da mulher em uma sociedade machista e patriarcal. Enfim, aborda as questões mais delicadas da sociedade pelotense, à qual faz referência explícita como cidade ficcional, ao localizar espacialmente o leitor no cenário de Pelotas, usando como referências, em conjunto, as ruas, praças e prédios de existência real na cidade.

Muitos desses temas são abordados também por Fernando Melo (Pelotas, 1922 - Caxias do Sul, 1949), o qual lança um olhar crítico e sensível sobre a realidade de seu tempo, em um misto de literatura e crítica social.

**Os fios telefônicos** foi o primeiro livro de Fernando Melo a ser publicado. Foi concluído pelo autor em 1948, mas permaneceu inédito até 1996, ao ser resgatado pelo pesquisador Adão Monquelat e pelo jornalista Klécio dos Santos, e publicado pela editora da Universidade Federal de Pelotas.

Como filho de um fazendeiro de posses, Melo teve a oportunidade de usufruir de uma educação de qualidade, realizando seus estudos em duas das melhores escolas da cidade à época, o Colégio Gonzaga e o Colégio Pelotense. Porém, desde muito cedo Melo identificou-se com a causa do proletariado, foi militante do PCB, viveu na clandestinidade e refugiou-se por um período no Uruguai. De acordo com Monquelat e Santos,

Antes de ingressar no PCB, Fernando Melo trabalhava no Diário Popular, de Pelotas. Mais tarde, em Porto Alegre, foi redator da Tribuna Gaúcha e colaborador de pequenos jornais de cidades do interior gaúcho como Caxias do Sul, onde morreu em 19 de abril de 1949. O enterro ocorreu dois dias depois. (MONQUELAT; SANTOS. In: MELO, 1996, p. 7).

As versões acerca de sua morte são contraditórias. Oficialmente, foi divulgado que Melo teria morrido de um mal súbito, decorrente de problemas de hipertensão arterial. A irmã do escritor, porém, afirma que as circunstâncias de sua morte nunca foram devidamente esclarecidas, havendo a possibilidade de ter sido eliminado pela polícia, tendo em vista seu perfil político-revolucionário. (FREITAS, 1995).

A curta vida de Fernando Melo teve como traço dominante a luta política, o jornalismo de vanguarda, a militância comunista. Que outra coisa pois havia de cantar o poeta que morava nele? Não era um homem duplo, nem muito menos dúplice, destroçado



por contradições insolúveis. Cantou, pois, a vida que teve: os comícios, as reuniões, o Partido, os homens da classe operária, a luta contra a miséria, contra a exploração, contra o imperialismo. (GUERRA. In: IMPRENSA POPULAR, 25 abr. 1954).

Em 1953, pelo selo do PCB, nos Cadernos do Horizonte, foi publicada a compilação de poesias, **Deixemos as rosas para amanhã**. Na ocasião de publicação desta obra, um artigo foi veiculado no jornal **Imprensa Popular**, do Rio de Janeiro, relembrando e comentando a morte prematura e a qualidade literária das poesias do Melo.

Romance urbano, **Os fios telefônicos** é um interessante panorama das diversas camadas que compunham a sociedade pelotense na primeira metade do século XX. Período imediato à Revolução de 30, que marcou o fim da República Velha, e pelos quinze anos sucessivos do governo de Getúlio Vargas, além das inúmeras transformações que esse promoveu no país. (IGLÉSIAS, 2002). De 1939 a 1945, ocorreu também a Segunda Guerra Mundial, razão de preocupação entre os personagens.

Durante o “governo provisório” de Vargas (1930-1934) muitos militantes políticos foram perseguidos, torturados e até assassinados. É esta aura que paira sobre a história de Mário, Marta e de tantos outros sujeitos que povoam a Pelotas ficcional de Melo.

Como destaca Luis Borges, neste romance, Fernando Melo revela-se claramente “comprometido com o stalinismo literário dos anos 30 e 40 do século XX, que tinha como prerrogativa exaltar o partido, exprimir otimismo e transmitir a certeza da inevitabilidade do socialismo” (BORGES, 2014, p. 430).

Na introdução de sua obra, Melo descreve a geografia plana das ruas que formam o centro da cidade, suas ruas, cafés, praças, “a torre do Mercado Público, cujas linhas imitam em miniatura o Arco do triunfo” (MELO, 1996, p. 13), os bondes, o Palácio do Comércio, para em seguida chamar a atenção para o contraste desta realidade com a pobreza que devastava a periferia, para a fome. Esta obra, mais do que um romance, é um manifesto que marca a indignação e a incapacidade do autor de ficar imune perante as desigualdades e injustiças sociais.

Em seus vinte e dois capítulos, Melo apresenta um dia da vida de dezenas de personagens. Embora nem todos desempenhem alguma ação na narrativa, mais de cinquenta referências são apresentadas ao longo do romance, de modo que, vários personagens, com suas histórias paralelas e intercaladas, em algum momento da história se cruzam e vivem uma cena em comum. No núcleo da narrativa encontra-se o Centro Telefônico.

Os diversos planos narrativos são representativos de núcleos correspondentes a estratos sociais: temos o núcleo das telefonistas; o núcleo familiar de cada uma delas com seus conflitos;

o grupo de jovens aspirantes a comunistas que se reúne no café; o grupo clandestino de comunistas; o médico hipócrita; o empresário explorador; a face da miséria e a solidariedade entre os pobres, a impotência e a incerteza diante do futuro. Assim, contadas conjuntamente, as histórias individuais, todas interligados pelos fios telefônicos, tornam-se uma história coletiva.

A partir da recorrência ao uso de digressões, o narrador volta no tempo para resgatar e contar a história de alguns personagens, como é o caso de Rosa, que ao visitar Pelotas para cumprir uma demanda de seu partido, foi tomada por lembranças de oito anos antes, quando vivia nessa cidade e nela perdeu o noivo e companheiro de militância, Lúcio, eliminado pela polícia. Ou a história de Adélia, uma das telefonistas, que em um dia normal de trabalho, no qual foi surpreendida pelo nascimento da sobrinha, relembrou a época em que o irmão ainda vivia na mesma casa, antes de iniciar sua família, quando o pai não era tão frequente em sua embriaguez e ofensas à mãe, e a vida deles era mais tranquila.

Assim, em um dia, Júlio, o pretenso comunista de Café, toma coragem para convidar Lina, uma jovem da alta sociedade, fútil e alienada, para sair. Os dois encontram-se no cinema do Guarani, após vão a um Café, aproximam-se e, logo em seguida, opõem-se por questões ideológicas – ou pela falta delas. Também a história de Carioca, que se encontra com Zuleima, incomoda-se com Mario e suas conversas de comunista, perde no *snooker*, vai ao barbeiro, lembra das ameaças de Pedro, irmão de Zuleima, encontra a amante Lúcia e acaba assassinado pelo marido dela. Ainda neste dia, havia se lembrado da ex-namorada, Zefa, que agora estava com Gringo, que assim como Tinoco – que delatou Mario anos antes, fazendo com que este passasse quatro meses preso em Porto Alegre, na Casa de Correção – ocupava um cargo junto à polícia.

Zuleima, por sua vez, enquanto conversava alegremente com o namorado, Carioca, não imaginava que durante a madrugada seu irmãozinho viria a falecer, vítima de uma doença no pulmão e do descaso médico. Quem aceitou prestar socorro à criança foi Dinarte, o “médico dos pobres”, camarada de Pedro, também irmão de Zuleima, e que horas antes havia participado com ele, Mário, Rosa e outros militantes, da reunião clandestina do partido comunista.

Dentre as pequenas cenas apresentadas, o narrador releva as circunstâncias nas quais prevalecem a miséria e a exploração do operariado como consequência de um sistema capitalista e repressor, como é o caso do empresário Eduardo Silveira, que se nega a oferecer melhores condições de trabalho a seus operários e esbanja com gastos supérfluos, ou do médico Renato Sobrinho, que nega atendimento aos pobres, embora pareça manter um resquício de consciência.

Como alerta Melo na apresentação de sua obra,

[...] em Pelotas [a cidade real] também há a miséria. E sob aquelas chaminés negras que estais vendo nos bairros, labuta o proletariado que forja o futuro e que luta para que Pelotas se orgulhe não só de suas pequeninhas belezas **como uma mocinha vaidosa**, mas para libertar-se do jugo da exploração do homem pelo homem, contribuindo para a grande reforma social que se processa no mundo. (MELO, 1996, p. 14, grifo nosso).

**Os fios telefônicos** é claramente uma obra que se propõe a protestar, contrastando a riqueza e a pobreza, ressaltando os problemas enfrentados por esses sujeitos que dão vida à cidade. Melo dá nome a praticamente todos os seus personagens, são mais de quarenta nomes, demonstrando que cada um tem sua individualidade, sua identidade e esta não pode ser apagada ou confundida com termos genéricos. Portanto, este romance alcança significativa relevância entre a literatura que dialoga com a história da cidade.

Para Maria Teresa de Freitas (1986, p. 35), os elementos fictícios projetam-se na realidade sócio-histórica na qual estão inseridos, na medida em que se mostram representativos de diferentes categorias dessa realidade. A perspectiva social é demonstrada toda vez que um personagem ou um grupo de personagens têm seu destino ligado ao da sociedade global de que faz parte, sob o impulso das forças sociais fundamentais que conferem historicidade às tensões entre indivíduos ou grupos, ou seja, o material histórico é somado a novos dados, frutos da imaginação do autor que se permite ir muito além da História. Desse modo, “a criação de um mundo fictício, a história, a partir de uma realidade concreta, a História” (FREITAS, 1986, p. 22), faz com que todo e qualquer personagem, embora tirado da imaginação do autor, possua certa dimensão social.

Ao construir a identidade do personagem, o autor precisará, necessariamente, posicioná-lo diante da realidade por ele criada ou retratada. O personagem será então representante de uma classe social, de uma cultura, de um gênero, de um perfil psicológico e os conflitos subjacentes à trama social aparecerão, quer sob um aspecto positivo, construidor, ou negativo, de posição crítica e condenadora da ordem considerada injusta.

Diferentemente de **A vertigem**, de Goulart, a obra de Melo afasta-se das características românticas. Nela não há idealização, não há subjetividade; há, sim, a representação nua e crua de uma realidade precária, com uma linguagem simples e acessível aos extratos mais populares da sociedade. É, portanto, um claro exemplar da Literatura Realista, acompanhando o desenvolvimento e as tendências da Literatura da época.

Um fator interessante sobre a Pelotas de Melo, a cidade ficcional, sede de suas histórias, é o nevoeiro presente nos momentos mais conflitivos, enfatizado em significativa parte das pequenas narrativas.

Junho é assim mesmo – agregou Mário e olhou pela vidraça o nevoeiro que invadia a cidade. (MELO, 1996, p. 65).

Desceram as escadas. A madrugada estava úmida. O nevoeiro cerrado cobria as casas quietas. (MELO, 1996, p. 122).

Os fios telefônicos, finos e pretos, corriam ao lado das casas, dentro do nevoeiro de junho. (MELO, 1996, p. 123).

Através dos vidros da porta, Marta viu passar um homem no nevoeiro. (MELO, 1996, p. 125).

A referência persistente ao nevoeiro – uma fina camada de vapor de água que paira no ar, também chamada de cerração –, pode aqui evocar os úmidos e gélidos invernos da terra natal do autor, a cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Ou ainda, metaforicamente, é possível que se trate dos tempos sombrios que envolviam estes personagens, já que no último capítulo, o narrador descreve a nova paisagem que se descortina:

Amanhecia.

Mas, o nevoeiro continuava intenso, dificultando a visão. Divisava, porém, o vulto esguio e negro dos lampiões ao longo das calçadas, que estavam molhadas como se tivesse chovido. E a luz do dia esbranquiçava o nevoeiro e fazia brilhar como pequeninas pérolas as gotas d'águas suspensas nos caixilhos das janelas. (MELO, 1996, p. 137).

A narrativa encerra-se com o anúncio de que os países aliados haviam invadido a Europa e com a perspectiva do fim da Segunda Guerra Mundial: “O dia surgia. A Segunda Frente fora aberta. A guerra estava no fim. O fascismo agonizava. E o sol, poderoso e invencível, destruía o nevoeiro e acendia sobre a terra uma nova manhã de esperança” (MELO, 1996, p. 146).

Mais tarde, essa névoa voltaria a figurar entre os espaços ficcionais, mas, dessa vez, na narrativa de outros escritores pelotenses, como Vitor Ramil e Lourenço Cazarré.

Acerca dos contos de Lourenço Cazarré aqui apresentados, vale destacar o distanciamento temporal entre o momento da produção da obra e a ocorrência dos fatos históricos abordados. Os eventos correspondentes à História aos quais se referem Goulart e Melo são contemporâneos a estes, enquanto que Lourenço Cazarré fala de uma história distante.

Lourenço Paulo da Silva Cazarré (Pelotas, 1953) viveu sua infância em Bagé, na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai. Em 1963, após o falecimento da mãe, retornou com o pai para Pelotas, onde cresceu em contato com pessoas e cenários que mais tarde viriam a figurar como temas e personagens em suas obras.

Depois de formar-se jornalista pela Universidade Católica de Pelotas, em 1975, Cazarré trabalhou por cerca de um ano como repórter na sucursal de Pelotas dos jornais **Correio do Povo**, **Folha da Manhã** e **Folha da Tarde**. Em junho de 1976, transferiu-se para Florianópolis, onde permaneceu por seis meses como repórter da sucursal local, antes de integrar a equipe do jornal **O Estado**.

No fim de 1977, começou a trabalhar também como redator do **Jornal de Brasília**. Nesse período, dedicava seus momentos livres para exercitar a escrita de contos e crônicas. Como resultado desse período, recebeu, em 1980, seu primeiro prêmio literário, o Prêmio Adonias Filho, pelo conto *A enchente*, que narra, nas palavras do escritor, “a alteração do cotidiano das velhas corocas que frequentavam a igreja da Luz a partir do momento em que Pelotas é tomada pelas águas e os bagres e jundiás ocupam as ruas da cidade” (CAZARRÉ, 2014, *online*).

No entanto, sua carreira literária já havia começado a deslanchar em 1979, quando começou a escrever **Agosto, Sexta-Feira, Treze**, seu primeiro romance. Publicada em 1981, essa obra, de acordo com Cazarré, é uma sátira, de “uma mal-sucedida tentativa de golpe militar numa fictícia republiqueta latino-americana” (CAZARRÉ, 2014, *online*). A referência não é objetivamente relacionada à Ditadura Militar, mas a obra foi publicada em um período no qual o país encaminhava-se – lentamente – à redemocratização. Anos mais tarde, o escritor viria a publicar **Sinfonia dos animais noturnos** (1994), no qual o tema é retomado.

No início da década de 1980, o reconhecimento da qualidade literária<sup>31</sup> das obras de Cazarré passou a ser evidenciado em diversos momentos: o escritor venceu a I Bienal Nestlé, em 1982, com o romance **O calidoscópio e a ampulheta** – o qual “narra as desventuras de um ditador livremente inspirado em Getúlio Vargas durante o tempo em que permanece, junto com seus ministros, aprisionado num porão” (CAZARRÉ, 2014, *online*) – e a II Bienal, em 1984, com **Enfeitiçados todos nós**, recebendo o 1º lugar na categoria contos.

O primeiro prêmio Nestlé permitiu a Cazarré regressar a Pelotas, quando se instalou no bairro Laranjal por aproximadamente sete meses, e dedicar-se à escrita do livro que lhe concederia o segundo prêmio, em 1984.

Com o esgotamento de seus recursos financeiros, o escritor retornou a Brasília no início de 1983, e passou a trabalhar em uma assessoria de imprensa na Câmara. Depois, tendo sido

---

<sup>31</sup> De um ponto de vista crítico e acadêmico, o reconhecimento da qualidade literária de um autor a partir de premiações é questionável, tendo em vista o caráter comercial, midiático e de espetáculo atribuídos na maioria das vezes para essas. No entanto, esses prêmios indicam uma boa receptividade pública da obra, ou aceitação do mercado.

aprovado em um concurso para professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, retornou para o sul do Brasil, instalando-se em Pelotas e mantendo-se em trânsito entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina por alguns meses, até desistir da carreira acadêmica e transferir-se definitivamente para Brasília.

Já em Brasília, em 1985, a convite de Paulo Condini, que coordenava a editora Atual, começou a escrever livros infanto-juvenis, sendo **O mistério da obra-prima** o primeiro. No ano de 1987, exerceu, por alguns meses, a função de chefe de editoração da Editora Universidade de Brasília, até que, em 1988, assumiu, por meio de concurso público, o cargo de redator de discursos na Consultoria Legislativa do Senado Federal: “Ali tive, por fim, mais tempo e condições para escrever textos aprofundados sobre temas importantes da realidade brasileira” (CAZARRÉ, 2014, *online*).

O autor conta que sua primeira experiência de leitura foi com alguns trechos de **O tempo e o vento**, de Érico Veríssimo, mas que, no entanto, veio a tomar gosto pela leitura aos dez anos, quando começou a frequentar a Bibliotheca Pública Pelotense, tornando-se um visitante assíduo.

Sua produção é vasta: o autor possui mais de quarenta obras publicadas, muitas delas premiadas, e dezenas de participações em coletâneas. Além disso, soma-me ao currículo de Lourenço Cazarré a tradução de algumas de suas obras para outras línguas e códigos estéticos – como é o caso do curta-metragem **Meia encarnada, dura de sangue**, exibido pela Rede Globo como episódio da série *Brava Gente!*, em 2000, inspirado do conto de mesmo nome; do filme **Amparo**, de 2012, dirigido por Ricardo Pinto e Silva, inspirado em **Nadando contra a morte**, ganhador do Prêmio Jabuti de 1999; além de diversas peças teatrais.

Observando-se suas coletâneas de contos, é possível identificar Pelotas como forte influência à construção da cidade ficcional que é cenário para um número considerável deles, como é o caso de *O cavaleiro*, primeiro dos contos de **Enfeitiçados todos nós** (1984).

Nesse conto, encontra-se uma história de aparente insanidade. O narrador descreve um homem imponente diante de um cenário abandonado, cercado por elementos que indicam uma recusa desse sujeito em aceitar a realidade que o cerca. A referência a empregados-fantasmas, a calçadas tomadas pela hera e a galhos que haviam crescido sem controle reforçam a ideia de destoância entre a postura do sujeito e o ambiente que o cerca.

A narrativa é simples e conta a história de um homem que há trinta anos repete o mesmo passeio dominical. Depois de ter sofrido falência financeira, sua família desintegrou-se e ruiu, mas o protagonista manteve sua atitude altiva ao longo das décadas, demonstrando, desse modo, seu estado patológico, indicado pelo narrador a partir de passagens como: “Ouvia, só ele

conseguia ouvir, os relinchos poderosos do mais garboso dos corcéis [...]” (CAZARRÉ, 1984, p. 11-12).

Algumas reflexões do sociólogo Anthony Giddens (2002) acerca da necessidade dos indivíduos de sentirem-se seguros, de manterem o controle das situações que os envolvem, vão ao encontro da representação proposta por Lourenço Cazarré nesse conto. De acordo com Giddens,

[a] consciência prática é a âncora cognitiva e emocional da sensação de *segurança ontológica* característica de amplos segmentos da atividade humana em todas as culturas. A noção de segurança ontológica liga-se intimamente ao caráter tácito da consciência prática [...]. Do outro lado do que poderiam parecer aspectos bem triviais da ação e do discurso cotidianos, o caos espreita. E esse caos não é só a desorganização, é também a perda do sentido da realidade mesma das coisas e das outras pessoas. (GIDDENS, 2002, p. 40, grifo do autor).

Em um universo completamente transformado, no qual o cenário é outro, os costumes são outros e, principalmente, os valores mudaram, a reprodução dos antigos hábitos funciona como um modo de manter a ordem.

Informações como o horário fixo determinado pelo personagem para seus passeios – “Ele passeava nas tardes de domingo, sempre domingo à tarde. Às três da tarde, com vento ou frio, chuva ou sol [...]” (CAZARRÉ, 1984, p. 11) – e a referência ao calçamento como “pedras centenárias” revelam o esforço desse sujeito em manter-se no mesmo estado, pela preservação de uma tradição. Como reforço a essa imagem, são apresentadas referências ao cenário percorrido pelo personagem:

Seguia depois em direção à praça. Passava pelas infinitas portas cerradas do Mercado, por desertas agências bancárias, e pelas soturnas repartições públicas fechadas. Contornava toda a praça. Na esquina da Quinze levava seu cavalo para beber no chafariz. (CAZARRÉ, 1984, p. 12).

Essa descrição geográfica permite a identificação de referências a elementos do mundo real, contribuindo com a inferência de que Cazarré ficcionaliza o cenário urbano de Pelotas. Transposto para a cidade real, a partir da narrativa, seria possível entender que esse personagem vem do bairro Porto – um dos mais antigos e tradicionais da cidade – e, chegando ao Mercado Público, circunda a Praça Coronel Pedro Osório (à época, ainda Praça da República), retornando à Rua Quinze de Novembro, por onde segue até à Praça da Catedral, quando sofre a colisão de uma motocicleta. Metaforicamente, o personagem vem do passado e da tradição para o centro, para a modernidade, chocando-se literalmente com ela. De certo modo, o espaço parece representar o tempo histórico e ambos metaforizam a jornada de decadência de uma família

tradicional e aristocrática que se nega a aceitar a mudança sócio-econômico-histórica, a fim de preservar seu *status*. O choque com uma motocicleta, meio de transporte individual moderno que veio a substituir o cavalo, mostra o quanto é impossível se opor ao progresso e ao tempo.

Ao descrever a reação das pessoas que o contemplavam ao longo do passeio, o narrador revela o quanto tal hábito destoa do contexto histórico da narrativa. Esse estranhamento é destacado em trechos como: “Dos edifícios próximos, por trás das cortinas, os homens o observavam em silêncio. Meninos tentavam enxergar o invisível corcel. As mulheres, que geram os homens, apenas sacudiam a cabeça, desalentadas” (CAZARRÉ, 1984, p. 12). Também em: “Não via os meninos que corriam ao seu lado, saudando-o com palavrões” (CAZARRÉ, 1984, p. 12) e “Tinha atravessado a cidade sem perceber as piadas dos rapazes, sem escutar os palavrões dos meninos e sem ouvir as buzinas dos automóveis” (CAZARRÉ, 1984, p. 14).

Esta postura da população em relação ao personagem evidencia o menosprezo social da contemporaneidade pela importância passada, pela qual seria ovacionado pela população em reconhecimentos a seu *status* social, ostentação de poder e riqueza, na figura do corcel, mas que no presente da narrativa apenas simboliza a decadência e a ruína, o anacronismo em meio ao progresso tecnológico e científico, sendo, por isso mesmo, objeto de escárnio.

Passagens como essas, somadas à descrição de uma vida reclusa e alucinada na qual o passado não é reconhecido como passado, conferem à história um tom fantástico e, ao mesmo tempo realista, pois revelam um sujeito que reúne em si a capacidade de transportar-se (ou manter-se) em um outro tempo, um tempo de opulência, e a arrogância de uma elite econômica decadente, que não é capaz de adaptar-se aos novos tempos e reconhecer sua falência.

De acordo com Giddens, a

vida social moderna é caracterizada por profundos processos de reorganização do tempo e do espaço, associados à expansão de mecanismos de desencalce – mecanismos que descolam as relações sociais de *seus* lugares específicos, recombinao-as através de grandes distâncias no tempo e no espaço. (GIDDENS, 2002, p. 12, grifo do autor).

A negação dessa tendência coloca o personagem em uma condição de completo deslocamento temporal e espacial, como se esse viesse de um outro tempo. Nesse sentido, vale destacar também o uso de verbos no pretérito imperfeito do indicativo, como “passeava”, “surgia”, “atravessava”, “esperava”. Esse recurso é comumente utilizado para expressar um hábito ou acontecimento que ocorria com frequência no passado, para indicar a continuidade de um acontecimento pretérito ou ainda para falar do que era presente em um outro momento



sobre o qual se está escrevendo. Percebe-se, como resultado, o distanciamento entre o fato narrado e o momento presente para o narrador.

A conclusão funciona como uma metáfora de modernidade *versus* tradição, indicando que, em uma cidade que buscava acompanhar os avanços dos centros urbanos, não havia espaço para posturas que visavam à manutenção de um estilo de vida aferrado a valores relacionados a capitais simbólicos defasados. (Cf. BOURDIEU, 2007).

Vinha enterrado na vertigem de seus pensamentos, no torvelinho de sua determinação, quando a figura rubro-negra surgiu na esquina. Não viu o negro das roupagens de couro sobre o vermelho do cavalo de rodas. Não ouviu o rugido daquela fera que não era do seu tempo. (CAZARRÉ, 1984, p. 15).

Esse sujeito, que se nega a reconhecer as alterações que o tempo trouxe à cidade, acaba chocando-se fatalmente contra esse progresso. Como afirmou Berman (1986, p. 17), é “essa atmosfera [...] que dá origem à sensibilidade moderna”, ou seja, é esse ambiente de “agitação e turbulência, aturdimento psíquico e embriaguez, expansão das possibilidades de experiência e destruição das barreiras morais e dos compromissos pessoais, auto-expansão e autodesordem, fantasmas na rua e na alma” (BERMAN, 1986, p. 17) que caracterizaram a sociedade moderna.

Uma característica presente em *O cavaleiro*, que pode ser também observada em *O expedicionário*, é o inverno, que perpassa a ambos, marcando-os com suas névoas, com sua umidade, com seu frio e é essa frieza, é essa nebulosidade que envolve os personagens, que possibilita um ambiente turvo e ambíguo.

Em *O expedicionário* tem-se uma história narrada em primeira pessoa. O cenário é uma praça no centro de uma cidade, espaço no qual o narrador, um homem já aposentado, visualiza o sujeito sobre o qual recai o foco da narrativa, um homem que já esteve à frente de um regimento, mas que, no tempo do narrador, parece viver na praça, possivelmente afetado por perturbações psíquicas.

O narrador ressalta o avançado de sua própria idade, sua “voz rouca” na “garganta de velho”, seus “olhos de míope”, seus “ouvidos de quase surdo” (CAZARRÉ, 1984, p. 19), e, dessa maneira, ao desfazer-se da capacidade de seus sentidos, revela-se pouco fiável ao leitor. Porém, é a memória do narrador que nos fornece as histórias de glória do personagem. É de lá que são resgatadas imagens do sujeito liderando companhias, batalhões heroicos, regimentos; de suas lembranças são regatados os sons das “cornetas, a cadência guerreira dos teus taróis e também o impacto de tuas botas viris sobre os fofos canteiros desta praça” (CAZARRÉ, 1984, p. 19).

A relação do narrador com o personagem é igualmente confusa. O narrador afirma: “Jamais nossos olhos se encontrarão. Nunca, em todos esses anos, vi a luz de teu olhar de derrotado general mestiço” (CAZARRÉ, 1984, p. 20). Essa impossibilidade de encontrarem-se pode dar-se pela ausência do general nele mesmo, isto é, por ter sido esse tomado pela loucura, visto que o narrador segue afirmando: “Sim, sou pequeno demais, apenas um homem, para que me vejas, semideus de nossa raça bastarda” (CAZARRÉ, 1984, p. 20), ou por esse já não estar mais vivo e só habitar as memórias do narrador. Ou, ainda, sua imaginação.

O conto encontra-se estruturado em pequenas partes. Para marcar tal divisão, os parágrafos iniciais de cada uma são precedidos pela repetição do verso popular “Marcha soldado cabeça de papel”. Ao observar esse verso, pode-se perceber, primeiramente, a ordem de marcha dada ao soldado, indivíduo que, diante da posição hierárquica ocupada junto à estrutura militar, assume uma função de natureza servil e obediente. Destaca-se, também, a adjetivação desse soldado: “cabeça de papel”. Visto que é o papel um material frágil e vulnerável, diretamente ligado à ideia de escrita, pode-se compreender essa referência como uma analogia à possibilidade dessa cabeça poder ser preenchida com a informação que for conveniente a quem estiver no comando.

Quanto ao tempo e ao espaço, pode-se, por meio da presença de alguns elementos modernos, perceber que o narrador nos situa em um período relativo à época da Segunda Guerra Mundial. Ele faz alusão a “meninas e meninos que passam voando, com suas juponas azuis e seus narizes vermelhos, pendurados em suas pastas de estudantes” e, mais adiante, ao descrever a praça, refere-se aos “seus preguiçosos motoristas de táxis” (CAZARRÉ, 1984, p. 21).

Encontram-se, como no conto anterior, referências a elementos comuns à cidade de Pelotas: “E barcaças dos teus engenheiros navegam pelo leito do **canal de Santa Bárbara** em direção ao **São Gonçalo** que as levará ao Atlântico que as levará ao Mediterrâneo [...]” (CAZARRÉ, 1984, p. 20, grifos nossos). Esse trecho, além de situar o leitor geograficamente em um espaço que reproduz as características da cidade de origem do escritor, remete-nos ao percurso percorrido pelos soldados da região, que eram mobilizados para lutar na Itália durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

O fator guerra tem duas consequências diretas sobre a cidade: a primeira refere-se à economia. Vale reiterar que Pelotas, que havia alcançado seu apogeu econômico durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) – visto que, por ser o maior núcleo de produção de charque da região, a cidade passou a ser a principal fornecedora das tropas do império –, sofre terrivelmente os impactos da expansão do acesso à energia elétrica e dos frigoríficos, que tornaram a produção de charque desnecessária.

A segunda, e mais particular, é a descartabilidade dos sujeitos que arriscaram a vida em nome do país, os quais se sentiram traídos ao não receberem o reconhecimento do qual se julgavam merecedores e tiveram que conviver com esse duplo trauma – de terem sobrevivido aos horrores da guerra e de serem esquecidos após um ato considerado heroico.

Esse abandono pode ser percebido a partir da narrativa da sina desse indivíduo, ora referido positivamente como “valoroso capitão, destemido major, orgulhoso coronel” (CAZARRÉ, 1984, p. 19), ora de modo pejorativo, tendo destacadas sua cor e sua insanidade, como é possível perceber no trecho a seguir:

Com o lenço, seco as gotículas de umidade que me toldam as lentes dos óculos. Para te ver melhor, hércules **mulato**. E vejo: o movimento flexível de tuas pernas de acrobata, o leve arfar de teu peito estufado de orgulho. [...] as chamas negras de teus olhos que se vão, que furam os muros desta praça e se vão em frente, inextinguíveis, até se encontrarem com o **devaneio** de outros grandes generais que o tempo levou. (CAZARRÉ, 1984, p. 20, grifos nossos).

Aos poucos o narrador vai descortinando a trama e liberando informações que compõe o cenário dessa história, aproximando-a significativamente da diegese do conto anterior. O personagem central de *O expedicionário*, assim como o de *O cavaleiro*, é um sujeito que sofreu um grande impacto e reagiu alienando-se da realidade. Os difere, porém, a origem: enquanto o personagem do primeiro conto é um sujeito advindo da aristocracia, o segundo é um mestiço, filho de uma índia com um negro, um ex-pedreiro que, desprovido do que era antes de partir, retornou sem ser ninguém, já que os títulos que adquiriu só tinham valor em um outro campo.

Como desfecho, o narrador situa a condição de alucinado e excluído do personagem e localiza-o confinado nessa praça, diante da qual desfilam os soldados, onde se encontram “os loucos, os aposentados, os homossexuais, as prostitutas-mirins e os afiadores de facas”, e completa afirmando: “porque é certo que não te deixarão desfilar no dia da independência entre aqueles melancólicos velhos de boinas” (CAZARRÉ, 1984, p. 25).

Ao relacionar o desfile do qual esse sujeito havia participado, o desfile dos que partiram para a guerra, com os desfiles que ocorrem pelas comemorações da Independência, na Rua Quinze, o narrador localiza a ação em um espaço equivalente à localização da Praça Dom Antônio Zattera, na qual se encontra um monumento à Pátria, tendo diante desse, no lado oposto da mesma praça, o Asilo de Mendigos, onde vivem os indivíduos sem recursos ou sem família, assim como aqueles para os quais a sociedade não vê mais utilidade. Sujeitos que, como o personagem, foram considerados passíveis de serem confinados “nesta praça, entre todos estes

canteiros perfumados e estas árvores copadas e o altar deste chafariz avariado” (CAZARRÉ, 1984, p. 25).

*O cavaleiro* chama a atenção do leitor às diversas faces de um estrato social que há muito tempo vive entre ruínas, ostentando os restos de tempos de luxo e glória. A ansiedade gerada pelas transformações sociais e a completa falta de confiança limitam os sujeitos protagonistas de ambos os contos a uma vida à parte do mundo. Para não ter que lidar com o diferente, com o novo, esses personagens fecham-se em torno do que restou de suas histórias pessoais e familiares. Giddens afirma que a confiança “é um meio de interação com os sistemas abstratos que esvaziam a vida cotidiana de seu conteúdo tradicional ao mesmo tempo em que constroem influências globalizantes. A confiança gera aquele ‘salto de fé’ que o envolvimento prático demanda” (GIDDENS, 2002, p. 11). Logo, é para escapar de um esvaziamento, que esse perfil de sujeito reproduz padrões de comportamento; é pela manutenção de uma cultura.

Na segunda metade do século XX, de acordo com Hall (1997a), a cultura passaria a ocupar um espaço central na sociedade, adentrando “cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, mediando tudo” (HALL, 1997a, p.22). Hall destaca a dimensão cultural presente em todos os aspectos da vida social.

Neste contexto, em um campo social constituído pela soma de diversas culturas, as tradições que vinham resistindo à mudança dos tempos, resistem e agem pela preservação de suas características próprias, correspondentes ao *habitus* de determinados grupos sociais e aos seus campos específicos. É por meio da cultura que se dá a construção e a atribuição de sentidos, e é por meio da cultura que se definem as identidades.

---

### CAPÍTULO 3

## A CIDADE E A MODERNIDADE

---



Estátua de João Simões Lopes Neto na Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas, 2016.  
Acervo do cartunista Wagner Passos

*A literatura nasce da literatura. Cada obra nova é continuação, por consentimento ou contestação, das obras anteriores. Escrever é, pois, dialogar com a literatura anterior e com a contemporânea.*  
[Leyla Perrone-Moisés]

Ao refletir sobre “identidade e subjetividade” como um dos aspectos substantivos da cultura, Stuart Hall afirma que

até os mais céticos têm se obrigado a reconhecer que os significados são subjetivamente válidos e, ao mesmo tempo, estão *objetivamente* presentes no mundo contemporâneo – em nossas ações, instituições, rituais e práticas. A ênfase na linguagem e no significado tem tido o efeito de tornar indistinta, senão de dissolver, a fronteira entre as duas esferas, do social e do psíquico. (HALL, 1997a, p. 6).

Para elucidar tal afirmação, Hall (1997a, p. 6) apresenta como exemplo uma situação hipotética na qual há a necessidade de explicar “através de três imagens a um jovem e inteligente, recém-vindo de Marte, o que significa ‘ser inglês’”. Para tanto, o teórico apresenta dois cenários contrastantes. No primeiro, traz uma imagem que carrega o sentido de tradição, ao representar a ordenação desta sociedade, sua estabilidade, sua relação com a arte, etc. E um segundo cenário, “mais moderno, popular, contemporâneo, instigante, empreendedor” (HALL, 1997a, p. 6), no qual apresenta símbolos que fazem referência à competitividade, aos triunfos e valores que ergueram a Grã-Bretanha a partir do “trabalho duro e laborioso que construiu a antiga prosperidade britânica” (HALL, 1997a, p. 6) e, “no esporte popular, um testemunho das ‘pessoas comuns’, a espinha dorsal da nação, e a nação marchando unida, através das linhas de classe e regionais (raciais e de gênero?) no estádio de futebol” (HALL, 1997a, p. 6).

Não obstante, Hall (1997a) ressalta que a identificação com um ou outro se dará de forma subjetiva, já que os dois cenários apresentados podem ser considerados “verdadeiros”, pois “o significado jamais é definitivamente fixado” (HALL, 1997a, p. 7) e “no sentido de que representam certos elementos históricos e da atualidade que foram de fato significativos na constituição da Inglaterra, de um imaginário inglês e de uma identidade inglesa” (HALL, 1997a, p. 7), mas “isso não significa que estejam completos. Seus significados são definidos parcialmente pela maneira como se relacionam mutuamente; mas, também, em parte, pelo que omitem” (HALL, 1997a, p. 7). Além disso, destaca a possibilidade de alguns indivíduos não se identificarem com nenhuma das representações apresentadas, visto que

cada indivíduo sentir-se-á mais ou menos atraído, mais ou menos interpelado por cada um desses cenários. As pessoas podem não se sentir perfeita ou adequadamente “representadas” por qualquer um deles – algo relacionado ao “quem elas são” permanece de fora, uma sombra perturbadora, um excesso do sistema de significados que estes dois conjuntos de imagens tentam, entre eles, capturar. (HALL, 1997a, p.8).

No entanto, mesmo não se sentindo inteiramente representadas pelas imagens que estão postas, as pessoas acabam se sentindo mais atraídas por um do que por outro e, desta maneira,

os discursos produzidos levam os sujeitos a acomodarem-se em uma das posições, ou seja, a identificarem-se com uma ou outra imagem.

Parafraseando Martin Jacques (1997) citado por Hall (1997a, p. 7), poderíamos dizer que há pelo menos duas histórias de Pelotas. Uma fala de um passado de riqueza e de prosperidade, de opulência e de cultura, de grandes homens e de seus feitos memoráveis; a outra apresenta um centro econômico que se ergueu a partir da exploração da mão de obra escrava, da ostentação e da luxúria, de uma evidente segregação entre trabalhadores sem acesso à educação e à cultura, e de ricos proprietários de terras que enviavam seus filhos para estudar no exterior, ou no centro do país, que tinham acesso à literatura, à música erudita, ao conhecimento de línguas, entre outros saberes. Ambas existem no imaginário da cidade, ambas são partes autênticas do que são os pelotenses.

### 3.1 O CICLO DO COMÉRCIO

Diferentemente do ciclo do charque, impulsionado pelas condições geográficas da região de Pelotas, o ciclo da indústria nada teve de particular à região, tendo sido propiciado pelo mesmo contexto e pelas mesmas políticas governamentais que contribuíram para a industrialização em todo território nacional.

Com o fim desses dois primeiros ciclos econômicos – o primeiro, que privilegiava os grandes proprietários de terras, e o segundo, que aliou os ex-charqueadores e demais estancieiros aos investidores estrangeiros –, constituiu-se, na esfera social, um espaço ocupado por comerciantes e empresários do ramo da prestação de serviços. Esses sujeitos, não necessariamente advinham de famílias ricas e tradicionais ou haviam recebido uma educação erudita, mas tinham em mãos o capital financeiro necessário para investir e dominar a economia local. Esse fator altera significativamente a estrutura social, subvertendo regras e enfraquecendo campos de poder compreendidos como tradicionais ao longo da história da cidade.

Nesse aspecto, evidencia-se o impacto de tal processo em indivíduos ou grupos de indivíduos que se voltam à manutenção de costumes e tradições. Como cada sujeito sofrerá de modo diferenciado as consequências do processo de modernização, a experiência tende a parecer nova, no entanto, Marshall Berman reflete que

um grande e sempre crescente número de pessoas vem caminhando através desse turbilhão há cerca de quinhentos anos. Embora muitas delas tenham provavelmente experimentado a modernidade como uma ameaça radical a toda sua história e tradições, a modernidade, no curso de cinco séculos, desenvolveu uma rica história e uma variedade de tradições próprias. (BERMAN, 1986, p. 15).

Porém, seria, no mínimo, ingenuidade não ter em vista que a ameaça às tradições tem um peso acentuado para grupos sociais que, ao longo dos anos, acumularam um capital simbólico que os estabeleceu em um lugar privilegiado na esfera social. De todo modo, a falência de diversas indústrias, que desalojou a elite de sua condição de poder quase que absoluto, não foi um fenômeno isolado na economia local, assim como, também não atingiu um único setor da sociedade.

O fim do chamado “milagre econômico”, juntamente à queda da ditadura militar no Brasil (1964-1985), foi um fator que impulsionou a falência em massa de indústrias que haviam aproveitado os incentivos fiscais para se instalarem e prosperarem.

Os investimentos que possibilitaram o milagre econômico eram, em sua grande maioria, financiados pelo capital estrangeiro, principalmente pelos Estados Unidos da América. Essa injeção financeira possibilitava à economia do país uma falsa estabilidade política, juros baixos e mão de obra barata, o que servia como atrativo a investidores. Todavia, essa prática, que tornava atraentes e acessíveis os custos de produção no Brasil, só era possível a partir da diminuição do poder aquisitivo da população, já considerada de baixa renda, ao passo que as classes média e alta tinham seu crédito facilitado e seus rendimentos elevados. Esse foi um dos momentos históricos nos quais mais se acentuaram as diferenças sociais no país.

No período seguinte, o aumento da inflação, os sucessivos escândalos políticos e as elevadas taxas de juros levaram o país a uma profunda crise político-econômica. Além de um sentimento de desesperança, que assolou o povo brasileiro, em Pelotas, as últimas décadas do século XX foram marcadas pelo fechamento de diversas indústrias estrangeiras que haviam entrado em funcionamento entre o fim do século XIX e o início do XX, após a expiração dos contratos de isenção fiscal. Quando deveriam começar a pagar tributos ao município, algumas empresas declararam falência ou abandonaram a cidade, em busca de novos incentivos em outros lugares, o que fez com que os índices de desemprego se elevassem significativamente.

Também as indústrias locais sofreram as consequências desse processo, levando seus proprietários a encerrar as atividades, diversificar a produção e/ou reduzir o número de funcionários.

Além de centenas de famílias estarem perdendo sua fonte de sustento, ainda se contava com o agravante de a maioria desses operários e operárias desempregados não ter escolarização e nem capacitação técnica para desempenhar outra atividade.

Já no início do século XXI, Sidney Vieira descreve a imagem resultante desse fenômeno na área industrial de Pelotas:



A partir do canal São Gonçalo, no extremo sul da cidade, está situada uma zona de porto. No bairro do Porto propriamente dito e no próprio porto que lhe empresta o nome, observa-se uma cidade em ruínas. Grandes construções abandonadas, instalações gigantescas caindo aos pedaços. É assim no Frigorífico Anglo, no Moinho Pelotense, nas Massas Cotada, entre tantas outras instalações que no passado abrigavam a opulência de Pelotas. A visão da paisagem é quase desoladora, um típico cenário surrealista onde a destruição convive com a nostalgia e o abandono. As instalações do porto totalmente entregues à destruição, guardando no cais vazio não se sabe que esperança. Não há embarcações, não há cargas, não há gente. (VIEIRA, 2005, p. 138).

Esse cenário origina-se na década de 1990 com o fechamento de indústrias como a Cotada S/A, a Olvebra, o Frigorífico Anglo, a Companhia Cervejaria Brahma (como pode ser observado nas figuras 2 e 3), assim como, com a desativação do porto de Pelotas, fazendo com que a cidade passasse por drásticas alterações em sua dinâmica social, encerrando um período no qual a economia se alicerçava em grandes indústrias, que mantinham sob controle a população de baixa renda e enriqueciam seus proprietários; e iniciando uma nova fase, baseada nas pequenas indústrias locais e familiares, no potencial e na estrutura do centro comercial, no turismo, nas universidades, fazendo-se valer também das indústrias que resistiram à crise.

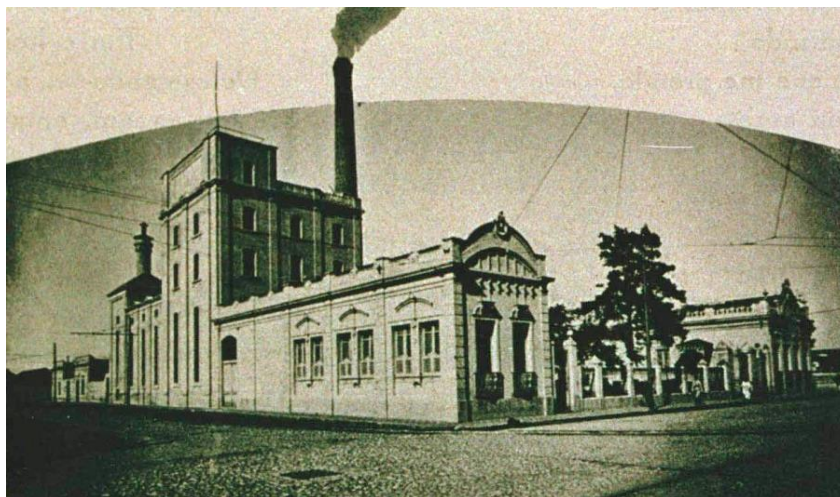


Figura 2 – Cervejaria Rio-Grandense na década de 1890<sup>32</sup>  
Fonte: Acervo de imagens Pretérita uRBe – Pelotas/RS.

---

<sup>32</sup> No prédio, localizado na esquina das ruas Benjamin Constant e José do Patrocínio, foi inaugurada em 1889 a Cervejaria Rio-Grandense, de Leopoldo Haertel, um imigrante alemão vindo da região de São Leopoldo. Na década de 1940, a empresa foi transformada em uma filial e distribuidora da Companhia Cervejaria Brahma, tendo falido em 1998.



Figura 3 – Ruínas do prédio da Cervejaria Rio-Grandense em junho de 2011  
 Fonte: Captura de imagem no Google Maps.

Nesse contexto, a cidade foi obrigada a redefinir e readequar sua economia. Após um período considerado crítico, o crescimento do comércio revelou-se como uma forte tendência econômica da região, impulsionado por um contexto social que incentivava na população à necessidade do consumo, por meio de propagandas e anúncios veiculados pela televisão.

No entanto, ao longo das décadas de 1980 e 1990, esse Centro Comercial não era suficiente para comportar o número de desempregados das indústrias e também dos sujeitos que viviam na zona rural, mas com a constante mecanização agrícola e a degradação das condições de vida nesse setor, abandonaram o campo e migraram para a cidade em busca de melhores condições de vida.

Ainda assim, nessa época, destacaram-se no comércio local os imigrantes sírio-libaneses, que se inseriram na atividade comercial da região, inicialmente, como mascates, empreendendo visitas às comunidades de difícil acesso, às colônias, às periferias, para as quais ofereciam pequenos objetos decorativos, bijuterias, adereços, que era o que se fazia possível carregar. (FRANCISCO, 2002).

Em seguida, esses comerciantes desenvolveram-se e passaram a contar com meios de transporte que possibilitavam comercializar tecidos, lençóis, roupas e calçados, além de diversos outros itens. A evolução desse processo teve como consequência as inúmeras casas comerciais que ocupam o Centro Comercial de Pelotas. De acordo com Júlio Francisco (2002), são eles os responsáveis pela cultura comercial que temos hoje, baseada na alta quantidade de mercadorias oferecidas, nas promoções e nas liquidações.

Estabelecidos na cidade desde o início do século XX, os imigrantes sírio-libaneses, conhecidos equivocadamente como turcos pela população, nos últimos anos, dominam o comércio pelotenses no setor de vestuário, calçados e produtos de cama, mesa e banho.

Outro setor que precisou evoluir e se adaptar foi o da indústria das conservas e das atividades agropastoris, como o cultivo de arroz e a produção de leite, que no início do novo milênio, colocou a cidade entre uma das maiores produtoras do estado. (FEE, 2015, *online*). Além disso, vale destacar que a indústria da carne não morreu com as charqueadas. Pelotas continua destacando-se como produtora de gado para corte e, como no passado, permanecem as indústrias ou os setores dependentes dos subprodutos dessas para a produção têxtil e para o curtimento de couro.

Nesse novo contexto, as elites intelectual e cultural depararam-se com uma nova conjuntura, na qual os tipos de bens que os haviam constituído como sujeitos privilegiados tornavam-se cada vez mais acessíveis a uma nova classe. Da mesma maneira, os espaços destinados a grupos seletos foram sendo invadidos por “olhos curiosos” (aos quais se referia Baudelaire), que, embora pouco conscientes de seus direitos, compunham o cenário urbano, tornando-o vitrine de um processo muitas vezes elitista e desumano.

A partir do início do século XXI, quando o país começa gradativamente a equilibrar-se economicamente, controlando a dívida externa e diminuindo a inflação, é que o poder de consumo da população, desta vez também da população de baixa renda, volta a crescer e, conseqüentemente, possibilita um novo fôlego ao comércio pelotense.

Os investimentos do Governo Federal, administrados pelo poder público local, possibilitaram uma diminuição nos índices de analfabetismo e no combate à fome, a partir de programas assistenciais como o Fome Zero, e possibilitaram moradia às diversas famílias que não dispunham de recursos para aquisição de uma residência dentro das regras normais do mercado, por meio de programas como o Minha Casa, Minha Vida; além de muitas outras iniciativas, como a expansão das universidades federais a partir do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e da criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que levam o ensino superior gratuito a um número mais expressivo de pessoas. (POCHMANN, 2011; PEREIRA; SILVA, 2010).

Com a expansão da Universidade Federal de Pelotas – que duplicou o número de cursos superiores oferecidos ao integrar-se ao Reuni – e o aumento dos incentivos oriundos de

instituições de fomento à pesquisa<sup>33</sup> no início do século, foram possibilitados diversos estudos que lançam novas luzes sobre partes obscuras da História e contribuem com o preenchimento de algumas lacunas. Dentre essas, pode-se citar a história da “Capital Nacional do Doce”.

A produção de doce em pequenas e médias propriedades rurais nas colônias de Pelotas resultou em um estímulo para o cultivo das frutas que serviam como matéria-prima para esses. A cidade é uma das regiões que mais produz pêssego para a indústria no Brasil, assim como as próprias compotas de pêssego e de figo e as conservas de pepino e de aspargo.

Todavia, em Pelotas, a produção de doces tem uma conotação especial. Em seu período de maior efervescência cultural e econômica, eles tinham importância fundamental como fator de ostentação nas comemorações, reuniões, saraus e banquetes que eram oferecidos nos casarões. Nesse novo contexto econômico, os doces finos, de origem europeia, passadas de geração a geração e vinculados à tradição das famílias locais, desde o século XX, dividem espaço no cenário comercial com os doces coloniais, os doces de frutas cristalizadas, em pasta ou em calda.

Financiado pela Unesco e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o projeto “Inventário Nacional de Referências Culturais: produção de doces tradicionais pelotenses” desenvolve pesquisas com o fim de comprovar que os Doces de Pelotas podem ser considerados um patrimônio imaterial da cidade e o seu fazer como parte de uma tradição doceira da região. (FERREIRA; CERQUEIRA; RIETH, 2008).

A partir de estudos de pesquisadores ligados a esse grupo, é possível perceber que parte da história do doce pelotense foi revestida de desimportância e relegada ao esquecimento, ao passo que outra, diretamente relacionada à elite pelotense, foi destacada e estabelecida como história oficial. As novas pesquisas vêm resgatando e recompondo essa história e agregando a ela outras versões.

Na origem, os doces finos estavam associados à cultura familiar de determinada classe social dos fins do séc. XIX e início do séc. XX. Na dinâmica e transformação cultural, no processo de reelaboração de sentido, esse bem assume o significado de doce de Pelotas. Os doces coloniais ou doces de frutas agregam a dimensão étnica a essa discussão, considerando a contribuição das etnias italiana, francesa e pomerana na área rural do município. (FERREIRA; CERQUEIRA; RIETH, 2008, p. 106).

Nesse contexto, cabe lembrar a Teoria dos Campos de Poder (2007), de acordo com a qual, desprovidas de capital econômico e simbólico, principalmente, as contribuições culturais

---

<sup>33</sup> Tais como: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapergs), entre outras instituições.

das comunidades de imigrantes pomeranos, alemães, italianos e franceses foram ignoradas, visto que para Bourdieu, o que torna possível a estruturação do universo social é a posse desses capitais.

Como concluem os pesquisadores, há duas grandes tradições:

os doces finos e os doces de fruta. Os primeiros vinculam-se à tradição luso-brasileira e aos seus territórios mais característicos, o centro urbano. Os últimos estão intensamente ligados à contribuição cultural da imigração européia não ibérica (alemães, pomeranos, italianos e franceses) e ao seu território situado na zona rural serrana do município de Pelotas, apresentando suas particularidades, conforme o legado étnico e os lugares (localidades) de origem e pertença dessas tradições. (FERREIRA; CERQUEIRA; RIETH, 2008, p. 109).

Foi a contribuição de diferentes etnias que possibilitou a manutenção e a renovação da tradição doceira em Pelotas, que assimilou outros ingredientes, ampliou o repertório de doces, popularizando-os e aumentando sua circulação. De acordo com Ferreira, Cerqueira e Rieth (2008), o setor doceiro de Pelotas envolve um número significativo de profissionais entre fabricantes e comerciantes de doces coloniais e finos. Fato que corrobora essa conclusão é a realização anual da Feira Nacional do Doce (FENADOCE).

Sua primeira edição, em 1986, ocorreu por iniciativa do poder público em parceria com outras entidades. A partir de 1995, sob a responsabilidade da Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas, passou a ser realizada anualmente. Nos últimos anos, a feira, que tem duração de dezenove dias, alcançou uma média de público de 300 mil visitantes vindos de todo Brasil e, inclusive, de países vizinhos. (FENADOCE, *online*).

Esses visitantes circulam também pelos outros pontos da cidade, considerada uma rota turística devido a seus museus, como o de Arte Leopoldo Gotuzzo, o Museu do doce e o Parque da Baronesa, ao acesso às charqueadas, ao Centro Histórico com diversos casarões, às praças com seus chafarizes importados da França, às catedrais católica e anglicana, entre outras heranças dos tempos de opulência.

A cidade costumava atrair turistas também no verão, por ser margeada pela Laguna dos Patos, conhecida, neste trecho, como Praia do Laranjal que, embora de água doce, era amplamente procurada por sua orla agradável e suas águas calmas. No entanto, as falhas frequentes no abastecimento de água potável na região dos balneários e os relatórios sobre a balneabilidade divulgados semanalmente pela Secretaria de Qualidade Ambiental no período de veraneio, que indicam a maior parte dos pontos testados como inapropriados para banho, tiveram como consequência a perda de um atrativo que beneficiava o setor hoteleiro, o de transportes intermunicipais, as confeitarias, as churrascarias, os bares e os restaurantes da

cidade, além de privar a população de um de seus principais espaços públicos de lazer e sociabilidade.

Dos anos 2000 em diante, um movimento em direção da requalificação do patrimônio arquitetônico da cidade recebeu incentivo do Governo Federal por meio do Programa Monumenta<sup>34</sup>, ação que contribuiu efetivamente no resgate do patrimônio material e imaterial das cidades, na valorização de seus bens históricos.

Por meio desse programa foram restaurados alguns dos casarões da Praça Coronel Pedro Osório, o Teatro Sete de Abril encontra-se ainda em obras, a própria praça e seu chafariz – A fonte das nereidas – foram revitalizados, entre outras obras. Vale registrar que alguns desses prédios, embora não recebessem manutenção, já eram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) há décadas.

Destaca-se também, o projeto de revitalização da região do porto, que a partir da aquisição de prédios de antigas indústrias pela UFPel, deu um novo aspecto a uma localidade estigmatizada por ruínas. Desde sua adesão, em 2007, ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, desenvolvido pelo Ministério da Educação, a UFPel vem registrando expressivos avanços, que se configuram tanto na ampliação de sua atuação acadêmica, por meio do aumento do número de vagas oferecidas e da criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, quanto na expansão de seu patrimônio. (UFPEL, 2014).



Figura 4 – Ruínas da Fábrica de biscoitos e massas Cotada S/A em junho de 2011  
Fonte: Captura de imagem no Google Maps.

<sup>34</sup> É um programa de recuperação do patrimônio cultural brasileiro, executado pelo Ministério da Cultura e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. “O projeto do Programa Monumenta para Pelotas envolve casarões da praça Coronel Pedro Osório, no centro da cidade, além de outras construções: o Grande Hotel, o paço municipal, a Secretaria de Finanças (antigo edifício do Banco do Brasil), o mercado municipal e a própria praça Coronel Pedro Osório. Fora as obras de recuperação e restauração do patrimônio edificado, o Programa Monumenta patrocinou diversos projetos, com o objetivo de despertar o interesse da população pelo acervo arquitetônico e pelas tradições culturais do município e seu entorno” (DIOGO, 2009, p. 287).



Figura 5 – Centro de Engenharias da Universidade Federal de Pelotas  
Fonte: Portal da UFPel, 2016.

Prédios que viviam repletos de operários e faziam circular o capital financeiro na cidade, como o frigorífico Anglo, a fábrica de massas Cotada S/A (imagens 4 e 5), a Cervejaria Brahma e alguns casarões antigos, como o da família Antunes Maciel, passaram a sediar salas de aula, livraria, biblioteca, auditórios, museus, laboratórios, entre tantas outras instalações por onde circulam diariamente milhares de estudantes dos mais de cem cursos de graduação da Universidade, além dos cursos de pós-graduação *stricto e lato sensu*, professores, funcionários e demais membros da comunidade, integrados à instituição por meio de projetos de extensão.

Em 1969, foram agregadas à Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul – composta pela Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, pela Faculdade de Veterinária e pela Faculdade de Ciências Domésticas – as Faculdades de Direito e Odontologia, até então ligadas à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, formando assim a Universidade Federal de Pelotas, instituição fundamental para o desenvolvimento intelectual e cultural da região. (UFPEL, 2014).

De lá para cá, buscando sempre novas maneiras de oportunizar o acesso à educação pública a centenas de jovens e adultos e de contribuir para a melhoria geral das condições econômicas, sociais e culturais da região, a Universidade Federal de Pelotas vem investindo, cada vez mais, no ensino, na pesquisa e na extensão. (UFPEL, 2017, *online*).

De acordo com informações do portal da universidade, atualizadas em 2014, “na área da pesquisa, estão em andamento 1.272 projetos, distribuídos em diferentes áreas do conhecimento. Ademais, observa-se a existência de 203 grupos de pesquisa devidamente certificados pela UFPel/CNPq”. Essas características fazem da UFPel um elemento essencial, dando suporte a pesquisas nas mais variadas áreas, colaborando com o reconhecimento e a

valorização da cultura local e, conseqüentemente, para o desenvolvimento intelectual, social e econômico da região.

Definindo ligeiramente a modernidade como “um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje<sup>35</sup>” (BERMAN, 1986, p. 15), Berman destaca alguns dos contrastes desse processo. De acordo com o autor, ao mesmo tempo em que representa um sem fim de novas possibilidades de crescimento e transformação pessoal e social, a modernidade também pode significar a destruição de “tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos” (BERMAN, 1986, p. 15).

No caso da cidade de Pelotas, se, por um lado, a tradição precisava ser preservada – com seus monumentos do passado, da memória, de um patrimônio cultural da cidade –, por outro lado, emergia cada vez mais intensamente a necessidade de configuração do progresso, em uma perspectiva na qual não havia espaço para o sentimentalismo de uma elite decadente, subjugado pelos interesses de uma nova classe que ascendia.

O cenário urbano foi palco de significativas mudanças: diversos casarões foram destruídos para dar espaço à construção de edifícios de apartamentos, de prédios comerciais com vários andares; o calçamento das ruas, que desde o início do século XX foram deixando de ser trafegadas pelos bondes e cavalos, deram espaço aos automóveis e às motocicletas; o saneamento, as praças, o calçadão, as galerias, os cafés e as docerias deram ares de cidade moderna à “Princesa do Sul”. Com tais investimentos, os comerciantes e os demais prestadores de serviços agregaram-se, formando um verdadeiro núcleo comercial, que viria a crescer ainda mais e tornar-se a base de sustentação econômica da cidade no século XXI. O investimento no espaço urbano demarcava, cada vez mais intensamente, que um novo modo de vida havia se tornado realidade em Pelotas.

### 3.2 PELOTAS DA MEMÓRIA

Figura importante no cenário cultural pelotense, a escritora Hilda Simões Lopes Costa formou-se em Direito e cursou mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília. Foi professora de Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. Como pesquisadora da área social, publicou alguns trabalhos acadêmicos, que enfocam a problemática do menor e da mulher.

---

<sup>35</sup> A primeira edição foi publicada nos Estados Unidos, em 1982.



Quanto a sua carreira literária, qualificou-se como escritora participando da tradicional Oficina de Criação Literária do professor e escritor Luiz Antonio de Assis Brasil. De acordo com a pesquisadora Nicéia Oliveira dos Santos:

Como resultado do curso, Hilda Simões Lopes publicou seu texto na antologia organizada pelo professor Assis Brasil – *Contos de Oficina 11*, em que constam os contos “Pronto-socorro de violetas”, “A coronela” e “A barragem”. [...] escreveu poemas para a revista *Mercopoema* no ano de 1993, que reuniu uma antologia de poetas do Brasil, Uruguai e Paraguai. Na revista *Mulher poeta*, em 1994, da Editora Alcance, publicou os seguintes poemas: “Histórias da carochinha”, “Vai, vida”, “Dignidade”, “Travestis de aço”, “Saber”, “Ser e não saber”, “Verdade”, “Nos mercados” “Mundo super” e “Antiparastase”. (SANTOS, 2008, p. 18-19).

Sua dissertação de mestrado foi publicada como livro, com o título **Do abandono à delinquência**, e enfoca a questão do menor infrator das regiões periféricas de Brasília. Redigiu ainda um ensaio sociológico e antropológico, intitulado **Senhoras, senhoritas, gatas e gatinhas**, em que traça um resgate histórico da submissão da mulher, indo até os tempos modernos, quando a figura feminina, em alguns países, já consegue afirmação tanto profissional, quanto cultural, sendo assim reconhecida pela sociedade masculina, mas no âmbito privado, continua carregando o fardo imposto por sua condição de mulher. (SANTOS, 2008).

A estreia de Hilda como romancista foi com **A superfície das águas** (1997), que recebeu, em 1998, o Prêmio Açorianos de Literatura. O escritor Luis Antonio de Assis Brasil, no prefácio da obra, elogia o fato da ex-aluna resgatar em sua narrativa as modas e os hábitos culturais da elite pelotense, construindo assim um painel antropológico de grande importância à cultura do Rio Grande do Sul.

Hilda publicou outros dois romances: **Um silêncio azul** (2001) e **Anatomia de Amanda** (2009), além de um **Manual de criação literária** (2009) e do livro de contos. **Expulsão** (2013).

Vale destacar que por quase uma década a autora ministrou uma oficina de criação literária em Pelotas, o que a constitui também como formadora de novos escritores. Muitos dos integrantes do Centro Literário Pelotense – agremiação literária existente na cidade desde 1987 –, por exemplo, foram seus alunos.

Em 2009, foi patrona de Feira do Livro de Pelotas. E, em 2015, recebeu o Prêmio Trezentas Onças do Instituto João Simões Lopes Neto, o que demonstra seu reconhecimento em âmbito local.

**A superfície das águas** passeia por temas preciosos à literatura do século XX: as mudanças políticas e sociais do país, dois períodos ditatoriais, a desigualdade social, a

instabilidade econômica, as relações familiares conflituosas, entre tantos outros. O maior mérito da obra – de qualidade estética impecável – é relacionar, de modo profundo e eficiente todos estes aspectos.

A autora apresenta aproximadamente quarenta anos de história – do Brasil, do Rio Grande do Sul, de Pelotas – ao contar a história de três gerações da tradicional família Calestrine de Linhares. A narração é apresentada em terceira pessoa, exceto pelos capítulos dois e quatro da primeira parte, nos quais podemos reconhecer a voz, em primeira pessoa, de Laura, uma das protagonistas, intercalada com a transcrição de diálogos dela com o tio e de outros personagens do núcleo. Diferentemente, nos outros dez capítulos, os escassos diálogos são inseridos indiretamente na narrativa. É possível reconhecer também uma voz que interrompe a narração em diversos pontos. Não se trata de um terceiro narrador, mas de uma variação na abordagem ao leitor das vozes narrativas identificadas, esclarecendo pontos, apresentando questionamentos, juízos de valor, comentários.

A narrativa inicia situando-se no período de decadência de uma sociedade alicerçada na industrialização do charque:

A crise adveio, quando as charqueadas iniciaram a falir, e perdura – cada vez mais devastadora – já faz três décadas. De modo que se em Pelotas – como em poucos lugares do País – havia dinheiro, cultura e refinamento, agora tudo se transfigura. Assim, derriba-se a cidade e transforma-se a sua gente. E a descendência da aristocracia saladeril, afeita ao uso de polainas, a falar francês e a comer em serviços de porcelana de Sèvres com talheres de ouro e prata, obriga-se a sofrer antigos hábitos: não mais encomenda os enxovais franceses – tão luxuosos que as lojas de Paris expunham em suas vitrines – nem as pratarias portuguesas, sequer os faustosos cristais e as porcelanas que já aportavam com os monogramas impressos. (SIMÕES LOPES, 1997, p. 15).

De fato, a elite pelotense, que por muitas décadas enriqueceu à custa da exploração de trabalho escravo nas charqueadas, com o declínio dessas, viu insustentáveis seus hábitos e costumes refinados. A história contada por Hilda Simões Lopes nessa obra representa esse momento histórico de maneira fidedigna.

Assim como nos romances de Jorge Salis Goulart e Fernando Melo, ao longo da narrativa são apresentadas diversas referências aos elementos constitutivos da cidade de Pelotas, como o nome de praças e de ruas, de estabelecimentos comerciais e recreativos; inclusive, o nome da cidade é mencionado. Encontra-se, também, registros de fatos históricos, tal como nos textos citados. O que difere, no entanto, o romance de Hilda Costa dos demais, essencialmente, é o distanciamento temporal entre o tempo de produção da autora e os fatos narrados por ela.

O ambiente histórico no romance é rigorosamente reconstruído.

Em sua dissertação de mestrado **A superfície das águas: história e memória da elite pelotense** (2008), Nicéia Oliveira dos Santos faz um exaustivo trabalho de conferência das informações e fatos históricos mencionados pela narradora, concluindo que a significativa maioria pode ser atestada por jornais da época, livros de história e documentos do acervo da família Simões Lopes – aos quais Santos teve acesso por cedência da própria romancista. Inclusive, as descrições físicas de personalidades da política da época encontram-se em acordo com as referências externas à narrativa.

A própria Hilda reconheceu, em entrevista para o **Diário Popular** (16 mar. 1997), que escreveu a história em posse dos arquivos políticos do avô, Augusto Simões Lopes, o qual teria inspirado o personagem Catão Bonifácio Calestrine de Linhares<sup>36</sup>, que assim como Lopes, foi amigo pessoal do presidente e senador da bancada de Getúlio Vargas.

Vários elementos, como a representação da Estância da Graça e do Castelo Simões Lopes (concluído, como o da ficção, em 1922), a descrição física e os eventos conhecidos da vida de Augusto Simões Lopes, que são idênticos aos de Catão Bonifácio de Linhares, entre outros aspectos, são capazes de induzir o leitor a concluir que se trata da descrição de uma história real, na qual foram alterados apenas os nomes. Extraliterariamente, a própria escritora reconhece sua intenção de contar a história da família Simões Lopes. No entanto, a ausência de nomes (agravada pela substituição destes) e a presença de diversos personagens que só existiram no universo da narrativa, impossibilitam a adjetivação de autobiográfico a este romance.

O texto ficcional é permeado por referências históricas: por vezes são datas, personagens e fatos históricos – como Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Filinto Müller, João Goulart, Flores da Cunha, a Revolução Constitucionalista de 1932, o Plano Cohen, o governo de João Goulart, o golpe militar, o Ato Institucional número 5, a inauguração de Brasília, entre outras circunstâncias – possibilitando a impressão de estarmos diante de uma história verídica. Em outros momentos, incorpora os fatos históricos objetivamente à narrativa, como é o caso da deposição de Washington Luis do cargo de presidente da República e do Governo Vargas.

A Grande Depressão, que teve origem com a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, teve consequências desoladoras sobre a economia mundial. No Brasil, afetou diretamente diversos ramos de produção, inclusive, os cafeicultores, que não atendidos em suas reivindicações ao governo de Washington Luís (ainda no período em que o poder se alternava

---

<sup>36</sup> Vale lembrar que o pai de João Simões Lopes Neto se chamava Catão Bonifácio Simões Lopes.

entre paulistas e mineiros, na famosa política café-com-leite), iniciaram um intenso movimento de oposição contra o presidente, que sofreu um golpe de estado em 1930. (IGLÉSIAS, 2002).

Tendo em vista a participação dos gaúchos neste processo ter sido intensa, e o envolvimento que tinha a família Calestrine de Linhares com os fatos que circundaram este evento e suas consequências (o decorrer do governo de Getúlio Vargas), ele foi integrado à história central na primeira parte da narrativa.

Washington Luiz estava entregue ao Forte de Copacabana com o que, parecia, aos revolucionários, terem banido a corrupção, a indignidade política, a falência brasileira. E, sobretudo – para os estudantes –, havia a impressão de que se encerrava o ciclo do País sob o jugo das vontades autocratas, para eles, o ódio maior. (SIMÕES LOPES, 1997, p. 33).

O apoio de gaúchos, inclusive de pelotenses, a Vargas na Revolução de 1930 é fato. As vantagens obtidas com isso também são inegáveis. Tudo atestado por fontes históricas, o que concede verossimilhança à narrativa da autora. Tais características revelam que **A superfície das águas** pode ser considerado um Romance histórico, nos termos propostos por Georg Lukács (1966).

Lukács não nega o caráter de históricos aos romances que de algum modo estabelecem um diálogo com os fatos históricos, mas reconhece uma especificidade que distingue algumas obras – como o romance **Ivanhoé**, de Walter Scott, eleito por ele como precursor desse novo gênero –, que para o teórico seria: “el derivar de la singularidad histórica de su época la excepcionalidad en la actuación de cada personaje”<sup>37</sup>. (LUKÁCS, 1966, p. 15).

A relação estabelecida entre a vida particular dos personagens e a História é permanentemente evidenciada na narrativa de Hilda. Além de narrar dois momentos distintos da história de uma família, a narração divide-se também em enfoques: a história da família, a história da cidade e uma história mais geral, apresentada como pano de fundo, que dá conta dos eventos no estado, no Brasil e no mundo.

De acordo com Lukács (1966, p. 22), este tipo de condução da narrativa origina “las posibilidades concretas para que los individuos perciban su propia existencia como algo condicionado históricamente, para que perciban que la historia es algo que interviene profundamente en su vida cotidiana, en sus intereses inmediatos”<sup>38</sup>.

<sup>37</sup> “o derivar da singularidade histórica de sua época, a excepcionalidade na atuação de cada personagem.” (Tradução nossa). A edição de **La Novela Historica** utilizada neste estudo data de 1966 e trata-se de uma tradução do original em alemão **Der Historische Roman**, publicado em 1937.

<sup>38</sup> “as possibilidades concretas para que os indivíduos percebam sua própria existência como algo condicionado historicamente, para que percebam que a história é algo que intervém profundamente em sua vida cotidiana, em seus interesses imediatos.” (Tradução nossa).

A história contada enfatiza dois momentos da vida de Olegário Calestrine de Linhares: no primeiro, ele divide o núcleo narrativo com a família, especialmente com os pais; com outros jovens entusiastas como ele, dispostos a lutar contra o governo que julgavam opressor; e com Camila, sua namorada da juventude. O foco se dá na construção deste personagem e em sua relação conflituosa com o pai. Na segunda parte, os papéis se invertem, e à sequência da história de Olegário, já idoso, será integrada a história de Laura, sobrinha do personagem.

No início da narrativa Olegário foi retratado como um jovem rico, herdeiro de uma tradicional família pelotense, que estudava Direito em Porto Alegre. Um idealista: suas atitudes eram destemidas, sua perspectiva sobre a realidade social era crítica, estava entre os revolucionários, completamente envolvido com o movimento político em Porto Alegre. Quando se iniciou de fato a Revolução de 1930, Olegário foi até São Paulo apoiar Getúlio Vargas.

Os conflitos com o pai, oriundos de pontos de vista divergentes entre as duas gerações e de sua paixão desenfreada pela revolução, ampliaram-se com a mudança da família para o Rio de Janeiro, quando Catão Bonifácio passou a integrar o Governo Vargas.

Anos mais tarde, Olegário viria a refletir sobre a fragilidade por trás de toda a ação política do período:

“Pois é, agora a questão era tomar os trens, seguir a briga lá pra cima, Brasil a fora”. Lembrando que no dia quatro de outubro, Getúlio Vargas já aparece fardado – seguirá para o Rio de Janeiro – pondera: “o que Getúlio Vargas ambicionava, não se sabia exatamente, e o que estava bem claro era o repúdio geral a Washington Luís”. (SIMÕES LOPES, 1997, p. 30).

Esta clareza sobre os fatos, esta decepção marcou a vida de Olegário, que viu o pai morrer em decorrência do desgosto de ter sido ludibriado e traído por Getúlio. De modo que o jovem impulsivo e cheio de princípios da primeira parte do romance é substituído por um homem amargo na segunda.

Pouco se sabe acerca da vida de Olegário neste ínterim. Casou com uma mulher com a qual não tinha afinidades e manteve um casamento de aparências, teve uma filha com a qual não nutria uma boa relação, foi juiz federal por muito tempo, até que por problemas no coração, aposentou-se aos cinquenta e cinco anos e foi viver em uma estância centenária da família.

Em inúmeras passagens da narrativa, Olegário é descrito com um livro na mão, demonstrando significativo interesse por literatura, assim como suas preferências musicais também são destacadas. É um homem instruído e erudito; características que contrastam com sua capacidade de agir com perversidade.

No contato com a sobrinha Laura – uma jovem estudante de Direito, que encontra no tio uma referência de pai, identifica-se com ele e o respeita – o lado mais afetivo de Olegário é explorado e sua essência é evocada, no entanto, com relação aos demais personagens que o rodeiam, o estancieiro é irônico, cínico, indiferente, desatencioso e até violento.

Em várias ocasiões são narrados episódios nos quais o personagem ridiculariza, prega peças, inferioriza ou menospreza os que estão a sua volta. É um sujeito que não se adapta ao meio em que está inserido e nem se empenha para tanto; e em quase nada lembra o rapaz que não media esforços pelo que considerava certo.

Certa vez, enquanto morava no Rio de Janeiro, Olegário invadiu armado um hospital no meio da noite, obrigando-os a atender uma família de leprosos que há tempo vinha sendo marginalizada, demonstrando um profundo sentimento de solidariedade. O Olegário da segunda parte de **A superfície das águas**, marcado por uma personalidade rude, embora tratasse como “de casa” aos empregados e desse-lhes certa liberdade, não conseguia se despir de sua arrogância. Trata-se de um homem preso entre dois mundos.

Seu companheiro fiel, Hormogeno, recebe do patrão inúmeras regalias, no entanto, sua condição de negro, pobre e sem instrução impossibilita uma amizade equilibrada entre ambos. O próprio termo pelo qual é referido este personagem já nos fornece elementos para identificar o tom de zombaria com que ele é tratado por Olegário.

Em uma festa, após beber de mais, o empregado declarou: “venho da ô sorbônica de Paris, sou um nego de conhecimento mui Hormogeno, me respeitem” (SIMÕES LOPES, 1997, p. 44-45). A referência a Paris funciona como mais um indicativo da influência francesa no período, compreendendo-se que o que de lá vinha era requintado e valioso. Hormogeno, então, absorvia o que ouvia e resignificava a seu favor. Do mesmo modo, tentava integrar as suas falas “palavras difíceis”, como “homogêneo”, tendo em vista a compreensão tácita do que tinha valor naquela sociedade.

Além de Laura, a figura mais próxima de Olegário era este homem humilde e confiável, “sempre a seu lado: concordando com o que o patrão dissesse e fazendo aquilo que ele mandasse.” (SIMÕES LOPES, 1997, p. 44). Mesmo assim, Hormogeno era sempre ridicularizado e destacado em sua condição de negro de modo pejorativo: “Quando tio Olegário o apresentava, dizia: ‘este é o Hormogeno, um negro muito especial.’ E em seguida: ‘o nego, onde tu estudaste?’, ao que, chapéu na mão, beijo espichado, ele respondia: ‘na ô sorbônica de Paris, sim sinhô.’” (SIMÕES LOPES, 1997, p. 44). Além de inferiorizado, como em outra ocasião, quando pronunciou equivocadamente o sobrenome do patrão: “– Fala direito, nego

gasguita – meu tio olhou-me de relance – esse negro é burro, tantos anos trabalhando comigo, nem meu nome presta pra dizer certo.” (SIMÕES LOPES, 1997, p. 62).

Sua relação com Gertrudes também expressa intensamente sua rudeza. Afastado da mulher que vivia na cidade, toda semana, Olegário ia visitar a amante, descrita pelo narrador como uma mulher “em torno de quarenta anos, era alemã, alta e magra. Estava mais para feia [...]” (SIMÕES LOPES, 1997, p. 153). Na sequência são descritas as roupas e acessórios utilizados por Gertrudes, os quais a caracterizam como alguém sem sofisticação nenhuma, pobre e exagerada. A apresentação da casa de Gertrudes, na mesma perspectiva, é a descrição da típica casa do pobre no período, de modo que um desprezo pela pobreza é expresso nesse trecho.

Toda vez que ia ver a amante, Olegário levava alguns suprimentos, e era recebido por ela com vários aperitivos e carinhos, em seguida faziam sexo, depois ela servia-lhe o jantar e ele ia embora. Em certa ocasião, Olegário apareceu em dia inesperado, e encontrou Gertrudes com outro homem. Furioso, Olegário entrou pela janela surpreendendo ambos e exigindo o jantar:

Putá infeliz, quero jantar! gritou, dando um soco na mesa. [...] Gertrudes gania e fungava; enquanto o espinhaço fritava, ela escolhia a toalha mais branca, o copo mais reluzente. Depois trouxe os pratos de carne, arroz, feijão, mexido, linguiça frita. Aos prantos, dizia que não o esperava, senão teria feito uma comida especial. Detesto as tuas comidas especiais, tenho nojo de ti e desta mesa! bradou Olegário, a boca cheia, saltando arroz longe. Gertrudes se aproximou, levou a mão aos cabelos de Olegário, ele berrando: tira essa mão asquerosa de mim, senão te dou uma surra. [...] Levantou-se e, pegando a travessa onde restavam alguns pedaços de carne boiando na gordura, emborcou na cabeça de Gertrudes. Saiu, assobiando um tango. (SIMÕES LOPES, 1997, p. 159).

Embora não houvesse um contrato de fidelidade entre o casal, Olegário, que era casado, sentiu-se no direito de adentrar a casa de Gertrudes, humilhá-la e agredi-la. Essa violência explícita contra a mulher é narrada como um evento comum, sem uma crítica ou comentário acerca da atitude truculenta de Olegário. Em outra ocasião, Olegário retorna a casa de Gertrudes, que o recebe assustada. Ele novamente a humilhou, e a violentou:

até que ela reclamou que por misericórdia, parasse. Depois, encolhida, Gertrudes murmurou que ele não era mais o mesmo, parecia um cavalo. Olegário enfiava as botas e deu uma gargalhada, pois mulher burra estava ali; e fica sabendo que cavalo trepa com paixão, coisa que tu não mereces. (SIMÕES LOPES, 1997, p. 163).

A história de Olegário, desde a época em que era um jovem estudante de Direito em Porto Alegre até a década de 1970, quando devia contar uns sessenta anos, é, assim como a

história da cidade de Pelotas, uma história de ascensão e declínio. Entre seus últimos atos, aceitou ajudar a sobrinha – na qual reconhecia a paixão que sentira na juventude – a tirar um perseguido político do país. Olegário viajou para Porto Alegre com o objetivo de encaminhar a fuga e nunca mais voltou. A família o procurou por algum tempo, mas acabaram concluindo que ele teria sido preso pela polícia política e, possivelmente, assassinado.

Laura, que foi sua companhia durante tanto tempo, passando com ele as férias da escola e depois da faculdade, guardou para si a culpa por tê-lo envolvido no movimento de resistência. Desorientada, procurou por Camila – indicação do próprio tio anos antes – e apresentou-se em busca de ajuda.

Sobre Camila, sabemos que se casou, teve filhos e foi uma exemplar dama da alta sociedade, até que em um determinado momento da vida, decidiu trabalhar. Resgatou uma receita que sua avó trouxe de Portugal, de pastéis de Santa Clara e, após pesquisas pelos ingredientes ideais, passou a fazê-los. Na obra, o episódio que narra esse fato traz a receita dos pasteis, que de fato é guardado em segredo pelas mulheres das famílias tradicionais da cidade: “Aquela iguaria tinha os segredos mais íntimos de seu processo de confecção sob a guarda da linhagem de Camila” (SIMÕES LOPES, 1997, p. 197-198). Isso, porque os “doces de Pelotas” sempre estiveram relacionados ao *habitus* da elite, daqueles que mantem o poder. Assim, conhecer tais receitas, saber preparar doces finos com a combinação de nada mais do que gemas de ovos, açúcar e farinha de trigo, é aceito e reconhecido pela sociedade pelotense como um capital, mais um fator capaz de caracterizar a diferenciação entre classes.

De acordo com Marina Figueiredo (2015, p. 277),

muito embora o produto artesanal em questão oriente um sistema produtivo relativamente simples, nem todos os envolvidos na produção alcançam o mesmo domínio técnico. Disso decorre que a manutenção e propagação de dado saber-fazer depende de interesses que contribuem para restringi-lo por força de fatores sociais, econômicos e simbólicos.

Percebe-se que a habilidade incorporada por meio da prática apresenta uma dimensão política, que se manifesta à medida que determinado saber-fazer postula a distinção de uma pessoa – ou grupo de pessoas – em relação às demais. O conhecimento que foi libertador para Camila é, ao mesmo tempo, um elemento que a diferencia no âmbito de uma sociedade que limita à mulher a condição de cuidar da casa e dos filhos. Portanto, em outra atividade que não estivesse investida de tamanho capital simbólico, possivelmente, Camila não teria sido bem-sucedida.



A escritora conhece profundamente a aristocracia pelotense e a representa em detalhes: seus hábitos refinados, suas regras internas, seus costumes e, como alguém que transite tranquilamente por estes campos, não se importa em destacar seus feitos gloriosos e a importância que Pelotas já exerceu no Estado por sua potência econômica, que a constituiu como uma referência de vida cultural e social.

No decorrer da obra, o narrador, ora em primeira pessoa, ora em segunda, como Laura, promove uma alternância entre os fatos passados e os do presente na narrativa, exaltando sempre o passado glorioso, tanto do senador Calestrine de Linhares, quanto de seus ancestrais, que lutaram em várias revoluções. As conexões não são meramente cronológicas. São um recurso empregado para mostrar o caráter cíclico da história, já que na juventude, tanto Olegário, quanto Laura, sentiram-se comprometidos com o contexto político do país, ambos não puderam contar com o apoio da família, assim como novamente o país passava por um período ditatorial.

Alguns dos contos de **Enfeitiçados todos nós** (1984) também buscam dar conta deste período, situando-se entre as décadas de 1970 e 1980. No entanto, em *Alcinda*, *Urano* e *Mata-moscas* não há a preocupação, como em outros contos do autor, de pontuar questões relacionadas à ditadura militar no Brasil.

O terceiro conto da obra, *Alcinda*, apresenta algumas diferenças significativas em relação aos anteriores. Pela primeira vez, temos como protagonista uma mulher: um narrador-personagem relata a trágica história de Alcinda e sua experiência com ela. Outro fator relevante nesta história é a forte carga de sensualidade que comporta, chegando a beirar muitas vezes ao erotismo.

Em *Alcinda*, ao mesmo tempo em que temos o relato da história de uma insana, encontramos uma narrativa carregada de detalhes que estabelecem uma relação direta entre o resultado – a diegese em si – e uma introdução feita pelo narrador, na qual este resgata a história da personagem e demonstra como o fato de estar sob as regras de uma sociedade provinciana e patriarcal foi crucial para levar Alcinda à loucura.

A jovem que não ousava levantar os olhos quando fazia o trajeto entre sua casa e a igreja foi abandonada no dia de seu casamento. Para os padrões da época, este fato seria complexo por si só, porém foi agravado por Alcinda não ter mantido a virgindade. Ao menos foi isso que inferiu o narrador, um sujeito bastante envolvido com a história, que em um momento chega a declarar ter sido apaixonado pela personagem.

Este narrador tem um estilo próprio, apresenta-se como “o poeta” e não faz questão de esconder sua imparcialidade sobre o que é narrado; pelo contrário, muitas vezes expõe sua

contribuição à narrativa, destacando que algumas partes foram por ele imaginadas, como no trecho que segue, quando se refere ao sujeito que abandonou Alcinda:

[...] Acontece que ele tinha um ar de traição no rosto. Claro que nunca o vi, nem em foto. Quando ele partiu eu ainda andava de fraldas. Eu o imagino assim. E tenho certeza que ele tinha nos olhos o brilho da perfídia. (CAZARRÉ, 1984, p. 29).

A partir do momento no qual soube que seu casamento não se realizaria, Alcinda entrou em um transe, o que culminou com a morte de seu pai:

[...] ela ficou uivando como cão danado. Pois é, entre esses uivos ela dizia bandalheiras, coisa como pau bem grosso, culhões bem cheios e línguas incendiadas me enterra tudo, vem meu macho! Por isso o velho capitão morreu, mais do que pelos gritos. (CAZARRÉ, 1984, p. 31).

Desse modo, o narrador revela que o que levou o pai à morte foi a vergonha de ver a filha em tal estado, ou seja, a pressão social. A expressão desesperada de sua ansiedade, de seu desejo, fez de Alcinda um ser desajustado socialmente. Como desfecho, temos a mãe compreendendo que a jovem só encontraria paz se tivesse seu desejo sexual satisfeito e criando um mecanismo para que isso fosse possível. A partir de uma série de suposições, o narrador descreve a maneira como esta mulher mandou construir no pátio lateral de sua casa um espaço por meio do qual Alcinda, ainda presa, e, portanto, protegida, podia manter relações sexuais com os homens que se aproximavam na rua e, mais adiante, quando a concorrência ficou acirrada, com o sujeito que a própria mãe escolhia. O narrador, sendo um destes homens, relata sua experiência e, ao final, a maneira como a mulher, sentindo a morte se aproximar, tira a vida da filha e aguarda por sua hora pacificamente.

Um elemento que vale ser destacado é a personalidade desta mãe. O modelo de mulher representado por ela praticamente opõe-se ao que representa Alcinda. Vendo a filha abandonada, desonrada e louca, e diante da perda do marido, esta mulher manteve-se firme e retomou sua vida, cuidando da filha e fazendo o possível para manter o controle. Além disso, é capaz de ir contra os valores de uma sociedade repressiva e possibilitar que Alcinda tivesse sua ânsia saciada.

Neste conto, não temos referências precisas de tempo e espaço narrativos, mas sabemos tratar-se de uma cidade – que tal como Pelotas – ficava próxima a Rio Grande, que tinha fluxo de transporte para Porto Alegre, o qual ainda era feito por barco a vapor. Embora existam algumas referências ao dia, a maior parte da ação do conto dá-se à noite. Nele, não temos a imagem da névoa como fator que embaça a história tornando-a ambígua, mas a imparcialidade

de um narrador em primeira pessoa, que assume claramente mesclar suas inferências aos fatos de sua memória, mantendo assim a penumbra sobre os fatos presente nos demais contos.

Em *Urano*, o narrador que relata seu encontro com Alcinda na adolescência retrocede algum tempo em sua própria história e apresenta-se com doze anos, ainda aluno da Escola Técnica, atravessando a ponte que se sobrepunha ao Canal Santa Bárbara, percorrendo com outros meninos de sua idade o trajeto de retorno para casa.

Este narrador nos conta que do alto da ponte os meninos alvejavam um indivíduo, um morador de um casebre nas margens do canal. Descrita como tal, esta prática corresponde ao que atualmente se compreende como *bullying*, visto que por meio de palavras e do arremesso de pedras e outros objetos, as crianças agrediam, intencional e repetidas vezes, a tal pessoa, sem um motivo aparente.

Um de nós, cada dia era um, com os cotovelos fincados nas barras de ferro, soltava a pedra, que descia num segundo e numa explosão, sobre as madeiras podres que serviam de teto ao barraco.

Então **ela** saía, sinuosa e fresca sob a névoa de junho, pelo buraco que era a porta do casebre. Então **o** saudávamos com uma chuva de pedras e outra, ainda mais brutal, de ofensas. (CAZARRÉ, 1984, p. 44, grifos nossos).

Além da construção do ambiente permeado pela névoa de junho, outros recursos são empregados para defrontar o leitor com sua incapacidade de apreender uma verdade da narrativa. Ao longo do texto nos deparamos como uma oscilação entre os pronomes pessoais “ela” e “ele”, os artigos definidos “a” e “o”, adjetivos e substantivos que variam entre os dois gêneros. Inicialmente, tal recurso induz o leitor a subentender a presença de dois personagens; compreensão que é logo substituída pela revelação da homossexualidade do sujeito. Esta informação não é objetivamente apresentada, mas nos é mostrado pela reprodução da percepção de um menino, que talvez não fosse capaz de explicar ou compreender tal fenômeno.

Ainda com relação à sexualidade do personagem, o narrador ressalta diversas vezes suas atividades sexuais, como se pode perceber por meio de passagens como: “com o rosto amarrotado de uma longa noite de prazeres indizíveis” (CAZARRÉ, 1984, p. 44) e “[a] neblina parecia nascer daquele casebre construído com os restos da cidade, onde vivia seus amores proibidos, onde ele obtinha aquelas delícias condenadas pelos homens e por Deus” (CAZARRÉ, 1984, p. 44).

A argumentação acerca do “pecado”, do “proibido” fica atribuída ao fato do personagem ser homossexual, além da natural repressão às atividades sexuais fora do casamento no período. Esta orientação, que ainda hoje é pretexto para diversas expressões de violência, no tempo da

narrativa, possivelmente meados do século XX, ainda tinha um peso muito grande sobre os valores morais e religiosos da sociedade.

Deste modo, esta narrativa descreve exemplarmente a manutenção e a naturalização da violência. Em um sistema no qual é comum o fato de se reproduzirem posturas porque sempre foi assim, não causa estranhamento que meninos repitam, ano após ano, as atrocidades cometidas pelos jovens de gerações anteriores. Dentro dessa perspectiva, garantir que a tradição se perpetue, mais do que um desejo, é uma obrigação dos mais jovens, independentemente da razão pela qual ela é reproduzida. Ao aceitar determinada questão como normal, estabelecendo uma associação entre esta e o mundo, emerge o poder que normaliza e legitima.

A partir desta narrativa, Cazarré possibilita uma reflexão acerca do papel desempenhado por cada um neste processo, e da comodidade de interpretar determinadas posturas como positivas, como meio de eximir-se da responsabilidade do que se faz. Cabe lembrar que quando o narrador, em vários momentos, destaca o agrado da vítima diante do ataque, estamos tratando de um narrador em primeira pessoa, que afirmou ter participado dos fatos narrados, resgatando-os de suas memórias de menino e que, de antemão, indicou a dificuldade de visualização devido à neblina.

Olhando para nós, deliciando-se com nosso ódio e nossa violência, **ela** sorria de mansinho e depois mexia os ombros poderosos como se tivesse calafrios. E suas encardidas mãos de **catador** de papel, de **síndica** dos monturos da cidade, suas mãos teciam flores e borboletas no ar úmido. E depois seu peito largo de **pecador** subia e descia em movimentos nervosos e as grandes narinas negras se alargavam pra sentir os nossos cheiros de quase homens, cheiros que vinham misturados à fumaça negra da usina e à dureza do bafo petrificado das estátuas da Praça dos Enforcados. Então descarregávamos sobre **ela** aquelas centenas de pontiagudas pedras que tínhamos recolhido no pátio durante o recreio e guardado para **ele**. (CAZARRÉ, 1984, p. 45, grifos nossos).

Podemos perceber a partir deste trecho que além de não reagir, a vítima também não agia com revolta ou ódio, apenas resignava-se e adaptava-se ao abuso que sofria. Com relação aos meninos, embora a causa não fique explícita, podemos inferir uma manifestação de homofobia, uma repulsa à atração que “Urano” poderia vir a sentir por eles. O fato de serem desejados por um homem os agredia, os perturbava e motivava uma reação anterior a qualquer ação.

Vale destacar que em nenhum momento desta narrativa há registrada alguma preocupação com uma possível repressão por conta destes atos, nem por parte da escola, nem por parte das famílias. O sujeito agredido não tem para onde fugir e, aparentemente – confiando

na versão do narrador –, parece conforma-se com a situação, como se aceitasse jogar de acordo com as regras postas, talvez como única estratégia de sobrevivência.

Nesta narrativa encontramos diversas referências ao cenário pelotense, desde a Escola Técnica (atual IFSul *Campus* Pelotas), ao canal Santa Bárbara, já referido em *O expedicionário*; até o nome dos cinemas da época: Guarany, Capitólio e Apolo (este último também mencionado em Alcina) e, por último, à Praça dos Enforcados (referência popular à Praça Cipriano Barcelos), o que reforça a hipótese de que Cazarré busque na realidade geográfica e social pelotense do período uma referência para sua cidade, propiciando uma reflexão acerca da face mais feia e disfarçada de uma sociedade em declínio e com ânsia de ostentação.

O conto *Mata-moscas* reforça essa leitura. Com uma estrutura epistolar: a carta de um filho a seus pais, já há muitos anos falecidos, este conto nos fornece uma localização temporal muito precisa, 1972, embora, ao apelar à possível confusão mental do personagem, produza uma dúvida acerca de tudo que por este é dito, como se pode perceber já no primeiro parágrafo:

Queridos pais,  
Se não estou equivocado (e reconheço que posso estar errando por dias, meses e até anos), completo hoje noventa anos. Por acaso não nasci em 1882, no dia 16 de maio? (CAZARRÉ, 1984, p. 51).

Diante do avanço da surdez e da mudez, esse homem recorre à escrita para estabelecer algum tipo de comunicação com os pais e contar como têm sido seus dias. Ao longo desse relato, é destacada sua intimidade com o espaço onde habita e o quanto parece preso a esse: “Primeiro percorro o andar de baixo. Reviso todos os trincos das janelas e todas as travas das portas, embora saiba que todos eles estão fechados há mais de trinta anos, selados com o lacre da ferrugem” (CAZARRÉ, 1984, p. 52).

Como nos contos de Cazarré apresentados anteriormente, neste também se destaca a manutenção dos costumes e rotinas. Giddens afirma que:

[a]tividades de rotina, como Wittgenstein deixou claro, nunca são realizadas de maneira automática. Em relação ao controle do corpo e do discurso, o ator deve manter vigilância constante a fim de “ir em frente” na vida social. A manutenção de hábitos e rotinas é um baluarte crucial contra as ansiedades ameaçadoras, mas por isso mesmo é um fenômeno intrinsecamente cheio de tensões. (GIDDENS, 2002, p. 42).

Esses indivíduos, presos às suas rotinas, acabam sendo vencidos pela tensão mencionada por Giddens. Fecham-se em seus mundos particulares e exercem sua autonomia de modo particular, não se tornam sujeitos autônomos, no sentido de exercer a liberdade e a ação às quais essa palavra remete, mas revelam-se capazes de sobreviver em meio a um sistema fechado. “Se

a rotina é um elemento central da autonomia do indivíduo em desenvolvimento, segue-se que o domínio prático de como ‘ir em frente’ nos contextos da vida social não é inimigo da criatividade, mas a supõe e é suposto por ela” (GIDDENS, 2002, p. 44).

Tal como em *O cavaleiro*, o narrador de *Mata-moscas* confessa sua afinidade com a noite, com os momentos de escuridão e silêncio: “Eu poderia dizer que a noite é meu elemento, já que quase não ouço e muito pouco enxergo. A noite, com seus silêncios e suas escuridões, me transforma num homem igual aos outros que estão espalhados pelas camas da cidade. (CAZARRÉ, 1984, p.53).

A noite seria, na perspectiva do personagem, um elemento que proporciona um ponto de igualdade entre os homens, embora, em diversos outros momentos da narrativa, tem-se elementos para perceber o quanto esse sujeito se difere de outros tantos enquanto representante de um tipo social, desde sua condição de rico herdeiro, até seu estranhamento, causado por sua reclusão, que o faz chocar-se contra a mudança do cenário externo. Logo, assim como o personagem de *O cavaleiro*, esse sujeito também estranha o progresso:

Todos têm automóveis. Antes não, o nosso era o único. E tínhamos chofer. Hoje não, todos dirigem os seus próprios carros, carros iguais. As ruas se alargaram e se encheram de rostos estranhos, todas as casas do nosso tempo ruíram. Foram substituídos por edifícios, pequenos pombais pintados com cores claras. (CAZARRÉ, 1984, p. 55).

Esse trecho, além de revelar o impacto sofrido por esse sujeito diante das intensas alterações socioeconômicas ocorridas no cenário urbano ao longo do século XX, também expõe a condição social desse indivíduo, filho de uma família tradicional, como ele próprio revela ao destacar seu sobrenome, os Guimarães-Soares: “Afinal, somos ou não somos feitos de um barro único, o mais sólido dos barros, o barro dos semideuses?” (CAZARRÉ, 1984, p. 51).

Em outros momentos da narrativa, também se pode constatar o estrato social do qual fazia parte o personagem, visto que esse se refere às “cinco negras cozinheiras” que se apertavam na cozinha em dias de festa, ou aos contadores que vinham prestar-lhe contas dos vários negócios da família, negócios esses que ele abandonou após a morte do pai.

Com a morte do pai, em 1922, o personagem-narrador sente-se renascido. Herdeiro de uma fortuna, entre fazendas e outros bens, ele, liberto da rigidez paterna, passa a viver sem preocupações uma vida ao lado de prostitutas e em meio a bebidas – “Fui então, aos quarenta anos, a sombra caricata do jovem que teria sido” (CAZARRÉ, 1984, p. 54) e afirma ter assumido essa postura despreocupadamente, pois não teria como, com seus gastos, consumir todo o patrimônio de sua família:

Afinal, nossa família vinha amalhando aquilo há três gerações, há três demoradas gerações de homens quase centenários. Por mais louco que fosse, eu não poderia destruir o que levava tanto tempo para ser erguido. (CAZARRÉ, 1984, p. 54).

A partir da perspectiva desse indivíduo ficcional e particular, pode-se reconhecer a postura de diversos herdeiros das mais tradicionais famílias pelotenses, que, desprovidos de seus bens materiais, ainda vivem de seus sobrenomes e tradições seculares. No entanto, a maneira como esse personagem é construído abre espaço para outra reflexão: o protagonista explica que, agora velho e já privado parcialmente de diversos de seus sentidos, passa nove meses sem atividade alguma, mas que, porém, “há três meses de manhãs quentes e luminosas”.

Nessas manhãs, o personagem entrega-se a uma prática bastante inusitada. Acumula o lixo produzido ao longo do ano no antigo pomar da residência e comemora ao ver os frutos podres que se amontoam, além do lixo descartado pelos moradores de condomínios vizinhos, pois crê que esse material todo será capaz de atrair moscas e é esse seu objetivo, é essa sua ocupação para os três meses que julga os mais felizes do ano.

Diante dessa narrativa absurda, o personagem formula o que poderia se considerar como uma reflexão existencial:

E de tanto observar as moscas, comecei a compreender um pouco melhor os homens. Como todos os animais que são facilmente caçados, andam em bando. Vêm a aproximação do caçador com sua arma fatal, mas não se afastam de suas podres delícias. Parece que sabem que têm uma saída, basta voar, mas preferem aguardar a morte e morrem por lixo e restos, bem como os homens. (CAZARRÉ, 1984, p. 57).

Destaca também, que mesmo as moscas que conseguem se salvar, acabam retornando e arriscando-se outra vez. Por fim, esse homem compreende-se como uma dessas moscas, como “uma mosca de segundo pouso”, uma mosca que vive muito tempo até o fim do verão. O personagem missivista de *Mata-moscas* manteve-se lúcido até o fim de sua vida, lúcido e consciente de sua condição e da condição do homem de seu tempo. Manter-se à margem do progresso é sua opção.

Os contos de **Enfeitados todos nós** mantêm uma unidade entre si; são permeados pela insanidade de seus personagens, sujeitos que são destruídos pelas convenções, pelas normas, pela hipocrisia social e tornam-se desencaixados no contexto que habitam.

Outro elemento revelador da unidade dessa obra são as epígrafes, em todos os contos, retiradas do romance **O som e a fúria** (1929), de Wiliam Faulkner. Nesse romance, ambientado no sul dos Estados Unidos, Faulkner nos apresenta a história da decadência da família Compson, a partir da voz de três narradores distintos – Benjy, Quentin e Jason. A primeira

parte, narrada por Benjy Compson, é de difícil compreensão, visto que o narrador é limitado intelectualmente e conduz o leitor pelos caminhos confusos de sua mente. Só na última parte é possível alcançar uma noção mais completa da realidade representada. Mesmo assim, pode-se identificar uma unidade, pois, embora cada uma dessas partes tenha sua especificidade, por ser marcada pelas particularidades dos narradores, elas convergem à relação imediata que estabelecem entre si.

Ao narrar a trágica história de Caddy Compson e sua filha, o narrador apresenta a história da decadência de uma família tradicional e aristocrática, em um livro que chama à reflexão de questões como o valor da honra, o pecado e a condição humana de modo geral.

Um detalhe interessante acerca do título da obra de Faulkner é a referência à peça **Macbeth**, de William Shakespeare, na qual se encontra, na voz do personagem Macbeth, a seguinte afirmação: “A vida é apenas uma sombra ambulante, um pobre cômico que se empavona e agita por uma hora no palco, sem que seja, após, ouvido; é uma história contada por idiotas, cheia **de som e de fúria**, que nada significa” (SHAKESPEARE, ATO V, Cena V, grifos nossos).

Logo, percebe-se que a relação intertextual é muito forte. William Faulkner apropria-se de uma ideia desenvolvida por William Shakespeare para intitular sua história de loucura e decadência, ao passo que Lourenço Cazarré utiliza pequenos trechos da obra de Faulkner para anteceder narrativas que apresentam, tal como o romance de Faulkner, histórias de declínio. Independentemente das inúmeras diferenças e particularidades presentes em cada uma das obras, pode-se reconhecer traços comuns, como a complexidade das relações familiares, a decadência econômica de famílias tradicionais, a repressão à mulher, os valores morais e religiosos, a insanidade, entre tantos outros.

Em **Enfeitiçados todos nós**, Cazarré ressignifica a crítica apresentada por Faulkner, atualizando-a e adaptando-a à reflexão que apresenta sobre a sociedade de sua cidade ficcional no século XX.

Em consonância, a novela **Fóqui & Company** (1999), de Adão Fernando Monquelat, também apresenta uma perspectiva crítica de representação da cidade. Neste texto, com uma boa dose de humor e sarcasmo, o autor aborda as incoerências e a hipocrisia da elite local.

Personalidade conhecida no cenário cultural de Pelotas e da região, Monquelat mantém, há mais de três décadas, um sebo no centro da cidade, que, além de ser uma referência em materiais históricos e raros, serve como ponto de encontro de professores, estudantes, pesquisadores e outros intelectuais.



De acordo com o próprio escritor, seu gosto pelos livros começou na década de 1940, quando conheceu obras como **Sapho**, de Afonso Daudet, e **Messalina, Imperatriz do vício e do pecado**, de M. A. Camacho que, visivelmente, influenciaram sua escrita atribuindo-lhe um tom que beira o erótico.

Monquelat é responsável por duas inestimáveis contribuições à história da cultura e da literatura pelotense e brasileira. Foi ele que, no início da década de 1990, juntamente aos professores e historiadores Mario Osório Magalhães e Francisco Sica Diniz (o mesmo trio que publicou, em 1991, **Novos textos simonianos**), descobriu que uma casa situada na rua D. Pedro II, centro de Pelotas, havia sido, entre os anos de 1897 e 1907, a residência de João Simões Lopes Neto. Essa descoberta possibilitou o cancelamento do processo de venda e consequente demolição da casa, que daria lugar a um prédio de apartamentos. Hoje, o espaço abriga o Instituto João Simões Lopes Neto.

Além disso, Monquelat ficou conhecido nacionalmente quando resgatou ao conjunto da produção literária brasileira um de seus primeiros romances. Em 1847, José Antônio do Vale Caldre e Fião publicou **A divina pastora**, primeiro romance gaúcho e o segundo publicado no Brasil, porém, após a primeira edição, a obra desapareceu. Em 1992, em visita a Montevidéu, Monquelat localizou um exemplar, possibilitando que **A divina pastora** fosse reeditada e retornasse ao acesso do público.

Pesquisador dedicado a desfazer mitos e corrigir equívocos propagados por mais de um século no que concerne às narrativas oficiais acerca da formação da cidade de Pelotas, Monquelat é autor de dezenas de artigos em jornais e revistas, além de obras que reúnem algumas de suas pesquisas e principais descobertas, tais como: **Coletânea e notas bibliográficas de poetas pelotenses** (1985, com Geraldo R. Fonseca), **Antologia poética (e alguma prosa de e sobre) Lobo da Costa** (1988, com Geraldo R. Fonseca), **Novos textos simonianos** (1991, com Francisco Sica Diniz e Mario Osório Magalhães), **Pelotas dos excluídos: subsídios para uma história do cotidiano** (2014), entre vários outros.

Além das obras de cunho histórico e cultural, o escritor garante seu espaço no cenário literário pelotense com a publicação de duas novelas: **Maiêutica** (1997) e **Fóqui & Company** (1999).

A primeira questão que salta aos olhos em **Fóqui & Company** é o vocabulário. Na voz de um boêmio em seu universo de bebidas, cigarros, bares e mulheres, que acaba de publicar um romance, a pornofonia é marcante. Seu estilo franco e, às vezes, até rude vai perpassar toda a narrativa.

O segundo ponto: trata-se de uma história que se passa em uma cidade “entediadamente

úmida e agora, em janeiro, além do calor infernal, pegajoso, grudento, passou também a ser chuvosa” (MONQUELAT, 1999, p. 7), chamada Pelotas.

São os anos noventa, quando o novo código de trânsito impedia que motoristas alcoolizados dirigissem e os taxistas não aceitavam mais cigarros acesos no interior de seus veículos, um grande problema para os frequentadores da movimentada noite pelotense.

A narrativa inicia com o retorno do narrador à cidade, depois de um período dedicado à escrita e à publicação de seu primeiro livro. Vale aqui destacar uma crítica deste narrador-escritor ao mercado livreiro, que, de acordo com ele, detinha trinta por cento do valor da obra.

Na Pelotas de Monquelat, tudo pode (ou pensa poder) quem tem um sobrenome tradicional. As falas do narrador em diálogos com um amigo, Pedro Pinto Martins Quarto<sup>39</sup>, herdeiro da aristocracia local, demonstram seu desprezo por tal perspectiva. O narrador descortina as versões sobre a história da cidade, colocando em xeque a versão oficial. Ao tratar da libertação dos africanos escravizados, por exemplo, afirma:

– Queres te iludir sobre isso, te iludas. Mas ouve bem, esse benevolismo todo, até hoje cantado em prosa e verso, na época, foi imperativo. Mantivessem eles os escravos todos e teriam ido à bancarrota. A coisa toda estava ficando muito salgada pro bolso deles, foi só por isso que libertaram os escravos. (MONQUELAT, 1999, p. 19).

Ao passo que o amigo se indigna, chama-o de comunista e ridiculariza sua crença na importância de uma revisão da história oficial: “– E desde quando a HISTÓRIA tem que ser revisada? A história é o que foi escrito e pronto.” (MONQUELAT, 1999, p. 19), demonstrando uma firme resistência a tudo que é novo e que se proponha a desalojar seus antepassados de sua condição de heróis, de fundadores, de grandes benfeitores da história, pois é esta condição atribuída a eles que lhe confere prestígio no presente.

E a conversa entre ambos se manteve nestes termos, variando comentários vulgares acerca da garçonete com discussões sobre a inutilidade atual dos títulos nobiliárquicos, do poder do dinheiro, da facilidade de corromper funcionários mal pagos. Enquanto o narrador apresentava questionamentos à autoimagem de Pedro como um sujeito intocável, este lhe respondia com argumentos rasos e grosseiros, o que vai ao encontro das reflexões de Pierre Bourdieu (2008), quando este afirma que quando os dominantes percebem que não tem mais condições de restaurar o silêncio que era garantido pela crença, passam a produzir um discurso puramente reativo.

---

<sup>39</sup> Vale lembrar que Pinto Martins é o nome do cearense a quem erroneamente foi atribuído o pioneirismo na produção de charque na cidade de Pelotas ao longo de quase duzentos anos, e que Adão Fernando Monquelat, enquanto pesquisador da História de Pelotas, foi um dos principais responsáveis por desfazer tal equívoco.

Tal conversa é interrompida por meio da adição de um novo personagem à trama. Lilico, sobrinho de Pedro, chega ao bar, junta-se aos dois e conta que passa por um momento conturbado em seu relacionamento, e que a companheira tem saído e voltado em horários suspeitos, o que faz o tio, em fúria, tentar persuadi-lo a deixá-la, certo de que o sobrinho estava sendo traído, algo inaceitável para um Pinto.

Em meio a seu discurso preconceituoso, Pedro, que já havia caçoado do amigo por escrever um livro, desfaz do sobrinho por prosseguir nos estudos, insinuando que isso possa ter contribuído para que ele virasse corno. “O melhor era tu ter ficado lá na estância de vocês aprendendo mais a lida do campo e estudado menos. Eu por exemplo, me formei em veterinária só pra *cuidá* dos meus *bicho*. Nunca fui dessas *frescura* de *livro e leitura* e *leitura e livro* [...]” (MONQUELAT, 1999, p. 31, grifos do autor).

Ao que Lilico e o amigo tentam acalmar Pedro e argumentam que Michele é de boa família, esse descarrega sobre ambos toda sua arrogância: “– Que boa família, desde quando gente que nem sabe direito quem são e quem foram seus antepassados é alguma coisa? Só porque tem dinheiro e que nem se sabe como é que conseguiram são boa família? Eles são é *novo rico*. E novo rico não tem berço, tradição! *Entende?*” (MONQUELAT, 1999, p. 34). Neste trecho, podemos ver claramente o valor atribuído ao sobrenome em campos sociais alicerçados sobre instituições simbólicas como tradições, muitas vezes inventadas, e perpetuadas ao longo dos anos, fatos heroicos atribuídos a antepassados, além do poder econômico.

Em seguida, Pedro consegue convencer Lilico a não voltar para casa. O narrador se despede dos dois, que vão para um bordel e depois, para uma das estâncias de Pedro acompanhados de duas prostitutas.

A partir deste momento, o narrador induz o leitor a acreditar que futuramente contaria a sequência dos fatos: “Algo me dizia que o resto da história pertencia somente a eles. E que a mim caberia escrevê-la depois. É o que faço a partir destes dois pontos:” (MONQUELAT, 1999, p. 37).

Desse modo, o narrador conta que três dias depois de estarem na estância, Pedro voltou à cidade com as prostitutas, prometendo a Lilico que iria falar com Michele e convencê-la a ir até lá para conversar com ele. Logo nos descreve em detalhes o encontro de Pedro e Michele, que se resume com a chegada de Pedro a Pelotas, quando se dirigiu ao apartamento de Lilico e ao defrontar-se com uma Michele linda, dengosa e sedutora, acabou apaixonando-se por ela e levando-a para sua estância no Uruguai.

No entanto, após uma leitura mais atenta, percebe-se algumas marcas na narrativa que tornam possível compreender que o narrador não teve acesso à continuidade da história de

Lilico, Michele e Pedro, mas que este, estabelecendo um jogo com o leitor, cria esse desfecho, como se pode observar nas reflexões que o narrador expressa no dia seguinte ao encontro no bar: “Pronto. Aqui estou de volta, abastecido e disposto a continuar contando a embrulhada em que aquele filhote de barão se meteu. Encho o copo e levanto um brinde à finada aristocracia saladerial.” (MONQUELAT, 1999, p. 54) e logo declara: “Pobre Pedro. Preso naquela máquina de fazer amor. **Eu bem que poderia tirá-lo** do meio das pernas da Michele. Pedro que se foda! Decidi que hoje não escrevo mais uma puta linha.” (MONQUELAT, 1999, p. 55, grifo nosso).

Desse modo, a verdade interna à narrativa torna-se ambígua e as construções não nos permitem saber se de fato ele narra fatos que veio a conhecer, ou se tudo não passa de mais uma história criada pelo narrador-escritor, que elaborou uma estratégia de vingança contra o arrogante Pedro, atribuindo-lhe um final humilhante.

Vou direto à LETTERA 25, **deixei-os ali, e ali os encontrei**:

– Depravados, fornicando hem!

Novo silêncio. **Imagino** então Michele de boca cheia e Pedro de cueca arriada. Não. Essa é a história de Bill e Lewinsky. Michele e Pedro ficaram decidindo sobre suas vidas **quando os deixei presos à máquina de contar história**. (MONQUELAT, 1999, p. 61, grifos nossos).

Ao confessar ter pensamentos e sonhos eróticos com Michele e, em seguida, mencionar a possibilidade de descrevê-los em sua história, este narrador entrega o peso de sua imaginação no universo intradieético e coloca tudo em xeque, inclusive, a descrição apresentada da moça. Michele é personagem de Monquelat ou de seu narrador-escritor, afinal?

Por fim, Michele e Pedro casaram-se com um contrato que estabelecia dois anos para que um filho fosse concebido. Percebendo pouco tempo depois que Pedro era estéril, Michele contou com a cooperação do capataz para dar ao marido o filho tão desejado.

**Fóqui & Company**, assim, apresenta-se como uma narrativa que questiona os limites entre o real e o ficcional. Ao apresentar um enredo que se encerra com a completa ridicularização do estancieiro, representante de um tipo social em declínio, Monquelat ironicamente retrata a face arrogante e hipócrita da sociedade por ele criada e referenciada como a sociedade pelotense.

Esta mesma sociedade viria a ser objeto de Heloísa do Nascimento, em seu conto *Retrato de uma princesa* (1972). Com um tom narrativo significativamente diferenciado dos até aqui apresentados, Nascimento expõe um panorama geral da história da cidade de Pelotas. Embora o texto elaborado pela autora seja teoricamente ficcional, em sua construção não é rompido o elo com a Pelotas histórica. Os procedimentos que a vinculam ao universo literário

são próprios da poesia, como, por exemplo, a prosopopeia.

A escritora pelotense Heloísa Assumpção do Nascimento (1915 - 2005), descendente de tradicionais famílias da região, tem uma trajetória de vida, no mínimo, interessante. Aos vinte e dois anos de idade, ela esteve entre o primeiro grupo de moças a frequentar a Faculdade de Direito de Pelotas, como veio a contar a própria autora cinco décadas mais tarde:

Ano de 1932. A notícia corria na cidade: quatro moças se haviam matriculado no curso jurídico. Assombro de uns, comentários variados de muitos outros, de admiração ou malícia, por ingressarem mulheres numa escola onde só rapazes estudavam, e pretenderem abraçar uma profissão que àquele tempo, quase que exclusivamente aos homens pertencia. (NASCIMENTO. In: DIÁRIO POPULAR, 22 ago. 1982).

Das quatro ingressas em 1932, três colaram o grau de bacharel em direito em 1936. Posteriormente, Heloísa Nascimento veio a destacar-se também por ser a primeira professora universitária do Brasil, atuando como docente de Direito Civil da mesma instituição na qual havia sido aluna. De acordo com informação constante no **Relatório do Grêmio Acadêmico Jurídico** de junho de 1937 a junho de 1938:

É nos gratíssimo constatar que a nossa Faculdade viu acrescido o numero de seus lentes, com a inclusão da jovem advogada, Dra. Heloisa Assumpção, entre os professores desta casa. Pela vez primeira, no Brasil, uma mulher ocupa a cátedra de uma Escola de Ensino Superior. E essa primazia coube á Faculdade de Direito de Pelotas. (RELATÓRIO..., 1937-1938, p. 43).

Heloísa Assumpção, embora tenha chegado a exercer a advocacia por um curto período, fez a opção de dedicar-se ao magistério e à pesquisa acerca da história de Pelotas.

Anos mais tarde, cursou pós-graduação em História da Arte. De acordo com Monquelat e Fonseca (1985, p. 181), titulou-se “Doutora em Artes com Livre Docência e Concurso de Titular com as teses: Edifícios neorrenascentistas em Pelotas - A Santa Casa de Misericórdia e O Realismo Fantástico na Pintura - Goya”. Foi professora por mais de vinte anos, tendo lecionado disciplinas como Português e Sociologia, na Escola Normal São José, e Filosofia, no curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pelotas. Lecionou, também, na Escola de Belas Artes.

Heloísa recebeu vários prêmios por sua vasta produção composta por textos de pesquisa histórica e literários. Dentre sua produção literária, destaca-se: **Harmonia excelsa** (1936), **Histórias das mil ilusões** (1936), **Três crônicas, dois sonetos, um poema** (1939), **Tânia** (1940), **Furna encantada** (1954), **Haragano** (1965), obra pela qual recebeu a medalha de ouro

do Clube do Livro de São Paulo, e **A saga dos açorianos** (1999), além de ter participado de diversas coletâneas e publicado seus versos em jornais e revistas da região.

A escritora foi membro da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul e uma das mais respeitadas pesquisadoras da história da cidade, que, juntamente com outros historiadores locais, fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas (IHGPel).

Em 1972, participou de uma coletânea de contos em comemoração aos 160 anos de Pelotas, a **Letras Pelotenses**, para a qual contribuiu com três contos. Para fins desta análise, elegeu-se *Retrato de uma princesa*, no qual a autora narra a fundação da cidade de Pelotas e seu desenvolvimento, dos seus primeiros anos até a década de 1970, como quem contasse sobre o nascimento de uma pessoa:

Nasceu no dia 7 de julho de 1812, num tempo em que, na infância, as cidades do Brasil tinham o nome de Freguesia. E embora inverno, imagino esse dia calmo, de puro azul sob o ouro do sol, as águas de seus rios cintilando também, ciciantes, acariciadoras de suas margens. (NASCIMENTO, 1972, p. 29).

A partir deste ponto, Nascimento explora este recurso narrativo para inserir uma seleção de fatos históricos que, de modo inusitado, acabam por constituir uma versão literária acerca da história da cidade.

Recorrendo aos recursos utilizados na poesia, a autora personifica Pelotas e vai agregando a esta os atributos que julgava valiosos, como a cristandade e a sabedoria, a partir de eventos que de fato podem ser reconhecidos. Nesse sentido, comenta acerca dos primeiros colonizadores, de viajantes ilustres e de tantos outros fatores que renderam à cidade títulos como o de Atenas rio-grandense.

Mais adiante, Nascimento considera adolescente a cidade que completava dezoito anos e já era elevada à condição de vila. No entanto, destaca com isso a instalação de um pelourinho, que se fazia necessário a uma unidade relativamente autônoma. A elevação de Pelotas à condição de Vila de São Francisco de Paula, em 1832, no entanto, deu-se após vinte anos, e não dezoito, como afirma a autora.

Menciona também a alegria dos pelotenses diante de seu primeiro barco a vapor, o primeiro no Brasil – referindo-se a Barca Liberal, de Antonio José Gonçalves Chaves e associados, e a participação dos pelotenses na guerra dos farrapos, assim como as consequências dessa para a localidade.

Sem esquecer de incorporar a sua narrativa as procissões, a libertação dos escravizados, as epidemias que dizimaram pelotenses, a visita da Princesa Isabel e seu marido, Nascimento comenta que a cidade

[c]ontinuou a crescer, apesar das revoluções e das guerras. Desaparecem, paulatinamente, seus prédios e calçamentos coloniais, substituídos por edifícios de vários andares e pelo deslizante asfalto para intenso tráfego. Nasceram indústrias. Frigoríficos substituíram as charqueadas. (NASCIMENTO, 1972, p. 31).

Estas observações de Heloisa Nascimento vão perfeitamente ao encontro das reflexões de Marshall Berman, quando este afirma que ao tentarmos identificar as marcas próprias da modernidade, “a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais” (BERMAN, 1986, p. 18).

Esta preocupação, embora apresentada como fato natural pela autora, não deixa de causar-lhe certa preocupação, visto que destaca que as tradições locais não se perderam:

A população criou mentalidade progressista, sem perder sua característica de tradição, finura de maneiras, cultura excepcional e gosto requintado. De modo que, a par de clubes campestres e de outras ricas sedes cidadinas, orgulha-se de seu Clube Comercial, da primeira Miss Universo saída do Brasil – Iolanda Pereira, a eterna menina dos olhos dos pelotenses – e recorda, sempre, que Zola Amaro foi a primeira cantora brasileira que atuou no Scala de Milão. (NASCIMENTO, 1972, p. 31).

As informações históricas citadas pela autora, de modo geral, constam em livros sobre a história do município, inclusive, parte significativa destas encontram-se expostas nesta tese. A relação estabelecida, portanto, entre literatura e história, evidencia a preocupação da autora com uma reconstrução sintética e fidedigna dos fatos aos quais se referiu, e isso, obedecendo linearmente a ordem temporal.

Ao optar pelo uso da linguagem poética, em especial, da prosopopeia na construção de seu texto, Heloísa Nascimento deixa transparecer seu objetivo de oferecer um elogio à cidade de Pelotas.

É, provavelmente, a elementos pertencentes ao campo social de Heloisa Nascimento que Fernando Melo, já em 1948, referiu-se com a “p]arte do povo [que] se orgulha de pequenas coisas: da beleza quieta da cidade, de suas praças, das mulheres lindas que passeiam em suas ruas (Pelotas já forneceu uma Miss Universo, Iolanda Pereira), do Jockey Club, das Exposições agrícolas-pastoris...” (MELO, 1996, p. 14). No entanto, ao contrário de Nascimento, Melo

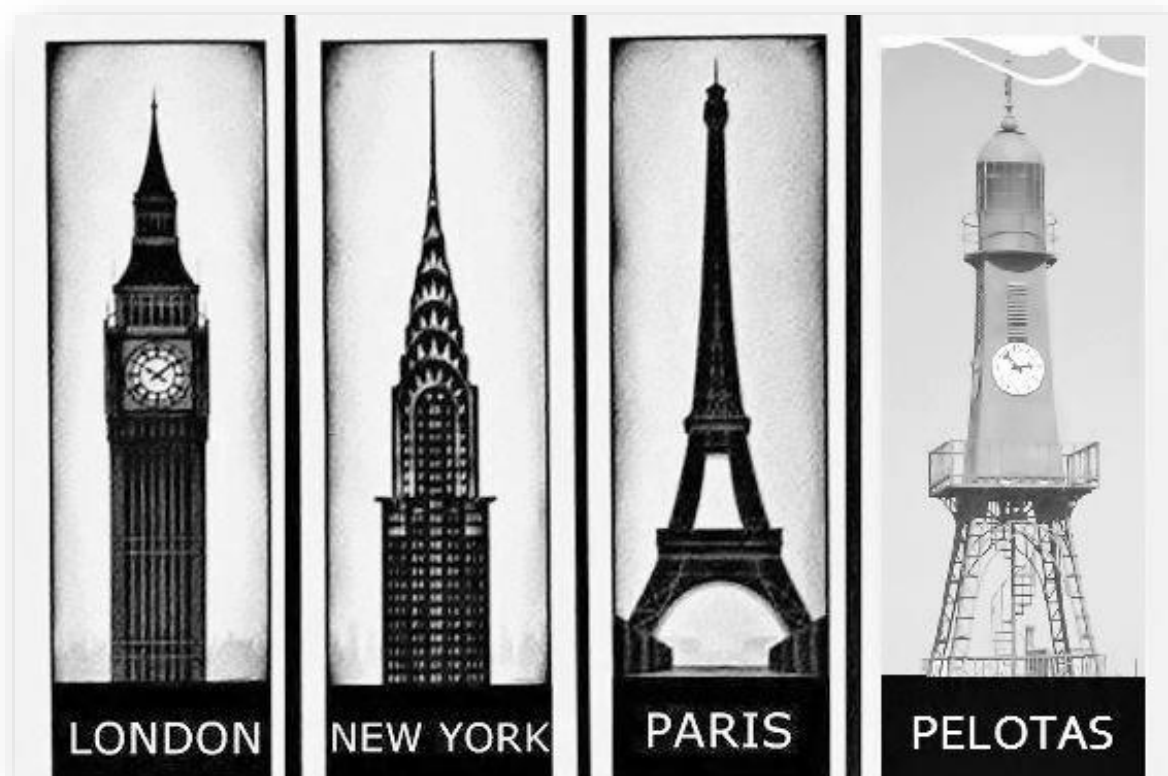
destaca que em oposição a este cenário, há “na esquina do Mazza, em pleno centro da cidade, [...] um mendigo de mão estendida” (MELO, 1996, p. 14), e cita a miséria, a exploração, o sofrimento do povo que não compartilha dos mesmos capitais que a elite e, portanto, não pode compartilhar também da “tradição, finura de maneiras, cultura excepcional e gosto requintado” (NASCIMENTO, 1972, p. 31) destacados pela autora como características dos habitantes de sua Pelotas.



---

**CAPÍTULO 4**  
**PELOTAS: DA CIDADE IMAGINADA AO IMAGINÁRIO DA CIDADE**

---



Cada cidade com seus símbolos. Autor desconhecido.  
Acervo de imagens Pretéria uRBe – Pelotas/RS

*No fundo, isso tudo é apenas o que o meu olho inventa: Satolep.*  
[Vitor Ramil]

Nas poesias de Alibabá, Antônio Soares da Silva e Francisco Lobo da Costa, produzidas claramente sob influência estética do movimento romântico, são valorizadas as belezas naturais de Pelotas a partir do processo de personificação. A presença deste recurso estilístico como referência a cidades e demais localidades é milenar. Encontram-se registros de personificação na Bíblia, como a “Babilônia, mãe de todas as prostituições”, ou a “Jerusalém adornada como noiva”, passando pela personificação da Roma antiga como uma deusa, e pelo fado português, no qual é bastante comum a atribuição de características femininas a Lisboa. O que costuma diferenciar cada um dos casos é a motivação para o uso de tal recurso.

Ao longo dos anos, Pelotas foi tradicionalmente personificada, seja representada pela imagem de uma mulher, seja pelo modo como é invocada nos discursos de autores que parecem querê-la como a um ente capaz de com eles interagir. Tal personificação está diretamente ligada ao uso do termo Princesa do Sul como referência à cidade.

As ilustrações que constam nos jornais locais, as referências em documentos e livros da época, mostram o quanto a expressão se popularizou ao longo do século XIX, tendo como consequência a utilização do termo como nome de estabelecimentos comerciais, empresas, associações, entre outras instituições, como é o caso do bazar e da empresa de transportes Princesa do Sul, como se pode ver nas imagens que seguem.



Figura 6 – Propaganda do Bazar Princesa do Sul  
Fonte: O CABRION. Pelotas, 24 out. 1880.



Figura 7 – Carro n. 8 da frota Princesa do Sul  
 Fonte: ONIBUS BRASIL, 2016, *online*.

Nas vésperas de 1922, devido às comemorações do primeiro centenário da Independência, Fernando Luís Osório Filho foi incumbido de escrever “um trabalho retrospectivo da contribuição de Pelotas à obra comum de integração da grande nação livre que surgiu na América e nos palcos do mundo pelo rompimento dos laços políticos que a uniam à mãe-pátria” (LOPES, 1962. In: OSÓRIO, 1997, p. 9). No preâmbulo de sua obra, Osório enaltece a Princesa do Sul:

Radiante Pelotas, dona gentil do cognome de “Princesa do Sul”, ninho do primeiro monumento republicano no país consagrado à República! Se é verdade que o forasteiro penetra no coração do Rio Grande quando chega a Pelotas, é porque “Deus, ao fazer esta terra, decerto sorria!”. (OSÓRIO, 1997, p. 16).

Esse fragmento é bastante representativo do tom empregado na construção discursiva que, ao longo das décadas, foi dando forma ao imaginário da população pelotense.

Narrativas como essas ganham a credibilidade dos leitores quando apresentadas junto aos registros históricos que comprovam sua efervescência econômica, durante as décadas de 1860 a 1890. No início do século XIX, as elites econômica, política e intelectual uniram-se para estabelecer linhas objetivas para a constituição da imagem de uma cidade emergente culturalmente. Nesse contexto, o termo Princesa do Sul adquiriu força e popularidade, servindo como um *slogan* para uma campanha publicitária.

Ao longo dos séculos XIX e XX diversos foram os títulos – que denotam nobreza e imponência – atribuídos a Pelotas, como Atenas do Sul, Atenas sul-rio-grandense, Capital cultural do Rio Grande e Princesa do Sul. No entanto, foi essa última expressão que se popularizou e tornou-se o título oficial da cidade, sendo inclusive incluída no brasão de Pelotas,

instituído pela Lei municipal nº 083, de 24 de outubro de 1961, ano em que a cidade completava 150 anos.



Figura 8 – Brasão da cidade de Pelotas. Criação de Artur Henrique Foerstnow (1961)  
Fonte: Portal da Prefeitura Municipal de Pelotas.

Essa visão de uma Pelotas imponente, culta e rica é legitimada pela população. Mesmo aqueles que vivem na mais completa miséria encontram pontos de identificação com a Princesa do Sul e têm orgulho de sua riqueza, dos seus monumentos, de sua “cultura”. Bourdieu explica este tipo de fenômeno, observando que

os dominados tomam o partido do discurso e da consciência, até mesmo da ciência, uma vez que só podem se constituir em grupo separado mobilizando-se e mobilizando a força por eles detida em estado potencial, sob a condição de questionarem as categorias de percepção as quais, sendo o produto desta ordem, lhes impõem o reconhecimento dela e, portanto, a submissão. (BOURDIEU, 2008, p. 121).

Em Pelotas, Princesa do Sul foi nome de uma importante empresa de transporte, é o nome do Rotary Club da cidade, do Grande Prêmio de turfe da região Sul do estado, de um hotel, de um Departamento de Tradições Gaúchas, de um edifício comercial, de uma Sociedade Educacional, entre outros.



Figura 9 – Brasão do Departamento de Tradições Gaúchas Princesa do Sul  
Fonte: Página do DTG Princesa do Sul.



Figura 10 – Logotipo do Rotary Club de Pelotas  
Fonte: Portal do Rotary Club de Pelotas.

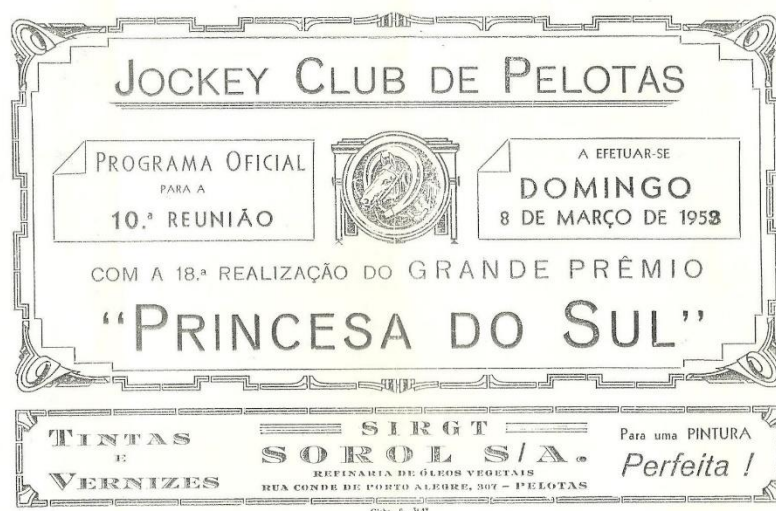


Figura 11 – Anúncio do Grande Prêmio Princesa do Sul de 1953  
Fonte: Pretéria uRBe, 2016, *online*.



Figura 12 – Cartaz do Grande Prêmio Princesa do Sul de 2016  
Fonte: Portal do Jockey Clube Brasileiro.

Nas quatro imagens supracitadas temos exemplos de instituições que trazem em si marcas de sua identidade enquanto agremiações. Os Departamentos de Tradição Gaúcha, órgãos ligados diretamente ao Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), são espaços de promoção e memória da cultura gaúcha, de vivência de costumes e práticas, no intuito de preservar a tradição e a identidade desse tipo social sul-rio-grandense. O Rotary Club, instituição internacional, é uma sociedade formada fundamentalmente por comerciantes, profissionais liberais, em maioria homens, adultos, pais de família, de classe média alta ou ricos, com o objetivo de praticar a filantropia e o trabalho comunitário. Em seu estudo sobre a história dos rotarys no Brasil, baseada no conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, a pesquisadora Maria da Graça Setton (2004, p. 89) questiona se são esses realmente “clubes de serviço ou ‘clubes de capital social e capital simbólico’”.

O turfe é um esporte originado na Inglaterra, por volta do século XVII, baseado nas corridas entre cavalos. O Jockey Club de Pelotas foi fundado em 1930, mas desde o início do século XIX, as corridas de cavalos e os espetáculos de cavalcadas já eram atividades significativamente prestigiadas pela burguesia pelotense. Principal atividade do jockey pelotense, o Grande Prêmio Princesa do Sul atrai competidores do Brasil inteiro e, inclusive, do exterior. (KOSLOWSKY; PICCOLI, 2003).

Como se pode notar, são instituições ligadas a um grupo de potencial aquisitivo elevado e preocupado com a manutenção de tradições que adotam o termo Princesa do Sul como título próprio. Tendo em vista à lógica operacional dos campos de poder, torna-se relevante observar o lugar de cada um na cadeia discursiva, compreendendo que o uso de uma expressão pode ser determinado por regras que especificam os seus domínios e o uso que dela pode ser feito.

Nesse sentido, o termo também é recorrido com frequência por estudiosos da História da cidade e por pesquisadores locais em título de livros, trabalhos de conclusão de cursos e artigos que se desenvolvem em uma linha mais positivista de compreensão da história, como um substitutivo estabelecido formalmente para o nome Pelotas. Este uso legitima a expressão diante de outros campos, como o educacional, o universitário e o científico. Bourdieu destaca o título escolar e acadêmico como um capital importantíssimo, que dá um destaque ao local de fala do sujeito e é capaz de definir o destino de uma carreira. Para o sociólogo, o título “encerra uma trajetória provável, e comanda, por meio de aspirações razoáveis que ele autoriza, toda a relação com a carreira científica” (BOURDIEU, 1983, p. 134). São estes sujeitos, então, que determinam quais os usos adequados, as teorias válidas e os temas interessantes.

Também artistas locais, constituídos de capital simbólico e social, como Joca Martins, Rodrigo Bauer, João Marcos Martins, Kleiton e Kledir, entre tantos outros, recorreram ao apelido como uma maneira carinhosa de homenagear a cidade.

Terra de todos meus sonhos  
Princesa do Sul bonita,  
O meu amor não tem fim,  
Como uma rua infinita.  
Pelotas minha cidade  
Lugar onde eu nasci,

Ando nos braços do mundo,  
Mas sempre volto pra ti!  
(KLEITON; KLEDIR, 2009, f. 7)

Em oposição a essa imagem, apresenta-se uma outra cidade, coberta por um nevoeiro espesso, sempre úmida e fria: Satolep.

É muito provável que a primeira referência registrada desse termo tenha sido feita por Vitor Ramil, no álbum **A paixão de V segundo ele próprio**, em 1984, por meio de duas músicas: *Satolep* e outra que recebeu o mesmo nome do álbum.

Vitor Hugo Alves Ramil, nascido em 1962, é um cantor, escritor e compositor pelotense. Tendo começado sua carreira artística muito jovem, lançou seu primeiro disco ainda na década de 1980. Pouco tempo depois, mudou-se para Porto Alegre e, mais tarde, para o Rio de Janeiro, mas entre idas e vindas, é presença constante em Pelotas, com a qual mantém forte ligação e que é tema e cenário de diversas de suas obras.

Sinto hoje em Satolep  
O que há muito não sentia  
O limiar da verdade  
Roçando na face nua.  
[...]  
Muito antes das charqueadas  
Da invasão de Zeca Netto  
Eu existo em Satolep  
E nela serei pra sempre  
O nome de cada pedra  
E as luzes perdidas na neblina  
Quem viver verá que estou ali.  
(RAMIL, 1984a, f. 1)

Satolep não se configura apenas como uma construção ficcional, mas também como um refúgio autoficcional do artista, no qual ele fala de sua família, de suas angústias, de sua relação afetiva com a cidade. Tal relação vai sendo apresentada ao longo dos anos, como uma reflexão que Ramil desenvolve partindo de um contraste entre suas vivências em outras regiões do país

e da rememoração de sua infância em Pelotas. Em *A paixão de V segundo ele próprio*, encontramos os versos.

Depois as fachadas  
 Dos velhos sobrados  
 No cristal do dia  
 O dia de Satolep.  
 (RAMIL, 1984b, f. 20)

Neles, Ramil destaca traços da arquitetura, elemento tão valorizado em Pelotas por ser portadora de prédios imponentes, guardiões da história da cidade, provas físicas do auge em tempos remotos, que ocupam um local de destaque na composição imaginária da cidade.

Posteriormente, a referência à cidade ficcional Satolep fez-se presente em outros trabalhos do compositor, como é o caso de *Joquin* (Tango, 1987), no qual elementos da história da cidade são misturados à ficção e à narração de uma versão da história de Joaquim Fonseca. Na primeira estrofe da música, transcrita de *Joey*, de Bob Dylan, Ramil canta:

Satolep noite  
 No meio de uma guerra civil  
 O luar na janela  
 Não deixava a baronesa dormir  
 A voz da voz de Caruso  
 Ecoava no teatro vazio  
 Aqui nessa hora é que ele nasceu  
 Segundo o que contaram pra mim.  
 (RAMIL, 1987, f. 4)

E nesse tom, Ramil apresenta uma versão musicada e carregada de imaginação da história do pelotense que ficou conhecido por sua persistência e habilidade em mecânica e aeronáutica, criador de um dos primeiros aviões produzidos no país, ainda na década 1930.

Além das músicas, também a literatura deu existência a Satolep. Em 1995, Ramil publicou **Pequod**, um pequeno romance em que o autor mescla ficção com lembranças de sua infância.

A história em **Pequod** é reconstruída por meio de recortes do passado narrados ora em primeira pessoa por um menino, narrador-personagem, que tem conhecimento limitado dos fatos, visto que a história está centralizada em seu pai, Ahab, ora por um narrador externo, evidenciado nos trechos em que conta sobre a infância do pai.



Embora se constitua declaradamente como um relato familiar (RAMIL, 1999)<sup>40</sup>, construído a partir da memória afetiva do autor, não se identifica em **Pequod** uma intenção de Ramil em enaltecer seus antepassados. O avô e o pai do narrador, assim como a mãe e a avó, são apresentados como sujeitos comuns, tipos sociais perfeitamente plausíveis com suas qualidades, peculiaridades e limitações, o que os torna naturalmente interessantes. São sujeitos que merecem ser lembrados pela relação afetiva e pelas marcas deixadas em seus descendentes, não por feitos heroicos ou fantásticos.

A alternância entre os tempos verbais intensifica esta estrutura que sustenta a representação de memórias ao apresentar ideias desordenadas, cortes, idas e vindas, inserção de outros textos, como trechos da Bíblia, de um guia de turismo do Uruguai, de livros de história, de um trecho da letra de um tango ou de um poema de Wallace Stevens no inglês, além das epígrafes de **Moby-Dick**<sup>41</sup> (1851), de Herman Melville, que antecedem todos os capítulos, fazendo emergir uma pluralidade de vozes, as vozes que habitam o imaginário do narrador. O próprio Ramil viria a admitir mais tarde, com relação a **Moby-Dick**, que não sabe o que leu antes ou depois, mas declara: “Muitas eram as conexões entre os dois textos; nenhuma, fruto de qualquer planejamento” (RAMIL, 1999, p. 120); “Minha ficção tinha muito da minha vida. E *Moby-Dick* estava em minha memória como algo que eu vivera” (RAMIL, 1999, p. 121), revelando que esta obra se fazia presente em sua narrativa, diferentemente das outras, não como referência proposital ao universo extradiegético, mas como memória, como vivência espontaneamente integrada à memória.

Assim como o capitão Ahab de Melville, o Ahab de Ramil conduz sua família por uma viagem: “A viagem só de ida daquele Ahab-pai isolado e da família-tripulação, igualmente isolada em torno de sua loucura, era a viagem do Pequod” (RAMIL, 1999, p. 119), uma caçada “metafísica ao mundo raptor daquilo que, em sua essência, acreditava existir para levá-lo ao topo de si mesmo” (RAMIL, 1999, p. 119). Em meio a essa busca, Ahab sai de Montevideo e instala-se com a família em Satolep.

Satolep, do mesmo modo, é fruto da percepção do autor. Ele funde à cidade emocional as lembranças reais da Pelotas de sua infância, que, de acordo com Ramil, já estava em plena

---

<sup>40</sup> A edição de **Pequod** publicada pela L&PM em 1999 traz, além do texto, um *Pós-escrito* e o ensaio *Moby-Dick: eu olho, tu olhas, ele olha; nós olhamos, vós olhais, eles olham*. Um ensaio sobre *Moby-Dick* e *Pequod*, nos quais Ramil apresenta várias informações sobre o processo criativo de **Pequod**.

<sup>41</sup> A relação intertextual entre **Pequod** e **Moby-Dick** não se dá apenas pela inserção das epígrafes, pelo nome da obra – Pequod é o nome do navio em *Moby-Dick* – ou do personagem Ahab – o mesmo do capitão na obra de Melville, mas por toda a estrutura narrativa.

decadência econômica, embora ele quando menino não tivesse consciência disso e ainda a visse como a cidade imponente de outrora:

[...] a cidade rigidamente planejada dissolve-se na **neblina**, transformando-se numa cidade infinita. Luzes indefinidas sinalizam ruas retas que se cruzam até a margem de um rio que se aproxima sem ser visto. Montevideo não se adequaria tanto a Ahab na idade adulta como a **úmida Satolep**, cujos nomes das ruas, a história dos prédios, a localização das praças e o nome científico de todas as árvores ele conhecia. (RAMIL, 1999, p. 27, grifos nossos).

Além de referências a espaços reais da cidade de Pelotas, como o “prédio da Brigada Militar” (RAMIL, 1999, p. 14), a “Praça dos Enforcados” (RAMIL, 1999, p. 29), ao Parque Dom Antônio Záttera – “Na frente do asilo, ouvimos os macacos gritando na praça<sup>42</sup>” (RAMIL, 1999, p. 43) –, e a Catedral Anglicana do Redentor – “a igreja coberta de heras que chamávamos Cabeluda” (RAMIL, 1999, p. 43), o narrador reconstitui também esta imagem de uma cidade fria, sempre envolta em neblina, que teve sua arquitetura submetida aos fatores climáticos, às frequentes chuvas, à umidade.

O meio-fio das calçadas era muito alto em função dos alagamentos. Se tivesse o dobro da altura, ainda assim seria insuficiente. Ruas baixas, planas e retas formavam um só lago. E as fachadas neoclássicas boiavam como plantas d’água. [...]. Quando aquela água toda escoasse, restaria uma grande e única sujeira. Mas as chuvas de Satolep tinham sempre, pra mim, um sentido de limpeza. Quanto mais sujeira ficasse, mais limpo eu me sentiria. (RAMIL, 1999, p. 47).

Satolep é a maneira como Ramil lembra de Pelotas, é a Pelotas de sua memória, de sua sensibilidade, portanto não se trata da criação de um ambiente ficcional, mas da tradução, da representação de sua Pelotas. É uma cidade idealizada, como é idealizada a imagem que cada pelotense tem da cidade. Uma imagem composta pela soma de experiências, histórias recebidas e imaginadas.

Nesta obra de destacada qualidade estética, e a partir desta cidade e destes personagens, Vitor Ramil experimentou uma nova forma de criação. E nesta experimentação, o frio, a identidade platina, a tradição do gaúcho da fronteira tem especial atenção. Ahab, por si só, encarna a figura do gaúcho no entrelugar entre a indefinível cultura brasileira, eclética e ampla, e a cultura platina. Seu pai, Manuel, fala espanhol, o filho, crescerá em Satolep. A narrativa inicia quando ainda vivem em Montevideo, de modo que ao contar a história destas três

---

<sup>42</sup> Praça Júlio de Castilhos, que até a década de 1980 foi popularmente conhecida como Praça dos Macacos.

gerações, Ramil estabelece um diálogo simbólico com a tradição e com a contemporaneidade, e elege o frio como o elemento que define o gaúcho.

**Pequod** é um resultado da sistematização da concepção artística de Ramil, já experimentada na música e apresentada em *A estética do frio* (1992). Neste ensaio, o autor já esboçava uma teorização acerca de seu fazer artístico, assim como de sua identidade enquanto gaúcho, que viria a ser aprimorado em **A estética do frio: conferência de Genebra** (2004)<sup>43</sup>. Ramil, sentindo-se estrangeiro no centro do país, compreende que o Rio Grande do Sul não está à parte da história e da cultura brasileira, está no centro de uma outra história e constitui-se assim a partir de inúmeros fatores, dentre eles, os climáticos e geográficos: “Eu estava vislumbrando uma concepção naquele universo ‘frio’. Uma concepção ‘fria’. Talvez o tempo estivesse me fazendo transformar sentimentos em ideias” (RAMIL, 1992, p. 266).

Sendo *A estética do frio* um texto ensaístico, de reflexão acerca do fazer artístico do autor, é possível reconhecer, neste caso, diferentemente do ocorrido nas obras ficcionais como **Pequod** e nas letras das canções *Satolep*, *A paixão de V segundo ele próprio* e *Joquin*, um apelido sendo atribuído a Pelotas, e não a criação de uma cidade ficcional.

Esperei a tarde toda por uma tempestade de vento vinda de Porto Alegre. Anoiteceu. A chuva fina voltou a cair e a parar de cair sobre **Satolep**. A umidade faz os vidros e as tijoletas suarem; mofa os discos, amolece e empena as capas dos livros. É junho. Vou até a janela; limpo o vidro e olho para a rua. As pedras regulares do calçamento estão acesas sob a luz dos postes, onde primeiro se vê a neblina densa que, chegando devagar, descerá até o chão e transformará esta cidade planejada numa cidade infinita. (RAMIL, 1992, p. 262).

A proximidade com Porto Alegre, as características arquitetônicas e climáticas, dão os mínimos indícios textuais necessários à suposição de tratar-se de Pelotas; o posicionamento claro e público de seu autor estabelecem com o leitor este pacto: *Satolep* é a Pelotas de Vitor Ramil.

Em 2008, Ramil publica **Satolep**, obra na qual são resgatados elementos representados em algumas de suas outras obras, como o universo de sua infância, a cidade de *Satolep*, a reflexão acerca de seu processo de criação artística, a temática da viagem, a umidade, a neblina, a estética do frio, de maneira que reforça a unidade entre sua produção.

A realidade mistura-se à ficção na construção do espaço e, à narrativa de Ramil, fundem-se e confundem-se outras vozes. A intertextualidade é característica fundamental neste livro

---

<sup>43</sup> Vitor Ramil reelaborou e ampliou significativamente o texto e a reflexão contida no ensaio *A estética do frio* – publicado originalmente na obra **Nós, os gaúchos**, em 1992 – em função de sua participação como palestrante na programação do ciclo de eventos “Porto Alegre, un autre Brésil”, em Paris e em Genebra. O texto resultante dessa experiência originou o livro **A estética do frio: conferência de Genebra**, publicado em 2004.

que mescla o verbal com o pictórico ao intercalar trechos de textos ficcionais e não ficcionais de outros autores com imagens da cidade.

Junto à ficha catalográfica da obra, encontramos a seguinte advertência: “Ao longo deste romance o autor tomou emprestados trechos de obras de João Simões Lopes Neto, Carlos Reverbel, Jorge Luis Borges, Alejo Carpentier, Fernando Pessoa, Ernildo Stein, Ernesto Sábato e Clodomiro Carriconde, aos quais agradece” (RAMIL, 2008, p. 287). Ao leitor desavisado, ou àquele que não tenha significativo conhecimento das obras usadas como referência, não é possível identificar tais trechos. Porém, evidencia-se o uso das fotografias antigas, que são atribuídas ficcionalmente a Selbor.

Assim como o termo *satolep*, anagrama de Pelotas, Selbor, o nome do fotógrafo protagonista de **Satolep** é a inversão horizontal do nome de um dos mais importantes fotógrafos que atuaram na cidade no século XX: Idelfonso Robles, proprietário do estúdio Foto Robles. (SOARES, 2009).

No entanto, não são de Robles as imagens que Ramil tomou por empréstimo em sua obra. Pesquisadora da memória da fotografia em Pelotas, Taís Soares (2009, p. 21) comenta a surpresa em confirmar que “um fotógrafo com a produção que Robles teve não gerou nenhum espaço de guarda de suas fotos, nem suscitou o interesse na comunidade pela guarda da memória do seu estúdio, que fechou definitivamente suas portas no ano de 2008”.

Em **Satolep** encontramos a informação: “Crédito das imagens Brisolará (?)” (RAMIL, 2008, p. 287), demonstrando, pelo sinal interrogativo, a falta de informações sobre o fotógrafo. No Portal Vitor Ramil, encontra-se o esclarecimento:

Em junho [de 2008], o romance *Satolep*, em que Vitor trabalhara de forma intermitente por mais ou menos oito anos, é lançado pela editora Cosac Naify. O livro traz 28 fotografias da cidade de Pelotas feitas em 1922 pelo fotógrafo Brisolará. (VITOR..., *online*).

As imagens de Brisolará haviam sido publicadas em 1922, em uma edição especial do **Álbum de Pelotas** editado por Clodomiro C. Carriconde pela comemoração do centenário da independência do Brasil. Um trecho de autoria do próprio Carriconde (1922, p. 42) acerca do Banco Pelotense foi parafraseado por Ramil no processo de descrição do Banco de *Satolep* (RAMIL, 2008, p. 115). De acordo com Nádia Leschko (2011, p. 174), esta produção “teve por finalidade apresentar um panorama da cidade no ano de 1922, divulgando aspectos culturais, econômicos, geográficos, históricos e personalidades em destaque de Pelotas”.

Para cada imagem Vitor criou uma pequena ficção e, dialogando com os 28 pares de fotos e textos, uma história de fôlego que narra o retorno do personagem Selbor a Satolep, sua cidade natal, e seu encontro com personagens reais da história de Pelotas, como João Simões Lopes Neto, Lobo da Costa e Francisco Santos. (VITOR..., *online*).

Estes encontros de Selbor determinaram as duas principais vias da obra: a construção identitária do protagonista e uma profícua reflexão acerca da arte. Mais do que uma obra literária, **Satolep** é um exercício de reflexão sobre o fazer artístico, no qual o escritor, além de dar continuidade às reflexões apresentadas em *A estética do frio*, também resgata a memória patrimonial da cidade. No conjunto da obra de Ramil, ganha destaque a paisagem urbana de Satolep, seus traços arquitetônicos, a imponência de seus prédios centenários, até o calçamento das ruas: “Os mesmos cubos, nunca um igual ao outro. O que os diferencia minimamente entre si é o que os dignifica. Toda Satolep é digna das musas” (RAMIL, 2008, p. 29).

Não há um tempo claramente determinado na narrativa e, aparentemente, não houve uma preocupação do autor em manter uma lógica temporal. Ao contrário de **Pequod**, em **Satolep** a história aparentemente é linear, iniciando com o retorno de Selbor a Satolep no dia em que completava trinta anos, em junho, e encerrando em junho do ano seguinte.

Ao longo deste período, fatos inusitados vão se sucedendo, como o encontro do protagonista com o Cubano e com João Simões Lopes Neto, com os quais têm diálogos profundamente existenciais e reflexivos, e, após a partida repentina do Cubano e a morte de João Simões, sua aproximação com um grupo – no mínimo curioso – de amigos: o Compositor, a Madrinha, Lobo da Costa, Menezes Paredes<sup>44</sup> e Francisco Santos<sup>45</sup>. Vale destacar que os personagens que não encontram no mundo real um correspondente, não receberam nomes; são tratados por atributos ou funções.

Por meio de alguns fatos referentes a elementos do universo extradiegético citados na obra, é possível situá-la temporalmente entre o final do século XIX e início do XX, tendo em vista os falecimentos dos escritores João Simões Lopes Neto, que data de junho de 1916, e Francisco Lobo da Costa, em junho de 1888; as imagens integradas à obra, que retratam Pelotas em 1922; a presença de Francisco Santos, que se deu a partir da década de 1910, e de Menezes Paredes, que nasceu em Pelotas, em 1843 e nesta cidade passou sua juventude.

<sup>44</sup> De acordo com Achylles Porto-Alegre, em **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul** (1917), Juvêncio Augusto Menezes Paredes (Pelotas, 1843 - São Gabriel, 1882) foi um poeta romântico. Dentre suas obras conhecidas, destaca-se **Parietárias** (1863) e **Entre parentes** (1877).

<sup>45</sup> O português Francisco Dias Ferreira dos Santos (1873-1937), já referido na página 65 deste estudo como o líder da trupe de atores que se instalou em Pelotas na década de 1910, além de ter sido o responsável pela produção do primeiro filme de ficção do Brasil, também esteve envolvido com a criação de um segundo teatro na cidade de Pelotas, em parceria com o Coronel Rosauro Zambrano e com Francisco Vieira Xavier. O Theatro Guarany foi inaugurado em 30 de abril de 1921.

A epígrafe “Dispersei-me no tempo cuja ordem ignoro”, extraída das **Confissões**, de Santo Agostinho, já alerta para a irregularidade temporal; é um relato de memórias: memórias do autor, memórias no narrador, memórias da cidade, memórias de outros. Algumas reais, outras, inventadas.

No entanto, a tensão que sustenta a trama – a obsessão do fotógrafo por textos encontrados na pasta de um rapaz que estava deixando a casa dos pais para ganhar o mundo – pode nos direcionar a compreender a história de Selbor como um reencontro do personagem não apenas com sua cidade natal, com seu passado, mas um encontro consigo mesmo; um reencontro no tempo e no espaço.

O primeiro trabalho de Selbor ao se instalar em Satolep foi fotografar uma família, cujo filho mais velho – descrito pelo narrador como um: “rapaz de rosto sombrio e chapéu preto, semi-oculto atrás dos irmãos, [...] **o espectro de alguém que já tinha partido**” (RAMIL, 2008, p. 99, grifos nossos) – preparava-se para partir. Este rapaz, referido pelo irmão mais novo como um “visionário” (RAMIL, 2008, p. 7), disse ao narrador a mesma frase que seu irmão havia lhe dito anos antes: “Aprenda a ver” (RAMIL, 2008, p. 103).

Este episódio leva Selbor a misturar as imagens de suas memórias com a imagem recém revelada da família que havia fotografado. Ao comentar a fotografia, ele reflete: “Imerso na obscuridade que a emoldurava, eu estava agora do outro lado da janela de nossa casa, quando via Satolep passar trazendo os passantes e por eles sendo levada. [...] Eu estava agora na Satolep que passava. Estava entre os passantes” (RAMIL, 2008, p. 108).

É esta primeira fotografia que inaugura o “grande círculo”, como será referido o conjunto das vinte e oito imagens e seus respectivos textos. O texto correspondente a primeira imagem, assim como o último, é narrado pelo menino, o irmão mais novo, no fim da história, também em partida; mais um elemento que evidencia a circularidade deste enredo. Vale destacar também que em nenhuma das visitas a casa – nem pela partida do rapaz, no início, nem pela do menino, no fim –, Selbor tem qualquer acesso ao seu interior, ao ambiente familiar. As imagens são registradas de fora. Ele encontra-se entre os passantes.

Assim, os personagens do menino e de seu irmão mais velho, embora tenham suas próprias identidades e marcas que os distinguem de Selbor, em alguns momentos acabam confundindo-se com esse, tornando possível a inferência de que se tratem de variadas fases de um mesmo personagem. Ou seja, esta história cíclica, como um espiral, traz Selbor para um encontro consigo mesmo em três períodos diversos de sua vida: a infância, o momento no qual decidiu deixar Satolep, e seu retorno.

A impossibilidade de uma verdade, de um olhar claro sobre estas questões, é reforçada pela nebulosidade que as cercam. A umidade e a névoa são elementos presentes ao longo de toda a narrativa, que remetem a inviabilidade de apreender de fato a realidade, pois ela está sempre coberta por uma espessa camada de cerração.

O clima de Satolep é bastante enfatizado, de modo que a névoa que Selbor descreve como símbolo dessa identidade difusa da cidade é mencionada em ocasiões diversas. O narrador adverte que a “cidade foi construída numa zona de alagados. Quando chove muito as ruas viram rios simétricos. Cada fachada, poste ou monumento passa a ser parte de sua flora rebuscada. As chuvas são frequentes, a umidade é das maiores que há” (RAMIL, 2008, p. 27). Esta imagem é reforçada insistentemente ao longo de toda a obra: “A umidade de Satolep é a maior do mundo. Nela João Simões Lopes Neto viu as faces possíveis da M’boitatá em cruces de esquinas iluminadas. A umidade é intensa e não se apressa”. (RAMIL, 2008, p. 53).

Deste modo, Ramil constrói uma narrativa densa, mas cheia de leveza, capaz de guiar o leitor por reflexões profundas de caráter universal, ao passo que toma como referente no mundo real o patrimônio cultural e a história da cidade de Pelotas, fazendo dela fonte e inspiração à composição da cidade de Satolep. Ramil estabelece um diálogo objetivo com a tradição ao integrar a sua ficção nomes como os de João Simões Lopes Neto – juntamente a seus **Contos Gauchescos e Lendas do Sul** – e dos poetas Francisco Lobo da Costa e Menezes Paredes, além do ator e cineasta Francisco Santos. Renato Gomes (1994, p. 45) destaca que “viajar, portanto, no passado, na tradição, é transformá-lo, salvando-o do esquecimento”.

Além das fotografias da cidade de Pelotas ficcionalizadas na trama, as referências a lugares correspondentes ao cenário pelotense são bastante comuns e recorrentes, como as ruas Paysandú<sup>46</sup> (RAMIL, 2008, p. 13), XV (RAMIL, 2008, p. 88), Benjamin Constant (RAMIL, 2008, p. 203), Argolo, Anchieta, Gonçalves Chaves (RAMIL, 2008, p. 263); a Praça Piratinino de Almeida (RAMIL, 2008, p. 13) com sua Caixa D’água (RAMIL, 2008, p. 188) em frente a Santa Casa (RAMIL, 2008, p. 244), o porto de Rio Grande (RAMIL, 2008, p. 16), o Canal São Gonçalo (RAMIL, 2008, p. 20, 159), o Laranjal (RAMIL, 2008, p. 28), o Café Aquário (RAMIL, 2008, p. 36), a Estância da Graça (RAMIL, 2008, p. 58), os teatros Sete de Abril (RAMIL, 2008, p. 89) e Guarany (RAMIL, 2008, p. 220), a Fonte das Nereidas (RAMIL, 2008, p. 221) no Jardim Central e a Igreja do Redentor, conhecida como igreja cabeluda (RAMIL, 2008, p. 226), que dentre tantas outras informações, compõem a representação de Satolep.

---

<sup>46</sup> A rua Paysandú teve sua nomenclatura alterada em 1937 para rua Barão de Santa Tecla, por homenagem a Joaquim da Silva Tavares, o barão.

Ao longo desse percurso artístico de Vitor Ramil, um público foi identificando-se com a cidade ficcional e apropriando-se dessa imagem, de maneira que a expressão ganhou significativa popularidade.

Durante a década de 1990, uma casa noturna, notoriamente voltada a um público que buscava uma alternativa aos bares e casas de show que acompanhavam a proposta midiática, foi inaugurada e batizada com o nome Satolep. Não sobreviveu muito tempo fiel à proposta original. Após direcionar-se ao pagode, que estava em evidência na época, adaptando-se ao mercado, fechou.

Em 2009, uma segunda tentativa. Outro grupo, outro contexto histórico, outra localização, mas o mesmo objetivo leva à existência do Galpão Satolep, um espaço multicultural que reúne um público *underground*, bastante diverso daquele que costuma frequentar as principais casas noturnas pelotenses.



Figuras 13 e 14 – Cartazes de festas promovidas no Galpão Satolep

Fonte: Portal Satolep Circus.

As atividades realizadas nesse espaço fazem parte da proposta do Coletivo Satolep, que se propõe a trabalhar pela organização, desenvolvimento e qualificação da música independente na cidade. Os cartazes das festas produzidas no espaço demonstram a opção ideológica que guia o projeto.



A festa “Freak<sup>47</sup> toca Rage<sup>48</sup>”, por meio das músicas da extinta banda Rage, leva ao público mensagens de inconformidade com a realidade social, chamando para o engajamento pragmático coerente com uma nova proposta de sociedade, justa e igualitária. Já a festa “Primavera Cultura Livre” faz parte da terceira edição da Primavera Cultura Livre, projeto atualmente financiado pelo Procultura Local, que coloca em pauta questões relacionadas à produção cultural a partir de atividades de formação e capacitação para a Cultura Livre e da apresentação da realidade dos movimentos culturais de Pelotas e Região Sul.

De acordo com informações obtidas em seu portal, o Coletivo Satolep

procura estabelecer uma interlocução e articulação com diferentes agentes culturais de maneira a impulsionar a formação de público e profissionalização dos agentes. O coletivo também é um dos agentes envolvidos no debate e problematização da importância de uma lei municipal de incentivo à cultura no município. (SATOLEP..., *online*).



Figura 15 – Logotipo da Produtora Satolep Circus  
Fonte: Portal Satolep Circus.

Uma das ações da produtora, que vem ganhando certa visibilidade, é o Festival Satolep Circus. A proposta desse evento é colocar Pelotas na rota nacional dos festivais de música e cultura independentes.

Para isso, a programação conta com palestras de formação, intervenções artísticas e apresentações musicais de bandas regionais integrando os agentes culturais do estado através do intercâmbio de ideias e atividades – como os agentes do circuito fora do eixo – que produzem cultura e fomentam a cadeia produtiva da música no Rio Grande do Sul e no Brasil. (SATOLEP..., *online*).

<sup>47</sup> Os Freak Brotherz são uma banda tradicional da cena rock pelotense, que organizava festivais e atuava como um eixo social entre as demais bandas e o público que circulava por ambientes culturais que fogem dos padrões comerciais, dos modismos e não se preocupa com a atenção da mídia.

<sup>48</sup> Em uma tradução literal, raiva. Refere-se à banda de rock californiana Rage Against the Machine. As letras das músicas deste grupo, tal como o nome já indica, apresentam mensagem de resistência ao sistema opressor, com caráter revolucionário e combativas a toda e qualquer maneira de dominação. Desde 2016, integrada ao Prophets of rage, a banda declara assumir o compromisso de criar um mundo mais decente e humano.

Em atividades como essas, uma outra pauta é apresentada. Diferentemente das reivindicações majoritárias da cidade, por restauração e recuperação de prédios históricos, projetos de incentivo ao turismo e eventos como o carnaval e à feira do livro, estão em voga o resgate de culturas que, ao longo dos anos, foram sendo relegadas ao esquecimento. Assim, ocupam essa agenda as discussões sobre a condição do negro, sobre o preconceito contra os homossexuais, sobre a falta de políticas sociais, sobre as manifestações de arte da periferia e, entre outras questões, sobre o papel da mulher na sociedade, como ilustra o cartaz que segue, do Festival da Cultura Feminina, que convoca às mulheres a reagir.



Figura 16 – Cartaz do Festival da Cultura Feminina  
Fonte: Portal Satolep Circus.

Portanto, percebe-se que esta expressão, utilizada em tom nostálgico por Vitor Ramil para referir-se a sua cidade natal, caiu no uso comum como a representação do avesso, da outra Pelotas, a que não é divulgada na mídia, não é contada nos livros de História. Satolep é a cidade alternativa para aqueles que buscam uma realidade diferente para Pelotas.

A expressão, que é um anagrama de Pelotas, é utilizada frequentemente também para nomear *blogs* e *sites*, para representar atividades e instituições que estão fora do circuito principal, que buscam estabelecer algum diferencial no mercado e veicular uma mensagem diferente da do senso comum. Como exemplo, são elencadas ainda as seguintes imagens: a primeira, de uma proposta alternativa do Movimento dos Artistas Plásticos de Pelotas, que abre espaço para fotógrafos amadores refletirem sobre e lançarem novos olhares à cidade e, a segunda, o logotipo da **Satolep Press**, uma agência de comunicação e fotografia, que revela o desejo de, a partir de Pelotas, mostrar o que a cidade tem de melhor e torná-la universal.



Figura 17 – Convite da 1ª Mostra Fotográfica Pelotas.satoleP  
 Fonte: Portal da Mostra Fotográfica Pelotas.satoleP.



Figura 18 – Logotipo da Satolep Press  
 Fonte: Portal da Agência Satolep Press.

O embate entre o uso dos termos Princesa do Sul e Satolep propicia mapearmos certas disputas identitárias e culturais entre campos que concorrem pela verdadeira representação de Pelotas, embora apresentem, cada uma, uma versão da cidade: uma entre tantas, mas que, diferentemente da maioria, ganhou visibilidade por expressar os valores culturais de tais campos.

Não se pretende afirmar que, ao criar o termo Satolep, Vitor Ramil pretendesse propor uma representação de Pelotas externa à ficção. Porém, sendo um sujeito permanentemente em busca de alternativas, de uma nova estética, o qual rompe com a lógica do mercado cultural brasileiro e produz obras em parceria com músicos platinos e com ritmos e arranjos experimentais, Ramil acaba propiciando, de certa maneira, um novo imaginário. A expressão Satolep, a ideia do contrário, parece ter servido perfeitamente como título a uma matriz cultural que não se sente parte de uma cidade requintada e opulenta.

Nesse sentido, Gomes (1994, p. 24) chama a atenção para o fato de o texto ser “o relato sensível das formas de ver a cidade; não enquanto mera descrição física, mas como cidade simbólica, que cruza lugar e metáfora, produzindo uma cartografia dinâmica, tensão entre racionalidade geométrica e emaranhado de existências humanas”.

Destarte, enquanto que o termo Satolep faz referência a uma cidade ficcional, um espaço geográfico nebuloso, frio e úmido, portador de memórias e segredos, habitado por personagens do passado de Ramil, como é o caso da música *Satolep*, ou de elementos pertencentes à história de Pelotas no livro **Satolep**; com a expressão Princesa do Sul, a cidade é personificada como uma moça jovem e bela. Como se pode perceber nos trechos abaixo, há uma diferença significativa na construção de imagens poéticas para a representação da cidade de Pelotas a partir dos imaginários vinculados a estes dois termos:

Satolep/ **Satolep**

Toda Satolep é digna das musas. A cidade e seus habitantes são como esses cubos que se engendram mutuamente.  
(RAMIL, 2008, p. 29).

Princesa do Sul/ *Pelotas*

Nas águas te miras qual ninfa gentil  
Nas noites formosas, na praia, sozinha.  
(SILVA, v. 8 e 9).

Enquanto a **Satolep** “é digna das musas”, a *Princesa do Sul* mira-se “qual ninfa”, sendo ela a agente no verso. Enquanto que em **Satolep** o narrador-personagem destaca sua percepção particular e subjetiva de um cenário que lhe é familiar; em *Pelotas*, o narrador-observador descreve uma Pelotas personificada como maneira de enaltecer a cidade. O cotidiano exposto em **Satolep** contrasta com o bucolismo de *Pelotas*, cidade que faz a Pátria “orgulhosa de tantos primores” (SILVA, 1863, v. 23).

Satolep/ *Satolep*

Só, caminho pelas ruas  
Como quem repete um mantra  
O vento encharca os olhos  
O frio me traz alegria.  
(RAMIL, 1984a, f. 1)

Princesa do Sul/ *Pelotas*

E a Pátria orgulhosa de vastas florestas  
Encantas sorrindo nos campos do sul  
Aos ventos gelados do rude pampeiro  
Tu soltas as tranças e as vestes de anil  
(SILVA, 1863, v. 3 a 6)

A partir destes excertos, pode-se observar duas formas distintas de representação da cidade de Pelotas, já que, de acordo com Antoine Compagnon (2003), a prática de representação no sentido de *mimèsis*, é também uma forma de conhecimento da realidade. Para Compagnon (2003, p. 131), a “*mimèsis* não é apresentada como cópia estática, ou como quadro, mas como atividade cognitiva, configurada como experiência do tempo, configuração, síntese, *práxis* dinâmica que, ao invés de imitar, produz o que ela representa, amplia o senso comum e termina no reconhecimento”.

Renato Cordeiro Gomes (1994, p. 153) ressalta a construção mútua entre cidade e seus habitantes, de modo que as identidades – particulares e coletivas – são forjadas a partir desta

relação. Esta ideia é reforçada por Ramil, quando afirma dando voz a Lopes Neto: “O homem faz a cidade, a cidade faz o homem” (RAMIL, 2008, p. 47). Esta declaração corresponde intensamente a perspectiva assumida pelo autor na criação de sua cidade ficcional e de seus habitantes: “Homens enérgicos, concisos, vítreos; mulheres plásticas, nítidas, verticais. O frio os delineava” (RAMIL, 2008, p.27).

Portanto, o texto literário não pode ser visto como produto de um indivíduo isoladamente; é possível ler estas obras como o resultado de um processo de experiência com a cidade, e inferir que ao serem recebidas pelo leitor, poderão provocar uma sensação de identificação ou de estranheza, por exemplo. Muito disso dependerá do *habitus* dos agentes envolvidos no processo de produção e recepção das obras, visto que este funciona como um esquema de ação, de percepção, de reflexão que está presente no corpo (gestos, posturas) e na mente (formas de ver, de classificar) da coletividade inscrita em um campo. Portanto, suas escolhas e suas ações, de certo modo já estão condicionadas a um padrão compartilhado com o campo como um todo. (BOURDIEU, 2000).

Observando as obras que enaltecem a imagem de Pelotas como uma mulher, e contrapondo o resultado destas construções com o processo de personificação que ocorre com outras cidades, é possível inferir que não se trate de uma simples romantização, como poderia se supor no caso da cidade vizinha de Rio Grande, a “Noiva do Mar”; de Natal (RN), a “Noiva do Sol”; ou de Matinhos (PR), a “Namorada do Paraná”. Nem de um título inspirado em características típicas da região, como a “Terra da garoa” como a referência a São Paulo (SP); ou a “Terra da luz”, a Fortaleza (CE).

Durante o período imperial, diversos títulos nobiliárquicos foram concedidos aos charqueadores e aos mais ricos empresários locais que, em troca, disponibilizavam empréstimos ou ofereciam favores ao governo imperial. Estes títulos serviam como um eficiente modo de diferenciação entre as classes e como estabelecimento de posições dentro dos campos. Foram estes títulos que garantiram a elevação do sobrenome de muitas das famílias tradicionais na cidade, as quais ainda recorrem a este capital simbólico.

Como resultado, este costume impregnou-se na cultura local de tal modo, que ao longo dos anos foi sendo transferido para os mais diversos contextos. É bastante comum entre os pelotenses uma certa inclinação obstinada a condecorações, recebimento de brasões, troféus e títulos de nobreza. Toda instituição, seja educacional, clubes de futebol, de caridade, os centros de tradição gaúcha, as festas típicas e, principalmente, os clubes sociais, tem suas cortes: são as rainhas e as princesas da primavera, das piscinas, do carnaval, dentre muitos outros títulos. Na grande maioria dos casos, o título não é alcançado por júri tendo como quesito a beleza, a

simpatia, a desenvoltura da(o) candidata(o), ou algum tipo de conhecimento específico, mas a arrecadação financeira ou a influência e o poder aquisitivo para adquirir fantasias, no caso do carnaval, ou para custear viagens e representar a instituição adequadamente, no caso de concursos intermunicipais.



Figura 19 – Rainhas do Clube Brilhante: 2011 à esquerda e 1934 no centro  
Fonte: DIÁRIO POPULAR, set. 2011.

A imagem acima expressa a tradição estabelecida em torno destes títulos, ao retratar duas rainhas do Clube Brilhante, um dos mais tradicionais da cidade. Entre o “reinado” de uma e outra contam-se setenta e sete anos. Esse comportamento, assim como uma busca incessante por evocar a Pelotas a primazia em grandes feitos – a primeira médica do Brasil, o primeiro projeto de um avião com motor de carro, a primeira professora universitária, o primeiro filme longa-metragem, entre outros casos –, revela uma necessidade de reclamar para a cidade um destaque que ela há décadas não tem.

Sandra Pesavento, acerca da cidade do passado, afirma que essa

é sempre pensada através do presente, que se renova continuamente no *tempo do agora*, seja através da memória/evocação, individual ou coletiva, seja através da narrativa histórica pela qual cada geração reconstrói aquele passado. É ainda nessa medida que uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, recolhendo as lendas, descobrindo seus pais ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade e de escrita de sua história é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a urbe sonha a si mesma. (PESAVENTO, 2007, p. 16, grifos da autora).

No caso específico de Pelotas, se, por um lado, temos a constituição de uma cidade idealizada, inspirada em grandes nomes, em feitos heroicos, em títulos nobiliárquicos, em mitos e lendas; por outro lado, temos a representação de uma cidade paralela, decadente social e economicamente, que luta para manter viva a memória dos tempos de opulência.

A cidade que se vê, a cidade onde vivemos, abriga as cidades mortas, soterradas ou fantasmáticas do passado, a partir de traços que nos permitirão fazê-las despertar. Despertar, revelar, expor, fazer lembrar, dizer como foi um dia são todos procedimentos que, articulando História e Memória, dão a ver o passado, no caso, a cidade de uma outra época. (PESAVENTO, 2004, p. 28).

Estas várias cidades, ao longo dos anos, inspiraram várias representações. Diversos termos emergiram na linguagem das artes para designar uma “imagem” capaz de, em alguns casos, retratar Pelotas e, em outros, criar uma cidade ficcional. Hall (1997a) afirma que, portanto, toda prática social depende do discurso que lhe confere significação.

Assim, a cultura adquire um papel fundamental na construção de sistemas simbólicos, representações culturais e significados, como os atribuídos à cidade de Pelotas ao ser retratada ou ficcionalizada como Princesa do Sul, Atenas do Sul, Atenas do Rio Grande, Flor do Sal, Tapera, Satolep, etc., além de termos oriundos do marketing como Capital Cultural e Cidade do Doce.

Se como afirmou Hall (1997a), é natural que os indivíduos se sintam mais ou menos identificados com cada cenário, é possível entender que estes cenários são representativos dos campos de poder, e que indivíduos serão motivados a identificarem-se pelos cenários legitimados pela administração pública, pela mídia, pelas instituições educacionais e pelas demais instituições que detêm poder simbólico<sup>49</sup> para tanto.

Como parte intrínseca da economia e da política, a cultura resulta de interesses majoritários, e não apenas dos processos de formação histórico-sociais. Um elemento bastante marcante na cultura pelotense é a referencialidade ao espaço geográfico Pelotas reduzir-se ao Centro Histórico da cidade e às charqueadas, com algum destaque à orla da Laguna, no Laranjal. Do mesmo modo, a História de Pelotas submete-se a mera reprodução de pesquisas desatualizadas com foco em Pinto Martins, Gomes Freire de Andrade, nos barões do charque e em seus “feitos memoráveis”. Os estudos oficiais em literatura, igualmente, pouco avançam do enaltecimento a João Simões Lopes Neto – inegavelmente, um escritor exímio. Pelotas, assim, há muito tempo vive do passado, como se a ela só coubessem as questões do passado, a missão de preservar uma história.

O discurso da “Princesa do Sul” intenta abarcar toda a comunidade pelotense, mas não considera, como já alertava Fernando Melo, em 1948, na apresentação de **Os fios telefônicos**, que enquanto “[p]arte do povo se orgulha de pequenas coisas: da beleza quieta da cidade, de suas praças, das mulheres lindas que passeiam em suas ruas [...], do Jockey Club, das

---

<sup>49</sup> Cf. Bourdieu (2007, p. 7-8): “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.”

Exposições agrícolas-pastoris...” (MELO, 1948, p. 14), parte da população vive da mendicância, esquecida em bairros miseráveis, sem as mínimas condições de salubridade, servindo como mão de obra explorada para a manutenção da riqueza das classes dominantes, para o crescimento da cidade.

Do mesmo modo, a visão de um povo requintado, conhecedor de hábitos refinados exclui do direito à identidade de pelotense, o gaúcho da campanha, o pescador da colônia, os imigrantes, as comunidades ligadas às religiões de matriz africana, ou seja, a indiscutível maioria plural e culturalmente rica da população pelotense.

Uma das principais estruturas a serviço da manutenção da identidade ligada ao imaginário da “cidade princesa” é o próprio poder administrativo, que por meio da mídia local, das campanhas publicitárias da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SDET), da Secretaria Municipal da Cultura (SECULT) e da Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED), principalmente, reforçam a representação da Pelotas do século XIX, como um grande museu a céu aberto, apontando-a como um destino turístico.

Este processo valoriza o patrimônio cultural e contribui à manutenção da história, no entanto, a recorrência acentuada ao passado como estratégia de marketing acaba por reduzir as perspectivas de crescimento da região, não estimula a inovação, as produções e os talentos atuais, o diálogo com a contemporaneidade. Essa identificação do pelotense com a cidade culta e opulenta do passado não se constitui como algo natural; pelo contrário, é resultado de uma reação a uma política social que induz às massas a agirem de acordo com os interesses das classes dominantes. O patrimônio cultural da cidade, inclusive, é definido a partir de interesses maiores.

As propriedades que outrora funcionaram como charqueadas, atualmente têm sua natureza ressignificada<sup>50</sup>. No entanto, estes locais que são o palco do que de mais terrível se passou em Pelotas durante o período da escravidão, que são o símbolo do que mais profundamente marcou a história da cidade, não são explorados como registro de um tempo de opressão, de tortura e de resistência do povo negro; não são um meio de divulgação às próximas gerações das atrocidades neles cometidas. O objetivo da revitalização das charqueadas não foi reunir informações a respeito dos seres humanos que nesses espaços foram privados de sua humanidade.

---

<sup>50</sup> Desde a exibição da minissérie **A casa das sete mulheres**, em 2003 – uma história romantizada da guerra dos farrapos inspirada no romance de mesmo título da escritora Letícia Wierzchowski –, as charqueadas pelotenses tornaram-se alvo de curiosidade, devido ao fato de parte das filmagens ter sido realizada na Charqueada São João, o que propulsionou a revitalização destas propriedades e a transformação delas em espaços de comemoração e entretenimento.



Pelo contrário, diferentemente de Auschwitz, por exemplo, que teve seu campo de concentração transformado em memorial com a intenção de preservar a história como modo de homenagear as vítimas, de demonstrar empatia e respeito pelos sobreviventes e pelos descendentes, em Pelotas, as charqueadas foram transformadas em locais festivos, destinados ao lazer, a realização de festas de casamento, formaturas e demais eventos sociais.

Nenhum incidente na história da cidade de Pelotas se equipara a escravidão, no entanto, os mesmos rios que durante todo o verão se manchavam de vermelho, servindo como escoamento para o sangue dos animais lá abatidos, atualmente servem como fundo aos altares erguidos para celebrar momentos importantes da vida dos pelotenses.



Figura 20 – Charqueada Boa Vista  
Fonte: Página da Charqueada Boa Vista.



Figura 21 – Charqueada São João  
Fonte: Portal Charqueada São João.

O pesquisador Eliézer Oliveira expõe o absurdo deste comportamento ao confrontá-lo com os registros desta história:

A média de vida de um escravo de charqueada era de mais ou menos 25 anos. Suas roupas eram feitas de sacos. Dormiam muito pouco na senzala insalubre. Trabalhavam sem parar. Engoliam às pressas uma sopa feita com as vísceras dos animais abatidos – gordura pura. Nem mesmo o charque que fabricavam podiam comer.

Qualquer ato que pudesse ser compreendido como rebeldia trazia diversas consequências: tronco, chibata, estaca, máscara de flandres, gargalheira, marca quente (de ferro) no rosto, beber de gute-gute canecas de leite quente, castração, ter as unhas arrancadas, os dentes limados... e a pena capital: a morte! Castigos esses que serviam para punir o negro rebelde e educar os demais para que não fizessem o mesmo.

Diante destes horrores (e de tantos outros), cabe perguntar:

Como pode a sociedade pelotense apreciar e permitir que esse local de dor e sofrimento possa ser simbolicamente apreciado como um lugar festivo? (OLIVEIRA, 2017, *online*).

O autor especula as razões deste fenômeno lamentável, apontando como possíveis causas, desde o desconhecimento da história das charqueadas, até o desrespeito consciente desta história desumana. Outro fator abordado trata-se do “desejo de, ao menos uma vez na vida, se sentir um barão ou baronesa [...] um nobre senhor de escravos, um charqueador” (OLIVEIRA,

2017, *online*), o que se revela bastante plausível como justificativa, diante do que se tratou anteriormente como uma obstinação por títulos nobiliárquicos eminente da formação cultural do pelotense.

Oliveira (2017) também destaca que os escravizados construíram a riqueza de Pelotas e que dela, nem eles e nem seus descendentes – “muitos destes sequer conhecem os casarões, as charqueadas, os grandes prédios públicos, o centro de Pelotas – já que vivem confinados na periferia” (OLIVEIRA, 2017, *online*) – tiveram o direito de desfrutar. A Pelotas opulenta e culta, então, foi erguida sobre o sangue, o suor e as lágrimas de um povo a quem nem ao menos respeito e reconhecimento são atribuídos.

Embora muitos pesquisadores e ativistas negros venham somando esforços no sentido de revisar e trazer à tona essas histórias, elas ainda são minimizadas na narrativa oficial da cidade; quando não apagadas. Como consequência, temos parte significativa da população pelotense indiferente a algo trágico, e, do mesmo modo, vemos na literatura esta história sendo reproduzida de modo romantizado e normalizador, invadindo e moldando o imaginário coletivo de maneira sutil.

Como destaca Sandra Pesavento, por trás de cada narrativa produzida sobre a cidade, existem variadas motivações, já que

[...] cada cidade é um palimpsesto de histórias contadas sobre si mesma, que revelam algo sobre o tempo de sua construção e quais as razões e as sensibilidades que mobilizaram a construção daquela narrativa. Nesse curioso processo de superposição de tramas e enredos, as narrativas são dinâmicas e desfazem a suposta imobilidade dos fatos. Personagens e acontecimentos são sucessivamente reavaliados para ceder espaços a novas interpretações e configurações, dando voz e visibilidade a atores e lugares. (PESAVENTO, 2007, p. 17)

O que determina, portanto, quais as tramas e os personagens que estarão em evidência é o lugar de fala de quem profere o discurso. Esta postura de apagamento e de normalização daquilo que nunca deveria ser esquecido (para que jamais volte a acontecer), está presente não apenas no discurso histórico e literário, mas no dia a dia.

Além do já referido posicionamento do professor Mario Osório Magalhães, ferrenho defensor da obra do avô, que, enquanto historiador, reproduziu a história compilada por Fernando Osório indiferente às novas descobertas históricas sob o argumento de que “só se sabe, se repete, se propaga” (MAGALHÃES, 2012, p. 19), um caso que em 2013 gerou forte repercussão entre os pelotenses atentos às questões históricas, culturais e literárias foi o posicionamento de uma senhora que se envolve com atividades de escrita e preside uma agremiação ligada às letras: Zênia de León. Por sua persistência e origem abastada, esta senhora

conseguiu, ao longo dos anos, manter-se em uma posição confortável entre os principais agentes e instituições culturais da cidade – haja vista as negociações comuns envolvendo o capital simbólico –, publicou livros e chegou, inclusive, a ser patrona da Feira do Livro de 2011.

León, indignada com a realização da Feira de 2013 no Mercado Público – cuja reforma acabara de ser concluída, encontrando-se ainda vazio –, expôs publicamente sua opinião em um texto redigido em primeira pessoa do plural, como se seu incômodo com a realização da Feira em um local outrora destinado a venda de produtos da terra e animais fosse compartilhado pela maioria da população.

Ao declarar: “Por favor, donos das resoluções: façam voltar a Feira do Livro para a praça! É o seu lugar específico. Lugar do povo/gente. Daquele negrinho que vai passando curioso. Pega um para olhar e recebe de presente da senhora seu lado (*sic*).” (LEÓN, 2013, *online*), Zênia de León não apenas demonstra estar enganada quanto a sua capacidade de representação popular, mas, tal como os personagens fantasmagóricos de Lourenço Cazarré, demonstra-se presa a um tempo passado e ultrapassado.

Como típica representante de uma elite apegada à tradição, a costumes e a posturas de outro século, que não consegue reconhecer um novo contexto sociopolítico e cultural, uma nova Pelotas que caminha em direção à pluralidade, à integração de culturas (até então) reprimidas e periféricas, manifesta sua perspectiva de manutenção das relações de dominação. Na “Pelotas princesa” de dona Zênia são fundamentais os “negrinhos” pedindo esmolos pelas ruas, são eles que permitem às senhoras brancas praticar a caridade.

Este tipo de tensão, desde o fim do século XX, tem se tornado cada vez mais comum e acirrada no cenário pelotense. Ao referir-se à disputa simbólica, Bourdieu explica tratar-se da

luta pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a. (BOURDIEU, 2007, p. 72).

Tendo em vista a posição ocupada por esses agentes – dentre tantos outros com experiências semelhantes, em seus campos de poder –, e, portanto, o poder simbólico que detêm, perpassou este estudo uma preocupação constante em localizar elementos na cultura e na produção literária pelotense que contribuíram e ainda contribuem para a perpetuação de uma ordem social alicerçada na separação de classes, na discriminação racial e de gênero e em outros

modos de violência, tendo em vista que tais questões foram sendo reproduzidas e assimiladas ao imaginário coletivo da cidade.

São questões como estas que demonstram a relevância de refletir os impactos que as estruturas de poder estão produzindo na dinâmica social da cidade, bem como sobre que identidades sociais estão sendo constituídas e representadas a partir de obras literárias, como as que compõem o *corpus* deste estudo.

## CONCLUSÃO

*Aqui tudo parece que já é ruína  
e ainda é construção.*

As informações acerca das primeiras manifestações literárias em Pelotas são escassas. Todavia, registram-se, desde o século XIX, alguns artigos de opinião que demonstravam simpatia ou rejeição por escritores e suas obras. Um exemplo são os comentários do editor d'**O Noticiador** (4 abr. 1833) acerca da produção do poeta Antônio José Domingues, em especial, sobre uma ode enviada para publicação neste jornal, nos quais afirma que “não se pode negar o merito ao Sr. Antonio José Domingues a sua linguagem é expressiva, o seu estilo energico, e o seu gosto sublime”. Do mesmo modo, identifica-se facilmente advertências acerca do que poderia ou não ser lido por crianças, jovens e, especialmente, pelas mulheres nos periódicos pelotenses do fim do século XIX e início do XX. (GONÇALVES, 2010).

Estes mesmos jornais possibilitaram resgatar informações valiosas como o acesso à educação – tanto pública como privada –, sobre os livros que eram vendidos, comentados, compreendidos como impróprios, das peças teatrais que assistiam, assim como possibilitaram reunir indícios de qual perspectiva tinham os pelotenses acerca do resto do mundo.

Sobre o período anterior à imprensa, é possível reconhecer nas raras poesias enviadas por pelotenses ou cidadãos radicados em Pelotas um forte conteúdo político. Estes poetas utilizavam a escrita literária como um meio de protestar, para se posicionar diante de um contexto histórico marcado por dominações e guerras. Como afirma Guilhermino Cesar ao comentar a condição da imprensa no Rio Grande do Sul, o “gaúcho teve sempre uma vida partidária muito ativa, de modo que os próprios homens de letras, mesmo aquêles mais encharcados de subjetivismo, mais indiferentes às quizílias das parciaisidades, se viram arrastados aos debates de imprensa [...]” (CESAR, 1971, p. 380), fator que, de acordo com o crítico, deixaria a imprensa sul-rio-grandense “à margem da evolução literária, ocupada quase que exclusivamente em divulgar matéria política” (CESAR, 1971, p. 381).

A literatura em Pelotas surge com um apelo muito mais intenso pelo seu conteúdo do que por sua forma e, em pouco tempo, torna-se mais uma ferramenta de expressão e constituição de uma identidade própria. Ao passo que os poetas românticos brasileiros buscavam uma ruptura com os modelos europeus, adaptando-os ao cenário local, os poetas pelotenses, influenciados pelo sentimento de busca por independência, ressignificaram tais preocupações e transferiram-nas à cidade, que à época destacava-se culturalmente diante das cidades vizinhas como consequência de seu desenvolvimento econômico.

Foram vários os fatores que levaram os primeiros intelectuais a empenharem-se pela formação de uma identidade nacional no Brasil oitocentista. Se observarmos o processo de formação e consolidação da literatura brasileira, perceberemos um esforço também por parte dos poetas e escritores de ficção em solidificar um sentimento de nacionalidade por meio do enaltecimento, muitas vezes acerbadado, do que é genuinamente brasileiro. Esse período, como indica Antonio Candido (1959), abarca o Arcadismo e, principalmente, o Romantismo.

Nessa época, o Brasil passava por significativas transformações políticas e encontrava-se em transição de sua condição de Colônia para Reino Unido de Portugal. De diversos cantos do território brasileiro ecoavam propostas e tentativas de contribuir à constituição de uma ideia de nação, que buscava afastar-se dos padrões lusitanos e descobrir seu próprio caminho. Nesse clima, muitos foram os escritores que se dedicaram ao projeto de definição de uma identidade nacional, mesmo entre os portugueses, assimilando a cultura que se formava e defendendo poeticamente a brasilidade.

Entre declarações de amor à Pátria e exortações cívicas, era bastante comum a representação personificada de certas localidades, comparando-as a musas e ninfas ou rotulando-as com títulos de nobreza. Em consonância com este movimento, ao menos desde a década de 1860, à cidade de Pelotas, que teve seu período de apogeu econômico e cultural na segunda metade do século XIX, passaram a ser atribuídas características de uma jovem, bela e emergente, a Princesa do Sul, imagem que inspirou (e ainda inspira) diversos artistas ao longo dos anos.

Após um período de sucessivas guerras e com o avanço do progresso e as movimentações políticas da região e do país, a cidade enfrentou sua primeira crise econômica no início do século XX. Com o fim da escravidão no Brasil, em 1888, bem como com a modernização e a urbanização das cidades, foi evidenciada uma separação drástica entre as classes sociais, revelando uma elite que detinha e desfrutava de recursos, como educação, cultura, saúde e lazer, enquanto que a maioria expressiva da população se aglomerava nas margens, sobrevivendo a partir de subempregos, exposta à insalubridade, à violência, ao desamparo e à ignorância.

Esta condição foi bastante explorada pelos escritores deste período, o que revelou a literatura como um espaço de reflexão e denúncia das diferenças e hipocrisias sociais. O conflito de classes, a exploração da mão de obra, a dominação masculina, os preconceitos e discriminações, além das contradições de uma elite tradicional e aristocrática que entrava em decadência, foram alguns dos temas mais abordados.

Desde as últimas décadas do século XX, buscando reestabelecer-se por meio do fortalecimento da indústria, do resgate das tradições e da memória dos tempos de opulência cultural e econômica, Pelotas destaca-se na obra de escritores comprometidos com esse projeto, de modo que são resgatadas as histórias das famílias tradicionais e dos homens que adquiriram destaque nacional.

As sucessivas crises econômicas pelas quais passou a cidade revelaram uma relação entre progresso e tradição que redefinia os diversos papéis sociais. Assim, o grupo social que defendia ferrenhamente a tradição foi, de certo modo, assimilado por esse processo. As famílias tradicionais e enfraquecidas financeiramente, que tinham como principal capital o sobrenome (capital simbólico), disputaram o espaço com os novos ricos, uma classe de comerciantes e industriais que não dispunha do mesmo capital cultural, mas dominava o campo econômico.

Embora Bourdieu (2007) destaque que os capitais econômico e cultural sejam os mais considerados como critérios de diferenciação, os herdeiros das antigas classes aristocráticas, desalojados de seu campo de poder, ainda lutavam em defesa da preservação de suas memórias e tradições. Essa perspectiva identifica uma vertente literária que se mantém fiel ao passado, à história e às tradições e recorre a gêneros narrativos que se constituem da imbricação entre a história e a ficção, baseados em memórias, testemunhos e registros históricos para reconstituir ficcionalmente a Princesa do Sul, a Atenas Sul-Rio-Grandense; é um grupo que recorre a elementos ufanistas, obedecendo, ainda, a preceitos românticos de enaltecimento e de superavaliação da cidade.

Do outro lado, então, encontra-se um grupo que desvela, por meio da literatura, as mazelas da sociedade pelotense. Esse segundo grupo de escritores pode ser considerado a contramão da classe dirigente. Ao contrário dos que seguem o *status quo*, esses autores não contribuem à manutenção da imagem de uma Pelotas glamorosa. Eles revelam as limitações e denunciam as contradições de uma sociedade precária e alienada.

De acordo com Renato Cordeiro Gomes,

A cidade escrita é, então, resultado da leitura, construção do sujeito que a lê, enquanto espaço físico e mito cultural, pensando-a como condensação simbólica e material e cenário de mudança, em busca de significação. Escrever, portanto, a cidade é também lê-la, mesmo que ela se mostre ilegível à primeira vista; é engendrar uma forma para essa realidade sempre móvel. Mapear seus sentidos múltiplos e suas múltiplas vozes e grafias é uma operação poética que procura apreender a escrita da cidade e a cidade como escrita, num jogo aberto à complexidade. (GOMES, 1997, *online*).

Buscando, portanto, apreender estas diversas escritas da cidade e as cidades da escrita, foi possível identificar modos dicotômicos dos escritores representarem a cidade: em alguns sobressai um tom de crítica, enquanto que outros trabalham pela manutenção do enaltecimento.

A partir das cinco poesias analisadas, pode-se concluir que ocorre o processo de personificação da cidade por meio da recorrência às figuras de pensamento prosopopeia e apóstrofe. “Que bela manhã fagueira e risonha” (1960), de Alibabá; *Pelotas* (1963), de Antônio Soares da Silva e *Pelotas* (1896), de Lobo da Costa apresentam a cidade como uma personagem a quem o eu-lírico se dirige. Nos dois outros poemas de Lobo, a cidade figura apenas como um cenário.

Do mesmo modo, Alibabá e Soares da Silva referem-se à cidade com um tom saudosista, bastante afetivo, diferentemente de Lobo da Costa. Tal contraste na abordagem dos poetas pode ser justificado pelo fato de os dois primeiros estarem distantes espacialmente de Pelotas (em Jaguarão e São Paulo, respectivamente). Enquanto que Lobo permaneceu a maior parte de seu período de produção literária em Pelotas.

Em todas as poesias, a Princesa do Sul é destacada com a imponência que tinha à época, como símbolo de riqueza e prosperidade, como razão de orgulho para os poetas. Elementos de sua geografia e economia são evidenciados como meio de valorização da cidade, revelando a intenção do eu-lírico de atribuir-lhe uma posição de destaque, como se toda a natureza, os povos, as cidades vizinhas, a estivessem reverenciando.

Deste modo, ainda no início do século XX, já envolta por uma aura de “Capital Cultural” e integrando o movimento em prol da construção de uma identidade nacional, preocupação latente na historiografia da época, os escritores pelotenses e demais incentivadores da cultura, por meio da valorização exacerbada da cor local, resgatando termos e imagens que contribuíram para a concepção de uma Pelotas com atributos de “princesa”, consolidaram os elementos que dariam base a uma cultura perpetuada ao longo dos anos.

Quanto às obras que representam o segundo período analisado neste estudo, percebeu-se que os romances **A vertigem** (1925), de Jorge Salis Goulart, **Os fios telefônicos** (1948), de Fernando Melo e os contos de **Enfeitiçados todos nós** (1984), de Lourenço Cazarré apresentam uma característica comum: um olhar voltado para o modo como as questões referentes ao meio social e à ideologia dominante estabeleciam-se no meio e no período em que foram contextualizados e produzidos. Deste modo, atribuem à representação um princípio ideológico, visto que estes textos em prosa não atuam como representações da realidade, mas como discurso de representação desta.



A partir das reflexões de Antoine Compagnon (1999), pode-se compreender que para este teórico a representação trata-se de um tipo de construção; não uma cópia de algo, mas um tipo de recriação. Logo, podemos compreendê-la não como uma forma de refletir, mas de recriar. Como afirma o autor, “a *mimèsis*, imitação ou representação de ações (*mimèsis praxeos*), mas também agenciamento dos fatos, é exatamente do ‘decalque do real preexistente’: ela é ‘imitação criadora’. Não ‘duplicação da presença’ [...] o artesão das palavras não produz coisas, apenas quase-coisas, inventa o como se” (COMPAGNON, 1999, p. 130).

Logo, é possível supor que a representação proposta por estes autores para a cidade de Pelotas não é um esforço de copiar um aspecto existente da realidade desta cidade, mas de recriar, a partir de um processo de representação, uma reflexão acerca do modo de ser de um estrato da sociedade pelotense, da condição social, moral, econômica e cultural que, ao mesmo tempo em que deu a base para o estabelecimento do atual estado de Pelotas, também é consequência do processo formativo desta cidade.

Os últimos anos do século XX foram também bastante fecundos no que tange à produção literária. Ao longo desse período, dentre as tantas obras literárias que foram produzidas, diversos poetas e prosadores buscaram, de alguma maneira, refletir acerca da condição da cidade. Alguns, diante da época de maior decadência, buscaram no passado histórico da cidade elementos para reforçar seus valores; outros se voltaram com nostalgia para um passado que indicava progresso e riqueza; um terceiro grupo, ainda, denuncia as condições sociais da faixa mais marginalizada da população e a hipocrisia de uma sociedade machista, racista e discriminadora, destacando que um olhar mais crítico acerca da condição da cidade é necessário. A este período, correspondem as obras **A superfície das águas** (1997), de Hilda Simões Lopes Costa; **Fóqui & Company** (1999), de Adão Fernando Monquelat, *Retrato de uma princesa* (1972), de Heloísa Assumpção Nascimento e alguns contos de **Enfeitados todos nós** (1984), de Lourenço Cazarré. Seguidas de **Pequod** (1995) e **Satolep** (2008), de Vitor Ramil.

A cidade enigmática, sempre envolta por uma névoa espessa que salta aos olhos de Ramil, já havia sido destacada também na poesia *Pelotas*, de Soares da Silva: “Envolta em vapores, te vejo a cismar” (v. 10) e “Tua face nevada vem cedo beijar.” (v. 16). Também nas obras de Salis Goulart, Fernando Melo, Adão Monquelat e Lourenço Cazarré.

Na *Pelotas* de Melo, o nevoeiro faz-se presente nos momentos mais conflituos; na obra de Cazarré, parece funcionar como uma cortina de fumaça, impedindo o leitor de apreender uma “verdade” nos fatos narrados, caracterizando sua narrativa pela ambiguidade; efeito semelhante causa a neblina na obra de Ramil. Diferentemente das poesias de Alibabá, Antônio

Soares e Lobo da Costa e das obras de Hilda Costa e Heloisa Nascimento, que salientam imagens como os raios de sol, a luz da manhã e o céu azul. Poder-se-ia afirmar que são percepções diversas acerca de um mesmo elemento a ser representado.

Esta cidade concebida como uma moça gentil e sorridente, bem vestida e adornada, a ninfa, a sílfide, a indiana, a Princesa do Sul, é sublinhada nas poesias analisadas e no conto de Heloisa Nascimento; está integrada ao romance de Hilda Costa com uma roupagem positiva; nos romances de Melo, Monquelat e Salis, como uma crítica; e está ausente dos contos de Cazarré e das obras de Ramil.

Ao analisar as obras que compõe o *corpus* deste estudo, entende-se que o processo de criação de cada uma está diretamente relacionado a tensões externas ao campo literário. Infere-se, portanto, que há vertentes da produção literária pelotense comprometidas com a manutenção de determinadas culturas; que essas culturas, enquanto matrizes identitárias, rivalizam na disputa pela verdade histórica, a fim de se impor como discurso oficial. Ou seja, alguns escritores revelam-se preocupados em reafirmar a cidade pelo passado, em preservar uma identidade de pelotense por meio do resgate de fatos, feitos e vultos do passado; outros escritores, em questionar tal história e apresentar um olhar crítico no que tange à condição social da cidade e, ainda, aqueles que buscam reafirmá-la pela imaginação.

De acordo com Stuart Hall (1997a, p. 29), o “significado surge não das coisas em si – a ‘realidade’ – mas a partir dos jogos da linguagem e dos sistemas de classificação nos quais as coisas são inseridas. O que consideramos fatos naturais são, portanto, também fenômenos discursivos”. Sendo a cultura dinâmica e os discursos mutáveis, a partir de alterações na posição dos agentes nos campos e de fatores externos e internos que motivam mudanças na estrutura destes, mudam também os modos de representação.

Assim, em um contexto de embates, permanentemente reconfigurado pela globalização, a cidade muda e muda a maneira como cada um vê a cidade. Todas estas percepções, no entanto, são particulares e verdadeiras. Cada imagem de Pelotas, mais do que a captura de um fragmento da cidade, é a cidade inteira, com suas praças, ruas, prédios históricos e monumentos, é, como explica Pesavento, o “palimpsesto tornado cidade” (PESAVENTO, 2004, p. 28).

Compreende-se, a partir dessa reflexão, a relevância de empreender esforços para situar sócio-historicamente as produções literárias e compreendê-las como parte de um sistema literário, associá-las as suas condições de produção, circulação e interpretação. Para tanto, é imprescindível observar que tipo de representação da cidade se dá no interior de cada obra e a quais fatores externos ela está submetida.

Há muita história espalhada pelas ruas, praças, fachadas de prédios históricos e monumentos, no entanto, a maior parte da população, na pressa do dia a dia, provavelmente, nunca tenha refletido sobre a relação existente entre sua vida particular e os acontecimentos da cidade. Mesmo passado mais de um século do período de apogeu, ainda impera entre os mais destacados historiadores, entre pesquisadores e escritores, uma visão positivista do passado (instaurada desde a Proclamação da República), que perpetua a imagem de Pelotas como a capital cultural do Rio Grande.

Essa autoimagem, reconhecida por grande parcela da população pelotense em diversas ocasiões, é incentivada pelo poder público, pela academia, pela mídia local, pelas instituições culturais, entre outros. Certamente, essa identidade não se trata de um produto objetivamente imposto por um grupo ou indivíduo, mas sim do resultado de um processo de estabelecimento de uma verdade construída no imaginário da população, que, após ser registrada em livros e materiais didáticos, ser ensinada nas escolas do município, ser propagada pela mídia insistentemente – construída a partir das lembranças de algumas pessoas, em geral membros da elite econômica, política e cultural da cidade – passou a fazer parte do senso comum. É assim que se escuta a História de Pelotas, é assim que ela é contada.

Como afirma Hall (2006), ao referir-se à constituição das culturas nacionais, estas

são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* — um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...]. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (HALL, 2006, p. 50-51).

A reflexão de Hall pode ser transposta para uma escala micro, no intuito de auxiliar na compreensão da constituição e da manutenção de identidades, no caso, pelotenses. Nesse processo, tem importante função a literatura, embora essa, na maioria das vezes, apresente-se como meio de representação de um passado construído e consolidado a partir do culto a valores relacionados a uma estrutura social tradicional e permeada por desigualdades.

“No fundo, isso tudo é apenas o que o meu olho inventa: Satolep. No tabuleiro rigoroso dessas ruas e na arquitetura minuciosa desses prédios a vida contemporânea explode em sua diversidade. Quando a noite chega, mil outras vezes a explosão se espalha em coisas que a cidade sonha. E a neblina desce e se instala”.

(RAMIL, 1992, p. 270).

## REFERÊNCIAS

- ALIBABÁ. Que bela manhã fagueira e risonha. In: **O Brado do Sul**, Pelotas, p. 1, 6 jan. 1860.
- A DISCUSSÃO, Pelotas, 17 out. 1884. In: COSSON, R. (Org.). **Literatura, jornal e cultura: autores pelotenses (1851-1889)**. 2.<sup>a</sup> fase. Pelotas: inédito, 2001/2003. CD-ROM.
- A VENTAROLA, Pelotas, 3 fev. 1889; 3 mar. 1889.
- ARAÚJO, J. de S. **Perfil do leitor colonial**. Ilhéus: Editus, 1999.
- ARRIADA, E. **Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)**. Pelotas: Armazém Literário, 1994.
- AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858**. Trad. Teodoro Cabral. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.
- BAUDELAIRE, C. **Pequenos poemas em prosa** (Le Spleen de Paris). Disponível em: <<http://pensamentosnomadas.files.wordpress.com/2012/08/lido-charles-baudelaire-le-spleen-de-paris-pt.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2013.
- BEISER, A. C. P. **Frederico Augusto Ritter: de cervejeiro a doceiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/fredericoritter.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2017.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BEZERRA, K. da C. (Org.). **Tirando do baú: antologia de poetas brasileiras do século XIX**. Pedro Leopoldo: Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo, 2003. (Coleção Mulher & Literatura; v. 6)
- BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.
- BORGES, L. Aspectos de um dos pioneiros da prosa romanesca em pelotas na primeira metade do Século XX. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS LITERÁRIOS, 1., 2012, Pelotas. **Anais...** Rio Grande: FURG, 2014, CD-ROM.
- BOSI, A. **História concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2004.
- BOTELHO, D. M. **Nos telhados de Pelotas/RS: revelando rasgos no espaço urbano através de fotografias e cartões postais**. 2013. 265 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociência, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira; Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguística**. Trad. Sergio Miceli. Edusp: São Paulo, 2008.

CABRION, Pelotas, 1880-1881.

CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos 1750-1880**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.

CAZARRÉ, L. **Enfeitados todos nós**. São Paulo: Melhoramentos, 1984.

CAZARRÉ, L. “Além da literatura, pouca coisa me importa”. Entrevista concedida por Lourenço Cazarré à Hélen Albernaz, em 2 abr. 2009 e republicada em 23 jan. 2014. **Amigos de Pelotas**. Disponível em: <[http://www.amigosdepelotas.com.br/blog/alem\\_da\\_literatura\\_pouca\\_coisa\\_me\\_importa](http://www.amigosdepelotas.com.br/blog/alem_da_literatura_pouca_coisa_me_importa)>. Acesso em: 11 abr. 2014.

CEIA, C. Personificação. **E-Dicionário de Termos Literários**. Coord. Carlos Ceia. Disponível em: <<http://edtl.fcsh.unl.pt/business-directory/6497/personificacao-do-latim-fictio-personae/>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

CEIA, C. Apóstrofe. **E-Dicionário de Termos Literários**. Coord. Carlos Ceia. Disponível em: <<http://edtl.fcsh.unl.pt/business-directory/6764/apostrofe/>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

CESAR, G. **História da literatura do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971.

CHARQUEADA Boa Vista. Página do Facebook. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/boavista.charqueada/>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

CHARQUEADA São João. Disponível em: <<http://www.charqueadasaojoao.com.br/>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

CHAVES, A. J. G. **Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil**. 4. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

CLEMENTE, E. **Aspectos da vida e obra de Lobo da Costa**. Porto Alegre: Selbach, 1953.

COMPAGNON, A. O mundo. \_\_\_\_\_. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, p. 97-138.

CORREIO MERCANTIL, Pelotas, 1875-1900.

D'EU, Conde. **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul**: agosto a novembro de 1865. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/35/Viagem-Militar-ao-Rio-Grande-do-Sul>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 8 dez. 1912; 8 fev. 1916.

DIOGO, É. (Org.). **Recuperação de imóveis privados em centros históricos**. Brasília, DF: Iphan; Programa Monumenta, 2009. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg\\_RecuperacaoImoveisPrivadosCentrosHistoricos\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg_RecuperacaoImoveisPrivadosCentrosHistoricos_m.pdf)>. Acesso em: 1 ago. 2015.

DTG – Departamento de Tradições Gaúchas Princesa do Sul. Página do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/dtgprincesadosul/>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

FACHEL, J. P. G. **Revolução Farroupilha**. Pelotas: EdUFPEL, 2002.

FAGUNDES, M. C. **Lobo da Costa**: ascensão e declínio de um poeta: ensaio. Porto Alegre: Sulina, 1954.

FAULKNER, W. **O Som e a Fúria**. Trad. Paulo Henrique Britto. Cosac & Naify: São Paulo, 2004.

FEE – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. **Resumo Estatístico do Município de Pelotas**. 2015. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Pelotas>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

FENADOCE. **A origem**. Disponível em: <<https://www.fenadoce.com.br/texto/menu--a-feira>>. Acesso em: dez. 2016.

FERREIRA, M. L. M.; CERQUEIRA, F. V.; RIETH, F. M. da S. O doce pelotense como patrimônio imaterial: diálogos entre o tradicional e a inovação. **Métis: história & cultura**. v. 7, n. 13, p. 91-113, jan./jun. 2008.

FIGUEIREDO, M. D. A habilidade incorporada enquanto dimensão política: a transmissão do saber-fazer artesanal em uma fábrica de doces. **Ciências & Cognição**, v. 20, n. 2, p. 277-292, set. 2015.

FRANCISCO, J. C. B. **Imigração síria e libanesa para o Brasil**: negociando a identidade. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) - Escola de Museologia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FRANCO, S. da C. Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século 19. **Revista Justiça & História**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, n. 2, out. 2004. Disponível em: <[http://www3.tj.rs.gov.br/institu/memorial/RevistaJH/vol1n1n2/04.%20Sergio\\_Franco.pdf](http://www3.tj.rs.gov.br/institu/memorial/RevistaJH/vol1n1n2/04.%20Sergio_Franco.pdf)>. Acesso em: 1 ago. 2011.

FRANCO, S. da C. **Origens de Jaguarão (1790-1833)**. 2.ed. Porto Alegre: Evangraf, 2007.

FREITAS, L. C. Depoimento exclusivo revela dados inéditos. **Diário Popular**, Pelotas, 11. jun. 1995.

FREITAS, M. T. de. **Literatura e História**: o romance revolucionário de André Malraux. São Paulo: Atual Editora, 1986.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 27 fev. 1885.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOETTEMS, M. B. César e Catão: duas vozes antitéticas na historiografia literária de Salústio. **Organon**, v. 7, n. 20, p. 27-32, 1993.

GOMES, R. C. **Todas as cidades, a cidade**: literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GOMES, R. C. Cartografias urbanas: representações da cidade na literatura. **Revista Semear 1**, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <[http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/1Sem\\_12.html](http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/1Sem_12.html)>. Acesso em: 9 set. 2014.

GONÇALVES, R. B. **Livros e leitura na cidade de Pelotas-RS no final do século XIX**: um estudo através dos jornais pelotenses (1875-1900). 2010. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

GOULART, J. S. **A Vertigem**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1925.

GUERRA, E. C. Vizinhança da Poesia: primeira nota sobre Fernando Melo. In: **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 25 abr. 1954. Suplemento, p. 6.

HALL, S. The work of representation. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Representation**: Cultural representations and cultural signifying practices. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, p. 13-74, 1997. [s/ tradutor]

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997a. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoe realidade/article/view/71361>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. **Pelotas**. 2016. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3D5>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

IGLÉSIAS, F. **Trajatória política do Brasil**: 1500-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

IFSUL - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/historico>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

ISABELLE, A. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Trad. Teodemiro Tostes. Brasília: Senado Federal, 2006. (Edições do Senado Federal; v. 61)

JOCKEY CLUB BRASILEIRO. Notícias. Pelotas (RS) vai ficar pequena: Festival do Grande Prêmio Princesa do Sul é neste final de semana. 16 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.jcb.com.br/home/noticias/81044/pelotas-rs-vai-ficar-pequena-festival-do-grande-premio-princesa-do-sul-e-neste-final-de-semana/>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

JORNAL DO COMÉRCIO, Pelotas, 9 nov. 1875. In: COSSON, R. (Org.). **Literatura, jornal e cultura**: autores pelotenses (1851-1889). 2.<sup>a</sup> fase. Pelotas: inédito, 2001/2003. CD-ROM.

KLEITON; KLEDIR. Pelotas. In: \_\_\_\_\_. **Autorretrato**. Rio de Janeiro: Som Livre, 2009. Faixa 7, 3 min. 34s.

KOSBY, M.; RIETH, F. **Nós cultuamos todas as doçuras**: a contribuição negra para a tradição doceira de Pelotas. Jun. 2008. Disponível em: <<http://migre.me/bLOAo>>. Acesso em: 4 jul. 2012.

KOSLOWSKY, M.; PICCOLI, J. C. J. Manifestações esportivas na Cidade de Pelotas: 1835 - 1935. **efdeportes** - Revista Digital, Buenos Aires, ano 9, n. 64. Set. 2003. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd64/pelotas.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

LAGEMANN, E. **O Banco Pelotense e o sistema financeiro regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. (Documenta; v. 19)

LEENHARDT, J.; PESAVENTO, S. J. (Orgs.). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

LEÓN, Z de. **Pelotas**: sua História e sua gente: para 1º e 2º graus. Pelotas: EdUFPel, 1996.

LEÓN, Z. de. Saudade dos Jacarandás. Opinião. **Diário Popular**, 18 nov. 2013. Disponível em: <[http://diariopopular.com.br/index.php?n\\_sistema=4080&id\\_noticia=NzY0NTU=&id\\_area=NA==](http://diariopopular.com.br/index.php?n_sistema=4080&id_noticia=NzY0NTU=&id_area=NA==)>. Acesso em: 18 nov. 2013.

LESCHKO, N. M. Memória da indústria gráfica em Pelotas/RS: estudo de mapeamento com base nos anúncios publicados no Álbum de Pelotas 1922 e Almanach de Pelotas 1920-1929. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 4, p. 173-180, dez. 2010 / mar. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/viewFile/9542/6373>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

LOBO DA COSTA, F. **Obra poética Lobo de Costa**: Edição crítica. Pesquisa, introdução, notas e glossário por Alice Campos Moreira. Porto Alegre: EDPUCRS; IEL; FAPERGS, 1991.

LONER, B. A. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: EdUFPel, 2001.

LONER, B. A. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. In: SILVA, G. F.; SANTOS, J. A. dos; CARNEIRO, L. C. da C. (Orgs.). **RS negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 246-261.



LOPES, A. E. M. O outro lado da “Princesa do Sul”: a administração pública na mira da imprensa ilustrada pelotense do século XIX. **Revista Métris: história & cultura**, v. 5, n. 9, p. 163-185, jan./jun. 2006.

LOPES, L. S. Prefácio à segunda edição, 1962. In: OSÓRIO, F. **A Cidade de Pelotas**. 3.ed., rev. Pelotas: Armazém Literário, 1997. (Coleção Cidade de Pelotas, 2 vol.)

LOPES NETO, J. S. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**: Publicação auxiliar para a comemoração projetada pela Biblioteca Pública Pelotense. Pelotas, 1912. Disponível em: <<http://almanaquedepelotas.com.br/almanaque-v1.pdf>>. Acesso em: mar. 2013.

LOPES NETO, J. S. **Obra Completa**. Organização de Paulo Bentancur. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LUKÁCS, G. **La Novela Historica**. México: Bibliotera, 1966.

MAESTRI, M. O negro escravizado e a Revolução Farroupilha. In: \_\_\_\_\_. **O escravo gaúcho: resistência e trabalho**. Porto Alegre: UFRGS, 1993, p. 76-82.

MAESTRI, M. **Breve história do Rio Grande do Sul**: da Pré-História aos dias atuais. Passo Fundo: EdUPF, 2010.

MAGALHÃES, M. O. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: EdUFPel; Editora Livraria Mundial, 1993.

MAGALHÃES, M. O. **História e tradições da cidade de Pelotas**. 4.ed. Pelotas: Armazém Literário, 2002.

MAGALHÃES, M. O. Princesa do Sul. Coluna Gente. **Diário Popular**, Pelotas, 16 jul. 2006. Disponível em: <[http://srv-net.diariopopular.com.br/16\\_07\\_06/gentepag0602.html](http://srv-net.diariopopular.com.br/16_07_06/gentepag0602.html)>. Acesso em: dez. 2011.

MAGALHÃES, M. O. **Pelotas Princesa**: livro comemorativo ao bicentenário da cidade. Pelotas: Diário Popular, 2012.

MELO, F. **Os fios telefônicos**. Pelotas: EdUFPEL, 1996.

MICHELON, F. F. O Memorial do Frigorífico Anglo de Pelotas: um lugar de memória no frio espaço do esquecimento. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 2, n. 4, p.123-134, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/9633>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

MOISÉS, M. **Dicionário de Termos Literários**. 12.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cultrix, 2004.

MONQUELAT, A. F.; FONSECA, G. R. **Coletânea e notas bibliográficas de poetas pelotenses**. Pelotas: Edição do autor, 1985.

MONQUELAT, A.; SANTOS, K. “Tudo, às vezes, se passa num instante, e num instante se apaga...”. In: MELO, F. **Os fios telefônicos**. Pelotas: EdUFPEL, 1996, p. 7-10.

MONQUELAT, A. F. **Fóquiui & Company**. Pelotas: EdUFPEL, 1999.

MONQUELAT, A. F. A origem do cognome Princesa do Sul. Cultura, **Diário Popular**, Pelotas, p. 11, 2 e 3 fev. 2000.

MONQUELAT, A. F. **Notas à margem da história da escravidão**. Pelotas: EdUFPEL, 2009.

MONQUELAT, A. F. **Senhores da carne**: charqueadores, saladeristas y esclavistas. Pelotas: EdUFPEL, 2010.

MONQUELAT, A. F.; MARCOLLA, V. **O desbravamento do Sul e a ocupação castelhana**. Pelotas: EdUFPEL, 2010.

MONQUELAT, A. F.; MARCOLLA, V. **O processo de urbanização de Pelotas e a Fazenda do Arroio Moreira**. Pelotas: EdUFPEL, 2010a.

MONQUELAT, A. F.; MARCOLLA, V. **Desfazendo mitos**: notas à História do Continente de São Pedro. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2012.

MONQUELAT, A. F.; PINTO, G. **Pelotas no tempo dos chafarizes**. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2012.

MONQUELAT, A. F. O ato de criação do Mercado Central de Pelotas e outros atos. 2017. **Pelotas de ontem**. Disponível em: <<http://pelotasdeontem.blogspot.com.br/2017/03/o-ato-de-criacao-do-mercado-central-de.html>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

MORAIS, F. Estudantes Brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872). **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, LXII., 1940, p. 137-335.

MOREIRA, A. T. C. Sobre Lobo da Costa. In: SAPPER, Â. T.; ZANOTELLI, J. J. **Lobo da Costa**: obra completa. Pelotas: EDUCAT, 2003, p. 88-89.

MOREIRA, Â. P. **Pelotas na Tarca do Tempo**: primeiros tempos e freguesia. Pelotas: Edição do autor, 1988. (vol. 1)

MOREIRA, Â. P. **Pelotas na Tarca do Tempo**: município até o eclodir da revolução farroupilha. Pelotas: Edição do autor, 1989. (vol. 2)

MOREIRA, S. X. **A formação da Princesa do Sul**: primórdios culturais e literários. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em História da Literatura) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

MAPP - Movimento dos Artistas Plásticos de Pelotas. **Mostra Fotográfica Pelotas.satoleP**. Disponível em: <<http://pelotassatolep.blogspot.com.br/2011/07/1-mostra-fotografica-pelotassatolep-ira.html>>. Acesso em: 1 ago. 2011.

MÜLLER, D. **A hotelaria em Pelotas e sua relação com o desenvolvimento da região: 1843 a 1928.** 2004. 158 f. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul.

NARRADORES de Javé. Produção: Vânia Catani. Direção: Eliane Caffé. Roteiro: Luiz Alberto de Abreu; Eliane Caffé. Rio de Janeiro: Bananeira Filmes / Gullane Filmes / Laterit Productions. Distribuição: Riofilme, 2003. DVD de vídeo (1h40min): DVD-ROM, son, color.

NASCIMENTO, H. A. Reminiscências acadêmicas. In: **Diário Popular**, Pelotas, 22 ago. 1982.

NASCIMENTO, H. A. **Nossa cidade era assim.** Pelotas: Editora Livraria Mundial, 1989-1999. (3 vol.)

NASCIMENTO, H. A. Retrato de uma princesa. In: **Letras pelotenses.** Pelotas: Sulina, 1972, p. 29-32.

O BRADO DO SUL, Pelotas, 1858-1860.

O GRÁTIS DE PELOTAS, Pelotas, 1 jul. 1859. In: COSSON, R. (Org.). **Literatura, jornal e cultura: autores pelotenses (1851-1889).** 2.<sup>a</sup> fase. Pelotas: inédito, 2001/2003. CD-ROM.

O LIBERAL RIO-GRANDENSE, Rio Grande, 26 maio 1836. In: COSSON, R. (Org.). **Literatura, jornal e cultura: autores pelotenses (1851-1889).** 2.<sup>a</sup> fase. Pelotas: inédito, 2001/2003. CD-ROM.

O NOTICIADOR: jornal político, literário e mercantil, Rio Grande: Tipografia de Francisco Xavier Ferreira, 1832-1836. In: O NOTICIADOR. Porto Alegre: IHGRS, 2007. (Coleção Recuperação e Memória da Imprensa no Rio Grande do Sul, v. 1). 1 CD-ROM.

O PELOTENSE, Pelotas, jun./set. 1852.

OLIVEIRA, E. dos S. Charqueadas: Auschwitz pelotense. **Observatório.** Disponível em: <<http://www.observatoriopelotas.com.br/2017/01/04/charqueadas-auchwitz-pelotense-eliezer-oliveira/>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

OLIVEIRA, L. D. de. **O início do fim da Ferro Carril e Cais em Pelotas: o caso dos bondes na noite de 14 de dezembro de 1914.** Pelotas: EdUFPel, 1998.

ONIBUS BRASIL. Empresas. Expresso Princesa do Sul. **Carro 8.** Pelotas. Fotógrafo: Israel Oliveira dos Santos. Acervo de Vladimir Monteiro. 9 mar. 2016. Disponível em: <<http://onibusbrasil.com/foto/4049436/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

ONZE DE JUNHO, Pelotas, 21 maio 1884; 22 maio 1888. In: COSSON, R. (Org.). **Literatura, jornal e cultura: autores pelotenses (1851-1889).** 2.<sup>a</sup> fase. Pelotas: inédito, 2001/2003. CD-ROM.

ORTIZ, R. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu.** São Paulo: Olho d'Água, 2003.

OSÓRIO, F. **A Cidade de Pelotas**. 3.ed., Revista. Pelotas: Armazém Literário, 1997. (Coleção Cidade de Pelotas, vol.1)

OSÓRIO, F. **A Cidade de Pelotas**. 3.ed., Revista. Pelotas: Armazém Literário, 1998. (Coleção Cidade de Pelotas, vol.2)

PARADEDA, F. **Almanach de Pelotas (1920 – 1929)**. Pelotas: Oficinas tipográficas do Diário Popular, 1929.

PEREIRA, T. I.; SILVA, L. F. As políticas públicas do ensino superior no Governo Lula: expansão ou democratização? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 10-31, jul./dez. 2010. (Dossiê Os anos Lula).

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 3.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

PESAVENTO, S. J. **O cotidiano da República: elite e povo na virada do século**. 3.ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 1995.

PESAVENTO, S. J. (Org.). **Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2000.

PESAVENTO, S. J. Como os olhos do passado: a cidade como palimpsesto. In: **Esboços**, v. 11, n 11, p. 25-30, jan./jun. 2004.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882007000100002>>. Acesso em: 13 out. 2014.

PESAVENTO, S. J. História, memória e centralidade urbana, **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, 5 jan. 2007a. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/3212>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

PETER, G. D. **Santa Bárbara: o braço morto do arroio que ainda vive na memória**. 2004. 32f. Trabalho de conclusão do Módulo I (Curso de Especialização em conservação de patrimônio em centros urbanos) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PETER, G. D. Influência francesa no patrimônio cultural e construção da identidade brasileira: o caso de Pelotas. **Revista Arquitextos**, ano 8, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/222>>. Acesso em: 12 out. 2011.

PICCOLO, H. I. L. Prefácio. In: PESAVENTO, S. J. **República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: Movimento; IEL, 1980, p. 9-11. (Coleção Documentos, v. 18)

POCHMANN, M. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 12-40, jan./jun. 2011.

PORTO, A. **História das Missões Orientais do Uruguai**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954. (Coleção Jesuítas no Sul do Brasil, v. 3 e 4)

PELOTAS. Relatório do subintendente do 3º distrito municipal de Pelotas, Sr. João de Assunção Tavares, apresentado ao intendente municipal Dr. Antero Victoriano Leivas, em 31 de agosto de 1897.

PELOTAS. Boletim apresentado à Intendência Municipal da Cidade de Pelotas em sessão de 12 de maio de 1891 por Euclides B. de Moura (Diretor da Repartição de Estatística da mesma Intendência). Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul: Imprensa a vapor da Livraria Universal de E. Irmãos & C., 1891.

PELOTAS. Prefeitura Municipal de Pelotas. Disponível em: <<http://www.pelotas.rs.gov.br/>>.

PRETÉRITA uRBe. **Anúncio GP Princesa do Sul 1953**. 4 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.preteritaurbe.com/2016/07/gp-princesa-do-sul-1953.html>>. Acesso em: mar. 2017.

PRETÉRITA uRBe - Pelotas/RS. Acervo de imagens. Disponível em: <<https://www.facebook.com/preteritaurbe/photos/>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

RAMIL, V. Satolep. In: \_\_\_\_\_. **A paixão de V segundo ele próprio**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1984a. Faixa 1, 6 min. 56s.

RAMIL, V. A paixão de V segundo ele próprio. In: \_\_\_\_\_. **A paixão de V segundo ele próprio**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1984b. Faixa 20, 4 min. 1s.

RAMIL, V. Joquin. In: \_\_\_\_\_. **Tango**. Rio de Janeiro: João Augusto, DECK - Produções, 1987. Faixa 4, 8 min. 28s.

RAMIL, V. A estética do frio. In: FISCHER, L. A. (Org.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1992, p. 262-270.

RAMIL, V. **Pequod**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

RAMIL, V. Pós-escrito. In: \_\_\_\_\_. **Pequod**. Porto Alegre: L&PM, 1999, p. 107-111.

RAMIL, V. Moby-Dick: eu olho, tu olhas, ele olha; nós olhamos, vós olhais, eles olham. Um ensaio sobre Moby-Dick e Pequod. In: \_\_\_\_\_. **Pequod**. Porto Alegre: L&PM, 1999, p. 113-124.

RAMIL, V. **A estética do frio**: conferência de Genebra. Pelotas: Satolep Livros, 2009.

RAMIL, V. **Satolep**. São Paulo: Cosacnaify, 2008.

RELATÓRIO do Grêmio Acadêmico Jurídico. Faculdade de Direito de Pelotas. Período de junho de 1937 a junho de 1938.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Documentos da escravidão**: inventários: o escravo deixado como herança. Coord. Bruno Stelmach Pessi. Porto Alegre: CORAG, 2010. (Documentos da escravidão no Rio Grande do Sul, v. 2). Disponível em: <<http://migre.me/ddTtm>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

ROTARY CLUB DE PELOTAS PRINCESA DO SUL. Rotary lança oficialmente novo site e nova identidade visual. 26 ago. 2013. Disponível em: <<http://rotaryprincesadosul.blogspot.com.br/2013/08/rotary-lanca-oficialmente-novo-site.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Trad. Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2002. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros)

SANEP - Serviço Autônomo de Abastecimento de Água de Pelotas. Museu do Saneamento. **Caixa D'água**. Disponível em: <<http://www.pelotas.rs.gov.br/sanep/museu-do-saneamento/agua/caixa-dagua/>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

SANTOS, C. A. Á. O ecletismo historicista em Pelotas: 1870-1931. **Ecletismo em Pelotas**. Maio 2011. Disponível em: <<https://ecletismoempelotas.files.wordpress.com/2011/05/o-ecletismo-historicista-em-pelotas-1870-1931.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

SANTOS, K. **Sete de Abril**: o teatro do imperador. Pelotas: Libretos, 2012.

SANTOS, M. F. dos. **Curso de Oratória e Retórica**. São Paulo: Logos, 1958.

SANTOS, N. O. dos. **A superfície das águas**: história e memória da elite pelotense. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em História da Literatura) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

SAPPER, Â. T.; ZANOTELLI, J. J. **Lobo da Costa**: obra completa. Pelotas: EDUCAT, 2003.

SATOLEP CIRCUS. Disponível em: <<http://satolepcircus.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

SATOLEP PRESS. Disponível em: <<https://satoleppress.wordpress.com/>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

SCHLEE, A. G. **Vocabulário de João Simões Lopes Neto**. Bauru, SP: Canal6, 2009.

SETTON, M. G. J. **Rotary Club**: habitus, estilo de vida e sociabilidade. São Paulo: Annablume, 2004.

SHAKESPEARE, W. **Macbeth**. Trad. Beatriz Viégas-Faria. Porto Alegre: L&PM, 2000.

SILVA, A. S. da. Pelotas (1863). In: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1959. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 34.

SILVA, C. E. C. da. Francisco de Paula Pires. In: **e-Dicionário de Autores de Pelotas**. Disponível em: <<http://e-dicionariodeautoresdepelotas.blogspot.com.br/p/francisco-de-paula-pires.html>>. Acesso em: ago. 2016.

SIMÕES LOPES, H. **A superfície das águas**. Porto Alegre: IEL, 1997.

SOARES, T. C. **Memória da fotografia em Pelotas/RS na produção dos ateliês de Lhullier e Amoretty (1876-1906)**. 2009. 174f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS.

SOUZA, J. O. de. Os dois lados da crônica: a utilização da fonte literária na pesquisa histórica sobre a cidade de Pelotas no Século XIX. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS DA LITERATURA EM PELOTAS, 2., 2015, Pelotas. **Caderno de Resumos...** Pelotas: FURG; UFPel, 2015. Disponível em: <<http://zip.net/bytGwD>>. Acesso em: nov. 2015.

XAVIER, L. Francisco Santos: um ilustre desconhecido. **Orson** - Revista dos Cursos de Cinema do Cearte UFPEL, Pelotas, n. 1, p. 96-123, 2011. Disponível em: <[http://orson.ufpel.edu.br/content/01/artigos/primeiro\\_olhar/96-123.pdf](http://orson.ufpel.edu.br/content/01/artigos/primeiro_olhar/96-123.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2017.

XAVIER, P. Um cearense iniciador de nossas charqueadas? **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 6, 11 dez. 1971. (Caderno de Sábado)

TAMBARA, E. **Positivismo e Educação**: a educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo. Pelotas: EdUFPel, 1995.

UFPEL – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **45 anos**: UFPel. 2014. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/45anos/>>. Acesso em: mar. 2016.

UFPEL – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Histórico**. 2017. Disponível em: <<http://portal.ufpel.edu.br/historico/>>. Acesso em: mar. 2016.

VIDAL, F. A. Resgatando Os Óculos do Vovô, 11 abr. 2012. In: **Pelotas, Capital cultural**. Disponível em: <<http://pelotascultural.blogspot.com.br/2012/04/resgatando-os-oculos-do-vovo.html>>. Acesso em: 5 out. 2014.

VIEIRA, S. G. **A cidade fragmentada**: o planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas. Pelotas: EdUFPel, 2005.

VITOR Ramil. Disponível em: <<http://www.vitorramil.com.br/>>. Acesso em: 1 ago. 2012.

VOZ DO ESCRAVO, Pelotas, 18 set. 1881. In: COSSON, R. (Org.). **Literatura, jornal e cultura**: autores pelotenses (1851-1889). 2.<sup>a</sup> fase. Pelotas: inédito, 2001/2003. CD-ROM.

ZÉ POVINHO, Pelotas, 1883.

ANEXO 1: QUE BELA MANHÃ FAGUEIRA E RISONHA, DE ALIBABÁ

PELOTAS.  
N. 251.  
ANO XI.

# BRADO DO SUL.

SEXTA-FEIRA  
6 DE JANEIRO  
1860.

**Assinaturas.**

Por um anno... 120000  
Por seis mezes... 100000  
Por tres mezes... 50000

PARA FORA DA CIDADE:  
Por um anno... 200000

**EDITOR RESPONSÁVEL:**  
**DOMINGOS JOSÉ D'ALMEIDA.**

Subscryre-se no escriptorio d'esta typographia, á rua da Commercio

**Publicações.**

Os annuncios pagão 40 rs. por linha, sendo assignante, e 80 rs. cdo o sendo.

Communicados, a pedidos e correspondencias, pelo que se ajusta.

## PARTE OFFICIAL.

### EXTRACTO

**do relatório apresentado á assembleia provincial desta provincia na 2ª sessão da 5ª legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão.**

(Continuação do n. 330).

**Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Anno compromissal de 1859 a 1859.**

BALANÇO DO ACTIVO.	
Bens de raiz; 160 braças de terreno por 20 de fundo, reservadas para algum dia se fazer um bom hospital com logradouros, parte comprado e parte doado. ....	7:043,5920
131 braças dito, por 20 de fundo, doadas e legadas, que se devem vender. ....	4:641,5780
Os predios feitos em 16 braças de terreno da rua de S. Jeronymo cante da rua de Santa Barbara, tendo 30 braças de frente para esta rua, incluz o sobrado e armazem, capella e coisistorio, &c. ....	61:379,3063
Um campo na Faltoria, avilvação. ....	5:000,0000
Cemitorio, o que se tem despendido. ....	14:346,3480
	<b>95:412,0002</b>
Alfaias da capella: 1 par de brucos de brilhantes, legados por D. Anna Pieda de Carvalho, pratas, &c. ....	884,5140
Carros fúnebres, e bens moveis. ....	2:867,6652
Devedores: devidos os pagamentos. ....	3:720,1066
Caixa; diuheiro existente em 26 de junho de 1859. ....	6305,7300
	<b>103:512,0000</b>

PASSIVO.

Credores por emprestimo que fizeram:

2:000,0000	João Antonio Moreira
575,0000	Antonio José da Silva Maia (fúnebres) ...
468,0000	Manuel Joaquim Resende. ....
400,0000	João Rodrigues Saraiva. ....
400,0000	Mauol Alves Vianna
300,0000	João Vinhas. ....
320,0000	Vicente Lopes dos Santos.
218,0000	Tolledo & Netto. ....
200,0000	Eliseu Antunes Maciel. ....
200,0000	Joaquim Rasgado. ....
200,0000	Antonio Joaquim da Rocha Pinto
5:281,5000	Patrimonio: o saldo do activo para o passivo, sujeito ao maior ou menor valor dos bens de raiz, e á boa ou má cobrança das dividas activas
98:230,5000	
103:512,0000	Extrahido do balanço do dia 26 de 1859 a 1859.
	Pelotas 30 de junho de 1859.
	O escriptorio da mesa.
	José Vieira Pimenta.
	(Continua.)

## INTERIOR.

### Correspondencia particular do Brado do Sul.

**Jaguarão 1 de janeiro de 1860.**

(Continuação do n. 330).

No dia 23 tentou assassinar com crescente numero de facadas uma pratica do 12 a sua Entenia, a victima foi conduzida sem sentidos para o hospital e sobre o final resultado estou a ver navios — o que é certo porém que provavelmente o Bapavito não se livrará da tremenda dôse que o espera, visto que para isso o nosso ehegrico Tamarindo não se descuidou. Ca para nós será bom que seja partido como mereço esse malvado soldado que segunda diz o Vendilhão Romero não é a primeira voz, que faz das suas Porém com licença, balam a porta vamos vêr quem é. Por aqui Sr. Ponta das Lunharias, para não dizer patada, mais letra menos letra, logo que lêdo o le-la é o que se quer. Que ventos o trouxeram por aqui? O que ha de novo? Tudo velho, Recolherem.

### Correspondencia.

Se. Relector. — Rogando-lhe o favor de estampar em uma das columnas de seu precioso jornal a conta da receita e despesa feita com a modesta e muito agradável festa de Santo Antonio da Boa Vista exhibida no 1º do corrente anno e

Ca quanto a mim vinha pedir lhe enfiardasse entre a sua prosa essa cousa — que chamo versos de meu estro inflamado. Ora, venham elles.

— Isto é sen? pois que d'aviada, filio a dias, e que tal respeito a le-la, refira-me a musa, á unica producção ou tem esperanca de repetição?

Inda perguntas, remetto esta aos leitores do Brado, e no vapor seguinte contese opo com a minha flautina da causão: Va lá, e entao o Redactor permita-me que aguarde aqui:

**Q é bella manhá fagueira e risouha**  
Gifferees, oh tu princesa do sul  
Tuas bellas campinas, teu todo m'en-  
candam.  
E' gentil o teu eco, é gentil seu azul  
Os bellas trinados de fous passatinhos  
Mo legram saudades que quizeram  
Recordam-me protestos d' amor inco-  
cente  
D'amar que minha alma não pode  
descrever  
Recordam-me cá vida completa d'en-  
castos  
Ao lado d'aquelles, que me deram o  
ser  
Recordam-me a patria es proprio  
amigos  
Se bem que sinceros jamais pude ter!

Revisião Poeta — Vme. é dos diabos. A poucos dias sube pela boca peyana que o Polidoro, andou em preparações de protestos contra a trinitissima e seus membros sobre a renovação da obra da cadeia civil — dizem que estando elle a resolver os lucros ou perdas que poderiam resultar de semelhante pepineta acceitecu que nesse periodo foi entregue o rama ao Clemente Vieira, e o nosso Tati pelado depois perdeu a vez e ficou mamado!

Este Polidoro é das arabias, tiran fo-lhe o que tem de má, não lhe fica nada bom, os micos deffitos que lhe encontro, é uma especie d'alma peyana, mesquicho, egoista etc., etc., ja por do enigma de sua posição que eu ignora como conseguiu — porém isso é li com o Thiberio, não pretendo questões com bixos pelados que es-corregam com uma engua.

E' preciso que cada qual proteja os seus por isso que não estranha a dis-nao é a primeira voz, que faz das suas

ao lrapio Honore de que lhe faltei em minha passada. Ladrão de mollas — os honrados e sapientes capacida-des — Sellen e Gallinheiro como fiador — Bunnia e C.º, juiz e letrado, ou por outra trapalhão.

Ja quefho faltei isso devo prote-

uil-o di sustentação da sentença arbitrária, estúpida e inconsequente que o nosso Bauda ou Tundá profereo contra os respeitáveis e honrados commerciautes Balbé e Mattos, porém o que quer — despreso é a maior vingança que se tira de miseráveis e estúpidos.

Assumio o cargo de juiz de direito e honrado e muito digno cidadão pro-prietario e capitalista Hilario Amaro da Silveira, é pro: a) el q', attenta a imparcialidade desse bello ornamento da aguarão, cessen tantos absurdos, e sandalhas sentenças proferidas por esse sem numero do juiz, venas que entendem de tar calar as leis aos pés seus dictames. Vai ser submettido or tanto a esse são juizo, o resolver-sea porca sentença de Bunnia e C.º, e veremos occasião de patentear uma vez mais uma dessas decepções dignas de decantar-se em prosa, e verso a esse occasião estou certo o meu poeta Thiberio, Lulu, e seu raacho não me exarbo ficar mal.

Lo morador da rua de Palma seioo egotico pede-me para rogar a Illustissima a mudar collocar alguns impedes visto que o proprio José Co-ea, tem ultimamente sido victima de mltissimas e repetidas tapadas — por so para satisfazel-o vá lá.

O Carré disse-me hontem, que o negocio delle vai as mil maravilhas e que o Boneiro ate de rapia que se arranja como poder — ora cá para nós este Carré, é boa firma — que linguinha peior que um papagaio, estou quasi recomendando-o ao Besta Bagnal.

Por fallar em Besta Bagnal disse-me o Tinoco que esse Bucefalo dissera q' havia de chamar a responsabilidade por Yac, haver dado publicidade a carta que sob o anónimo e em linguagem digna desse pobre pato morto Vme. recebeu!

Agüo mando-lhe o donador do potros, e depois veremose elle datá pela redêa, ulhe é mais duro do que au pensava e não haverá remedio senão espiral-o! Fogo nelle, que in la belle.

(Continua.)